



CONGRESSO DE SERVIÇO SOCIAL FACULDADE ASCES

O SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE:

IMPLICAÇÕES E DESAFIOS PARA
OS DIREITOS E AS POLÍTICAS SOCIAIS

ANAIS DO CONGRESSO

29 e 30 de Setembro
Faculdade Asces (Campus I)

ISBN: 978-85-61176-04-4

Realização:



FACULDADE
ASCES
CUIDANDO DO PRESENTE,
CONSTRUINDO SEU FUTURO.

Apoio:



Secretaria Especial
da Mulher e de
Direitos Humanos

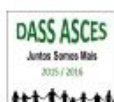


Sumário

APRESENTAÇÃO	3
EXPEDIENTE.....	5
Gestão de Políticas Sociais	7
A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS EM SAÚDE PARA A EFETIVAÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL	8
CONHECER PARA MELHORAR: O PAPEL DA AVALIAÇÃO NOS AVANÇOS DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	11
Direitos Sociais e Políticas Sociais	13
A ATUAÇÃO DO/A ENFERMEIRO/A NA SAÚDE PÚBLICA	14
A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO NO HOSPITAL MUNICIPAL DOUTOR MANOEL AFONSO	17
A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PERCEPÇÃO DO IDOSO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.....	20
A DOGMÁTICA JURÍDICA E A REAL EFETIVAÇÃO SOCIAL DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS NO QUE CONCERNE AO EMPREGADO DOMÉSTICO	23
A EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A ORIENTAÇÃO NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NA GESTÃO FHC E LULA	26
A EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	30
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	34
A NEGAÇÃO DO DIREITO À MORADIA DIGNA E ADEQUADA: UM ESTUDO SOBRE AS CONQUISTAS DAS MULHERES NEGRAS NO CONJUNTO HABITACIONAL ZEFERINO AGRA – ARRUDA – RECIFE – PE	37
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARUARU:.....	39
CONTRADIÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.....	39
A PRÁTICA DE REDUÇÃO DE DANOS COM ADOLESCENTES USUÁRIOS DE DROGAS QUE CUMPREM MEDIDA NO CASE DE CARUARU	43
A PROBLEMATIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ESFERA PENAL E O DEBATE SOBRE A NECESSIDADE DE CONFORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS	47

Apoio:

Realização:



A REVITALIZAÇÃO DO TRABALHO EM DOMICÍLIO E AS TRABALHADORAS INDUSTRIAIS EXTERNAS NO MUNICÍPIO DE TORITAMA-PE:	
SUPEREXPLORAÇÃO E PRECARIZAÇÃO	50
A TEORIA SOCIAL CRÍTICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: HÁ EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA?	53
AS CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA NA ESCOLA: UM RELATO A PARTIR DO PROJETO ESCOLA LEGAL	56
DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM IDOSOS E AS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS EM TEMPOS DE CRISE	59
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO	62
DO RETROCESSO A POSSIBILIDADE DO PROGRESSO: AS DIVERSIDADES DAS RELAÇÕES DE GÊNEROS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	65
EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA TRANSFORMADORA: O PAPEL DE EDUCAR EM DIREITOS HUMANOS NA MODERNIDADE TARDIA DO BRASIL	68
ENFRENTAMENTO A HOMOFOBIA INSTITUCIONALIZADA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: REFLEXÕES A PARTIR DA INTERSETORIALIDADE ENTRE A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT E O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA	71
FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ENSINO EaD E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O/A ASSISTENTE SOCIAL	74
GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL	77
HUMANIZAR O PARTO E O NASCIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO HOSPITAL JESUS NAZARENO	80
IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	84
JUVENTUDE E TRÁFICO DE DROGAS: A EXPERIÊNCIA DOS JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NA FUNASE/CASE CARUARU.....	88
LIBERDADE ASSISTIDA: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E PRÁTICOS.....	91
MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO GESTÃO DE CONFLITOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A ÓTICA DO PROJETO ESCOLA LEGAL	94
MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO: REFLEXÕES DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR.....	96
O ASSISTENTE SOCIAL E O PROCESSO DE ADOÇÃO: UMA DISCUSSÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	99
O ENVELHECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: A PRÁTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL	102
O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	105

Apoio:

Realização:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



O SERVIÇO SOCIAL NO SUS: DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA GESTÃO PÚBLICO-PRIVADA	108
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL DE PALMARES – PE: DA TEORIA À PRÁTICA.....	112
OS CRAS COMO PORTA DE ENTRADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA É A PORTA DE SAÍDA?	116
OS DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	122
PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE INTEGRADA AO SUS DAS MULHERES NEGRAS DE CARUARU-PE: UMA NECESSIDADE DA REALIDADE SOCIAL.....	125
POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: REFLEXÕES ACERCA DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL NA PROMOTORA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO NA COMARCA DE RECIFE	129
POLÍTICAS AFIRMATIVAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE NANCY FRASER... 	132
POLÍTICAS SOCIAIS PARA PESSOAS TRANS: ANALISANDO OS PRIMEIROS RESULTADOS DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA	135
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PARA ONDE VAI QUEM NÃO TEM PARA ONDE IR?	139
PSICOLOGIA SOCIAL E RELAÇÕES INTERGRUPAIS: VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CAUSAS E CONSEQUENCIAS NO SUJEITO	143
RACISMO UMA DAS CAUSAS DA DESIGUALDADE SOCIAL.....	147
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BRANCOS E NEGROS NO BRASIL	147
REDE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CARUARU: AVANÇOS E DESAFIOS	150
SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	154
SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: OS DESAFIOS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL	157
SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE	160
TRATAMENTO OU CUIDADO? UM DILEMA VIVENCIADO POR PSICÓLOGOS QUE ATUAM NOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA REDE SUAS	164
UM DIÁLOGO SOBRE REVISTA CORPORAL VEXATÓRIA A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS.....	168
UM PANORAMA DA SAÚDE BUCAL ANTES E APÓS A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL: BRASIL SORRIDENTE	171

Apoio:

Realização:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



ENVELHECIMENTO PARTICIPATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS: O PAPEL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA INCLUSÃO DOS IDOSOS NA SOCIEDADE.....	175
JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS	178
MOVIMENTO FEMINISTA E SERVIÇO SOCIAL	183
MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTROLE SOCIAL: O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARUARU-PERNAMBUCO	186
MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES	190
MOVIMENTO SOCIAIS URBANOS E SERVIÇO SOCIAL	193

Participação e controle social 195

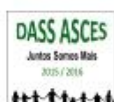
A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DOS CONSELHOS DE SAÚDE	196
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT DE PERNAMBUCO: OPORTUNIDADE E DESAFIOS	200
CONTROLE SOCIAL: UM IMPORTANTE INSTRUMENTO PARA REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS	203
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CARUARU-PE - QUAL A EFICÁCIA OBTIDA?	206
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO SUS	209
UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS CHAMADAS ONGs NA FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL...	213

Relatos de experiências 216

A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES DA EXPERIÊNCIA DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS DA FACULDADE ASCES	217
ACOLHIMENTO HUMANIZADO ÀS GESTANTES DE UMA MATERNIDADE DE REFERÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE	222
AS CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA NA ESCOLA: UM RELATO A PARTIR DO PROJETO ESCOLA LEGAL	225
EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR: AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL EM EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS	228
GRUPO DE ORIENTAÇÃO À DROGADIÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NO CENIP CARUARU	231
INTERVENÇÕES INTERDISCIPLINARES COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES INTERNOS NO CENIP CARUARU	234
O ESPAÇO OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - GRE AGRESTE CENTRO-NORTE	237

Apoio:

Realização:



PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ABUSO E EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: VIVENCIANDO AS AÇÕES DO PROJETO PARA MUDAR, É PRECISO AGIR 240

VIGILÂNCIA SOCIASSISTENCIAL ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CARUARU. 243

Apoio:

Realização:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



APRESENTAÇÃO

O curso de Serviço Social da Faculdade Ascres vem, desde sua criação em 2010, contribuindo com as reflexões e discussões acerca das expressões da questão social, das lutas sociais e das políticas sociais no município de Caruaru e região do Agreste, na perspectiva de fortalecer a formação em Serviço Social, bem como fortalecer as lutas sociais e a formação permanente de estudantes, profissionais e sociedade em geral.

Nesta perspectiva, os eventos e atividades desenvolvidas pelo curso, especialmente os Simpósios de Serviço Social, realizados nos anos de 2012 a 2014, impulsionaram o debate acerca dos temas que mobilizavam a sociedade, das quais destacamos as Jornadas de Junho de 2013 e a Copa do Mundo, realizada no Brasil.

No contexto de crise e de importantes repercussões para os direitos e as políticas sociais, no mundo e no Brasil, o Congresso de Serviço Social, tendo como objetivo propiciar espaços de reflexão, discussão e socialização da produção científica sobre o Social na atual conjuntura brasileira e os desafios para as políticas sociais e os direitos sociais envolvendo diferentes áreas do conhecimento e profissões que atuam com estas políticas, trouxe como tema central **O Social em tempos de crise: implicações e desafios para os direitos e as políticas sociais.**

Ao longo do Congresso, temas complexos e atuais, como educação, gênero e sexualidade, o extermínio e encarceramento de jovens negros como elementos para pensar a redução da maioridade penal, o direito ao trabalho e a terceirização, o controle de políticas públicas e a corrupção no Brasil, fizeram parte dos debates que contaram com a presença de estudiosos(as), integrantes de movimentos sociais, alunos(as) de graduação e pós graduação, docentes e profissionais.

O evento proporcionou também a apresentação da produção acadêmica e profissional, através da apresentação de trabalhos, por meio de resumos expandidos e relatos de experiências, que contabilizaram no total 70 trabalhos, divididos nos seguintes eixos temáticos: I. Gestão de Políticas Sociais, II. Direitos Sociais e Políticas Sociais, III. Lutas sociais, IV. Participação e controle social, V. Relatos de experiências profissionais em Políticas Sociais.

Ressaltamos o estímulo que os órgãos de políticas sociais proporcionaram para participação dos(as) profissionais no Congresso de Serviço Social, apoiando financeiramente

e/ou liberando sua participação, contribuindo com a formação permanente dos(as) profissionais, do fortalecimento da qualidade dos serviços oferecidos e das reflexões acerca das estratégias de enfrentamento dos retrocessos aos direitos e às políticas sociais.

Agradecemos ao empenho e dedicação dos(as) discentes e docentes que participaram da comissão científica, dos eixos temáticos, da mobilização, bem como da equipe de inscrição e secretaria, dos(as) palestrantes e instituições parceiras que contribuíram para o sucesso do evento e do fortalecimento das discussões e produção de conhecimento na região sobre os direitos, lutas e políticas sociais.

No que diz respeito ao presente documento, este contém os trabalhos apresentados no evento, organizados pelos eixos temáticos:

- I. Gestão de Políticas Sociais,
- II. Direitos Sociais e Políticas Sociais
- III. Lutas sociais
- IV. Participação e controle social
- V. Relatos de experiências profissionais em Políticas Sociais.

Juliene Tenório Albuquerque

Coordenadora do Curso de Serviço Social

Josinês Barbosa Rabelo

Supervisora do Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais

EXPEDIENTE

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Título: Congresso de Serviço Social da Faculdade Ascres
- 1.2. Comissões:

1.2.1. Coordenação Geral

- Prof^ª. Dr^ª. Juliene Tenório de Albuquerque

1.2.2. Comissão Organizadora

- Prof^ª. Dr^ª. Juliene Tenório de Albuquerque
- Prof^ª. Dr^ª. Josinês Rabelo Barbosa
- Prof^ª. Msc. Fernanda Luma Barbosa

1.2.3. Comissão de Honra

- Prof. Paulo Muniz- Diretor Presidente
- Prof^ª. Marileide Rosa- Diretora Acadêmica
- Sr. José Sidrônio- Diretor Administrativo
- Sr^ª. Katherine Lages- Secretaria da Mulher e Direitos Humanos de Caruaru
- Sr^ª. Martha Melo- Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais
- Sr. Ricardo Absalão- Representante da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)
- Sr^ª. Fabrícia Cavalcanti- Diretório Acadêmico de Serviço Social
- Sr^ª. Fernanda Luma- Diretora Regional Programa Atitude Caruaru

1.2.4. Comissão Científica

- Prof^ª. Dr^ª. Juliene Tenório
- Prof^ª. Dr^ª. Josinês Rabelo
- Prof^ª. Msc. Rosineide Gonçalves
- Prof^ª. Msc. Fernanda Luma
- Prof^ª. Msc. Ana Mircéia Saldanha
- Prof^ª. Msc. Ana Paula Luna
- Prof^ª. Esp. Ilza Muniz
- Fabrícia Cavalcanti de Oliveira- Aluna do curso de Serviço Social
- Jucélia Costa Silva- Aluna do curso de Serviço Social
- Pedro Vieira Alves Neto- Aluno do curso de Serviço Social
- Pâmella Torres de Deus- Aluna do curso de Serviço Social
- Bruno Figueiroa Oliveira- Aluno do curso de Serviço Social

1.2.5. Comissão dos Eixos Temáticos

- Profª. Msc. Ana Mircéia Saldanha
- Profª. Msc. Ana Paula Luna
- Profº Msc. Armando Melo Filho
- Profª. Msc. Fernanda Luma
- Profª. Esp. Ilza Muniz
- Profª. Drª. Josinês Rabelo
- Profª. Msc. Katherine Lages
- Profª. Msc. Manuella Donatto
- Profª. Msc. Rosineide Gonçalves
- Srª. Verônica Laís Silva

1.2.6. Comissão de Inscrição e Secretaria

- Juliana Ribeiro
- Tamires

1.2.7. Instituições Apoiadoras

- Conselho Regional de Serviço Social- 4ª Região
- Diretório Acadêmico de Serviço Social da Faculdade Asces
- Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)
- Secretaria da Mulher e Direitos Humanos de Caruaru
- Programa Atitude

1.3. **Período de Realização:** 29 e 30 de setembro de 2015

1.4. **Local:**

Faculdade Asces

Avenida Portugal, n. 584. Bairro Universitário. Caruaru-PE

1.5. Entidade Promotora:

Faculdade Asces

Associação Caruaruense de Ensino Superior

Diretor:

Paulo Muniz Lopes

Fone/Fax: 21032000

Email: diretoria@asces.edu.br

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



Gestão de Políticas Sociais

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS EM SAÚDE PARA A EFETIVAÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL

Bárbara Angélica Bispo Fernandes do Nascimento (1); Carla Coutinho da Silva (2); Maria Valéria Gorayeb de Carvalho (3)

(1,2) Discentes do Curso de Enfermagem da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico. E-mail: barbarangelica.b@gmail.com

(3) Docente do Curso de Enfermagem da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico. E-mail: valeriagorayeb@asces.edu.br

Introdução

O ingresso das novas tecnologias em saúde em nosso país começou principalmente a partir da década de 90, sendo fortemente incentivado pelo aumento dos índices de desenvolvimento econômico e principalmente pela presença de um sistema de saúde público e universal que acompanha a mais de 190 milhões de pessoas (MINISTERIO DA SAUDE, 2011). O termo “tecnologia” é usado largamente em nossa era para remeter a avanços relacionados à computação ou aparelhos sofisticados, porém seu significado vai muito além. Segundo Mendes-Gonçalves (1994 apud AGUIAR, 2013), não há sentido em associar tecnologia apenas a instrumentos com função técnica, uma vez que a tecnologia expressa, dentro dos serviços, a rede de relações entre a atividade operante e os objetos de trabalho, destacando uma forma particular de tecnologia, formada pelo saber e seus desdobramentos, tanto materiais quanto não materiais. Ao relacionar cuidado e tecnologia, vê-se que a tecnologia consiste em conhecimentos que fundamentam a implementação do cuidado. Sendo assim, por passar pelo processo de trabalho em saúde e participar da construção de saberes, seu entendimento deve transcender a visão de um produto palpável e basear-se em um conjunto de ações cuja finalidade é a elaboração de estratégia de cuidados e o estabelecimento de relações (SOUZA, 2011). O objetivo deste estudo foi compreender as modalidades tecnológicas assistenciais que constituem a integralidade do cuidado em saúde.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com busca e seleção dos artigos publicados sobre o tema em foco. Utilizou-se de fontes de pesquisa nas bases de dados LILACS, MEDLINE E BDENF. Foram utilizados os descritores *tecnologias em saúde*; *saúde pública*. A partir disto, foram encontrados 118 artigos. Onde os critérios de inclusão associados ao tema, foram: texto disponível, idioma em português, ano de publicação de 2010 a 2014, tratar-se de uma temática contemplada nas publicações da revista de Saúde Pública e em documentos científicos no

formato de artigos, monografias e teses. Estes cerca de 30 artigos constituíram o elenco. Com a leitura, percebeu-se que apenas 05 destes atendiam ao objetivo desta pesquisa.

Resultados e discussão

Os artigos analisados mostram que discutir tecnologia em saúde é analisar o germinar eficaz de saberes, procedimentos e intervenções no processo saúde-doença. Dos cinco artigos utilizados, 60% classificam as tecnologias em três categorias: *tecnologias duras*, referente ao uso de normas, estruturas organizacionais e máquinas, *tecnologias leve-duras* compreende os saberes estruturados no processo de trabalho em saúde e as *tecnologias leves*, que se referem às relações, de produção de comunicação, de acolhimento, de vínculos, de autonomização. O trabalho em saúde não pode ser explícito nos equipamentos utilizados, mas em relações interpessoais. O “*trabalho vivo em ato*” trazido por um dos autores reúne as diferentes tecnologias na medida necessária para resolver o problema de saúde. Quarenta por cento dos artigos revelam que a produção da tecnologia leve se dá através de um processo onde um sujeito atua sobre o outro, além disso, traz a importância da utilização nas práticas assistenciais, pois embora as três categorias das tecnologias se inter-relacionem, só as *tecnologias leves* são capazes de propiciar o acolhimento necessário. Se há um empobrecimento na utilização de tais tecnologias, há maior articulação entre as tecnologias *leve-duras* e duras, o que pode reduzir o profissional a uma unidade de procedimentos. Quando há domínio das *tecnologias duras*, os processos de trabalho estão mais comprometidos com o uso desta forma de tecnologia do que com os problemas de saúde que devem enfrentar.

Conclusão

É através da interação que profissionais e usuários, reproduzem-se como sujeitos sociais. Pode-se dizer que as práticas dos profissionais dos serviços de saúde devem dar prioridade ao uso das tecnologias leves na produção do cuidado, pois ela viabiliza de forma efetiva e até criativa a percepção e demonstração da subjetividade do outro. Isto requer do profissional uma sensibilidade e escutas ativas, para que o cidadão usuário não seja reduzido a um mero corpo físico. Essa prática pode ser firmada no acolhimento, diálogo, vínculo, escuta ativa entre profissional e clientes associado a uma concepção emancipatória de realizar o cuidado (JORGE et al, 2011).

Referências

AGUIAR, M.E. **Tecnologias e cuidado em saúde: a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o caso dos imigrantes bolivianos e coreanos no bairro do Bom Retiro - São Paulo.** [Dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2013.

CAMPOS, G. W. S. A mediação entre conhecimento e práticas sociais: a racionalidade da tecnologia leve, da práxis e da arte. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2011, vol.16, n.7, pp. 3033-3040.

HENNIG, M. A. S.; GOMES, M. A. S. M.; MORSCH, D. S. Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo-peso. Método Canguru e cuidado centrado na família: correspondências e especificidades. **Physis** [online]. 2010, vol.20, n.3, pp. 835-852.

JORGE, M.S.B. et al. Promoção da Saúde Mental – Tecnologias do Cuidado: vínculo, acolhimento, co-responsabilização e autonomia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3051-3060, 2011

KOERICH, M.S. et al. Tecnologias de cuidado em saúde e enfermagem e suas perspectivas filosóficas. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15 (Esp), p. 178-85, 2006.

MINISTERIO DA SAUDE. Departamento de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Nova Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias de Saúde e impacto ao Sistema Único de Saúde. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2011, vol.45, n.5, pp. 993-996. Disponível::
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102011000500024&lng=en&nrm=iso>. Acesso 22 ago 2015.

SCHRAIBER, L.B. Quando o 'êxito técnico' se recobre de 'sucesso prático': o sujeito e os valores no agir profissional em saúde. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2011, vol.16, n.7, pp. 3041-3042.

SOUZA, E.C, **Tecnologias leves envolvidas no trabalho de enfermagem**. Monografia (Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde)- Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2011.

CONHECER PARA MELHORAR: O PAPEL DA AVALIAÇÃO NOS AVANÇOS DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Carla Coutinho da Silva (1); Bárbara Angélica Bispo Fernandes do Nascimento (2); Maria Valéria Gorayeb de Carvalho (3).

(1,2) Discentes do Curso de Enfermagem da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico.
E-mail: carllacoutinho@gmail.com

(3) Docente do Curso de Enfermagem da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico.
E-mail: valerigorayeb@asces.edu.br

Introdução

A avaliação constitui uma atividade antiga e comum ao próprio processo de aprendizagem e no campo da saúde vem passando por diferentes momentos. Segundo Lopes (2014, p.67), a avaliação pode ser definida como “um processo sistemático de coleta de dados a respeito de uma prática social para a produção de juízo de valor, com a intenção de melhor compreender e contribuir para a tomada de decisões”. Este tema começa a ganhar espaço em discussões científicas a partir da década de 1980, período onde surge a necessidade economizar recursos e organizar os serviços de saúde para alcançar a qualidade da assistência. No Brasil, seu marco inicial deu-se na década de 1990, avançado, a partir daí, tanto em relação a produção científica quanto em institucionalização. Embora haja diversas atribuições para avaliação, um dos principais compromissos consiste em melhorar as intervenções em saúde, e conseqüentemente o cuidado integral com os usuários (CHAVES, 2012; ARAUJO, 2012). Na área de saúde, percebe-se que os processos avaliativos estão calcados no paradigma racionalista moderno caracterizado pela fragmentação do todo (ALMEIDA e MELO, 2012). Sendo assim, é primordial democratizar a avaliação para que os poderes se expressem a partir da necessidade dos avaliados. Desse modo, o objetivo deste estudo foi compreender a avaliação em saúde como um processo de análise crítica que aponta para as mudanças de um determinado contexto.

Metodologia

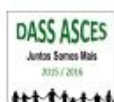
Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com busca e seleção dos artigos publicados sobre o tema em foco. Utilizou-se de fontes de pesquisa nas bases de dados LILACS e BDEF. Foram utilizados os descritores: *Avaliação em saúde e atenção primária à saúde*. A partir disto, foram encontrados 76 artigos que continham total ou parcial relação com o tema. Contextualizando os critérios de inclusão, foram: texto disponível, idioma em português, ano de publicação de 2010 a 2014 e ter como tema capital a avaliação em saúde, desses 38 artigos emergiram. Com a leitura, percebeu-se que 13 destes atendiam ao objetivo da pesquisa.

Resultados e discussão

Dentre os artigos utilizados, 23% destes foram pesquisas avaliativas, 15,4% de avaliações normativas, 7,7% revisão de literatura, 7,7% análise documental, 7,7% validação de metodologia, 7,7% não estava disponível na íntegra e 30,8% deles avaliam a satisfação do usuário. Tal abordagem torna-se interessante a partir da perspectiva de que é através da percepção do usuário que os gestores dos serviços podem repensar o atendimento prestado e

Apoio:

Realização:



satisfazer as expectativas do usuário, resgatando, assim, seu protagonismo. Dos artigos, 23% utilizaram a abordagem sistêmica de Donabedian, que, aliás, é a mais utilizada para avaliação da qualidade de programas e serviços de saúde devido a sua simplicidade. A avaliação de políticas e programas de saúde deve se utilizar de diversos métodos e focos para assim contemplar a visão dos diferentes grupos avaliados. A avaliação em saúde decorre em grande parte de atividades de monitoramento realizadas no cotidiano. Embora tais atividades não sejam capazes de trazer todas as mudanças necessárias, são importantes para orientar os processos de transformação das práticas de saúde à luz dos interesses dos agentes envolvidos nas técnicas de saúde. Entretanto, para que a avaliação torne-se efetiva é necessário que possua certo grau de institucionalização.

Conclusão

Percebe-se que a preocupação crescente das instituições pela melhoria do atendimento prestado impõe a necessidade de ações que garantam a qualidade do serviço. Neste sentido, a avaliação em saúde funciona como uma estratégia emancipatória de poder intrínseco inserida num contexto de vulnerabilidade, transitoriedade e de realidades complexas. É neste cenário que podemos perceber o potencial da avaliação na desconstrução da subversão dessa realidade. Possuindo um lugar de destaque nas ações de gestão e planejamento uma vez que permite reordenar a execução de ações e serviços, identificar pontos frágeis, mensurar eficiência e efetividade e oferecer subsídios para a tomada de decisões. E a partir daí elaborar um juízo de valor que aponte para caminhos de melhorias da qualidade.

Referências

ALMEIDA, D.B; MELO, C.M.M. Avaliação na atenção básica em saúde: Uma revisão de literatura. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 24, n. 1, 2, 3, p. 75-80, jan./dez. 2010.

ARAUJO, A.K. **Avaliação de serviços de saúde: o processo de acolhimento** [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2012.

CHAVES, L.D.P. **Integralidade da atenção aos agravos cardiovasculares: avaliação regional**. 2012. 96f. Tese (Livre –docência) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

LOPES, A.L.M. **Aspectos teóricos e práticos envolvidos na elaboração da matriz avaliativa de um serviço de tratamento do tabagismo**. [tese] São Paulo (SP), Brasil: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2014.

Direitos Sociais e Políticas Sociais

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



A ATUAÇÃO DO/A ENFERMEIRO/A NA SAÚDE PÚBLICA

Mariane Barbosa da Silva.

Discente do Curso de Enfermagem da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico-ASCES. E-mail: marinebarbosa92@gmail.com.

Introdução

A Enfermagem, profissão historicamente marcada pelo compromisso com a saúde pública, tem grande capilaridade social, estando presente na maioria das ações desenvolvidas na atenção básica/saúde da família do Sistema Único de Saúde (SUS). No contexto atual, aonde o trabalho vem passando por transformações constantes, requerendo atividades cada vez mais diversificadas, o enfermeiro tem sido amplamente requisitado a ocupar espaços estratégicos para a implementação de políticas sociais, em especial de saúde. Segundo Semíramis (2000 p. 97) “a saúde pública é um campo ainda em constituição no Brasil. Mesmo assim, somando coragem e criatividade muito pode ser feito em prol dos cidadãos no quesito de educação em saúde”. O presente texto tem como objetivos: i) conhecer a atuação do/a Enfermeiro/a na saúde pública; ii) discutir e analisar as ações desenvolvidas pelos enfermeiros em saúde pública e da sua importância para a realização dos programas e dos objetivos a serem alcançados quanto à promoção e prevenção.

Metodologia

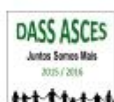
Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se pesquisa bibliográfica, com estudo descritivo que analisou teses, dissertações e artigos científicos sobre o tema, produzidos no Brasil durante o período de 2000 a 2010. Considerando o objeto do estudo, inicialmente os artigos referentes à temática abordada foram pesquisados no banco de dados das bibliotecas eletrônicas SciELO, LILACS e Medline. Descritores: Atuação da enfermagem, Saúde pública, Critérios de inclusão foram: artigos cujo tema central era, Atuação do/a Enfermeiro/a, na saúde pública. Foram identificadas 32 publicações que foram incluídas de acordo com os critérios adotados neste estudo. Após a leitura dos resultados, verificou-se que somente 14 artigos eram de interesse do objeto de estudo proposto. Os critérios de exclusão foram artigos de caráter comercial.

Resultados e Discussão

Com o aumento das doenças e agravos atingindo a população em todas as faixas etárias, percebe-se que diante desse caos social o enfermeiro atuando em saúde pública pode dispor programas específicos que vai de encontro com as necessidades da população e inserindo-os aos serviços de saúde básica no processo saúde-doença. A atuação do enfermeiro (a), no âmbito do (SUS), vem proporcionar a população uma visão holística, integral e igualitária, do ponto de vista humanístico. Ao fazer uma abordagem destacam-se as atribuições do profissional na saúde pública: i) Assistência: Seja em âmbito individual ou coletivo; ii) educação: Formação de enfermeiros e auxiliares de enfermagem, capacitação de agentes comunitários de saúde, e desenvolvimento de processo de educação permanente dos profissionais de saúde, além de atividades comunitárias de educação para a saúde; iii) gerencia de unidades, programas de saúde, projetos governamentais, não governamentais, e/ou de ações comunitária. Organização de serviços e planejamento em saúde, elaboração, coordenação e execução de projetos de

Apoio:

Realização:



intervenção e impacto no setor da saúde; iv) gestão de sistema de saúde, notadamente na qualidade de secretária municipal de saúde; v) assessoria, consultoria e auditoria em instituições de saúde; vi) pesquisa, produção científica na área de saúde e correlatas, além de atividades de docência na graduação e pós-graduação de profissionais de saúde. A enfermagem em saúde pública é a ligação entre os programas propostos pelo governo e a comunidade, em que se pretende expor que diante das ocorrências de doenças e agravos que surgem na comunidade e as ações governamentais para saná-las, a enfermagem é a ligação entre a população e as soluções propostas em todos os programas de saúde pública. Com ações educativas sendo assim, este é um grande desafio à enfermagem da atualidade, requerendo desses profissionais habilidades multidisciplinares e competência técnica-científica. Moreira (2008, p. 622) ressalta que “o trabalho de enfermagem nos programas de saúde é de inteira responsabilidade e competência exigindo do profissional mobilidade entre a equipe multidisciplinar e a comunidade”. É notório que a relação multidisciplinar, dentro da saúde pública está relevantemente integrada com o processo saúde-doença, no que se destaca a prevenção e promoção à saúde. Para Túlio Batista e Campos (2007), “a enfermagem, além de acolher, garante a primazia do atendimento realizado pelas equipes em que contribuem nesse processo os protocolos que orientam sobre os procedimentos a serem adotados na construção de saúde pública através de programas”. Compreende-se que a atuação do/a enfermeiro/a tem um papel de extrema importância na saúde pública, dentro da organização da comunidade e estabelecendo o processo saúde-doença, com contribuição teórica em diferentes programas e áreas temáticas na saúde pública com programas específicos. Para Silva (2000, p. 92), o enfermeiro/a, realiza ações preventivas a partir de práticas de educação em saúde, como palestras para comunidade, escolas, igrejas e visitas domiciliares. A realização de palestras é vista como medida educativa pelo enfermeiro e possibilidade de expansão do seu papel profissional nessa área. No contexto em que a enfermagem é um educador em saúde pública principalmente nos programas de DST's e AIDS. Queiroz (2008) sugere que a equipe de saúde realize palestras dirigidas aos adolescentes, utilizando recursos didáticos que os sensibilizem para o uso de métodos contraceptivos; sensibilizar a equipe multiprofissional para o trabalho com adolescentes, incentivando seu maior empenho nos programas de assistência de DSTs.

Dentro da atuação do/a enfermeiro/a, por meio de sua capacitação e cuidados o profissional desenvolve ações essenciais nas ações preventivas sobre DSTs e AID. A partir de práticas de educação em saúde, com palestras nas escolas, igrejas e visitas domiciliares. Captação das pendências na área adstrita é por meio da conscientização dos moradores realizando palestras dirigidas aos adolescentes, utilizando recursos didáticos que os sensibilizem para o uso de métodos preventivos, somando experiências em atenção primária à saúde e de educação continuada. Analisar e discutir sobre os desafios proposto aos profissionais nesse campo ainda em construção, mas que se manifestam no cotidiano das unidades de saúde coletiva, bem como situar a enfermagem nesse espaço e compreender as exigências imposta pela sociedade diante dos acometimentos endêmicos nas comunidades e identificar as ações governamentais e as contribuições do profissional de enfermagem nesse processo de construção de promoção e prevenção de saúde pública no Brasil.

Conclusão

Diante do presente trabalho foi possível compreender que a atuação do/a enfermeiro/a tem um papel de extrema importância na saúde pública, requerendo desse profissional extrema responsabilidade, ligando os programas de que visam prevenção de gerência e supervisão nos programas de serviços de saúde pública, que é estabelecido uma ligação entre os programas governamentais e a comunidade em que o profissional enfermeiro/a é um agente educador que interfere de modo positivo na cultura da comunidade, caracterizando assim uma assistência preventiva ao propor e executar ações educativas, dentro dessa conjuntura de conhecimentos, atitudes e habilidades conclui-se que o /a enfermeiro/a, por meio de sua capacitação e cuidado, desenvolve ações essenciais na manutenção, prevenção da saúde da comunidade. Nessa articulação verificou-se que a atuação do/a enfermeiro/a em saúde pública é uma interação socioeducativa, agindo, sobretudo no aspecto cultural da comunidade interferindo no modo de vida. Espera-se que as ações educativas desenvolvidas pela enfermagem na comunidade nos programas de saúde pública, capacita os moradores a serem multiplicadores de conhecimento.

Referências

BACHION, Maria Márcia; BRASIL, Virginia Visconde. - Reflexões sobre o trabalho do enfermeiro em saúde pública. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 06, n. 01, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen>>.

CAMPOS, Francisco Eduardo de BELISÁRIO; Soraya Almeida. **O Programa de Saúde da Família e os desafios para a formação profissional a educação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n9/09.pdf>>.

MATUMOTO, Silvia; MISHIMA, Silvana Martins. PINTO, Ione Carvalho. Saúde Pública: um desafio para a enfermagem. **Cad. Saúde Pública**. 2001, v.17, n.1, p. 233-241. Disponível em: <<http://dx.doi.org>>.

MOREIRA, Thereza Maria Magalhães; VIANA, Danielle de Sousa; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira; JORGE, Maria Salete Bessa. Atuação da enfermagem na Saúde Pública. **Rev. esc. enferm.** USP [online]. 2008, v.42, n.2, p. 312-320. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10>>.

ROCHA, Semíramis Melani Melo; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de. O processo de trabalho da enfermagem em saúde pública e a interdisciplinaridade. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [online]. 2000, vol.8, n.6, p. 96-101. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10>>.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO NO HOSPITAL MUNICIPAL DOUTOR MANOEL AFONSO

Lindinalva Albertine de Mélo Alexandre

*Assistente Social graduanda na Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico.
E-mail: lindinalvaalbertine@hotmail.com*

Introdução

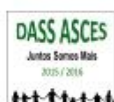
Nas últimas décadas o processo de envelhecimento da população vem tendo um grande crescimento, o que passa a exigir do Estado e da sociedade uma nova postura para atender as demandas que estão surgindo com esse processo de mudança demográfica. Além do envelhecimento da população em geral, é notável um aumento também dos mais idosos, aquele que tem uma idade igual ou superior a 80 anos. Logo, é possível afirmar que a população idosa está tendo um crescimento bastante significativo e que também está envelhecendo. No Brasil há um grande déficit de profissionais na área de gerontologia, onde no Estado do Nordeste é possível identificar que apenas 3% entre os gerontólogos estão desenvolvendo suas atividades, o que gera preocupação. É de suma importância destacar nesse momento que os assistentes sociais ocupam o 3º lugar na distribuição por categoria profissional, o que corresponde a 13% dos associados na Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Logo, o presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação do Serviço Social na atenção à saúde do idoso, no Hospital Municipal Doutor Manoel Afonso, Caruaru-PE. Procurou-se responder e explicitar questões relacionadas à saúde dessa faixa etária, contextualizando desde a Reforma Sanitária até a Constituição Federal de 1988, onde a saúde foi instituída por Lei como direito de todos e dever do Estado. Buscou-se também mostrar como o Serviço Social se inseriu em todo esse contexto histórico, e como a profissão se encontra instaurada dentro dessa política de saúde nos dias atuais.

Metodologia

Foi escolhido como método norteador, para ser o caminho de todas as fases desta pesquisa o método dialético-crítico, que é baseado no materialismo histórico e tem como objetivos principais o entendimento das inter-relações entre os fenômenos e busca do que está na sua essência (SILVA, 2013). A escolha desse método busca apreender os diversos fenômenos ligados às situações que foram estudadas, e os diversos fatores e determinantes que os condicionaram. É importante salientar, que esse método também foi escolhido, por oferecer contribuições para entender o que está no interior da realidade pesquisada, suas vinculações internas, contradições e a inter-relação com o contexto maior e suas condicionalidades. A partir das questões acima, pode-se estabelecer que a pesquisa teve como objetivo compreender a atuação do Serviço Social na atenção à saúde do idoso no Hospital Municipal Doutor Manoel Afonso. Para tanto, esse trabalho pretende antes descrever o trabalho do Serviço Social com saúde do idoso no Hospital Municipal Doutor Manoel Afonso; verificar as propostas das assistentes sociais no que concerne à saúde do idoso; e identificar junto aos demais profissionais do Hospital, como estes percebem a atuação do Serviço Social com saúde do idoso. A pesquisa foi realizada, através da aplicação do método descritivo e exploratório. Os sujeitos participantes da pesquisa foram as

Apoio:

Realização:



assistentes sociais do HMDMA e demais profissionais, tais como: chefe do setor da enfermagem e nutricionista que são profissionais que se dispuseram a participar da pesquisa, e estão mais próximos no desenvolvimento do trabalho da equipe multidisciplinar com saúde do idoso no referido hospital (SILVA, 2013). Foi realizada uma pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas, em que se teve a utilização de roteiro previamente elaborado, almejando alcançar os objetivos do estudo (ANDREATTA, 2011).

Resultados e discussão

Foi possível identificar através da entrevista realizada no Hospital Municipal Doutor Manoel Afonso que há uma grande deficiência na atuação prática dos profissionais do serviço social, no qual foi possível identificar deficiências no que tange a considerar os usuários da unidade como cliente.

No Brasil desde a metade da década de 1980, grupos de renda mais baixa, apesar de seu pequeno poder aquisitivo ainda estão carregando mais um fardo, o pagamento de serviços privados de saúde, quando não existem serviços públicos disponíveis. Portanto verifica-se uma mudança na terminologia de usuário (destinado dos serviços públicos estatais, detentores de direito ao acesso aos serviços prestados) para cliente (consumidor que paga o bem ou a prestação, transformando esta última em mercadoria). (MAMEDE, 2009, p.20).

O que é possível perceber que diante das situações que é posta diariamente ao profissional de serviço social é necessário que se tenha um profissional dotado de intenção, seguida de uma ação, que tenha uma perspectiva de romper com o conservadorismo das práticas profissionais, buscando sempre encontrar conteúdos e informações reais que busquem diferenciar suas práticas profissionais das intervenções assistencialistas, assistemáticas e filantrópicas, como também visem romper com as relações e determinações dadas pela sociabilidade burguesa (MAMEDE, 2009). A inclusão dos assistentes sociais na saúde é mediada pela importância social da profissão e por um conjunto de necessidades que se definem e redefinem, de acordo com os momentos históricos vivenciados pela saúde pública no nosso país. O profissional de serviço social precisa ter clareza das suas atribuições e competências para poder determinar estratégias de acordo com as demandas apresentadas pelos usuários do qual procurem ou necessitem do serviço, onde o profissional de serviço social tem por objetivo potencializar as orientações sociais e buscar ampliar o acesso dos usuários e da coletividade aos direitos sociais (CFESS, 2010). Entretanto é possível compreender o quanto necessário é importante o profissional estar norteado pelo Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão, para estarem desenvolvendo as suas atribuições, e mostrando o quanto é importante a prática de reuniões e debates entre os diversos grupos das equipes interdisciplinares e multidisciplinares para esclarecimento de suas atribuições e ações e estar se estabelecendo ações de rotina e planos de trabalho (CFESS, 2010). Ao fazer análise da pesquisa também foi possível concluir que no presente momento no HMDMA não se tem atividade voltada para os idosos, tanto pelo serviço social e também pela equipe multidisciplinar, o qual foi apontado pelos entrevistados como uma atividade que deveria ser desenvolvida, pois ajudaria no melhor desenvolvimento do trabalho e na recuperação do usuário. Isso nos mostra que o nosso país está envelhecendo, mas que o mesmo não está preparado e nem tão pouco se preparando para essa mudança, pois o Hospital Manoel Afonso não é o único que não tem atividades desenvolvidas para área da gerontologia, nos dias atuais são poucos os hospitais que possuem

Apoio:

Realização:



atividades específicas para esses usuários, mesmo sendo um hospital de referência para esse atendimento.

Conclusão

Durante a pesquisa desenvolvida no Hospital Municipal Doutor Manoel Afonso foi percebido que Serviço Social da unidade estar exercendo uma prática fragmenta do que é proposto pelo código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, o que resulta em associação de atribuições e atividades, as quais não são competências da área do serviço social. Foi percebido que devido o HMDMA ser uma unidade que tem alguns de seus vínculos empregatícios por forma de contrato, sendo a classe burguesa a total responsável por empregar os funcionários, alguns profissionais acabam reproduzindo atribuição que não são de sua competência profissional, devido ao medo pelo grande número de exército industrial de reserva que existe lá fora, mas também pela fragmentação da atuação profissional. Desta forma, concluo que é de suma importância para a unidade de saúde HMMA houvesse algumas mudanças na atuação do serviço social, onde a mesma passasse a ter uma atuação mais pautada no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação Da Profissão e juntamente com a equipe multidisciplinar pudessem através de reunião ou alguma atividade desenvolvida pelos mesmos apresentarem quais são as suas competências profissionais a serem desenvolvidas dentro da unidade de saúde, baseado em cada Código de Ética Profissional, desta forma será possível uma melhor redistribuição das atividades a serem executadas, e novas atividades serão desenvolvidas na instituição, inclusive atividades voltada para os idosos, que são usuários frequentes e com maiores números de internamentos na unidade.

Referências

ANDREATA, Ana Paula Fabbris. **Implicações do Processo de Hospitalização no Cotidiano e nas Relações Familiares do Idoso**. Porto Alegre, 2011.

CONSELHO Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

MAMEDE, Eliane Leite. **A direção ético-política da pratica do Assistente Social**: uma análise no âmbito hospitalar público à luz do projeto profissional. 2009. 229 folhas. Trabalho de pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, ANDRÉ LUIS. **A Política de Habitação e o Direito a Cidade**: Um estudo a partir das Ações do Departamento Municipal de Habitação de Gravataí-RS. Porto Alegre, 2013.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PERCEPÇÃO DO IDOSO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Brenda Thamyres Lira de Oliveira Santos

Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade ASCES. E-mail: brenda.thamyres.net@hotmail.com

Introdução

O presente texto tem como objetivo refletir sobre a contribuição do profissional do Serviço Social perante o envelhecimento focando no programa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Abarcará também o processo de envelhecimento e a atuação do assistente social perante este processo e perante o programa de Proteção Social Básica. O interesse pelo tema surgiu durante a realização do estágio curricular, no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (antigo Centro de Convivência do Idoso), na cidade de Caruaru-PE em que a convivência com pessoas idosas e com a atuação profissional de Serviço Social trouxe inquietamento quanto às premissas, desafios e limites da atuação do Serviço Social. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) e pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil apresenta atualmente uma grande taxa de natalidade e baixa taxa de mortalidade, o que determina que a pirâmide etária aumente o seu topo, ou seja, que cresce o número de idosos e, por sua vez, reconfigurem-se as demandas para o Serviço Social. O tema ganha relevância para a prática do Serviço Social, visto que população idosa tem crescido tanto nos últimos anos, como também atuação nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e, como tal, ainda necessita ampliar as discussões e aprofundamentos sobre a intervenção profissional nesse campo.

Metodologia

A metodologia utilizada para a pesquisa tem como base um conjunto de teorias, métodos, técnicas, instrumentos, a serem usados na fase exploratória da pesquisa de campo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que tem por natureza a essência dos objetos.

Discussão: Envelhecimento e as políticas

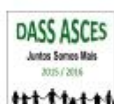
Antigamente o tema velhice não era discutido com viés social, pois retratavam a velhice como uma doença e não como a mudança no corpo e no organismo. A base da pirâmide etária no Brasil está mudando, hoje o topo da base está aumentando visto que a população de quem está envelhecendo cresce mais do que a que está nascendo, logo, a taxa de natalidade e de mortalidade estão baixas. Há uma estimativa que a população idosa venha aumentar ainda mais no decorrer dos anos. (GOLDSTEIN, 1999).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) nas próximas década a população mundial com mais de 60 anos vai passar dos atuais 841 milhões para 2 bilhões até 2050 [...]. Em 2020 teremos pela primeira vez na história o número de pessoas com mais de 60 anos maior que o de crianças até cinco anos [...].

Logo, para além de permitir um avanço da idade, os países, estados e municípios terão o dever de propiciar para os idosos um envelhecimento ativo, através de programas, serviços e projetos

Apoio:

Realização:



que atendam às demandas dessa faixa etária (BERZINS, 2003). Uma das políticas estratégicas de alcance dessa população é a de Assistência Social. “Apesar de ter sua origem histórica baseada na caridade, filantropia e na solidariedade religiosa, tinha a ótica de promover o desenvolvimento tanto social como comunitário” (MP – GO, 2000, p. 02). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), órgão que gere esta política, desenvolveu um projeto que visava a Responsabilidade Social que são os Centros de Convivência do Idoso - CCI com o objetivo de resgatar a pessoa idosa. O foco dos CCI é a melhoria da qualidade de vida e a transformação social, integração saudável e também a convivência entre os usuários do programa. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como foco contribuir para um envelhecimento saudável, e o fortalecimento de vínculos tanto familiares como comunitários, e há como objetivo a prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais. O serviço para esse público é importante para a vivência em grupo, as experiências artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas, interação e proteção social. (BRASIL. 2014). Dentro desse pacote de ações, o Assistente Social aparece como profissional que trabalha na formulação de programas e projetos sociais e na implantação dos mesmos, buscando a constante melhoria da qualidade de vida do idoso e de sua família, a fim de fortalecer a cidadania desses indivíduos. (MARTINS, 2011). Assim, os/as assistentes sociais que atuam nos Serviços de Convivência buscam assegurar o atendimento junto com a rede de Assistência Social e de Saúde, contribuindo na qualidade de vida e na inclusão social dos idosos, reafirmando a defesa do direito de envelhecer com qualidade então descolada da promoção de direitos sociais, conforme artigo 6º da Constituição Federal.

Considerações finais

Diante do que foi apresentado durante este artigo, conclui-se que o envelhecimento começou a ser discutido antes mesmo do século XX por varios cientistas que cada um tinha a sua visão sobre o que era o envelhecimento, mas nunca sendo discutido no social, mas sim como uma doença. Estamos vivendo em pleno processo de envelhecimento, a taxa de natalidade e mortalidade está baixa, consequentemente serão denominados países com população envelhecida. Neste artigo também foi abordado o processo da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) publicada em 2004, que foi legalmente reconhecida com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993. A Assistência Social é uma política de proteção social que visa assegurar os direitos da sociedade, e tendo esse olhar o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) criou o projeto para a população idosa o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em 1996, que visava à melhoria da qualidade de vida dessa população idosa. Com a mudança de governo e com o reordenamento dos serviços socioassistenciais, foi criado o Programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no ano de 2014, esse programa tem como foco integrar faixas etárias diferentes visando à convivência entre idades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Neste programa da Proteção Social Básica o profissional de Serviço Social é de suma importância para a concretização do programa e para ligar o idoso aos seus direitos e a convivência familiar e comunitária, contribuindo assim para a qualidade de vida saudável.

Referências

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, Ano XXIV, n. 75, set. 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome- MDS. **Serviços para Idosos**. s/d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/scfv-servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/servicos-para-idosos>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

CIOSAK, Suely Itsuko. Senescência e senilidade: novo paradigma na Atenção Básica de Saúde. **Rev Esc Enferm, USP**, n. 42, v. 2, p. 1761-1765, 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45nspe2/en_22.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MARTINS, Luciana de Oliveira. A contribuição do trabalho do assistente social em centros de convivência para idosos: limites e possibilidades. **Revista Uniabeu**, v. 4, n. 8, set./dez. 2011.

MP – GO. MINISTERIO PÚBLICO DE GOIÁS. **Histórico da política de assistência social**. Texto produzido para a Capacitação Regional de Conselheiros Estaduais e Municipais de Assistência Social. MP: Goiás, 2000. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/historico_da_politica_de_assistencia_social_-_2000.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

A DOGMÁTICA JURÍDICA E A REAL EFETIVAÇÃO SOCIAL DE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS NO QUE CONCERNE AO EMPREGADO DOMÉSTICO

Iury Farney Silva Chapoval (1); Rayssa Laênny Silva Chapoval (2); Sayonara Lindoso Durval (3);
Marcela Proença Alves Florêncio - Orientadora (4)

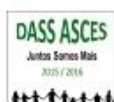
- (1) Discente da Faculdade ASCES. E-mail: iurychapoval@yahoo.com
(2) Discente da Faculdade ASCES. E-mail: rayssachapoval@hotmail.com
(3) Discente da Faculdade AEMASUL. E-mail: nara_lindoso@hotmail.com
(4) Docente do Curso de Direito da Faculdade Ascres. E-mail: marcelaflorencio@ascres.edu.br

Introdução

O presente trabalho tem como escopo demonstrar os avanços que ocorreram na legislação Previdenciária no que concerne à lei complementar nº150 de 1º de junho de 2015, a conhecida lei dos domésticos. Para uma melhor compreensão se faz necessário primariamente conceituar e distinguir termos. Os direitos sociais, considerados de segunda dimensão, são devidos a um longo processo de desenvolvimento social e jurídico que na Constituição Federal de 1988 estão expressamente elencados do artigo 6º ao 11 como direitos fundamentais. A emenda constitucional nº 72 de 2013 majorou direitos e garantias sociais quanto ao empregado doméstico, mas para que houvesse sua real efetivação social se fazia necessário lei complementar para assim delinear os parâmetros legais. É publicado então após dois anos e omissão legislativa a lei complementar nº150. Para tanto a lei que busca preencher uma lacuna que existira devido a omissão do poder legislativo em regulamentar tais direitos, trouxe várias inovações e mudanças quanto aos direitos Previdenciários no campo da dogmática jurídica, mas, embora seja de inestimável significado o advento da regulamentação, o que se deve observar é como ocorrerá a sua real efetivação, sabendo que, segundo estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) o Brasil é o país que tem maior número de empregados domésticos no mundo, cerca de 7,2 milhões. É sabido que devido a regulamentação supracitada, o empregado doméstico poderá ser beneficiário de auxílio acidente, preenchendo assim uma imensa lacuna que até então existia quanto aos direitos do doméstico, vale ressaltar que tal inovação não ocorreu sem a preexistência da fonte do custeio para o benefício que foi majorado, vários doutrinadores tais como, Ítalo Romano já argumentavam quanto essa “injustiça a direitos”. Vale ressaltar também as mudanças que ocorreram quanto ao recolhimento das contribuições Previdenciárias, antes da lei complementar nº150 não havia para o empregado doméstico a presunção do desconto e o posterior recolhimento tal direito era destinado apenas ao empregado e ao trabalhador avulso, como se sabe, não cabe ao empregado doméstico recolher as suas contribuições à Previdência Social tarefa está fica a cargo do empregador doméstico realizar, logo o empregado doméstico ficara sujeito a “vontade” do empregador quanto ao recolhimento e o mesmo tinha que comprovar através de várias documentações junto ao INSS que efetivamente trabalhou como empregado doméstico a fim de obter o benefício em questão. Com a regulamentação não há mais a necessidade por parte do empregado comprovar o efetivo recolhimento das contribuições sociais tendo em vista a presunção do desconto e o posterior recolhimento agora majorado também ao empregado doméstico.

Apoio:

Realização:



Metodologia

A metodologia aqui utilizada foi a descritiva, através de fontes de pesquisa tais como artigos científicos, livros, monografias, dissertações, dados e estudos de Organismos Internacionais, se valendo sempre da veracidade dos fatos mencionados neste trabalho.

Resultado

Observa-se que apesar dos avanços já mencionados quanto a regulamentação, cabe agora ocorrer avanços no aspecto subjetivo na relação jurídica-social, isto é, o empregado doméstico se situar como sujeito não apenas de deveres, mas também sujeito de direitos. Essa consciência deve partir não só do empregado doméstico, mas principalmente do Estado, que deve velar pela eficácia dos direitos fundamentais.

Conclusões

Conclui-se, portanto, que há ainda um caminho a se conquistar quanto a efetivação de direitos sociais na esfera previdenciária, a própria omissão legislativa acabou por se criar uma cultura negativa na sociedade quanto a preservação desses direitos. Cabe então, por fim, saber que um dos principais objetivos de um Estado Democrático de Direito é resguardar direitos a todos e através disso garantir a dignidade da pessoa humana, quando o Estado regula tais direitos ele está garantindo não só a dignidade para os sujeitos que serão beneficiários dos mesmos, mas para toda uma sociedade que vela pelos direitos fundamentais.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. De 05 de outubro de 1988. [atualizada].

_____. **Plano de Benefícios**. Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991 [atualizada]

_____. **Plano de Custeio**. Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991 [atualizada]

EDUARDO, Ítalo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. **Curso de direito previdenciário**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

KERTZMAN, Ivan. **Curso de direito previdenciário**. 11.ed. Salvador, 2014

PICON, Rodrigo. Análise da nova lei dos domésticos (Lei Complementar 150/2015). **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4379, 28 jun. 2015. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/39888>>. Acesso em: 3 set. 2015.

PICON, Rodrigo. Análise da nova lei dos domésticos (Lei Complementar 150/2015). **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4379, 28 jun. 2015. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/39888>>. Acesso em: 3 set. 2015.

PICON, Rodrigo. Análise da nova lei dos domésticos (Lei Complementar 150/2015). **Revista**



Jus Navigandi, Teresina, ano 20, n. 4379, 28 jun. 2015. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/39888>>. Acesso em: 3 set. 2015.

PICON, Rodrigo. Análise da nova lei dos domésticos (Lei Complementar 150/2015). **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4379, 28 jun. 2015. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/39888>>. Acesso em: 3 set. 2015.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A ORIENTAÇÃO NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NA GESTÃO FHC E LULA

Tatianne Amanda Bezerra da Silva

*Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Belo Jardim/PE.
Email: tatiannebezerra1@hotmail.com*

Introdução

No Brasil, as reformas educacionais neoliberais foram executadas no final do século XX, refletindo em um expressivo processo de ampliação e mercantilização do ensino superior no país, iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998 e 1999-2002) e ampliado no decorrer da gestão petista de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). Trata-se, pois, de uma resposta à grande crise capitalista e reordenamento estatal, comandado pelos organismos internacionais e refletido na periferia do capitalismo em uma forte desresponsabilização do estado e, conseqüentemente, intenso processo privatização das políticas sociais, com destaque para educação, em especial a educação superior. Conforme destaca Lima (2007), as políticas neoliberais vêm orientando um conjunto de reformas políticas e econômicas nos países periféricos, que incluem desde reestruturação da esfera produtiva, reordenamento do papel do Estado, até a formação de uma nova sociabilidade. Em meio a estas mudanças relativas à sociabilidade encontra-se a educação superior, adequada aos interesses do capital. Pereira (2008) ressalta que diante da agenda neoliberal a educação transforma-se em forte campo de exploração capitalista, com sua transmutação em serviço há ainda a intensificação da propagação por parte dos organismos internacionais da promessa ideológica da educação enquanto meio de alívio da pobreza e desenvolvimento nacional. Desenvolve-se uma forte defesa por estes organismos da universalização do ensino fundamental comandada pelo Estado e diversificação das fontes de financiamento no ensino superior, o que significa uma abertura para o setor privado, inserindo-o no contexto de expansão dos mercados capitalista. Portanto, conforme postula a autora, em um contexto de prejuízos para a classe trabalhadora, ou seja, a grande massa da população, além de identificação da educação como campo de lucro e mercantilização, surge a necessidade burguesa de reformas educacionais no sentido de conformação de consensos. Nesse contexto, em um processo dialético, o ensino superior, ao mesmo tempo em que é reconfigurado na nova conjuntura de crise do capitalismo como um espaço mercantilizado, é ele próprio um elemento fundamental para a difusão ideológica burguesa, mediante a formação em massa de intelectuais colaboracionistas à ordem do capital. As reformas surgem, portanto, como um meio de captação da subjetividade das classes trabalhadoras, com base no discurso da inclusão, acesso à capacitação e passaporte para a empregabilidade, omitindo a emissão de certificados em massa e a incapacidade de absorção do grande número de profissionais pelo mercado de trabalho. Diante do exposto, o presente artigo teve como objetivo geral compreender o modo como as reformas educacionais neoliberais foram executadas no Brasil no decorrer dos anos 1990 e no início do novo século, levando em consideração o padrão dependente dos países periféricos e os projetos econômico-político implementados no governo de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Como objetivos específicos propõe-se a: compreender o contexto de crise estrutural do capital, com a

Apoio:

Realização:



redefinição do Estado nos marcos do neoliberalismo; investigar o processo de contrarreforma do ensino superior brasileiro na gestão de Fernando Henrique Cardoso e; identificar as continuidades e rupturas do processo de contrarreforma do ensino superior na gestão de Lula da Silva.

METODOLOGIA

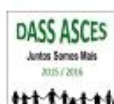
A investigação foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema. Segundo Minayo (2010, p. 22), as abordagens qualitativas que são entendidas como “aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais”. A abordagem qualitativa permite apreender os significados dos discursos, a dinâmica das relações que se estabelecem entre os sujeitos e as suas contradições, bem como *compreender o modo como as reformas educacionais neoliberais foram executadas no Brasil no decorrer dos anos 1990 e no início do novo século*. O contexto de análise se constitui em um conjunto de atividades interpretativas acerca do objeto de estudo, empregados múltiplos métodos e estratégias de pesquisa, “[...] é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas matéricas e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 17). Partindo do princípio de que a compreensão da realidade está ligada ao ato existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em estabelecer leis para generalizações. (GOLDENBERG, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em contrapartida aos avanços políticos e sociais estabelecidos na constituição federal de 1988, sob o contexto do esgotamento do milagre econômico brasileiro, manifesto no início dos anos 80 e desembocado nos anos 90, verifica-se uma mudança na direção estatal brasileira, marcada pela redução de seus investimentos na área social, em especial, na educação. Nesse contexto, em meio a implantação da agenda neoliberal no Brasil, o Estado brasileiro transfere a sua função de executor das políticas sociais públicas para o setor privado e para uma sociedade civil pró-ativa. Assim, conforme destaca Pereira (2008), ao invés de reformar a constituição federal de 1988, que se apresenta como ganhos para população desmontam-na no cotidiano da nação, reorganizando, portanto, o Estado e suas relações com a sociedade civil. Para alcançar tal fim, ao assumir a presidência, Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), sob responsabilidade do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Este último elaborou e enviou ao congresso nacional em 1995 o projeto de reforma do Estado, aprovado pelo executivo em seguida. Entre os conceitos apresentados pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE) está a defesa do excesso de atividades exercido pelo Estado como causador da crise, isto é, despolitiza a crise, que aparece com a crise do Estado – e centraliza as soluções em gestões administrativas. Destarte, seria urgente reformá-lo em bases modernas e racionais, passando de um modelo de administração dito burocrático para uma administração gerencial, traduzida como a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, pela “introdução de uma cultura gerencial, baseada na administração de empresas”. (PEREIRA, 2008, p. 151). Trata-se, como destaca Pereira (2008), da defesa de uma maior permeabilidade dos agentes privados e de organização da sociedade civil no desenvolvimento de serviços sociais públicos, transferindo responsabilidades e verbas para ambos, especialmente para as empresas privadas. Nesse sentido, o documento parte da

Apoio:

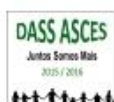
Realização:



premissa de que há uma crise, decorrente da ineficiência do Estado e excesso de suas funções que deveriam ser executadas pelo setor privado e pelo setor público não-estatal. Assim, por meio de uma resignificação dos conceitos de público, privado e estatal no plano ideopolítico, abre-se espaço para a desresponsabilização do Estado para com as instituições públicas, inserindo-as no campo de suas atividades não exclusivas, como é o caso das Instituições de Ensino Superior. O objetivo principal desta medida educacional foi o de expandir a oferta de vagas sem, entretanto, representar gastos à União. Destarte, foram crescentes os processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições do setor privado. Nesse sentido, ampliou-se significativamente a participação da esfera privada no conjunto de matrículas dos cursos de graduação, chegando a corresponder, no ano de 2002, a cerca de 70% do número total de matrículas. (CORBUCCI, 2004). No que se refere a gestão Lula da Silva, segundo Gomes (2008), ao contrário de muitas interpretações simplistas que venham a ser realizadas em relação a 'realidade' da educação superior no Brasil, apontando significativas diferenças no direcionamento político das medidas tomadas no governo FHC e Lula, sob o ponto de vista dos diagnósticos oficiais, não existem diferenciações expressivas entre as gestões supracitadas. Contudo, se os diagnósticos governamentais não apresentam significativas diferenças, as políticas e formas de enfrentamento da educação superior diversificam-se alarmantemente. Enquanto no governo Fernando Henrique as bases de suas políticas encontram-se no discurso da expansão do acesso da educação superior, fundamentalmente de caráter privado, na tentativa 'descarada' de apagar da memória da população a ideia de educação enquanto direito, no governo Lula a questão ganha novos contornos. (GOMES, 2008). Não se trata tão somente de ampliar o acesso e expandir o sistema, conforme destaca Gomes (2008), no governo de Luiz Inácio Lula da Silva a questão da expansão do ensino superior tem sido tratada dentro de uma configuração discursiva que enuncia claramente o tema da democratização do acesso e justiça social, com um aumento significativo, em relação ao governo anterior, das vagas nas universidades públicas, especialmente através de sua interiorização, ainda que com estruturas físicas precárias e frágil política de assistência estudantil. Portanto, se em seu discurso o Estado defende a pauta da justiça social, no cotidiano tratou de desmontar a universidade pública e impulsionar a expansão do setor privado. Deste modo, há uma relação de continuidade e ruptura em relação a gestão anterior, demarcadas por um Estado que, ao mesmo tempo em que financia o setor privado e o grande capital, leva a população de baixa renda a sentir-se contemplada por suas medidas "inclusivas", como é o caso dos programas de cotas e do PROUNI – Programa Universidade para todos. (GOMES, 2008). Nesse sentido, conforme evidenciado anteriormente, apesar das expectativas direcionadas ao governo Lula da Silva no sentido de reverter o então quadro de desresponsabilização estatal com a educação superior que vinha ocorrendo no Brasil por meio da redução de verbas públicas para seu financiamento e concomitantemente, estímulo à privatização deste nível de ensino, os elementos de reformulação da gestão FHC estiveram presentes na gestão petista. Seguindo este prisma, atestou-se como resultado da pesquisa que a expansão do ensino privado esteve presente durante toda a gestão de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, se inscrevendo, portanto, no contexto mais geral de crise capitalista, resignificação da intervenção estatal e da função social da educação superior. Destarte, apreende-se que a reforma educacional brasileira compõe a lógica de massificação do ensino, expansão de mercados e da lucratividade, desqualificação do processo formativo, difusão da pedagogia da hegemonia e

Apoio:

Realização:



atendimento dos interesses estatais de ampliação das estatísticas educacionais solicitadas pelos organismos internacionais, sem, no entanto, utilização de grandes aportes.

Conclusão

Consideramos, portanto, que as situações expostas representam a atual lógica de expansão da educação superior brasileira: massificada, mercantil e sem garantia da devida qualidade, com claros interesses ideopolíticos de reprodução da lógica capitalista e formação de consensos. Um processo formativo desqualificado que demonstra a necessidade de continuidade na luta por uma educação pública, de qualidade, gratuita e presencial, concomitantemente, de exigência junto ao Estado brasileiro de um efetivo investimento na educação pública brasileira.

Referências

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado à educação superior no Brasil. **Educ. Soc.**, Campina, Vol. 25, n. 88, p. 677-701, Especial, out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GOMES, Marcelo Alfredo. As reformas e políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos. In: MANCEBO, Dirse et. al. (org.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. São Paulo: Editora Alínea, 2008

LIMA. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

A EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Maria Lúcia Gonçalves

Pedagoga. Especialização em Metodologia do Ensino Religioso- CEMERE, da UNICAP e pós-graduanda no Curso de Especialização em Educação – UNIAFRO: Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar da UFRPE. E-mail: malu3goncalves@gmail.com

Introdução

O presente trabalho é elaborado a partir das reflexões e trabalho de avaliação da disciplina: Educação das Relações Étnico Raciais e Construção de Currículo, ministrada no Curso de Especialização em Educação - UNIAFRO: Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar, da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE. O texto se propõe discutir o papel da escola e dos/as educadores/as na construção das relações étnicos raciais.

Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto foram realizadas, além de leituras dos textos, consultas a livros didáticos, vídeos e web aulas disponibilizadas para estudo e reflexão da disciplina, duas entrevistas semiestruturada com 02 (duas) educadoras¹ da educação básica. A entrevista teve como base a narrativa das educadoras em resposta a seguinte pergunta: *Quando surge o assunto “negro/negra/indígenas em sala de aula, com que sentimentos, pensamentos, dificuldades e desafios pessoais você se depara?”* Como resultado desse processo, apresenta-se aqui as questões relacionadas a dimensão racial e étnica, representação social e preconceito vividos em ambiente escolar, acrescidos de considerações sobre qual seria o papel da escola e das/os educadoras/ na construção das Relações Étnico-Raciais

Discussão: A Escola e Relações Étnico-Raciais

Representações sociais, preconceito e o ambiente escolar

A luta pelas demandas da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no campo da educação passou a ser de fato apoiada com a promulgação da Lei 10.639/03 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileiras e africanas, fruto da persistência dos movimentos negros por meio das suas inserções nos espaços de discussão e elaboração das políticas públicas. Com a aprovação da Lei é elaborada em 2004 a resolução que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais² e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana que orienta e garante a implementação da lei nos estabelecimentos de Ensino. A abordagem das relações étnico-raciais na educação é caracterizada por representações sociais, estereótipos e preconceito, muitas vezes velado, tão presente no cotidiano escolar. As representações têm um caráter coletivo formado por diferenças entre grupos. Compondo-se de combinações de conceitos, imagens e percepções compartilhadas e transmitidas por um número significativo de pessoas e de uma geração a outra. Uma vez criadas, as representações adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao

¹ Educadora 1 – professora do 3º ano, Rede Pública; educadora 2 - professora do 6º e 9º ano, Rede Privada, 2015

² A educação das relações étnico-raciais deve ser trabalhada em todas as disciplinas, com especial destaque para Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

Apoio:

Realização:



nascimento de novas representações, enquanto velhas morrem. (VASCONCELLOS e CAETANO 2014). No que concerne ao preconceito, aqui entendido como julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro. (Gomes, 2015). A partir da compreensão desses conceitos é importante analisar as respostas das educadoras entrevistadas sobre a abordagem do tema sobre o cotidiano escolar.

Trabalhar as diferenças não é fácil, nem tampouco as questões sobre preconceito racial porque ninguém assume o preconceito. Quanto aos livros didáticos, nem sempre são um apoio eficiente para abordar esses temas. “As situações diárias de preconceito são bem mais fortes para nossa atitude enquanto educadores/as. (Educadora 1, 2015)

Na percepção da entrevistada o maior desafio é enfrentar e falar do preconceito e da discriminação racial quando ela é cometida pelos próprios educadores/as, seus colegas de trabalho. Chegou a relatar que este ano, na festa de São João, um aluno desistiu de dançar porque a menina, que era seu par na quadrilha, era negra. A mãe desse aluno era funcionária da escola e a professora da sala preferiu deixar pra lá, para não se indispor com a colega. Afirmou que a criança que sofreu a discriminação não percebeu, dançou com outro par. Disse ter ficado indignada, mas como o aluno não era de sua sala, não “comprou a briga” e terminou seu relato concluindo que: “O respeito às diferenças, a não discriminação é um valor meu, que aprendi na família, na vida e não nos livros didáticos.”

O relato da atitude de preconceito da mãe e do seu filho retrata bem o perigo de uma história única apresentada no vídeo Chimamanda Adichie, quando uma africana fala de sua história pessoal para contextualizar a história única fundamentada no racismo estrutural das cidades ocidentais:

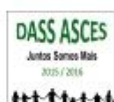
As histórias únicas vêm do Ocidente. Relatos de uma África negativa, de diferenças, de escuridão, de pessoas, que na visão do poeta são metade demônio e metade criança. É assim que se cria uma única história: Mostre um povo como somente uma coisa, repetidamente, e serão o que eles se tornarão. (Adichie, 2015).

Certamente essa mãe que teve uma atitude de preconceito deve ter internalizado uma história única e negativa sobre a África e a população negra a partir dos estereótipos gerados pelas representações sociais. E, nessa sua única história não havia possibilidade de uma menina negra ser igual ao seu filho. Este fato nos remete a fala de Adichie: “Minha amiga falava de uma única história de catástrofe e nessa única história não havia possibilidade de os africanos serem iguais aos americanos”. De acordo com a narrativa da educadora 2, dificilmente o assunto sobre negro-negras/indígenas surge de forma espontânea na sala de aula. Para a entrevistada, a escola trabalha com raça/etnia através dos temas transversais e da disciplina de ensino religioso por ser uma escola confessional. Segundo ela os/as educandos/as ficam sensibilizados quando o tema da escravidão é abordado em sala. No entanto, diz que é um desafio abordar as religiões de matrizes africanas. Ao ouvir a educadora percebemos certa contradição quando ela afirma que não há ocorrências de preconceito. Entretanto, em outro momento da entrevista ela relatou:

O livro do ano passado trazia as religiões de matrizes africanas: Umbanda, candomblé, mas houve uma reclamação por parte da família que questionou como um colégio católico

Apoio:

Realização:



dava ênfase às religiões africanas. Neste ano, recebemos o livro didático, livro pertencente a uma rede própria da Instituição, e constatamos que as religiões de matrizes africanas foram praticamente suprimidas. (Educadora 2, 2015).

Ao consultar alguns livros didáticos encontram-se imagens de homens e mulheres negras. Contudo, percebe-se que não há textos ou argumentos sobre a história e a contribuição dessa população na formação do povo brasileiro. O conteúdo ainda é muito incipiente, vago e não aprofunda os elementos que deveriam ser aprofundados. Entretanto se for comparado os livros didáticos atuais em relação aos anteriores à Lei 10.639/03, constata-se que há avanços nas representações das imagens dos/as negros/as. Antes não havia nenhuma imagem de família negra como já é possível encontrar hoje. Entretanto, ainda temos muito que avançar.

O Papel da Escola na Construção das Relações Étnico Raciais

Ao estudar as Identidades e Memórias Étnico-raciais percebe-se o quanto é relevante o papel da escola e dos/as educadores/as na desconstrução do mito da democracia racial, que possibilita uma mudança de paradigmas e a reconstrução de relações étnico-raciais onde todos/as sejam respeitados/as em suas identidades raciais. A ideia de que o Brasil é democracia racial surge da interpretação, sistematização e divulgação do sociólogo Gilberto Freyre, que é um de seus principais teóricos. Em sua obra Casa-Grande Senzala afirma que no Brasil, as três “raças” formadoras da sociedade brasileira conviviam harmoniosamente, em relação a outras sociedades que também tinham o regime escravocrata. Para Gomes, a democracia racial é um mito, visto ser:

Uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial” (GOMES, 2005, p. 57).

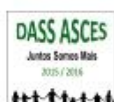
Como é possível observar a manutenção dessa perspectiva de análise, centrada na ideia de uma sociedade estruturada no eixo da democracia racial presta um desserviço à sociedade brasileira porque camufla a realidade tal como ela é, reforçando assim, a discriminação e o preconceito racial com relação à população negra e usando estereótipos que não representam um segmento que forma a nação brasileira que, como as demais, trouxe grandes contribuições na formação econômica, social e cultura do povo brasileiro.

Considerações finais

Na breve análise realizada aqui sobre o tema é possível observar que os textos estudados na disciplina Educação das Relações Étnico Raciais e Construção de Currículo, bem como a observação das práticas vivenciadas na escola e no processo educativo dialogam entre si. Na análise das entrevistas foi possível observar que o desrespeito e o preconceito ainda estão presentes nas atitudes dos pais e dos/as alunos/as com relação à população negra e suas manifestações religiosas, bem como na atitude da escola em suprimir conteúdos sobre as religiões de matrizes africanas. Por que o conteúdo do judaísmo, do islamismo e das religiões cristãs não sofreu alteração? Fica assim caracterizado a intolerância religiosa, a força das representações sociais com seus estereótipos e preconceitos. É importante também reconhecer que o livro didático não pode ser o único instrumento para trabalhar as questões raciais, pois a educação das relações étnico-raciais passa, primeiro, pela sensibilização e formação de

Apoio:

Realização:



gestores/as e educadores/as a fim de desenvolver estratégias pedagógicas para desconstruir o mito da democracia racial. Para ocorrer essa desconstrução é preciso oportunizar aos profissionais da educação conhecimentos sobre a cultura africana e afro-brasileira. Um grande aliado nessa tarefa pode ser o movimento negro e núcleos de estudo afro-brasileiros, espalhados pelo Brasil, que podem trabalhar junto às escolas e universidades na construção desse saber, visto que são grupos que estudam e pesquisam a história do Brasil a partir da diversidade racial e não a partir de uma única cultura que é dos escravagistas e dominadores. Conclui-se, portanto, que é necessário promover processos de integração entre as culturas, de diálogo franco e convivência sadia e respeitosa. Um caminho seria promover vivências, intercâmbios e experiências onde educadores/as e educandos/as possam sentir o quanto é rico a nossa diversidade, pois séculos de educação pautadas numa abordagem da história sob a ótica dos colonizadores, que escravizaram e dominaram os/as negros/as, "rouba" a dignidade das pessoas inferiorizando um povo em detrimento de outro.

Referências

BRASIL. Resolução Nº 1, 17 de junho de 2014 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: 2004.

CHIMAMANDA Adichie e o Perigo de uma História Única - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEYh>. Acesso em 12 de Set de 2015

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Disponível em: http://www.par2.ead.ufrpe.br/pluginfile.php/125867/mod_resource/content/1/GOMES%2C%20Nilma%20Lino.%20Alguns%20termos%20e%20conceitos%20presentes%20no%20debate%20sobre%20rela%C3%A7%C3%B5es%20raciais%20no%20Brasil.pdf. Acesso em 18 de set de 2015.

VASCONCELLOS, Lícia Maria Vieira; CAETANO, Vitor Nunes - **Diálogo entre representação social e identidade: considerações iniciais**. Disponível em http://www.par2.ead.ufrpe.br/pluginfile.php/135747/mod_resource/content/1/Representa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Identidade%2013-Vasconcellos_e_Caetano.pdf. Acesso em 18 de set de 2015.

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Anagésia Leal da Silva (1); Ana Paula Luna – Orientadora (2).

(1) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: anagesialeal@hotmail.com

(2) Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: analuna@ascres.edu.br

Introdução

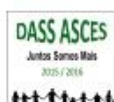
Um dos eixos de atuação para o Serviço Social na educação é a gestão democrática, que compõe uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE visa à desburocratização da educação tendo como finalidade uma maior participação do alunado e da comunidade em geral nos processos decisórios das unidades escolares, pois assim como consta na Constituição Federal de 1988, a educação é dever do Estado, da família e da sociedade como um todo, desse modo é fundamental a participação de todos para a garantia da efetivação deste direito, todos juntos desempenhando seu papel com qualidade e eficiência em equipes multidisciplinares, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos entre outros. A escolha do tema dá-se pela importância da atuação do profissional do Serviço Social no Âmbito Educacional como proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. De modo pessoal, surgiu após a experiência vivenciada no estágio curricular I na Gerência Regional de Educação – GRE Agreste Centro Norte, onde pudemos visualizar os desafios e avanços do “fazer” do Assistente Social nesse âmbito, surge assim alguns questionamentos que nos fazem refletir acerca do papel do assistente social na educação pública, como estão sendo atendidas as demandas que surgem na escola decorrente das expressões da questão social, e qual a contribuição do Serviço Social para a garantia de educação de qualidade que é direito de todos. A atuação desse profissional nesta Política Pública é fundamental na construção de uma educação emancipatória e acessível a todos, pois embora esta seja um direito social garantido a todos os cidadãos pela Constituição de 1988, seu acesso ainda tem um caráter classista. A inserção do profissional de Serviço Social na educação faz-se necessário para que este possa instrumentalizar as famílias quando houver problemas que interfiram no desenvolvimento do aluno na realidade escolar, por meio de acompanhamentos individuais entre o educando e a família, propiciando a abertura desses espaços para a participação no meio escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é uma das legislações que subsidia a política de educação a qual em seu artigo 1º traz:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Neste sentido o Serviço Social será de grande importância no cumprimento do que determina a LDB, acompanhando as políticas governamentais que atendem as famílias das crianças que estão em idade escolar, nos trabalhos em rede com as demais políticas, realizando trabalhos com a comunidade local para que a mesma, a família e escola andem sempre unidas. De

Apoio:

Realização:



acordo com Santos (2012), o contexto social atual está a cada dia mais complexo, com mudanças na formação da família, as transformações culturais, sociais, políticas e econômicas que refletem diretamente nas demandas inerentes ao cotidiano escolar, mudanças estas que estão diretamente ligadas ao modo de produção capitalistas, e os profissionais da educação não estão aptos para dar respostas às demandas provenientes das mesmas, se levarmos em conta que a educação pública no Brasil ainda é muito “tradicional”, desse modo, o assistente social é o profissional que dará o apoio necessário a escola, respondendo as questões que dizem respeito às famílias e estão intrinsecamente relacionadas ao cotidiano do aluno. Destacamos ainda, que são vários os fatores que dificultam a inserção do profissional de Serviço Social na escola pública como destaca Santos (2012), que essa admissão geraria mais custos aos cofres públicos, em relação a diferença no salário do assistente social e do professor e o entendimento por parte dos profissionais “tradicionais” da educação em relação às contribuições que o assistente social pode oferecer. Vale salientar que o Serviço Social contribui na formação de espaços de discussão entre escola e comunidade, contribuindo na tomada de consciência, de atitudes, trabalhando as relações interpessoais.

Metodologia

A metodologia a ser utilizada na nossa investigação se dará por meio do método dialético que, segundo Gil (2009, p.14):

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que ordem a quantitativa se torna norma. Assim as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos.

Além desta abordagem, será realizada pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema abordado, utilizando-se para tanto de documentos variados, livros, periódicos e demais publicações doutrinárias nacionais e internacionais que versem sobre o tema e que sirvam de base ao estudo.

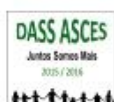
Discussão: a atuação do serviço social na política de educação

Sabemos que a educação é uma política pública, e nela estão presente várias práticas e valores hegemônicos na sociedade capitalista, é por meio dela que são formadas as consciências dos atores que dela fazem parte, em especial na busca incessante de seus direitos, por isso que o espaço da Escola é disputado pelas classes fundantes da sociedade (burguesia/proletariado). Desse modo, Santos (2011, p. 12) destaca que,

Compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua

Apoio:

Realização:



singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho e da cultura interferem diretamente na política de educação, fazendo com que este se torne um espaço em que várias profissões colocam suas preocupações, entre estes o Assistente Social que tem como objeto de sua intervenção a questão social, o que quer dizer que no espaço da escola estão sendo apresentadas suas expressões a quais podemos citar como exemplo, os vários tipos de desigualdade, violência, preconceitos entre outras, estes são fatores que explicam a necessidade de sua intervenção neste campo, pois esses fenômenos são objeto de intervenção do Serviço Social, isso implica dizer que o professor e o Assistente Social devem estar em diálogos constantes, o trabalho deve ser realizado de modo multiprofissional.

Considerações finais

Para finalizarmos este trabalho faz-se mister voltarmos ao ponto que motivou nossa pesquisa: entender como é a atuação do Serviço Social na educação pública e sua contribuição na garantia de uma educação de qualidade como também na identificação das formas de trabalho junto à família. Constatamos que o espaço escolar está permeado por expressões da questão social, fato que justifica a presença do Assistente Social realizando sua intervenção neste campo, além do que este é o profissional que vai articular o atendimento aos alunos e suas famílias com o objetivo de melhorar a qualidade da educação pública.

Referências

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição: **República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de junho de 2014.

SANTOS, André Michel dos. Serviço Social na Educação: reflexões acerca das contribuições do assistente social para o fortalecimento da gestão escolar. In SCHNEIDER, Gláucia Et. al. (Org.). **Serviço Social na educação: Perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: Editora CMC, 2012. p. 11-26.

A NEGAÇÃO DO DIREITO À MORADIA DIGNA E ADEQUADA: UM ESTUDO SOBRE AS CONQUISTAS DAS MULHERES NEGRAS NO CONJUNTO HABITACIONAL ZEFERINO AGRA – ARRUDA – RECIFE – PE

Priscila da Silva Santos (1); Silvia Maria da Silva Belo (2)

(1) Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. E-mail: priscilasantos1980@hotmail.com

(2) Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. E-mail: Silviabelo550@gmail.com

Introdução

O presente trabalho vincula-se as políticas públicas em torno dos direitos negados nos âmbitos da habitação, gênero e raça.

Metodologia

A abordagem foi qualitativa para o desenvolvimento da mesma. A partir da pesquisa bibliográfica contou-se com o apoio de alguns procedimentos de investigação, como a revisão bibliográfica e documental para o levantamento da história de luta das famílias do Conjunto Habitacional Zeferino Agra, desde a ocupação do terreno, até a luta concreta da conquista da unidade habitacional. A pesquisa traz reflexões teóricas sobre as diferentes perspectivas de compreensão do direito à terra.

Resultados/discussão

A questão de acesso à terra sempre foi uma problemática no Brasil. Segundo Cavalcante (2005), a Lei 601, mais conhecida como Lei de Terras³, criada em 1850, se torna o grande marco regulatório, de acesso e posse da terra no século XIX. A lei da terra impossibilitou o acesso dos negros e pobres brancos, pois tinha como máxima que o acesso à terra era possível. A questão de acesso à terra sempre foi uma problemática no Brasil. Segundo Cavalcante (2005), a Lei 601, mais conhecida como Lei de Terras, criada em 1850, se torna o grande marco regulatório, de acesso e posse da terra no século XIX. A lei da terra impossibilitou o acesso dos negros e pobres brancos, pois tinha como máxima que o acesso à terra era possível para aqueles que pudessem compra-la. Ela chega trazendo grande ameaça aos proprietários de terra, pois, mexe com a economia dos grandes produtores, e traz aos imigrantes europeus a esperança de uma nova vida, uma nova vivência e novas aquisições de terras, no Brasil. Possibilidade está negada aos negros, que no período da lei estavam sob o jugo da escravidão a após a abolição permaneceram sem terras.

³**Lei de Terras**, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão.

Desde o início do Processo de Urbanização, dentro da lógica do capital, se começa a observar e a remodelar o espaço urbano existente. Com suas devidas adaptações, após exigências ditadas pela produção do capital. Com isto, as unidades se tornam insuficientes, e os proprietários logo se organizam para a construção de cubículos. Com estes novos modelos, surgem a forma de aluguel e o repaginar das casas comuns, ou casas de cômodos. Esses tipos de habitações da época traziam com elas grande concentração de: pobreza, miséria, e falta de higiene. O que favorecia naquela época, grandes surtos de epidemias.

Considerações finais

As mudanças ocorridas nas Políticas Públicas fortalecem a luta e a conquista ao longo do tempo. Estudar e refletir essas mudanças nos possibilitou ir além da abrangência do conhecimento formal e do espaço conquistado, onde as mulheres estão agora. Dessa forma é preciso ressaltar a oportunidade de aprofundamento de um tema tão pertinente para as relações sociais e humanas.

Referências

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **A Política Habitacional no Brasil (1930 -1990)**. Disponível em: file:///G:/MONOGRAFIA/botega.pdf acessado em 07 de novembro de 2014.

BRASIL, **Política Nacional de Habitação 4**. Ministério das Cidades. Novembro 2004.

MAGNANI, Gustavo. **Literatortura**. A lei de terras, posseiros no século XIX e a construção do mito invasor no Brasil. Disponível em: <<http://literatortura.com/2012/11/a-lei-de-terras-posseiros-no-seculo-xix-e-a-construcao-do-mito-invasor-no-brasil/>> acesso em: 05 set. 2014.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARUARU: CONTRADIÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Fabília Cavalcanti de Oliveira (1); Juliene Tenório de Albuquerque – Orientadora (2)

(1) Discente do Curso de Serviço Social da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – ASCES.
E-mail: fabricia.c.oliveira@hotmail.com

(2) Docente do Curso de Serviço Social da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – ASCES.
E-mail: julienetenorio@ascres.edu.br

Introdução

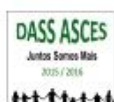
O presente texto tem o intuito de ser apresentado oralmente e traz como tema a Política de Assistência Social, a mesma estando integrada ao tripé da Seguridade Social juntamente com as políticas de Previdência Social e de Saúde. Sabe-se que a assistência Social caracteriza-se como um direito do cidadão e dever do Estado e seus principais eixos estão garantidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742, onde ressalta-se que a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais e atua através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993, Art 1º). As vivências e as experiências de estágio permitiram observar as dificuldades que os/as técnicos sociais encontram para efetivação dos direitos de indivíduos e famílias com direitos violados. Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa vem sendo identificar as diretrizes e normativas da Política de Assistência Social para a proteção social especial, a partir do entendimento de que a fragilização de políticas sociais fazem parte das estratégias do capital de precarização da Seguridade Social como um direito, o que contraria o histórico de luta da classe trabalhadora de resposta do Estado às suas necessidades, conforme destaca Mota (2007), tendo ainda, como objetivos específicos o intuito de identificar as diretrizes e normativas da Política de Assistência Social para a proteção social especial; analisar a consolidação da Assistência Social na Proteção Social Especial e apreender as dificuldades e limites de implantação e funcionamento dos CREAS Municipal e de Medidas Socioeducativas de Caruaru. O tema da pesquisa foi escolhido a partir da compreensão da importância da Política de Assistência Social para garantia das necessidades de proteção social dos/as cidadãos/ãs. Justificamos que a referida pesquisa se reveste ainda de importância no âmbito do Serviço Social diante do número de profissionais que atuam nesta política e na necessidade, apresentada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2011), de fazer uma análise crítica da realidade no intuito de responder as demandas sociais que se apresentam na sociedade capitalista, sendo fundamental contribuir com a reflexão e o fortalecimento da Proteção Social Especial de Caruaru, no sentido de revelar “o caráter contraditório existente entre as determinações legais e a operacionalização da política social, conforme recomenda Boschetti (2009, p.10).

Metodologia

Com relação às questões metodológicas, explicitamos que a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pela possibilidade de formar um conjunto de possibilidades para compreender o

Apoio:

Realização:



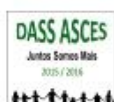
objeto de pesquisa, levando em conta a singularidade dos indivíduos envolvidos e o contexto histórico e coletivo em que estão envolvidos. Minayo (2012, p. 1), ressalta que é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. Toda compreensão é parcial e inacabada, tanto a do nosso entrevistado, que tem um entendimento contingente e incompleto de sua vida e de seu mundo, como a dos pesquisadores, pois também somos limitados no que compreendemos e interpretamos. Os instrumentais metodológicos que vem sendo utilizados são os seguintes: 1) Pesquisa Bibliográfica; 2) Pesquisa Documental; 3) Entrevista semiestruturada. Os dados, ou melhor, os discursos obtidos a partir da pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, serão analisados sob à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2008) que propõe que os discursos sejam analisados para além da linguagem, mas como uma forma de prática social, mantendo relação dialética com a estrutura social. Dentre os tópicos analíticos da Análise Tridimensional do Discurso, proposta por Fairclough (2008), utilizaremos na: 1) Dimensão do Texto, o tópico analítico Vocabulário, com ênfase no subtópico Significado das Palavras; 2) Dimensão da Prática Social, os tópicos analíticos Matriz Social e Efeitos Ideológicos e Políticos do Discurso (FAIRCLOUGH, 2008).

Resultados e discussão

A Política de Assistência Social enquanto dever do Estado e direito dos cidadãos está estruturada a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo a política de forma descentralizada e com uma gestão participativa do Poder Público e da sociedade civil, com foco em dois tipos de Proteção Social: 1) Proteção Social Básica (PSB) a qual busca prevenir os riscos sociais e pessoas das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social (MDS, s.d.); 2) Proteção Social Especial (PSE), onde visa atender famílias e indivíduos que possuam algum direito violado, dividindo-se ainda em Proteção Social Especial de Média Complexidade onde atende famílias e indivíduos com direitos violados, mas com os vínculos familiares e comunitários ainda estabelecidos, e ainda, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade que deve garantir proteção integral a famílias e indivíduos, pois além de direitos violados estão com laços familiares e/ou comunitários rompidos (PNAS, 2004). Assim, a implementação da Política de Assistência Social está sob responsabilização das três esferas de governo, possibilitando que os cidadãos tenham acesso aos serviços socioassistenciais e aos seus direitos. Em Caruaru, a Política de Assistência Social é implementada pela Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais, que tem como responsabilidade o planejamento, execução, coordenação e controle das atividades múltiplas inseridas no SUAS, a partir de serviços e programas da Proteção Social Básica e Especial (CARUARU, s.d.). O CREAS Municipal, local de realização do estágio curricular obrigatório I e II de Serviço Social da Faculdade ASCES, é responsável por atender as demandas da Proteção Social Especial de Média Complexidade, e se configurando como uma unidade pública e estatal que oferta serviços especializados a famílias e indivíduos e tendo o seu atendimento voltado para atender pessoas que possuam algum tipo de direito violado (MDS, s.d.). Fazendo referência ao CREAS Municipal de Caruaru, local onde foi realizado o estágio, sabe-se que é um atendimento especializado de média complexidade e destina-se a atender famílias e indivíduos que se encontram em situação em risco pessoal ou social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos,

Apoio:

Realização:



abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, entre outras (MDS, 2013). O serviço ofertado na instituição deve articular com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve, ainda, garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito (MDS, 2009, p.1). Porém, as contradições entre as legislações e a efetivação ficam expressas no estágio obrigatório no CREAS Municipal, onde pode-se ver o descumprimento do atendimento imediato, fazendo gerar filas de espera de indivíduos que necessitam de urgência no acesso a Proteção Social Especial. Mas sabe-se que isso não ocorre apenas no município de Caruaru, a precarização da Assistência Social é uma estratégia do capital no intuito de desresponsabilizar o Estado e no intuito de ampliar a participação da sociedade civil através de caridade, ONGs, trabalhos voluntários, etc. Mota (2007) exemplifica essas estratégias capitalistas presentes como uma "nova" gestão estatal da força de trabalho com o intuito de incorporar o processo de precarização como inevitável, a mercantilização como fato inexorável e a subordinação do público ao privado como iniciativas complementares e parte constitutiva das novas experiências de gestão. No campo da assistência social, por exemplo, desperta nossa atenção a existência de uma hipótese explicativa da sua expansão: é a de que o trabalho teria perdido sua capacidade de integrar os indivíduos à sociedade, razão pela qual os programas de assistência social, particularmente os programas sociais de renda mínima poderiam fazê-lo em contrapartida à desregulamentação da proteção social e do trabalho (MOTA, 2007, p.4).

Considerações finais

A pesquisa, ainda em andamento, revelou a existência de duas concepções de Proteção Social apreendidas com as experiências de estágio no CREAS Municipal de Caruaru: 1) Proteção Social enquanto um direito dos cidadãos; 2) Proteção Social desempenhada a partir de práticas assistenciais. Assim, nota-se que a Proteção Social historicamente tomou rumos distintos e deve-se ter a compreensão que através das atuais legislações que a asseguram como um direito tem o intuito de garantir as necessidades básicas dos cidadãos sendo de responsabilidades do Estado.

Referências

- BOSCHETTI, Ivanete - **Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais**, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>>. Acesso em: 13.11.2014.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Presidência da República casa civil, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 13.11.2014.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social** – Brasília (DF), 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2012, vol.17, n.3, pp. 621-626. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007>. Acesso em: 13.11.2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME/SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional De Assistência Social PNAS/ 2004**.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social**, 2014. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>>. Acesso em: 15.03.2015.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes, 2007. In: MOTA, Elisabete et. al. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília - DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

PREFEITURA DE CARUARU. **Secretarias Da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais** – sd. Disponível em: <http://www.caruaru.pe.gov.br/secretarias/politicas-sociais/secretaria_politicas_sociais.html>. Acesso em: 13 nov.2014.

A PRÁTICA DE REDUÇÃO DE DANOS COM ADOLESCENTES USUÁRIOS DE DROGAS QUE CUMPREM MEDIDA NO CASE DE CARUARU

Nathally Izabela de Oliveira Bernardo

Assistente Social Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Lar de Nícolas) da Prefeitura de Belo Jardim. E-mail: Nathally_bernardoo@hotmail.com.br

Introdução

Durante o estágio realizado no Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE de Caruaru foi possível observar que muitos dos adolescentes atendidos pelas equipes técnicas faziam uso de algum tipo de droga e que estas se apresentavam como um fator de risco, entendendo então quão importância seria uma atividade relacionada a esta demanda e que esta deveria partir da própria instituição e das equipes. Para tanto foram realizadas entrevistas com a própria equipe visando o entendimento das ações para lidar com a demanda de adolescentes que cometem atos infracionais e são usuários de drogas. Inicialmente é necessária a compreensão de que a adolescência é uma fase diferenciada no uso de drogas, pois estes estão numa situação peculiar de desenvolvimento, sejam físicos e psicológicos e ambos combinados fazem com que o adolescente seja mais propício a quadros de abuso e dependência, mas não se pode também levar esta situação de forma extremista, pois esta fase também é um período de experimentação e em sua grande maioria o uso não é prejudicial e logo com o início da vida adulta tende a cessar (BESSA, BOARATI e SCIVOLETTO, 2011). Quando este uso persiste e torna-se perigoso para o adolescente tende a se tornar um dos fatores do risco para o cometimento do ato infracional, pois mesmo que não seja o motivador, ele atua como agravante, por servir como porta de entrada para o roubo, tráfico entre outros. Levando em considerações as drogas neste contexto, viu-se a necessidade de trabalhar com vista à conscientização dos adolescentes e a redução dos danos à saúde e consequentemente as outras esferas de sua vida.

Metodologia

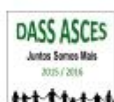
O método escolhido foi o crítico-dialético baseado no materialismo histórico, que tem como base a teoria marxiana, “para Marx, o objeto da pesquisa, não depende do sujeito, do pesquisador, para existir” (NETTO, 2009, p.674), ou seja, o objeto que comandará os procedimentos da pesquisa.

O método dialético é capaz de assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa. (TRIVIÑOS, 1987, p.125).

Devido a estas características escolheu-se o método, por proporcionar aporte para entender de melhor forma a realidade pesquisada e proporcionar a transformação da realidade pesquisada, pois não interessa somente entender a prática interdisciplinar com os adolescentes usuários de drogas em medida de internação, mas também criar bases para pensar numa transformação e melhora das atuações. Para a coleta de dados foi efetuada uma entrevista semiestruturada,

Apoio:

Realização:



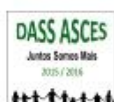
previamente preparada e testada. A abordagem utilizada para tal pesquisa foi a qualitativa, que segundo Minayo (1994, p.22) “se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificada [...]aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações”, ou seja, esta abordagem irá se aprofundar na realidade para além de dados estatísticos, será a partir das entrevistas que ocorrerá a aproximação com os sujeitos e seu entendimento sobre sua atuação com os adolescentes usuários de drogas, proporcionando uma proximidade com o sujeito e suas experiências.

Resultados e discussão

As equipes técnicas multidisciplinares consistem em psicólogo, pedagogo, assistente social e advogado, entretanto nas ações ligadas diretamente aos adolescentes os advogados não tem participação, cabendo-lhe somente a defesa técnica do adolescente, sendo assim estes não participarão das entrevistas. Ao decorrer das entrevistas e análises das falas dos profissionais foi possível perceber que poucas ações são feitas na unidade com o objetivo de lidar com a demanda supracitada, tanto por parte da Instituição como pela própria equipe. A instituição conta somente com um grupo de orientação sobre drogas (GOD) que está atualmente com as ações paradas, mas que em seu tempo de atuação não atendia as necessidades, por não compor uma equipe multidisciplinar adequada (não ocorre investimento na especialização da equipe que o compõe, nem a criação de uma nova com os profissionais devidamente qualificados) e pelas dificuldades em se estabelecer o trabalho em rede com outros órgãos (a instituição não consegue estabelecer contato com as redes do SUS que visem o tratamento específico para usuário de drogas). Ao focar na equipe, percebe-se que a única profissão que tem trabalhado sobre esta demanda é a psicologia, de forma pontual e mínima, pois foi colocado que esta seria uma atribuição somente destes profissionais, impedindo assim ações conjuntas com outras áreas. Acontece que não ocorre o entendimento de que ao trabalharem interdisciplinarmente, estariam crescendo sua intervenção, pois neste tipo de ação “as relações profissionais e de poder tendem a horizontalidade, as estratégias de ação são comuns e estabelece-se uma troca recíproca de conhecimento entre as diferentes disciplinas” (ELY, 2003, p.114), isto faria com que a intervenção fosse mais eficaz, pois o uso de drogas na adolescência ultrapassa os problemas ligados somente a psicologia e perpassa o social e o pedagógico, quando ligado a situações de vulnerabilidade social e ao papel da escola. Outro ponto de destaque é que apenas um dos profissionais achou suficiente a atuação do GOD na unidade, podendo perceber assim um profissional despedido de seu olhar crítico, tendendo a se prender somente a sua atuação imediata e se reduzindo as necessidades da instituição empregadora, para que esta ultrapasse essa ação é necessário que se torne um profissional com postura crítico-investigativa podendo assim qualificar seu exercício profissional e agindo de acordo com seu projeto ético político. Desta forma ela terá maior clareza sobre seus compromissos éticos e políticos na instituição, podendo agir segundo Iamamoto (2007) nem com uma visão de que a boa vontade poderia transformar a realidade (voluntarismo político-profissional), nem com a visão de que a realidade atual é imutável (fatalismo). Possibilitando ações atentas e comprometidas com a qualidade de seus serviços, podendo assim estabelecer mediações corretas. O que ocorre também é a abordagem “errada” pela unidade e pelos profissionais, pois o Estado cria novos problemas ao naturalizar a proibição como solução para o problema da droga, e isto pode ser visto pelo crescimento do consumo de drogas, ocorrendo à falha dessa

Apoio:

Realização:



postura, é necessário o entendimento de que as drogas continuarão a existir e procurar formas de prevenção e redução dos danos. Por isso, nos últimos anos novas abordagens foram utilizadas como “a redução de danos que conseguiram se distanciar das premissas proibicionistas e alcançar bons resultados, com os quais ganharam, lentamente, credibilidade” (FIORE, 2012, p.16). Vale destacar que o próprio SINASE defende a utilização da perspectiva de redução de danos, porém as ações acabam por serem proibicionistas por um lado com a proibição completa do uso até mesmo do cigarro dentro da Instituição e por outro pelo fato de acreditarem que qualquer ação que saia do pressuposto de que os jovens já fazem uso de fato, trazendo a conscientização seja uma forma de influenciar o uso. Percebe-se então a necessidade de incluir algumas das medidas de redução de danos ao uso de drogas na unidade, entretanto, para que ela possa alcançar sua máxima efetividade é preciso que ocorram mudanças estruturais e institucionais. E isto é garantido pelo próprio Sinase (2006), que traz em seu eixo de saúde a obrigatoriedade de garantia a encaminhamentos para este tratamento uso/dependência de drogas e que estes sejam precedidos de diagnóstico preciso e fundamentados, pois este ressalta a importância desse tema para a questão de saúde pública. O Sinase (2006, p.61) também prevê que “nenhuma ação de saúde deve ser utilizada como medida de punição ou segregação do adolescente” e “assegurar que as ações de prevenção ao uso/abuso de drogas sejam incluídas nos grupos de discussão dentro dos programas de atendimento socioeducativo, privilegiando ações de redução de danos e riscos à saúde”, sendo assim a própria legislação prevê ações de redução de danos em seu trato ao uso de drogas, mas não existe a preparação de seus profissionais, nem condições objetivas para essa ação.

Conclusão

Sendo assim, para que haja uma ação com base na perspectiva de redução de danos e de acordo com a legislação do SINASE, é necessário que o CASE de Caruaru especialize as equipes técnicas para que possam lidar com esta demanda em seus atendimentos e criar estratégias interdisciplinarmente, podendo assim reconhecer as necessidades apresentadas e tomar as atitudes cabíveis. Além disso, implantar uma equipe multidisciplinar própria para este trabalho e criar uma rede de atendimentos mais fortes ampliando as oportunidades de ações por meio dos profissionais da unidade, que partam do pressuposto que os adolescentes já fazem sim uso de substâncias psicoativas e utilizar ações que visem à redução dos riscos à saúde e não a punição. Por fim, espera-se que este artigo fomente o trabalho sobre redução de danos no CASE/CARUARU, como estratégia de atenção ao desenvolvimento psicossocial e de ressocialização do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Referências

BESSA, Marcos Antonio. BOARATI, Miguel Angelo. SCIVOLETTO, Sandra. Crianças e Adolescentes. In: CORDEIRO, Daniel Cruz. DIEHL, Alessandra. LARANJEIRA, Ronaldo. **Dependência Química: prevenção, tratamento e políticas públicas.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE.** Secretaria Especial do Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA, 2006.



ELY, Fabiana Regina. Serviço Social e Interdisciplinaridade. **Revista Katálýsis**, v.6, n.1. jan./jun., 2003. Florianópolis- SC. 113-117.

FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos Estudos CEBRAP** [online]. 2012, n.92, pp. 9-21. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002012000100002>.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p. ISBN 85-326-1145-1

NETTO, J. P. **Introdução ao método da teoria social**. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília – CEFESS/ABEPSS, 2009.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



A PROBLEMATIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ESFERA PENAL E O DEBATE SOBRE A NECESSIDADE DE CONFORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Leilianne Francielle Silva (1); Juliana Stefány Nunes Silva (2); Luís Felipe Andrade Barbosa – Orientador (3).

(1,2) Discente do Curso de Direito da Faculdade ASCES. E-mail: leiliannefrancielle@hotmail.com

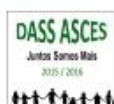
(3) Advogado, Cientista Social, Doutorando em Ciência Política e Professor da Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES. E-mail: luisbarbosa@ascres.edu.br

Introdução

Contemporaneamente, é possível observar o clamor de uma parcela considerável da população por um Direito Penal mais severo/rigoroso/punitivo, diante de um contexto social cada vez mais violento, principalmente no Brasil. Ocorre que, em contrapartida, o Neoconstitucionalismo traz como um de seus marcos a defesa dos direitos fundamentais, instrumentalizados em grande medida através das políticas públicas e sociais. Longe dos holofotes, das câmeras de televisão, há a realidade daqueles que são sujeitos ativos de fatos típicos, antijurídicos e culpáveis, que devem ser considerados à luz dos próprios direitos fundamentais. Neste panorama, os maiores impasses sobre a atuação do Código Penal (CP) – Decreto-Lei nº 2848/1940 no Brasil consiste nas inúmeras injustiças contempladas no mundo jurídico brasileiro, dando margem à descrença da sociedade do valor de justiça e da proteção estatal. Muitas vezes, o Direito prende-se à aridez da lei, mas os fatos ocorrem de diversas formas, uma vez que a dinâmica social é fluida, não estando presa aos contextos normatizados. Porém, atualmente, há a leitura do próprio Direito como consideração da expansão dos horizontes culturais e suas relações entre as pessoas, com ou sem conflito, para manter o controle da sociedade, denominada formalmente de pacificação social. Não obstante esta consideração mais atual, percebe-se ainda a coisificação do indivíduo na sociedade, nas suas relações jurídicas entre sujeitos e perante o Estado. Contudo, os direitos fundamentais não são negados ou retirados do indivíduo, devendo estar presentes em todas as relações humanas, sejam de natureza pública ou privada. Ocorre que, em determinados casos, diante de um valor que deve prevalecer na situação concreta, normalmente no sentido de se estabelecer uma proteção social mais abrangente, os direitos fundamentais dos indivíduos são balanceados para haver uma maior tutela do Estado. Um dos exemplos clássicos é a hipótese de aborto em casos de estupro, conforme previsto no Art. 128, II do Código Penal, onde há uma escolha da mulher em seguir a sua autodeterminação ou respeitar uma vida que está sendo gerada. Portanto, diante dos casos concretos, existe a possibilidade de ponderação dos princípios fundamentais, sendo estes sempre norteados pelo princípio da dignidade da pessoa humana, alçado a fundamento do Estado brasileiro, conforme Art. 1º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ademais, é importante destacar que problemas na própria estrutura política a exemplo do Patrimonialismo, do espírito faccioso das pessoas em determinadas situações e do clientelismo que denotam para resquícios

Apoio:

Realização:



de autoridade excessiva na sociedade, liberdade extrema, dentre outros aspectos, trazem entraves à conformação dos direitos e garantias individuais, os quais foram criados com o intuito de proteger o ser humano em face dos abusos praticados pelo Estado e pelos próprios indivíduos em suas relações sócio-políticas. Os conhecimentos jurídicos, que são próprios de profissionais da área, distanciam ainda mais a sociedade para conhecer e exercer efetivamente os direitos assegurados pelo Estado, já que os direitos fundamentais possuem classificações, relativizações, ponderações e princípios que asseguram ou protegem as normas jurídicas existentes, bem como exceções diante de situações sociais concretas. Todos estes entraves acabam por gerar concepções errôneas adotadas socialmente no tratamento jurídico-social sobre direitos fundamentais, crendo os indivíduos sobre seu caráter absoluto e impassível de contradições, como no exemplo de se tratar todos de forma igual, sem a devida atenção à perspectiva de integração social da norma, que consolida o princípio da Isonomia. Em face de toda esta discussão, o trabalho visa analisar a consagração de direitos fundamentais frente a aspectos atuais do sistema penal, a partir da atuação do Supremo Tribunal Federal – STF em casos emblemáticos, trabalhando-se a perspectiva da necessidade de desenvolvimento de diálogo normativo e social nesta área, a partir do reconhecimento da necessidade de políticas públicas sociais. Ou seja, o trabalho tem como intenção relacionar a lei penal, sua aplicação prática e a necessidade de conformação prática de direitos fundamentais daqueles indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Metodologia

A partir de uma análise crítica, o presente estudo tenta buscar e sinalizar para parâmetros jurídicos na discussão sobre os direitos fundamentais dos indivíduos apenados, através do recorte da existência de reconhecimento jurídico de políticas públicas voltadas para o tratamento destes indivíduos. Assim, a análise feita sobre o sistema carcerário será realizada na perspectiva de respeito aos princípios fundamentais do preso, levando-se em consideração a dignidade da pessoa humana, os direitos à integridade física e moral e a ser processado com o devido processo legal (Art. 5º, XLIX, LIV), a partir de uma gama de decisões selecionadas do STF sobre o tema. Ademais, busca-se identificar um possível reconhecimento por parte do Poder Judiciário acerca da conformação de políticas públicas sociais, tendo-se como recorte substancial uma discussão à luz de direitos fundamentais. Portanto, será realizada uma pesquisa bibliográfica e exploratória sobre os direitos fundamentais e a atuação do STF no âmbito penal, relacionando-se análise de conteúdo e estudo de caso, observando-se as lacunas normativas, as colisões entre normas jurídicas e direitos fundamentais, bem como a ausência de consagração de direitos no plano fático, a partir da jurisprudência da Suprema Corte.

Resultados

A sociedade invariavelmente busca soluções imediatas para o conflito social na lei, mas a fragilidade na sua aplicação efetiva pelo Estado corrobora para que os direitos contidos na

Constituição sejam sistematicamente violados. A ansiedade por um sistema jurídico perfeito na sociedade, principalmente diante do fato de a Constituição ser a resposta mais significativa a anos de Ditadura Militar e que acabaria com qualquer arbitrariedade do Estado, é mitigada por um contexto histórico em que se visualizam desencontros sociais e jurídicos, principalmente na esfera penal. Neste contexto, a perspectiva é que a partir da análise da discussão dos acórdãos sejam destacadas as nuances e a necessidade de consagração dos direitos fundamentais na esfera penal, bem como a relevância das políticas públicas neste contexto de vulnerabilidade social do preso, de forma a se validar a existência de um Estado Democrático de Direito.

Conclusão

Inicialmente, conclui-se que a Constituição de 1988, com a ampla defesa de tutela ao indivíduo, abriu na sociedade a possibilidade de consagração de uma gama de respostas sociais a lacunas sócio jurídicas existentes. Entretanto, a fragmentação de ideias na sociedade demonstra que muitas vezes há uma precária interpretação da amplitude dos direitos fundamentais, corroborando para a aparente inexistência de soluções jurídicas efetivas para proteger os indivíduos. Muitas vezes repara-se que o cidadão, sendo preso ou não, usufrui de uma cidadania aparente, uma cidadania de papel. No texto da lei, são garantidos os benefícios para haver o completo exercício dos direitos em toda a sociedade, mas sempre são percebidos casos que desrespeitam a legislação voltada à preocupação com direitos fundamentais, como o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha, entre outras. Não se trata apenas de defesa pura de direitos, muito menos clamar pela compreensão daqueles que perderam bem jurídico, mas de repensar a sociedade que se está construindo. Quais os valores efetivos de uma sociedade que se diz juridicamente democrática? Qual o debate existente no campo jurídico sobre a conformação de direitos fundamentais na esfera penal? Há uma discussão jurisprudencial voltada para a questão das políticas públicas nesta área? Trata-se, assim, de discutir a real amplitude dos direitos fundamentais e abrir novos caminhos para viabilizar soluções face a contradição caracterizada pela ineficiência do Estado em relação à proteção de direitos mínimos dos cidadãos.

A REVITALIZAÇÃO DO TRABALHO EM DOMICÍLIO E AS TRABALHADORAS INDUSTRIAIS EXTERNAS NO MUNICÍPIO DE TORITAMA-PE: SUPEREXPLORAÇÃO E PRECARIZAÇÃO⁴

Raquel Oliveira Lindoso

Docente do curso de Serviço Social da UNINASSAU. E-mail: raquel.lindoso@yahoo.com.br

Introdução

O presente resumo apresenta brevemente os resultados da pesquisa de mestrado intitulada “**A inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho nordestino: uma análise sobre o Município de Toritama-PE**”, defendida no ano de 2011, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. O estudo nasce da constatação da relevância da indústria de confecções de vestuário para a economia da região do agreste pernambucano, que teve seu crescimento acompanhado pelo ingresso da força de trabalho feminina preferencialmente ocupada na modalidade de trabalho em domicílio. Essa indústria que é vista pelo Estado e instituições que integram o sistema S como promotora do desenvolvimento local, dialoga com as recentes transformações ocorridas na indústria capitalista (terceirização, produção flexível, externalização da produção, novas tecnologias e a subcontratação). Considerando que na indústria de confecções a via preferencial de ingresso da força de trabalho é dada através da inserção na ocupação trabalho em domicílio, pretendemos apresentar indicativos conceituais e dados empíricos que se contrapõem ao discurso hegemônico que enxerga na indústria de confecções o modelo de desenvolvimento local com grande potencial de geração de emprego e renda.

Metodologia

Nosso estudo qualifica-se como pesquisa social exploratória e pesquisa bibliográfica. As visitas às fábricas aconteceram entre os anos de 2009-2010, objetivando conhecer a realidade vivenciada pelas trabalhadoras industriais em domicílio no município de Toritama-PE de forma a subsidiar nossa análise.

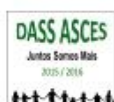
Resultado e discussão

Foram as pesquisadoras feministas Helena Hirata e Danièle Kergoat (2003) que, de maneira pioneira, problematizaram a articulação entre as esferas do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, buscando enquadrar questões fundamentais para o entendimento da posição das mulheres na vida social. Os estudos e pesquisas indicaram (e ainda indicam) que as mulheres

⁴ Resumo expandido referente à Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, com o título: “**A inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho nordestino: Uma análise sobre o Município de Toritama - PE**”.

Apoio:

Realização:



estão subordinadas tanto à exploração do capitalismo quanto à dominação e opressão do patriarcado. De modo que o embricamento dos dois sistemas atua na manutenção do capitalismo patriarcal baseado no processo de dominação-exploração das mulheres, onde capitalismo e patriarcado se retroalimentam. Por essa razão, nos parece fundamental para nossa análise do ingresso das mulheres no mundo do trabalho o conceito analítico da divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho assume dois princípios: (1) separação (a própria distinção entre trabalhos femininos e masculinos); (2) hierarquização (o diferencial do valor do trabalho). Assim, o conceito de divisão sexual do trabalho tenta explicar a razão da desigualdade vivenciadas pelas mulheres nos espaços público e privado e que se estende para todas as dimensões da vida social. Essas considerações são decisivas para o entendimento da organização da produção fabril no interior do estado de Pernambuco. Na indústria brasileira, o setor de confecções é o segundo maior empregador, sendo que 75% dos postos de trabalho criados pelo seguimento são ocupados por mulheres (DIEESE, 2009). No caso da produção industrial de vestuário do município de Toritama, observamos o uso intensivo de força de trabalho, com fortíssima segregação do trabalho e baixo ou baixíssimo incremento tecnológico. A ampliação da produção de vestuários da indústria de confecções em Toritama-PE acontece via externalização da produção. Indicadores do trabalho em domicílio no município indicam que certa de 37% dos domicílios abrigam a atividade produtiva e apenas 9% dos trabalhos realizados em domicílio são formalizados. Além da informalidade as trabalhadoras externas convivem com baixos rendimentos e precárias condições de trabalho (GOMES; CAMPOS e VASCONCELOS, 2009). Problematisando a atualidade do trabalho fabril domiciliar no município de Toritama-PE que, notamos que a externalização da produção industrial acompanha as tendências internacionais do capitalismo contemporâneo de busca por competitividade e excedente de força de trabalho. No cenário regional, as unidades produtivas organizadas nos domicílios das trabalhadoras, apresenta-se como estratégico para o modelo atual de desenvolvimento do estado de Pernambuco, baseado na interiorização da produção industrial a qualquer custo. O trabalho industrial em domicílio invade o espaço familiar e se apropria da força de trabalho das mulheres. O recrutando da força de trabalho feminina é embalado pelo discurso mistificado da autonomia oriunda do autonegócio. Merecendo destaque também a frequente presença do trabalho infantil na produção domiciliar. A predominância das mulheres nessa modalidade de trabalho é explicada também pela qualificação social da força de trabalho feminina. As mulheres são contratadas para executar as fases de acabamento do produto, tarefas que exigem habilidades manuais, delicadeza, paciências. Aspectos compatíveis com a formação social das mulheres na cultura machista. Outro aspecto da superexploração da força de trabalho feminina diz respeito as longas e exaustivas jornadas de trabalho. As jornadas semanais que vão de 50 a 60 horas⁵ geralmente descalças, sem standardização e mesmo sem espaço para colocar as peças que estão em montagem (processo que inclui colocar cós, zíper, etiqueta, botões, a depender do modelo encomendado). Os contratos de trabalho são meramente verbais. Por tudo isso aqui apresentado, pode-se afirmar que a revitalização da modalidade trabalho em domicílio na indústria de confecções no município de Toritama-PE, atende as necessidades do capitalismo contemporâneo de ampliação de mecanismos de extração de mais trabalho. E essa modalidade de trabalho tem como desdobramento socioeconômica e política:

⁵ O dia de descanso remunerado, exclusivo das assalariadas, não existe para essa modalidade de trabalho.

- Utilização predominantemente da força de trabalho feminina;
- A burla da legislação trabalhista e direitos sociais;
- Construção da identidade de autonomia deslocada da identidade de classe trabalhadora;
- Fusão entre trabalho produtivo pago e trabalho reprodutivo não pago;
- Fusão entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho;
- A intensificação e extensão do trabalho através de longas jornadas de trabalho;
- A diminuição do poder de negociação entre as costureiras industriais externas e o contratante, uma vez que os contratos são verbais e sem garantias;
- Enfraquecimento de processos organizativos das mulheres.

Considerações finais

Concluimos que a produção domiciliar executada pelas trabalhadoras domiciliares, o aparente autonegócio, funciona como o “departamento externo da fábrica”, subordinando toda a família ao trabalho superexplorado e precarizado. As relações de dependência e autoexploração são mais valadas, porém não mesmo danosas para as mulheres e eficiente para o sistema capitalista patriarcal. Espera-se, por fim, que os resultados da pesquisa possam contribuir para qualificar a intervenção do Estado na região, por meio de política públicas de fato promovam a equidade de gênero.

Referências

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Relatório final: Diagnóstico do setor têxtil e de confecções de Caruaru e região**. 2010. Disponível em: < [http://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2010/diagnosticoFinal Caruaru.pdf](http://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2010/diagnosticoFinal%20Caruaru.pdf) >. Acesso em: 04 set. 2015.

GOMES, Darcilene Claudio ; CAMPOS, L. H. R.; VALTERINA VASCONCELOS . Produção domiciliar de artigos de vestuário e condições de trabalho: um estudo sobre Toritama. In: XI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 2009, Campinas. **Anais** do XI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 2009.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p. 111-123.

LINDOSO, R. O. **A inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho nordestino**: uma análise sobre o Município de Toritama-PE. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPE, Recife, 2011.

A TEORIA SOCIAL CRÍTICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: HÁ EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA?

(1) Rayssa Laênny Silva Chapoval; (2) Iury Farney Silva Chapoval; (3) Josenilda Maria da Silva Chapoval.

- (1) Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES. E-mail: rayssachapoval@hotmail.com.
 (2) Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES. E-mail: iurychapoval@hotmail.com.
 (3) Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: josenilda.chapoval@gmail.com.br.

Introdução

O presente trabalho busca analisar as relações de cunho trabalhista diante da teoria social crítica acerca do direito do trabalho e a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana extraído da magna carta como fundamento da República. Tendo como objetivo questionar o princípio da dignidade da pessoa humana e sua devida efetividade.

Metodologia

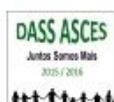
Através da revisão de literatura acerca do assunto, trata-se de um estudo descritivo com base em artigos científicos, monografias e livros.

Discussão

De acordo com o professor Andrade afirma que a ideia de trabalho ou labor foi construída em relação à sociedade ao longo dos séculos. Neste sentido, Hannah Arent afirma que houve uma súbita e espetacular promoção do labor, da mais humilde e desprezível posição durante a Grécia antiga para a mais alta categoria, como mais estimada de todas as atividades humanas na modernidade. Entretanto, a respeito de tamanha disparidade mencionada por Arendt no que tange ao conceito de trabalho, frisa-se também que, o empregado ainda se encontra em situação de hipossuficiência em relação ao empregador mesmo diante do contexto de valorização àquele que trabalha, ou seja, valorização ao trabalho. Já para o pensador liberal Adam Smith o labor é a fonte de toda riqueza, desta forma, o trabalho é o meio de obter independência financeira e ascensão social, esta mobilidade entre as camadas sociais nunca antes vivenciadas surgiu com a ruptura entre o regime absoluto e o primitivo Estado liberal. Este avanço provocado com esta ruptura promoveu a necessidade de outras instituições sociais, outro ordenamento jurídico que amparasse as novas demandas sociais. Daí abrolha o direito do trabalho, objetivando a proteção daquele que vende sua força obreira para que em contrapartida receba um valor de cunho patrimonial a fim de promover a subsistência deste e de sua família. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 7º, dispõe acerca dos direitos sociais no que tange aos direitos do trabalho e, para esta compreensão, vale mencionar que, é o princípio da dignidade da pessoa humana é um dos princípios que sustentam a República Federativa do Brasil, logo o questionamento proposto é se o ordenamento jurídico vigente em território brasileiro na contemporaneidade abarca a proteção para o ser humano, tal como proposto pelo princípio em questão, ou se a proteção é observada apenas no aspecto patrimonial. Para Todorov há de se observar uma quebra da teoria do espírito das luzes ou do iluminismo para a realidade promovida pela classe burguesa, a exemplo, argumentos defendidos por Tocqueville defendia que a civilização deveria ser realizada através da colonização das

Apoio:

Realização:



nações selvagens. Para Todorov, este argumento estava fadado à incompatibilidade, uma vez que pelo movimento liberal abrolha o princípio da igualdade entre todos os homens, logo argumenta que não possui harmonia entre a prática e a teoria promovida por aqueles que romperam com o poder absoluto do rei, por ser totalitário e não respeitar o outro ser humano como semelhante. Assegura que os movimentos anticolonialistas estão muito mais diretamente vinculados e inspirados nos princípios das luzes, exatamente porque reivindica a universalidade humana, a igualdade entre os povos e as liberdades individuais.

Resultados

Diante da teoria social crítica anteriormente citada através de Todorov, Arent e o professor Andrade, é imprescritível a análise dos direitos e garantias fundamentais constitucionais acerca dos direitos trabalhistas, para posteriormente a observar criticamente a respeito a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana. O dispositivo 7º presente na magna carta versa sobre os direitos referentes ao trabalhador, no que tange a férias, licença maternidade, licença paternidade, fundo de garantia por tempo de contribuição, Seguro desemprego, irredutibilidade do salário, repouso semanal remunerado, remuneração do serviço extraordinário, adicional de remuneração àqueles que possuem risco inerente ao trabalho, ou seja, a maior parte dos incisos que explicam o artigo 7º está condicionado a preocupação do caráter patrimonial que o trabalho possui, entretanto, a crítica realizada é que quando o constituinte ao elaborar a constituição cidadã celebra a proteção dos empregados apenas ou em sua maioria protegendo o valor que pecuniário que está inerente ao trabalho, mas não a pessoa humana. Portanto, ao analisar a evolução histórica do trabalho, este nunca esteve relacionado à honra daqueles que detinham o trabalho ou exercitam-no, muito embora haja havido o contrário. Mas, a partir das revoluções de cunho burguês, os princípios da igualdade, liberdade e fraternidade nascidos na Revolução Francesa, aos poucos sofreu uma relativização e adaptação do discurso por aqueles que anteriormente promoveram a queda do próprio poder absoluto monárquico. Desta forma, alguns pensadores liberais, tal com Adam Smith argumentam que o trabalho é a fonte de toda riqueza, discurso coerente com o sistema atual arraigado a nível internacional, mas devendo haver a preocupação acerca do que seria identificado por riqueza, a quem pertenceria esta riqueza e se esta supriria os anseios morais e pessoais que transcendem a esfera patrimonial da pessoa humana.

Conclusão

Por fim, o maior mecanismo a ser estudado de acordo com o Direito do trabalho, pertencendo ao ramo dos direitos sociais enumerados pela Constituição Federal brasileira 1988 é sim o princípio da dignidade da pessoa humana, não excluindo o aspecto pecuniário, pois, este se vincula a própria subsistência, todavia, deve existir de fato a proteção ao ser humano, havendo medidas que diminuam a intensidade dos problemas de cunho psicológicos, como também pessoais trazidos para àquele sujeito que trabalha, tem o direito do trabalho para o amparar mas ainda é vítima de um sistema que visa o lucro em detrimento da própria pessoa humana.

Referências

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **O direito do trabalho na filosofia e na teoria social crítica**. São Paulo: LTr, 2014.

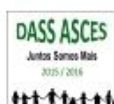
ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Vol.1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. São Paulo: Barcarolla, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988 [atualizada]

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



AS CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA NA ESCOLA: UM RELATO A PARTIR DO PROJETO ESCOLA LEGAL

Jason Pereira da Silva da Filho (1); Rayana Maria Borba Correia e Sá (2); Julliany Valério da Silva Santos (3)

- (1) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/Devry. E-mail: jason.filho@hotmail.com
 (2) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/Devry. E-mail: rayana-borba@hotmail.com
 (3) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/Devry. E-mail: jsantos41@unifavip.edu.br

Introdução

Uma das primeiras instituições sociais que o indivíduo tem contato em sua vida é a família, possuindo papel fundamental na construção da personalidade, auxiliando nas diversas fases do desenvolvimento humano. Porém por diversos fatores, ao passar dos anos a desconstituição familiar vem sendo cada vez mais constante, seja por mortes, separação dos cônjuges ou companheiros, separação entre os outros componentes da família, ou pela falta de atenção afetiva de uns com os outros. Acarretando diversas consequências para os integrantes, em especial, para o indivíduo em formação, a criança e/ou adolescente. Tendo este trabalho o objetivo de analisar de que forma a família participativa contribui com a escola. Pelo fato das instituições sociais, família e escola, estarem presentes no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, e desempenharem papéis de destaque, são viáveis os estudos sobre elas, que busquem contribuir com a produção de conhecimento científico para debates sobre o tema.

Metodologia

Para o desenvolvimento do estudo foi utilizado o relato de experiência, a partir das vivências do Projeto Escola Legal, onde os acadêmicos de Direito e Psicologia desenvolvem atividades uma vez por semana nas escolas, atuando nas escolas da rede de Ensino Público, em âmbito Municipal e Estadual, do município de Caruaru/PE, que é desenvolvido pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca (Unifavip/Devry), como Projeto de Extensão, com o objetivo de pacificar o ambiente escolar, através de oficinas, palestras, dinâmicas, rodas de diálogos e atividades interativas com os alunos, professores e coordenadores pedagógicos afim de prevenir e minimizar os conflitos existentes na escola. O estudo tem o intuito de ser apresentado na modalidade de Comunicação Oral.

Resultados e Discussões

A escola é uma instituição social que participa efetivamente no processo de formação intelectual fazendo parte da vida das crianças e dos adolescentes, que ali são alunos, e que em alguns momentos tem sua família ausente deste processo, enfrentando dificuldades em conciliar esta fase nas duas instituições (DESSEN, POLONIA, 2007). Passando a refletir na escola, através de comportamentos, como os agressivos, a não participação da família, sendo nesta o seu primeiro contato com um grupo, a qual ele será constituído e obterá o seu desenvolvimento pessoal e social (CAMARGO, 2007). Em relação aos ambientes de desenvolvimento, em estudo,

chamasse a atenção para o aspecto temporal do familiar, por ser o grupo onde ocorrem os primeiros contatos, na maioria dos casos, e o aspecto de liberdade do escolar, pelo espaço que o aluno tem para externar grande parte das influências recebidas na família (PETRONI, SOUZA, 2010). Nesse reflexo da ausência familiar o aluno muitas vezes tem problemas com a disciplina escolar, onde não obedecem às regras impostas pelos atores da escola, como os professores (SOARES, 2014). No âmbito familiar, a criança e o adolescente cresce e desenvolve os seus afetos e emoções e a partir disso amplia as suas configurações afetivas ao longo de sua vida. Na família, independente do seu arranjo, a criança e o adolescente aprende aquilo que lhe é passado e consequentemente, cresce com aquele ensinamento, podendo ser utilizado ou não (LEITE, GOMES, 2013). Um dos principais fatores para a união, entre a família e a escola, é a busca pelo aprimoramento do processo de desenvolvimento dos sujeitos, sejam eles crianças ou adolescentes, sendo este um objetivo comum a parceria pode ser realizada de forma mais harmoniosa e consequentemente render mais frutos (POLONIA, DESSEN, 2005). Na vivência do Projeto Escola Legal são perceptíveis os conflitos escolares, entre os alunos, e destes com os professores, podendo ser apontados alguns fatores como origem para os conflitos, entre eles destacasse o fato do comportamento agressivo ser originado muitas vezes pela ausência familiar na participação no processo de construção intelectual do aluno, onde os componentes da família não estão presentes na escola e nem mantém contato, visando trocar informações a respeito do aluno.

Considerações Finais

Nessa perspectiva, é necessário na prática acadêmica ter um olhar e uma atuação direcionada para esse sujeito, a partir da sua realidade social, intervindo com atividades interativas para que eles possam ser tocados de alguma forma e podendo expressar aquilo que esteja latente. Dessa forma, o Projeto Escola Legal atua com o intuito de a partir das atividades desenvolvidas cooperar com a mudança na forma de percepção afetiva, cognitiva e social, com os diferentes grupos que os sujeitos fazem parte, como a escola, a família, entre outros. Com uma relação estreita, os alunos irão ter uma relação sociocultural para o seu desenvolvimento psicossocioemocional e com isso servir para o seu crescimento intelectual. Ressaltando que a ausência desse aporte emocional, pode acarretar algumas implicações para o crescimento da criança, pois sem o apoio e o acolhimento, a criança fica à mercê das influências do meio social onde estar inseri para o seu desenvolvimento.

Referências

CAMARGO, Liseane Silveira. **O desenvolvimento moral das crianças na escola: a percepção da comunidade.** 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br:8080/dspace/handle/10923/2811>>. Acesso em: 10 de abr. 2015.

DESSSEN, Maria Auxiliadora. POLONIA, Ana da Costa. A família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia.** v. 17, n. 36. Brasília, 2007, p. 21-32. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2015.

LEITE, Eliane Gonçalves, GOMES, Haydê Morgana Gonzaga. O Papel da Família e da Escola na Aprendizagem Escolar. **Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade SENAC**. Limoeiro-PE, 2013. Disponível em: <http://www.pe.senac.br/ascom/faculdade/edital/IIEncontro/cd/O_PAPEL_DA_FAMILIA.pdf> Acesso em 17 de julho. 2015.

PETRONI, Ana Paula, SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. As relações na escola e a construção de autonomia: um estudo da perspectiva da psicologia. **Psicologia & Sociedade**. 2010, p. 355-364. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/16.pdf>>. Acesso em 11 de abr. 2015.

POLONIA, Ana da Costa. DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 9. n. 2. Brasília, 2005, p. 303-312. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2015.

SOARES, Kelly Cristiane da Cruz. Família e Escola base estrutura e apoio caminhando juntos para construir um futuro melhor. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, 2014, p. 01-12. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_familia_e_escolar.pdf> Acesso em: 10 jul. 2015.

DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM IDOSOS E AS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS EM TEMPOS DE CRISE

Fernanda Luma G. Barboza (1); Jeane Mendes da Silva (2); Jefferson Carvalho S. Lino (3);
Jucélia Costa Silva (4); Raquel Alves Cordeiro (5).

(1) *Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: fernandabarboza@ascres.edu.br*
(2, 3, 4 e 5) *Graduandos/as do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres.*
E-mail: juceliacosta.social@hotmail.com

Introdução

O envelhecimento hoje é um fato, sendo que nunca antes houve tão grande contingente de idosos no mundo. A pesquisa da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – revela que a população idosa do Brasil em 2010, correspondia a quase 20 milhões de pessoas idosas (IBGE, 2010). A velhice é uma época em que o indivíduo está suscetível à determinada ordem de demandas emergentes em saúde, assistência e previdência social. Um destes problemas, que será discutido no presente artigo, é a dependência química. Aposentadoria, perda de parentes e amigos, internações hospitalares, despontam como algumas situações estressantes que podem levar a quadros de abuso de drogas na terceira idade. Nesta perspectiva, o artigo em questão tem o interesse de trazer à tona a relação de envelhecimento e dependência química, problematizando esse arrolamento de políticas de uma seguridade social híbrida de um lado e um contexto de crise na economia brasileira de outro.

Metodologia

Este trabalho optou por uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. O método que embasou esta pesquisa será o dialético crítico, pois na abordagem qualitativa o método dialético recusa a redução. Ele se propõe a ultrapassar o observado, indo além do que está posto, ou seja, desloca-se da aparência para a essência, transcendendo a superfície do fenômeno estudado (MINAYO, 2008). Para a revisão sistemática, foram adotados alguns critérios para coleta do material pesquisado, quais sejam: artigos nacionais disponíveis no acervo informatizado do SCIELO (Livraria Eletrônica Científica online), que tratem de idosos dependentes químicos, publicados no período de janeiro de 2010 a junho de 2015.

Resultados e discussão

O que se pôde perceber no material encontrado foi que, como bem colocou Beauvoir em seu ensaio sobre a velhice, não é fácil situar esta, devido à dinamicidade do processo, não sendo apenas um fato biológico, mas essencialmente um fato cultural (BEAUVOIR, 1990). Mas o homem nem sempre foi velho, ele morria antes de alcançar esta faixa etária, por epidemias, péssima nutrição, guerras, etc. A partir da segunda Guerra Mundial é que o envelhecimento começa a preocupar e a chamar atenção dos encarregados da saúde, pois foi a partir desse momento que começaram a surgir várias doenças e consequentemente a população idosa tornou-se alvo das mesmas. Ao longo dos séculos o conceito de velhice vem sofrendo algumas alterações, e é consoante a isto que Costa discorre:

Envelhecer a 50 anos atrás não constituía um problema; era encarado como um fenômeno natural, na medida em que não só as pessoas que envelheciam não eram muitas, como o aproveitamento e imagem que a sociedade tinha da população que envelhece era diferente daquela que se tem hoje (COSTA, 1999, p 10).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reifica isto, classificando do ponto de vista cronológico, que nos países desenvolvidos pessoas idosas são as com idade igual ou superior a 65 anos e nos países em desenvolvimento as com mais de 60 anos (DIEHL, CORDEIRO E LARANJEIRA, 2011). Atender as necessidades deste segmento de idosos sem distinção de classes adquire um desafio ainda maior em razão da configuração neoliberal assumida pelas políticas públicas num contexto de crise, que promovem o aprofundamento da desigualdade e da pobreza. Apesar das atenções do país hoje estarem mais voltadas para o consumo do crack, o álcool não perde sua soberania no campo da dependência química, estabelecido como porta de entrada para as demais drogas e sendo apontado como segunda causa de morte evitável do país (BARBOZA et al., 2010). Sabe-se ainda que, no Brasil, o alcoolismo é a causa mais frequente de aposentadorias precoces e acidentes no trabalho e a oitava causa para concessão de auxílio doença pela Previdência Social, sendo que estudos recentes já colocam o transtorno por uso de substância está entre os principais transtornos mentais da terceira idade (HIRATA in SEIBEL, 2010). Este abuso entre idosos é considerado uma epidemia invisível, pois ainda é um problema subestimado pela população em geral, subidentificado e subdiagnosticado e, conseqüentemente, subtratado (ZANUTO et al in DIEHL, CORDEIRO E LARANJEIRA, 2011), sendo que a tendência é que com o aumento da população idosa, esses idosos adictos também se multipliquem, bem como suas demandas, referentes as políticas de seguridade social que se já tem seus limites estruturais na ordem capitalista, tendem a piorar no atual contexto e para o público em foco:

Apesar de reconhecer as conquistas da Constituição no campo da seguridade social, é impossível deixar de sinalizar. Esses se agravam em países com condições socioeconômicas como as do Brasil, de frágil assalariamento, baixos salários e desigualdades sociais agudas [...] O programa de transferência de renda, que abrange trabalhadores adultos (bolsa-família), não possui caráter de direito e seus valores, condicionalidades e forma de gestão o colocam na órbita das políticas compensatórias (BOSCHETTI, 2000, p 15).

Conclusões

Tudo isto elenca o quanto o envelhecimento da população e suas novas demandas deve constar na agenda do Estado, uma vez que esse fato traz profundas transformações na ordem econômica, social e de saúde das sociedades, devendo os vários segmentos da sociedade promover discussões para a construção de políticas públicas condizentes com as demandas contemporâneas. E para se alcançar essa mudança de paradigma nas políticas envolvendo velhice, é necessária primeiramente uma mudança de ótica, que pare de ver a velhice apenas como processo demográfico e passe a enxergá-la como processo social e político também. No Brasil, a questão social, influencia diretamente a realidade de famílias que tem na sua composição um ou mais idosos; esses indivíduos possuem necessidades que vão desde os aspectos materiais até os emocionais. Para um país em desenvolvimento ter uma expectativa de população mais saudável é necessário que haja no seu planejamento o investimento não só em programas de saúde pública, mas também, e fundamentalmente, em escolas, ensinos de qualidades, emprego e renda, como forma de prevenção à nova geração de idosos que se está

Apoio:

Realização:



erigindo. Vale ressaltar que grande parte dessas pessoas que consomem abusivamente drogas integra a população economicamente ativa do país, o que significa demandas outras à economia, saúde, social e previdência, que arcam com os prejuízos deste uso abusivo (ECOS, 2010).

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- BORGES, M. E. S. **Os Lugares dos velhos**: Um estudo sobre a luta pela proteção social no Brasil dos anos 1988/1998. 2000. 151 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- BOSCHETTI, I. **Previdência e Assistência**: uma unidade de contrários na seguridade social. Universidade e Sociedade. *Revista da ANDES-SN*, Brasília, ANDES-SN, n. 22, 2000.
- COSTA, M. A. M. **Questões demográficas**: repercussões nos cuidados de saúde e na formação dos enfermeiros. In: O idoso: problemas e realidades. Coimbra: Formasau, 1999.
- DIEHL, A., CORDEIRO, D. C., LARANJEIRA, R. **Dependência Química**: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- NASRI, F. **Demografia e Epidemiologia do Envelhecimento**: Envelhecimento Populacional no Brasil. Einstein. 2008.
- OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Saúde nas Américas**: 2007. Washington, D.C. 2v. [OPAS - Publicação Científica e Técnica, 622].
- SANTOS, M. A. (Org.). **Uso e abuso de álcool e drogas**. Ribeirão Preto (SP): Editora Legis Summa; 2002.
- SEIBEL, S. D. **Dependência de Drogas**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO

Alessandra Rodrigues da Silva (1); Josinês Barbosa Rabelo - Orientadora (2)

(1) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Asces. E-mail: Alessandra_rse@hotmail.com

(2) Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Asces. E-mail: josinesrabelo@asces.edu.br

Introdução

A pesquisa objetiva abordar os desafios postos à atuação do/a Assistente Social no campo Sociojurídico. Trata-se de uma breve reflexão do trabalho de monografia de conclusão em andamento no âmbito do Curso de Serviço Social. O estudo foi motivado a partir da experiência de estágio supervisionado realizado no Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais – LEPPS da Faculdade ASCES. Através dessa experiência, algumas inquietações emergiram, instigando-me a refletir sobre o campo sociojurídico. A prática de estágio despertou para a importância de compreender o papel do/a Assistente Social do Núcleo Sociojurídico (NUSJU) do Escritório de Práticas Jurídicas (EPJ), da Faculdade ASCES. O EPJ está inserido no campo jurídico da assistência jurídica gratuita. Nessa direção, o projeto de pesquisa tem como questionamento central: Quais os desafios postos ao Serviço Social e as perspectivas para a atuação do/a Assistente Social no campo sociojurídico?

Metodologia

O trabalho se constitui em uma pesquisa qualitativa que utiliza como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica. Na pesquisa qualitativa o conhecimento supõe uma ação coletiva entre todos os envolvidos, sendo possível,

[...] identificar criticamente seus problemas e suas necessidades, encontrar alternativas e propor estratégias adequadas de ação. Os dados coletados não são coisas isoladas, são importantes fenômenos, que fazem parte de um contexto que se manifestam através de contradições, revelações e oculta mentos. (CHIZZOTTI, 1991, p.82-84).

Utiliza-se também a pesquisa documental. Como análise de dados é utilizada a análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Discussão

O Serviço Social no contexto sociojurídico atua com as manifestações da questão social e com uma parceria com o direito e a justiça. O trabalho do Assistente Social pode contribuir em várias áreas do direito como: Direito da Família, do Trabalho, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Penal, Previdenciário entre outros; Portanto as decisões e os procedimentos Jurídicos são solicitados as quais o conhecimento da área seja necessário para poder tomar alguma providência ao caso que está sendo analisado. Sobre tudo, Fávero (2005, p.51) define que:

O Serviço Social, ao longo de sua trajetória na organização judiciária, ficou reconhecido pela necessidade de intervenção não só no contexto da Justiça infanto-juvenil e família, mas em diversas outras áreas[...]. Hoje o Serviço Social atua em várias frentes e suas atribuições não se resumem apenas a situações relacionadas às medidas judiciais. Atuando em conformidade com os princípios norteadores da profissão, tem contribuído para a implementação de projetos e programas na área da saúde mental e vocacional, reavaliação funcional, capacitação, treinamentos, etc., funções estas que envolvem o conhecimento das vivências socioeconômicas e culturais dos sujeitos e de como reagem às diferentes manifestações da questão social na sua vida cotidiana.

O trabalho do Assistente Social nas Defensorias Públicas no Serviço de Assistência Jurídica gratuitas está relacionado aos programas desenvolvidos pelas organizações não governamentais, nas prefeituras municipais e nas próprias instituições de ensino, que tem uma intervenção com o poder Judiciário. Portanto, são várias demandas que são postas ao/a Assistente Social nos serviços de assistência jurídica tanto na integral quanto na gratuita. A assistência jurídica tanto integral como gratuita é prevista na Constituição Federal artigo 5º, como dever do Estado aos que comprovarem insuficiência de recursos ter essa assistência. O artigo 5º da constituição define que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

São várias as requisições e atribuições que estabelece atualmente o trabalho do/a Assistente Social nos serviços de assistência jurídica integral e gratuita, podemos citar (CHUARI, 2001, p.138):

- Realizar perícias e estudos sociais, bem como informações e pareceres da área de sua competência;
- planejar e executar programas destinados à prevenção e integração social de pessoas e/ou grupos envolvidos em questões judiciais;
- participar de programas de prevenção e informação de direitos para a população usuária dos serviços jurídicos;
- assessorar e prestar consultoria aos órgãos públicos judiciais, a serviços de assistência e demais profissionais deste campo.

O/a Assistente Social, pode realizar o estudo social, emitir parecer, da conclusão de laudo são instrumentos de total importância para subsidiar as ações dos promotores de justiça. O estudo social, segundo Fávero (2003, p.42):

[...] é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional- especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais.

No entanto, o Serviço Social vem desmistificando esse caráter conservador e submisso, contribuindo com o seu conhecimento técnico, crítico e subsidiando as decisões judiciais, por meio de pareceres e laudos sociais, além de trabalhar na perspectiva de assessoramento nas instâncias na qual atua. (CHUARI, 2001). O Serviço Social é uma profissão que cria e recria a sua instrumentalidade no decorrer do seu cotidiano profissional.

Considerações finais

O presente trabalho teve o objetivo de realizar uma reflexão sobre a atuação do Serviço Social no campo sociojurídico, e vem a responder a seguinte questão: Quais os desafios postos ao Serviço Social e as perspectivas para a atuação do/a Assistente Social no campo Sociojurídico? O assunto tratado neste trabalho teve como objetivo principal compreender os desafios enfrentados pelo Assistente Social para se trabalhar no Sociojurídico. Sendo assim, uma das possibilidades do Serviço Social poder contribuir, planejar e executar para a análise social, nos pareceres e laudos, dando subsídios para ações e programas no setor jurídico. O sociojurídico é um dos campos que na atualidade tem requisitado a atuação do Serviço Social atua. O trabalho social pode contribuir em diferentes áreas do direito constituído tais como: família, civil, menor, trabalho, penal

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível: em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 de mar. 2015.

CFESS, **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf> Acesso em: 01dez. 2014.

CHUAIRI, Silvia Helena. Assistência Jurídica e Serviço social: Reflexões Interdisciplinares. In: **Serviço Social e Sociedade**, 67 p. 124 - 144-. São Paulo:Cortez, 2001.

FÁVERO, Eunice Terezinha, MELÃO, Magda Jorge Ribeiro, JORGE, Maria Rachel Tolosa (orgs.). **O serviço social e a psicologia no judiciário: construindo saberes, conquistando direitos**. São Paulo: Cortez, 2005.

FÁVERO, Eunice Teresinha. As implicações ético-políticas do processo de construção do estudo social. In: **Revista Em Foco: o Serviço Social e o Sistema SocioJurídico**, Rio de Janeiro: [s.n.],2004.

_____. Fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: CFESS (Org.). **O estudo Social em Perícias, Laudos e pareceresTécnicos**: contribuições ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. CFESS / Cortez Editora: São Paulo, 2004.

DO RETROCESSO A POSSIBILIDADE DO PROGRESSO: AS DIVERSIDADES DAS RELAÇÕES DE GÊNEROS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Brendhel Henrique Albuquerque Chaves (1); Roberta Granville (2)

(1) *Discente do Curso de Educação Física da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico.*

E-mail: brendhelhenriquechat@hotmail.com

(2) *Docente do Curso de Educação Física da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico.*

E-mail: robertagranville@ascres.edu.br

Introdução

A educação brasileira contemporânea vem recebendo várias críticas acerca do seu papel alienante e pseudoneutro. Uma das mais comuns se refere à inculcação da ideologia dominante. A educação, no entanto, pode constituir-se em um veículo de transformação e tomada de consciência, em que alunos e alunas são críticos, participantes, conscientes de seu papel como cidadãos, e instrumentalizados para exercerem sua análise crítica naqueles conhecimentos adquiridos (ABREU, 2005). A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (CAMPOS et al., 2008). Na sua missão de ensinar os alunos a escrever, a ler e a falar, a escola forçosamente, sempre trabalhou com os gêneros, pois toda forma de comunicação, portanto também aquela centrada na aprendizagem, cristaliza-se em formas de linguagem específicas. A particularidade da situação escolar reside no seguinte fato que torna a realidade bastante complexa: há um desdobramento que se opera em que o gênero não é mais instrumento de comunicação somente, mas, ao mesmo tempo, objeto de ensino/aprendizagem. O aluno encontra-se, necessariamente, num espaço do como se, em que o gênero funda uma prática de linguagem que é, necessariamente, em parte, fictícia, uma vez que ela é instaurada com fins de aprendizagem (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999). Portanto, entende-se a Educação Física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida (CAMPOS et al., 2008). Diante disso, objetivo do presente estudo é analisar gênero e suas especificidades, observando os avanços e possibilidades nas aulas de Educação Física. Porquanto, gênero e sexualidade são conceitos indissociáveis, vinculados às relações de poder entre os indivíduos e grupos sociais. Não é possível discutir um sem referir-se ao outro. É inegável o quanto a sexualidade tem sido posta em discurso, seja no campo jurídico, médico, religioso, midiático, dentre outros. No campo da educação não tem sido diferente, cabendo lembrar que os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no final da década de 1990, trouxeram a sexualidade como tema transversal (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999). A questão de gênero, as aulas mistas de educação física podem dar oportunidade para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram e possam aprender a ser tolerantes, a não

Apoio:

Realização:



discriminar e a compreender as diferenças, de forma a não reproduzir estereotipadamente relações sociais autoritárias (BRASIL, 1997).

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa com o objetivo de analisar gênero e suas especificidades, observando os avanços e possibilidades nas aulas de Educação Física. Para localizar as produções científicas, foi realizada uma busca bibliográfica na base de dados Scielo, a seleção das palavras chave com a associação das palavras educação, diversidade, escola, gênero e Educação Física. Foram utilizados operadores lógicos “and” e “or” para combinação dos termos. Todos os processos de busca, seleção e avaliação de artigos serão realizados por pares. A seleção das produções científicas foi realizada mediante os seguintes critérios de inclusão: artigos que abordem a temática gênero nas aulas de Educação Física, diversidade na escola, gênero e a prática pedagógica e diversidade e educação. Não serão incluídos estudos de revisão e artigos duplicados.

Conclusões

A diversidade, do ponto de vista cultural, pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Os aspectos tipicamente observáveis, que se aprende a ver como diferentes, só passaram a ser percebidos dessa forma porque os sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram (ARROYO et al., 2007). Diferenças, distinções e desigualdades a escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 1997). Também Louro (1997) lembra que, se em alguns componentes curriculares a constituição da identidade de gênero parece, muitas vezes, ser feita por meio de discursos implícitos, nas aulas de educação física esse processo é, geralmente, mais explícito e evidente. Ainda que várias escolas e professores/as venham trabalhando em regime de co-educação, a educação física parece ser a área onde as resistências ao trabalho integrado persistem, ou melhor, onde as resistências provavelmente se renovam, a partir de outras argumentações ou de novas teorizações.

Referências

ABREU, N. G. **Meninos Pra Cá, Meninas Pra Lá?** p. 17, 2005.

ALTMANN, H. **Rompendo fronteiras de gênero**: Marias (e) homens na Educação Física. 1998.

ARROYO, M. G. et al. **Indagações Sobre O Currículo Do Ensino Fundamental**. Salto para o futuro, v. 17, 2007.

BRASIL, S. D. E. F. **Parâmetros Curriculares Nacionais e a Educação Física Escolar**. 1997.

CÁCERES, G. M. **Educação , sexualidade e gênero na educação infantil** : uma articulação possível e necessária. v. 2, p. 15–31, 2011.

CAMPOS, A. DA F. et al. A Questão De Gênero Nas Aulas De Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**, v. 3, p. 79–88, 2008.

CELSO PEREIRA DE SÁ. **A Construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. UERJ, p. 110, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. Editora Vozes. v. 2 p. 84, 1998.

HENRIQUES, R. et al. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Cadernos SECAD** 4, p. 87, 2007.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. v. 6, p. 53–60, 1996.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. p. 184, 1997.

MORAES, V. L. R. C. DE; BUYTENDORP, A. A. B. M. **O Currículo multicultural e as práticas pedagógicas expressas nos materiais didáticos**. v. 2, p. 32–43, 2011.

NOGUEIRA, M. DO S.; RODRIGUES, A. M. DA S. **Meninos, meninas ou todo mundo junto?** A questão do gênero nas aulas de educação Física nas escolas da Região Sudeste da Rede Pública Municipal de Teresina. 2008.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, p. 5–16, 1999.

SOUSA, E. S. DE; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos CEDES**, v. 19, p. 52–68, 1999.

EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA TRANSFORMADORA: O PAPEL DE EDUCAR EM DIREITOS HUMANOS NA MODERNIDADE TARDIA DO BRASIL

Armando Morais Correia de Melo Filho

*Docente do Curso de Direito e Engenharia Ambiental da Faculdade Ascres.
E-mail: armandolho@yahoo.com.br*

Introdução

Este trabalho tem como objetivo maior tratar do papel da educação como atividade transformadora da realidade, principalmente quando se trata do conhecimento e reconhecimento dos direitos humanos. Trata-se de breve reflexão a partir de dissertação apresentada e aprovada no Mestrado de Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco pelo autor, a qual discutiu o tema da educação em direitos humanos a partir das categorias de gênero e direitos sociais. Por se acreditar ser importante a propagação dos resultados daquela pesquisa, em virtude da realidade de violações de direitos no país, vem-se submeter esta breve exposição ao GT Lutas Sociais, com o intuito de divulgar e problematizar os temas.

Metodologia

O trabalho foi construído eminentemente a partir da pesquisa bibliográfica, com abordagem compreendida através da pesquisa qualitativa.

Discussão

Segundo Hannah Arendt (1992),

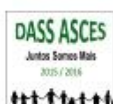
O papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos... A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer que queira educar adultos na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade política.

Para a autora, educar em política é próprio das tiranias, uma vez que, assim, retira-se da criança a necessidade de se desenvolver entre iguais, conhecendo o mundo a partir de uma relação equânime, uma vez que, pela doutrinação, os adultos impõem seu mundo às novas gerações, como se fosse novo, com a obrigação de o continuarem. Para Hannah, não se pode desenvolver *políticas progressista* através da educação, pois se está transferindo para as crianças uma responsabilidade com que os adultos não conseguem arcar.

Outra forma de compreender a temática se vincula às correntes que, historicamente, ficaram conhecidas como *de esquerda*, as que se desenvolveram de encontro ao pensamento liberal, especialmente de perspectiva marxista. Segundo essas, o papel fundamental da atividade educativa é vestir-se de um caráter emancipador. Ao conhecer a cultura hegemônica, responsável pela produção do *status quo*, o educando pode assumir uma postura crítica em relação ao mundo circundante, tornando-se sujeito ator (agente transgressor), não apenas expectador da história. Assim, a consciência de uma situação de vida, o esclarecimento sobre

Apoio:

Realização:



circunstâncias de dominação e violência (explícita ou tácita/simbólica) abre espaço para a possibilidade de um espírito transformador.

Esse pensamento encontra ressonância na obra de Paulo Freire. Ligado desde a origem às realidades das classes populares, Freire concebe a educação como atividade ideológica, portanto, como atitude política. Para ele, é importante, em educação, ter como premissa o fato de “que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo” (FREIRE, 2011, p. 55). Tal compreensão atribui ao processo educativo a responsabilidade de ser aparelho não-mantenedor do *status quo*, mas de ser atividade para uma práxis contra-hegemônica (GRAMSCI, 2006) emancipatória (ADORNO, 1995). Em outra passagem importante para confirmar o posicionamento, o pedagogo brasileiro afirma: “Mas se ambas [humanização e desumanização] são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens” (FREIRE, 1987, p. 16).

Apesar de o ser humano estar sempre condicionado, para o autor da *pedagogia da autonomia*, isso não significa determinismo e imobilidade. Ele equaciona o condicionamento com a característica do inacabamento humano, do ser em construção, projetando-o para um futuro que não é inexorável. Daí o ensinar ser mais do que transmitir conhecimentos, ser uma ética política de visão democrática, de respeito à dignidade individual e da busca da atitude crítica engajada contra as formas de opressão, exclusão e exploração⁶. O profissional da educação, portanto, passa a ser não somente transmissor de saberes, mas um agente político.

Considerações finais

Em época ainda de violações dos direitos humanos, a pedagogia freireana é âncora para quem milita pela formação de cidadãos, pois prega contra a massificação e pela formação da personalidade crítica. O autor mais uma vez contribui para o entendimento: “Faz parte do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação, a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 1996, p. 40).

A perspectiva de uma educação em direitos humanos se arvora nessas premissas. Para educar em direitos humanos, não se pode defender a construção de indivíduos adaptados, mas exatamente seu oposto, a formação de atores combativos contra a lógica liberal capitalista, aos princípios da exploração, da exclusão e da equalização/uniformização de mentalidades e valores. Acima de tudo, deve-se formar contra a consciência de que o ser humano é reificável, instrumentalizável, pode ser, em algum momento e por algum motivo, dispensado de sua humanidade. Tal (de)formação é a matriz das violações de direitos.

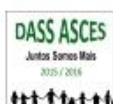
Referências

ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

⁶ Vale notar que a modernidade tardia do Brasil impede de fazer comparações entre este e países mais desenvolvidos. Talvez o grande labirinto em que o país e a parte sul do continente se colocam seja tratar dos direitos de terceira dimensão (paz, fraternidade, democracia), sem ainda ter consolidado os de primeira ou segunda.

Apoio:

Realização:





ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**.. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. V. 2



ENFRENTAMENTO A HOMOFOBIA INSTITUCIONALIZADA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: REFLEXÕES A PARTIR DA INTERSETORIALIDADE ENTRE A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT E O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Elaine Cristina Santos (1); Jefferson Luan Bezerra da Silva (2); Josemar Ramos da Silva(3)

- (1) Faculdade Maurício de Nassau. E-mail: elaine21cristina@gmail.com)
 (2) Faculdade Maurício de Nassau. E-mail: jefferson_luan2012@outlook.com)
 (3) Faculdade Maurício de Nassau. E-mail: ramos_79@hotmail.com

Introdução

O presente trabalho faz uma discussão em relação políticas sociais voltadas para população LGBT. Muitas são as pesquisas voltadas para a público LGBT, mais poucas enfatizaram existência e a importância das políticas sociais voltadas para essa população, alguns desconhecem a existência destas políticas e de seus direitos em relação as mesmas. O trabalho tem o objetivo de identificar a intersectorialidade entre o Programa Brasil Sem Homofobia e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Metodologia

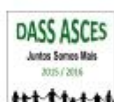
Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado os métodos de pesquisa bibliográfica e documental. Pois, como destaca Lakatos (1992, p.4) “A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerado também como o primeiro passo de toda pesquisa científica”. Assim analisamos documentos oficiais do Governo Federal a exemplo do Programa Brasil Sem Homofobia e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. As políticas voltadas para a população LGBT são resultados de lutas do movimento LGBT que busca garantia de direitos e equidade social, é uma vitória contra o preconceito, a homofobia, a discriminação da sociedade machista e heterossexual. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT têm a proposta de enfrentar as desigualdades que atingem a população LGBT, garantir, universalização e atendimento humanizado e da integralidade do cuidado. O Programa Brasil Sem Homofobia traz como proposta construir uma sociedade democrática livre do preconceito onde as pessoas possam expressarem suas diversidades e tenham seus direitos garantidos, o programa, busca atender os anseios e disputas da atualidade e elementos que lutam por reconhecimento da população LGBT.

Discussão: Intersectorialidade entre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT e o Programa Brasil sem homofobia

Na década de 1950 a homossexualidade foi considerada como doença, sendo esta situação revertida por meio de pesquisas que fizeram desmascarar a ideia de homossexualidade como doença mental. Foi em 17 de maio de 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retira da lista internacional de doenças a homossexualidade, ficando o dia 17 de maio a ser comemorado como o Dia Internacional Contra a Homofobia. Isto só vem a reafirmar a importância dos movimentos sociais, mostrar como uma comunidade unida em busca de algo pode conquistar, e se lhes for dada visibilidade verá que grandes serão os avanços como é caso das duas políticas que veremos a seguir. O Programa Brasil Sem Homofobia foi um verdadeiro diferencial no segmento das políticas sociais, não só pelo fato de ser uma política voltada para uma camada da sociedade que é vitimada. Mais pelo fato para somar e alertar a sociedade para

Apoio:

Realização:



dar visibilidade à aqueles que sofrem todos os dias, que são espancados, mortos, humilhados, expulsos de suas casas por sua condição. Sendo esta política social desenvolvida com o intuito de contribuir não só para a área dos direitos humanos, mais sim, para muitas outras, a exemplo da educação, saúde, segurança. Tornando-se este programa um grande marco na inclusão de LGBT nas políticas públicas. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT ao contrário do Programa Brasil Sem Homofobia que na sua execução envolve vários setores do governo, e trabalha questões voltadas para a inclusão, conscientização, prevenção da saúde. A política é direcionada para as necessidades do público LGBT, por essa população ter necessidades específicas, a título de exemplo podemos citar o processo transexualizador (mudança de sexo) e o cartão SUS que passa a ter o nome civil o nome social da pessoas transexual. Foi pensando nesta política não só no exemplo citado acima, mais também no atendimento humanizado e integral de que essas pessoas precisam e merecem atendimento este que deve ir da recepção ao ambulatório; da consulta médica sem preconceitos advindos de condição física ou opção sexual.

Considerações

Ao fim da pesquisa identificamos que o programa Brasil Sem Homofobia e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, estão voltadas para garantia de direitos da população LGBT, devido a grande incidência e altos índices de violência, os mecanismos implementados ainda não conseguem assegurar a plena efetivação dos direitos da população LGBT, assim, é necessário reforçar a atuação intersectorial do governo nessa área e os mecanismos de fiscalização e monitoramento da Política Nacional de saúde Integral LGBT e do Programa Brasil Sem Homofobia.

Referências

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. **Homossexualidade e o direito à saúde**: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. 2013. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a15v37n98pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.32 p.: il. (Série E. Legislação de Saúde).

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

LIMA, Paulo César Ferreira de. **A importância do movimento LGBT**. 2013. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/48888/a-importancia-do-movimento-lgbt>>



MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, 1989. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451989000200004&script=sci_arttext>

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceitos contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção Preconceitos; v. 5)

SANTOS, Fabio. **Homossexualidade não é doença segundo a OMS**. Entenda, disponível em: <<http://vidaeestilo.terra.com.br/ha-21-anos-homossexualismo-deixou-de-ser-considerado-doencapelaoms,0bb88c3d10f27310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html>>

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ENSINO EaD E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O/A ASSISTENTE SOCIAL

Keila Cristina (1); Joelma Cruz (2); Edineusa Josefa da Silva (3)

(1, 2,3) Discentes do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: keilagatinha-@hotmail.com

Introdução

A elaboração desse artigo é fruto da participação no Projeto de Extensão *Práticas no Serviço Social*. Tem como objetivo central refletir sobre a formação profissional em Serviço Social. A temática é relevante visto que atualmente há no Brasil um número considerável de profissionais em Serviço Social com formação na modalidade EaD, e de acordo com vários estudos, na sua maioria, apresenta deficiências no processo de formação que interfere no exercício profissional. Faz-se mister ressaltar que o/a Assistente Social tem como campo com maior possibilidade de atuação as políticas sociais, pois tratam-se de profissionais que devem ter habilidade e competência para atuar nas expressões da questão social. Assim, refletir sobre a formação e também evidenciar a qualificação na direção de se pensar de forma crítica o campo sócio-ocupacional em que esses profissionais atuam. Assim, a formação permanente é um instrumento de fortalecimento dos princípios fundamentais do Código de Ética e de materialização do compromisso de atender com qualidade os usuários nos que buscam os serviços sociais.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e realizada através da pesquisa bibliográfica. Como resultado principal desta pesquisa, pretende-se contribuir nas discussões sobre a importância da formação permanente para a prática do profissional de Serviço Social.

Discussão: Ensino à distância e formação permanente em Serviço Social: algumas reflexões

Com a lógica de mercantilização do ensino entra em vigor pela via da política neoliberal a educação à distância, preconizando e atribuindo a ela uma democratização e ampliação do ensino a todos. Dentro dessa lógica de precarização e da má qualidade do ensino prestado, a educação à distância é identificada como uma eficiente estratégia e diversificação das instituições de ensino superior garantido o acesso de segmentos populacionais pauperizados. Assim, a educação à distância pode ser eficaz para aumentar, a um custo moderado, o acesso dos grupos desfavorecidos que geralmente, estão efetivamente representados entre os estudantes universitários. (BANCO MUNDIAL, 1994). A década de 90 caracterizou a introdução da política neoliberal nos governos Fernando Henrique Cardoso e ganha espaço no governo Lula da Silva sobre financiamento de instituições privadas retratando sob a lógica do capital. O governo de Lula da Silva consolidou um importante arcabouço político-jurídico no que diz respeito à política de educação superior à distância. Esse arcabouço foi criado a partir de documentos, leis, medidas provisórias e decretos que reafirmaram a lógica do governo anterior no que concerne a política de educação superior à distância e adaptação de pacotes tecnológicos da formação profissional, especialmente dos segmentos mais pauperizados da população. (LIMA,

Apoio:

Realização:



2007.) A educação à distância tem se constituído em um importante campo de ação dos empresários de educação. Empresas que estabelecem parcerias com instituições privadas e públicas sendo assim transmitidas as aulas por meio de teleconferência e um acompanhamento de tutor na sala é a nova reconfiguração da educação, medidas pelas empresas privadas. O exemplo disto é a UNOPAR (Universidade Norte do Paraná) criada por um grupo de empresários, em 1972 que oferece o curso de graduação à distância em Serviço Social utilizando um sistema identificado como presencial conectado, no qual o processo orienta via chat as atividades de tele aula. As aulas e atividades são realizadas em tempo real, em um dia na semana sendo o aluno atendido em salas de recepção por um tutor de sala. (LIMA, 2007.) Várias instituições têm se comprometido em analisar o ensino à distância. Instituições como o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), ABEPESS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), onde o projeto ético-político construído ao longo de sua trajetória é fruto de muitos debates, colocando em cheque uma prática voltada para atender as demandas através do pensamento crítico construído no processo de formação. A categoria profissional dos Assistentes Sociais tem se comprometido em propor alternativas, visto que anualmente tem sido colocado no mercado de trabalho profissionais formados na modalidade EaD que é visto como precarizado, fragmentado e até desqualificado, formando profissionais técnicos e não críticos diante do contexto contemporâneo. Essa questão abre espaço para refletir que a educação é vista como atividade não exclusiva do Estado e abre precedentes para desresponsabilização do mesmo. A privatização é executada por instituições não estatais, o que foi concretização ao longo dos anos 1990 e permanece em consolidação na entrada do século 21. (LIMA, 2007.). Redefinindo o papel do Estado como já foi citado em comentários anteriores, abre um leque de possibilidades para a educação estar inserida no rol dos meios lucrativos de pequenos empresários. Há um mecanismo que coloca em cheque o ensino superior constituindo-se como extremamente lucrativo para o capital. Dentro dessa lógica de democratização ao acesso, à universidade é dado mecanismos pelo governo para garantir o acesso.

O discurso governamental baliza-se pela defesa da expansão da educação superior pela via da participação do setor privado presencial, por meio da ampliação da isenção fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade Para Todos (PROUNI), participação do setor privado de ensino à distância, ampla reestruturação do sistema público de ensino, por meio do Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão de Universidades Federais (REUNI), reforço na universidade pública da lógica da mercantilização, por meio das parcerias público-privada. (DAHMER, 2008, p. 43, 2008).

Desde a aprovação das diretrizes curriculares da ABEPESS, o número de cursos de Serviço Social no país aumentou consideravelmente de 2003 a maio de 2008 surgiram no país mais 160 novos cursos de Serviço Social, o que corresponde a 55,3% dos cursos existentes no país, majoritariamente de natureza privada. (LIMA, 2007.) É importante destacar a Política de Educação Permanente, desenvolvida pelo conjunto CFESS/CRESS com o objetivo de fortalecer um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social, com o compromisso, com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual. A educação permanente é uma necessidade em todas as profissões e áreas de conhecimento,

pois no contexto atual a dinâmica e a complexa realidade em transformação produz aceleração das questões que precisam ser desveladas. (CFESS/CRESS, 2012, p.10). É neste sentido que as organizações competentes estão atuando para contrapor a tendência imediatista que leva muitas vezes os profissionais a participarem de cursos sem qualidade. A Política de Educação Permanente extrapola a formação voltada para a qualificação do exercício profissional, podendo alcançar a dimensão mais ampla da organização política da categoria. (CFESS/CRESS, 2012, p.13). Sendo assim, a Política de Educação Permanente constitui-se como instrumento para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício profissional.

Considerações finais

No presente trabalho procuro fazer uma reflexão acerca da influência do ensino EaD para a formação em serviço social. Que a partir do governo Luís Inácio Lula da Silva possibilitou um crescimento embasado no contexto da política neoliberal pautado sobre um viés da mercantilização e privatização do ensino, problematizando em uma má formação refletindo assim na atuação profissional. Assim, refletir sobre a formação e também evidenciar a qualificação na direção de se pensar de forma crítica o campo sócio ocupacional em que esses profissionais atuam.

Referência

CFESS/CRESS. **Política de educação permanente**. Brasília: CFESS, 2012.

DAHMER, Larissa. Mercantilização do ensino Superior, educação a distância em Serviço Social. **Katálisis**, v. 12, n. 1, 2008.

LIMA, Kátia. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

Raquel Alves Cordeiro (1); Josinês Barbosa Rabelo - Orientadora (2)

(1) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: aquelcordeiro58@yahoo.com
(2) Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: josinesrabelo@ascres.edu.br

Introdução

O presente artigo surge a partir das reflexões que vem sendo empreendidas para a construção do Projeto de Pesquisa de Monografia de Conclusão do Curso de Serviço Social intitulado *Gênero e reinserção social: desafios postos ao Serviço Social para a reinserção da mulher egressa ao mercado de trabalho*. Destarte, o presente texto intenta discutir o conceito de gênero e como esse está presente na prática profissional do/a Assistente Social, profissão majoritariamente constituída por mulheres, num fenômeno de feminização da profissão. É importante destacar que com a proposta curricular aprovada no final dos anos de 1990, essa temática passou a ser incluída na grade curricular se Cursos de Serviço Social, a exemplo da Faculdade Ascres que tem a disciplina Família e Relações de Gênero. Assim, as questões de gênero em Serviço Social são entendidas como possibilidade de contribuir no processo de formação de profissionais críticos. O conceito de gênero é um elemento constitutivo das relações sociais⁷ baseadas nas diferenças entre os sexos. A sua utilização é no sentido de analisar a relação entre a subordinação das mulheres e a mudança social e política. Dessa forma, o gênero de um ser humano é o significado social e político historicamente atribuído ao seu sexo.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo que utilizou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. O trabalho teórico foi realizado utilizando os autores de referência do tema em tela disponíveis em meio digital e impresso.

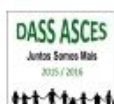
Discussão

A história da humanidade traz em seu contexto histórico uma espécie de dominação do homem pelo homem ocorre através da alienação dos meios de trabalho, quando alguém sente a necessidade de explorar o semelhante devido as relações capitalistas desse modo o explorado tem a penas a força de trabalho, como meio de sobrevivência submetendo-se a tal exploração. Entendemos que as relações de desigualdades entre homens e mulheres desencadeia várias formas de violência, o homem sempre foi tratado como o provedor da casa, viril, machão, a mulher como dona de casa aquela que trata das obrigações domesticas, educação dos filhos,

⁷ Deve ser entendida como “relações mútuas que se estabelecem entre os seres humanos para a produção e reprodução das condições materiais da existência”. (VIEZZER, 1989, p.108).

Apoio:

Realização:

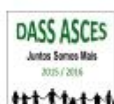


etc. O conceito de gênero em seu contexto de dominação foi algo construído ao longo do tempo nas relações sociais incumbidos em suas diferenças, faz-se necessário abordar que todos são iguais e que cada pessoa é capaz de desenvolver diversas atividades sem que haja um processo de desumanização com qualquer das partes seja ela homem ou mulher.(SILVA, 2011). O Serviço Social é uma área do conhecimento e de formação profissional que desenvolve um conjunto de ações definidas como práticas de intervenção na realidade (FAURY, 2003). Intervenção pode ser entendida como uma ação profissional que objetiva alterar uma determinada situação social, como uma ação que visa o bem-estar social da sociedade. De acordo com Faury (2003, p. 108), “O Serviço Social utiliza o conceito de intervenção no sentido de trabalhar os relacionamentos sociais na perspectiva de mediação”. Para a autora, o Serviço Social tem se deparado com novas formas de intervenção e exigido criatividade frente a novas demandas. Faury destaca que a atuação do/a Assistente Social mudou e passou “[...] do individual ao coletivo, de ajuda à autoajuda e da assistência ao acompanhamento.” (p.108). A autora ressalta que no campo dos estudos de gênero há a possibilidade de novas formas de intervenção, tendo em vista a feminização da profissão e a própria condição de mulher na sociedade brasileira. As relações sociais de gênero referem-se às relações sociais entre os gêneros masculinos e femininos no contexto da subordinação⁸ do gênero feminino pelo masculino. Scott (1995) explica a subordinação da mulher e a dominação dos homens, através de quatro dimensões: simbólica (representações múltiplas e contraditórias – pureza e bondade; pecado e mal); normativa (interpretações do significado e símbolos das doutrinas religiosas, científicas, educacionais, políticas e jurídicas que trazem duplo sentido na definição do masculino e feminino); organizacional (organizações e instituições sociais que aprofundam as diferenças entre homens e mulheres); dimensão subjetiva (necessidade de verificar como as identidades de gênero são construídas e se relacionam com atividades organizacionais, sociais e representações culturais). A autora nas suas reflexões teóricas busca compreender a situação de desigualdade entre homens e mulheres e como se materializa na realidade e interfere nas relações sociais. Essas reflexões estão fundamentadas em cinco eixos: i) existe uma articulação das relações sociais com outras formas de dominação: etnia, raça e classe; ii) através da perspectiva de gênero é possível entender as relações sociais entre homens e mulheres; iii) a categoria de gênero fortalece o estudo da história social onde as relações afetivas, amorosas e sexuais não são realidades naturais; iv) as relações sociais entre homens e mulheres têm como base as relações que estabelecem com o mundo a partir de suas necessidades concretas; v) as relações sociais são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Essas reflexões como podem ser entendidas no contexto da formação e intervenção do Serviço Social? Faury (2003, p. 109), destaca duas situações na composição da realidade profissional do Serviço Social: “a) o trabalho profissional em Serviço Social foi e é basicamente exercido no meio de mulheres e por mulheres; b) a grande maioria dos usuários atendidos foi e é constituída por pessoas do sexo feminino”. De acordo com a autora, essa realidade é composta e marcada por relações de gênero, visto que na sociedade brasileira homens e mulheres não ocupam posições iguais e as mulheres experimentam duplas formas de dominação – em casa e no trabalho. Essa situação remete pensar sobre a exclusão, visto que demandas para o Serviço Social são principalmente aquelas relacionadas à assistência e surgem pela existência de desigualdades.

⁸ A subordinação é o conceito geral da dominação masculina, enquanto que a exploração, a desigualdade, a opressão, a repressão, o patriarcalismo, o machismo, a discriminação e outras formas de dominação são tipos diferentes de subordinação.

Apoio:

Realização:



Esse espaço, segundo Faury (2003), é margeado por duas exclusões: a econômica e a de gênero. E nesse contexto, o profissional que atua com essas situações pode, ele mesmo, estar no espaço da exclusão pelas questões de gênero.

Considerações finais

Pode-se concluir que estudar as questões de gênero no Serviço Social possibilita o desenvolvimento da capacidade crítica do profissional. Assim, as mulheres que constituem a maioria das profissionais do Serviço Social, bem como os homens, se interessarem pela discussão sobre os estudos de gênero, de modo que as práticas possam contribuir para o atendimento das demandas que surgem no cotidiano profissional, bem como possam iluminar a construção de conhecimentos sobre os estudos de gênero.

Referências

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em Serviço Social. **Pro-Posições**, v. 14, n. 1, v.40, jan./abr. 2003.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katál. Florianópolis**, v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Carla da. **A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero**. VI Jornada Internacional de Políticas Sociais: desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. São Luís – MA, 2013. Disponível em: < http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/.../desigualdade_imposta.pdf >. Acesso em: 10 set. 2015.

SOUSA, Franciele Santana de; MOURA, Maria Aparecida Garcia. **Uma discussão acerca da questão de gênero e o Serviço Social**.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Biblioteca da Educação. Serie 3. Mulher Tempo, v. 2).

HUMANIZAR O PARTO E O NASCIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO HOSPITAL JESUS NAZARENO

Bruna Nascimento de Melo (1); Juliene Tenório Albuquerque – Orientadora (2).

(1) *Discente do Curso de Serviço Social da Associação Caruaruense de Ensino Superior.*
E-mail: brunanascimento.melo@hotmail.com

(2) *Docente do Curso de Serviço Social da Associação Caruaruense de Ensino Superior.*
E-mail: julienetenorio@ascres.edu.br

Introdução

O presente texto que se encontra em andamento se insere em uma das principais áreas de pesquisa e atuação do Serviço Social: a Política de Saúde, mantendo relação com reflexões advindas da realidade social. Ao integrar a Seguridade Social, a Política de Saúde tem como principal referência a Constituição Federal de 1988, onde a saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1998).

Metodologia

Quanto à metodologia utilizada no presente projeto, optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa. Nesta perspectiva optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa pela possibilidade que ela apresenta de compreendermos os “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1992, p.21). Com relação às escolhas metodológicas, selecionamos os seguintes: 1) Pesquisa Bibliográfica; 2) Análise de documentos de domínio público; 3) Entrevistas. A análise dos dados será realizada a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD) tomando como base a Análise Tridimensional do Discurso proposta por Fairclough (2008), utilizaremos os seguintes tópicos e subtópicos analíticos: Na dimensão do Texto: Optamos pela análise do vocabulário, a partir do subtópico *Significado das palavras*, pela possibilidade em identificarmos os significados ideológicos, culturais e políticos da palavra-chave humanização; Na dimensão da Prática Social: Escolhemos os *Efeitos Ideológicos e Políticos* por permitir encontrarmos os sinais de conhecimento e crença, nas relações sociais e identidades sociais, identificando elementos que contribuem para hegemonizar ou contra-hegemonizar o discurso.

Discussão

No decorrer dos anos 1990 e 2000, a Política de Saúde foi campo de disputas, avanços e conquistas sociais, especialmente, após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), fortalecendo a participação dos(as) usuários(as) e profissionais da saúde, bem como incorporando um leque de temáticas no campo da saúde. Dentre as temáticas incorporadas, destacamos o da Humanização do SUS. De acordo com o CFESS (2010), a Humanização desse sistema é uma temática que surge com ênfase no final de 1990 e início dos anos 2000, tendo conseguido legitimidade a partir da 11ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília em 2000. Em 2001, com a criação do Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar pelo Ministério da Saúde, a cultura de um atendimento humanizado na área da saúde passa a ser disseminado em diversas instâncias que integram o SUS. Em 2004, o programa é transformado na Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde- HumanizaSUS, estabelecendo que a humanização consiste na “valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores” (CFESS, 2010, p.10). Essa valorização tem como foco contribuir no fortalecimento e no avanço desse Sistema, possibilitando uma mudança no seu trajeto. Mesmo reconhecendo que seja um debate recente, ressaltamos a necessidade em avançar e discutir sobre a autonomia dos(as) usuários(as) desse sistema, sobre os(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) nesse campo de atuação e no fortalecimento da gestão coletiva. No caso do Serviço Social, salientamos que a orientação dos órgãos da categoria, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2010), é de que os(as) Assistentes Sociais, enquanto profissionais que desenvolvem sua prática neste espaço sócio-ocupacional, devem viabilizar juntos com outros trabalhadores da saúde, essa política amparados na concepção de humanização respaldada no projeto ético-político do Serviço Social e no projeto defendido pela Reforma Sanitária. Desta forma, o trabalho de assistentes sociais na saúde deve buscar contribuir com a democratização do acesso aos serviços, aproximação das unidades de saúde com a realidade social, trabalho interdisciplinar, abordagens grupais, acesso à informação e estímulo à participação popular. Dentre os principais temas referente a humanização no SUS sobre o qual assistentes sociais têm se debruçado se destaca a humanização do parto e do nascimento. Legislações importantes orientam os serviços de saúde, como a Política de Humanização do Parto e Nascimento (Portaria/GM nº 596, de 01 de junho de 2000) e a Lei do Acompanhante (Lei 11.108 de 07 de abril de 2005). No caso da Política de Humanização do Parto e Nascimento, esta é resultado da criação do Programa de Humanização do Pré- Natal e do Parto- PHPN, instituído pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério às gestantes e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos de cidadania. (BRASIL, 2002). Dentre os serviços oferecidos em Caruaru, ressaltamos o Hospital Jesus Nazareno, maternidade estadual de referência secundária para gestação de alto risco, abrangendo cerca de noventa municípios de Pernambuco. Nesta unidade são realizados, em média, 15 partos por dia, e, em média, 47 partos por mês, sendo 60% deles de Alto Risco. Em média, 50 mulheres são atendidas na triagem obstétrica, enquanto que o ambulatório conta com cerca de 1,5 mil atendimentos mensais.

Apoio:



Realização:



Considerações finais

A partir do Estágio Curricular I e II realizado nesta unidade, observamos a importância da atuação de assistentes sociais, aliados a outros profissionais, no processo de implantação das legislações vigentes e da humanização do atendimento, sobretudo, às gestantes. Por outro lado, percebemos a resistência por parte de algumas profissionais, que colocam alguns obstáculos para efetivá-las, bem como o desconhecimento das gestantes sobre seus direitos na hora do parto, o que reforça a possibilidade de sofrerem algum tipo de violência obstétrica. Compreendemos que tais questões se inserem nas contradições e disputas para a efetivação da saúde como direito social e justificam a necessidade de refletir sobre as experiências e estratégias elaboradas no âmbito da Política de saúde. Desta forma, nos propomos Compreender o processo de implantação, avanços e desafios da Humanização do Parto e Nascimento no Hospital Jesus Nazareno (FUSAM) de Caruaru. E tendo como objetivos específicos Enunciar as normativas da humanização do Parto e Nascimento estabelecidas pelas legislações de Saúde, da Saúde da Mulher e da Política Nacional da Mulher; Identificar as compreensões e os significados que os(as) profissionais do Hospital Jesus Nazareno (FUSAM) de Caruaru têm acerca da humanização do parto e nascimento; Examinar o contexto de implementação da proposta de humanização do parto e do nascimento no Hospital Jesus Nazareno (FUSAM) de Caruaru; Analisar a atuação e contribuições dos(as) profissionais de saúde, especialmente de assistentes sociais, no processo de humanização do parto e nascimento na instituição. Justificamos que a reflexão sobre as políticas sociais e a prática profissional se constituem em exigências permanentes de assistentes sociais, integrando a dimensão investigativa do exercício profissional, mas ainda pouco realizadas diante das demandas pragmáticas apresentadas pelos espaços sócioocupacionais do Serviço Social. Fraga (2010) chama atenção para a necessidade que o Serviço Social apresenta, enquanto profissão interventiva e investigativa, de realizar pesquisas a partir de situações concretas e com utilidade social, de forma a contribuir com o desvelamento e intervenção na realidade social. Neste sentido, a presente pesquisa contribuirá com a sistematização e reflexão da experiência de humanização do parto e do nascimento no Hospital Jesus Nazareno (FUSAM), permitindo o desvelamento dos significados da humanização do parto por parte dos(as) profissionais da saúde, bem como a identificação dos desafios para construção de estratégias de efetivação da humanização do parto e do nascimento como um direito social.

Referências

_____. **Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento**. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>> acessado em: 22 de março de 2015.

BRASIL, Constituição. **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> acessado em: 14 de março de 2015.

CEFSS. **Parâmetros Para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. BRASÍLIA, 2010. Disponível em:



<http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf> acessado em: 15 de março de 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

FRAGA, Cristina Kolgeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/04.pdf>> acessado em: 14 de março de 2015.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec / ABRAS-CO, 1992.



IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Lisandra Patrícia dos Santos da Silva (1); Elisângela Batista da Silva

(1) Assistente Social da Autarquia Municipal de Habitação de Palmares.

E-mail: lisandrapaty_santos@hotmail.com

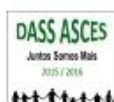
(2) Assistente Social da Autarquia Municipal de Habitação de Palmares. E-mail: elis_ule@hotmail.com

Introdução

Este artigo tem o objetivo de compreender o impacto social do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal implantado no Brasil em 2009 e, desde então, o programa assumiu a maior parte da provisão habitacional de interesse social no Brasil, operando fora do marco do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Está voltado às famílias com renda mensal bruta de 1 a 3 salários mínimos e abrange todo o território do país, tentando criar condições de melhoria das moradias da população desprovida e de baixa renda. O programa utiliza recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) como por meio de Oferta Pública de Recursos (OPR) em municípios com população de até 50 mil habitantes. O presente trabalho é fruto das reflexões da prática profissional desenvolvida no contexto do referido programa. No atual contexto das políticas públicas no Brasil, a demanda por moradia, a proposta do Minha Casa Minha Vida é identificado como o programa mais importante voltado ao enfrentamento do déficit habitacional e voltado para construção e financiamento habitacional (BRASIL, 2010). Conforme Moura (2014) o déficit habitacional brasileiro sempre foi um entrave para a melhoria das condições de vida da população, este trabalho se justifica pela necessidade de discussões para averiguar os resultados desta política e analisar se realmente está alterando a problemática ou desencadeando novos problemas, especialmente relacionados às condições de habitação. Para Moura (2014), a criação do Ministério das Cidades em 2003 é considerada o ponto de partida para a solução dos problemas advindos do processo de urbanização, como a falta de moradia, saneamento urbano e os assentamentos precários. A criação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) representou um importante marco no que se refere ao setor habitacional, uma vez que em 2004 foi lançada uma nova Política Nacional de Habitação (PNH), responsável pela criação e organização do PlanHab. No entanto, de acordo com Dias (2009) alguns estudos apontam que, de uma maneira geral, é unânime a afirmação de que o Estado tem sido impossibilitado de lidar de maneira satisfatória com os problemas apresentados pelo programa, exalta-se a carência de atender a população de baixa renda, principalmente, por serem apontadas como maiores responsáveis pelo alto déficit habitacional do país. Segundo a Secretaria Nacional de Habitação, o Brasil nas últimas décadas tem sido considerado como um dos países com maior déficit habitacional do mundo. O Programa “Minha Casa, Minha Vida”, por atender primordialmente aos interesses do setor privado, tem reproduzido um padrão de cidade segregada e sem urbanidade, já que seus empreendimentos são mal servidos por transporte, infraestrutura e ofertas de serviços urbanos. Essa é a síntese de avaliação do maior programa habitacional do Brasil feita pela Rede Cidade e Moradia. Dessa forma, a pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: *Quais os impactos sociais do Programa Minha Casa, Minha Vida?*

Apoio:

Realização:



Metodologia

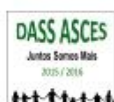
Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica utilizando como fonte de pesquisa teses, artigos e dissertações publicados em bibliotecas virtuais divulgadas nos anos de 2000 a 2015. Utiliza-se também documentos oficiais como o Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal.

Resultados e discussão

A ascensão à moradia sempre foi um importante objetivo das famílias brasileiras, conforme a Fundação João Pinheiro (2007), compreende-se que desde o século XX diferentes investidas foram feitas por parte dos diferentes governos visando prover à população a possibilidade de adquirir sua unidade domiciliar, vale ressaltar que passados os anos, o déficit habitacional brasileiro de aproximadamente 7 milhões de unidades. Embora compreendamos que na atualidade esse número deve estar maior considerando o crescimento populacional do país. Conforme as pesquisas de Yazbek (2001) entende-se que as sequelas da questão social permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação. Destaca-se que foram formulados três cenários principais sobre aspectos absolutamente fundamentais para o PlanHab. O primeiro cenário macroeconômico foi onde se realizou um estudo de análise das condições econômicas do país e das famílias brasileiras no período de vigência do PlanHab, realizando estimativas de crescimento e necessidade de mão de obra, conforme a dinâmica de crescimento econômico brasileiro. O segundo cenário das necessidades habitacionais foi onde se procurou averiguar a quantidade da demanda por novas habitações nos anos de 2009-2023. E, por fim, o terceiro cenário que é o de projeções e das fontes de recursos para a habitação, onde destaca-se os valores das fontes dos recursos para este campo os quais advém principalmente da União, Estados e Municípios cada qual com sua parcela fixa de contribuição. Além do apoio de grande relevância do FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) em alguns grupos sociais. Assim compreende-se a importância do PMCMV, para diversos campos desde os imobiliários, bancos e outros. O programa criado em 2009 entregou 2,169 milhões de unidades e tem mais 1,688 milhão de casas e apartamentos já contratados. O Estatuto das Cidades (2010) destaca que com a retomada do processo democrático, a partir da década de 1980, a presença dos movimentos de moradia no cenário das lutas sociais no Brasil tornou-se um dos fatores fundamentais no enfrentamento da questão urbana, atuando no desenvolvimento de propostas e de reivindicações junto ao poder público, em ações diretas de ocupação de imóveis, na resistência a despejos e reintegrações de posse, ou ainda como um dos agentes participantes nos novos programas habitacionais. Concordando com o Ministério das Cidades quando esse ressalta que a alta participação do setor da construção civil no Produto Interno Bruto brasileiro faz com que investimentos no setor habitacional tenham forte impacto no crescimento do país, o que adiciona importância aos estudos sobre o problema habitacional brasileiro, (BRASIL, 2010). No Brasil, os governos, de acordo com a história, têm abordado o PMCMV com distintas medidas abrangendo a Lei do Inquilinato e a Fundação Casa Popular, praticadas em 1942 e 1946 concomitantemente. Então, Almeida (2010) concorda que tais medidas, embora bem-intencionadas foram revogadas por ser pouco efetivas na eliminação do déficit de residências no Brasil. O autor exalta que em 1964, incidiu a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que trouxe maior disponibilidade

Apoio:

Realização:



de recursos para o financiamento habitacional escolhendo o extinto Banco Nacional da Habitação e posteriormente a Caixa Econômica Federal como seu gestor operacional. O PMCMV, é um programa benéfico para a população de baixa renda, visando que a intenção do mesmo é favorecer uma moradia decente para todas as famílias.

Considerações finais

Primeiramente, uma das principais características presentes no PMCMV é a utilização do mesmo para resolver um problema social que envolve a população menos favorecida na sociedade. Em resumo, o sucesso do Programa é primordial para a manutenção do uso de recursos para a moradia, uma vez que impacta tanto a população de baixíssima renda quanto a classe média baixa. Subentendeu-se que o PMCMV, não só melhorou o processo de moradia para os mais desfavorecidos como também ajudou na economia do país, ressaltando que várias empresas se empenharam em atribuir seus serviços nesse projeto e assim abrir várias fontes de empregos. Considerando todos os pontos da implantação do PMCMV desde a sua implantação até os dias atuais, podemos afirmar que o PMCMV é considerado de grande importância para a população, visando que o mesmo, possibilita uma moradia decente e abrangendo todas as necessidades humanas, para se viver bem, tais como saneamento básico, água encanada, energia elétrica, coleta de lixo, ruas asfaltadas e outras regalias como acesso a transporte. Refletindo diante do Programa, pode-se afirmar que o mesmo repercutiu positivamente na vida da população de baixa renda. A população para ser beneficiada deve ter renda baixa declarada, e assim poder sediar todos os direitos oferecidos pelo programa. A pesquisa revelou que as prefeituras das cidades são responsáveis pelo cadastro das famílias e encaminha-los à sede do governo federal para que haja uma legalização desse cadastro e as verbas possam serem liberadas para as construções das casas, já em outros contextos a Caixa Econômica Federal fica responsável pela liberação dessas casas e forma de pagamentos realizados pelas famílias inseridas no PMCMV. O programa abrange justamente as famílias de baixas rendas, como deve ser, e como foi criado o projeto. Como mudanças após o PMCMV, podemos apontar o acesso a casa própria, a diminuição de favelas nas cidades e capitais, melhoria do saneamento básico, acesso ao transporte entre outras.

Referências

ALMEIDA, M- **Estruturação de empreendimentos baseados no Programa "minha casa, minha vida", voltados para Famílias com renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos.** Monografia. São Paulo- SP. 2010.

ARAUJO, S. F - **Desestabilizações de uma política público-privada: Habitação de**

BRASIL, **Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação**, Brasília, 2010.

_____. **Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Como produzir moradia bem localizada com recursos do MCMV.** Brasília, 2010.

_____. **Minha Casa – Minha Vida.** Brasília: Caixa Econômica Federal, 2010.

Disponível em: <www.cef.com.br>

CAIXA (2012). **Demanda Habitacional no Brasil**. Caixa Econômica Federal, Brasília.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DIAS, E. C. Minha Casa, minha vida, minha política pública. **Conjuntura da Construção**, Ano VII, n. 2, Junho. 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil em 2007**. Relatórios de pesquisa, Belo Horizonte, 2007.

_____. **Déficit habitacional no Brasil em 2008**. Relatórios de pesquisa, Belo Horizonte, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento**: onde fica a política habitacional? 2013 - Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE): **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios**, (Pnad), 2007.

MOURA, G. G. Plano nacional de habitação: atual cenário do programa minha casa minha vida. **CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v.7, n. 1, 2014, p. 65-80.

YAZBEK, Maria Carmelita- Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Revista Temporalis** n. 3 ano 2, jan./jul. 2001. Brasília: ABPSS, 2001.

JUVENTUDE E TRÁFICO DE DROGAS: A EXPERIÊNCIA DOS JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NA FUNASE/CASE CARUARU

Mayara Luciana Arruda da Silva

*Assistente Social graduada na Faculdade ASCES – Associação Caruaruense de Ensino Superior.
mayara_luciana@hotmail.com*

Introdução

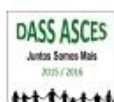
A partir dos anos de 1990 a juventude vem ganhando visibilidade, enquanto tema de política pública, resultado do agravamento dos problemas sociais que passam a ser visíveis nos altos índices de mortalidade, desemprego, uso e tráfico de drogas, dentre outros (ABRAMO, 2005).

Justificando, desta forma, a criação e desenvolvimento de projetos, programas e políticas sociais direcionadas para o disciplinamento, ajustamento e recuperação de jovens que se envolvem ou “ameaçam” envolvimento com estas questões. Através da experiência de estágio, da observação participante vivenciada no estágio curricular I e II, realizado na FUNASE/CASE/Caruaru, foi possível observar que há um expressivo número de jovens que tiveram ou têm envolvimento com o uso e o tráfico de drogas. Destarte, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender a trajetória de jovens sócioeducandos da FUNASE/CASE de Caruaru, em sua relação com o uso e o tráfico de drogas, dando visibilidade aos jovens na faixa etária de 18 a 21 anos de idade, para trazerem suas versões acerca do tema tratado.

Metodologia

No referido trabalho optamos pela realização de uma Pesquisa Qualitativa, em virtude da possibilidade de compreender os fenômenos humanos e os seus significados para uma melhor interpretação das relações dos indivíduos e da sociedade, pois segundo Minayo (2000, p.22), “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e captável em adequações, medidas e estatísticas”. Utilizando-se da 1) Pesquisa Bibliográfica, etapa fundamental para o embasamento teórico, buscando fazer um histórico sobre o tema em destaque e encontrar resposta ao problema formulado, por meio de levantamentos, seleções, fichamentos; 2) Análise documental, a partir do uso do diário de campo do estágio curricular I e II; Cartazes e síntese das Rodas de Conversa elaborados durante Plano de Intervenção – que teve como principal objetivo a exposição da temática de drogas, seus efeitos e consequências e, proporcionar um espaço de diálogo e reflexão sobre a tema – frente ao número de socioeducandos que consumiram ou consomem drogas diante as observações feitas na Unidade, e em que trouxemos por proposta: a realização de palestras e dinâmicas (com profissionais qualificados na temática) de cunho preventivo, educativo e reflexivo; uma vez por mês; no auditório – espaço disponibilizado pela diretoria do CASE, no período de cinco meses; e o relatório final de estágio; 3) Observação Participante, que de acordo com a autora Queiroz (2007), é um processo pelo qual há uma interação entre a teoria e a prática, e que o pesquisador ao se inserir em um determinado grupo, acaba por propiciar mudanças de maneira não intencional no comportamento do grupo pesquisado, permitindo compreender os conflitos, tensões existentes e quais as motivações e mudanças necessárias.

Apoio:



Realização:



Resultados e discussão

Diante do crescimento e do número de jovens, que se encontram cumprindo medida socioeducativa em instituições de internação, sendo um dos principais motivos o envolvimento com o uso e o tráfico de drogas, observada durante a experiência de estágio em Serviço Social, realizada na FUNASE/CASE de Caruaru, nos propomos, a compreender a trajetória dos socioeducandos da FUNASE/CASE de Caruaru, na sua relação com o uso e o tráfico de drogas, dando visibilidade aos jovens na faixa etária de 18 a 21 anos de idade, de trazer sua versão sobre o tema a ser tratado.

Em resultado disso, foi viável trazer questões trabalhadas no plano de intervenção colocado em prática no período do estágio curricular II. Em que se pode entender um pouco mais sobre a realidade e o dia-a-dia dos jovens que participaram dos grupos, rodas de diálogo, filmes e palestras realizadas. Trazendo as falas dos socioeducandos, frente ao anonimato e sigilo requerido, decidimos nomear cada jovem com um nome fictício, fazendo uso assim, de nomes de desenhos animados.

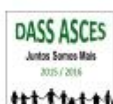
Nas primeiras atividades trabalhadas com os jovens que mostravam interesse em participar, obedecendo os critérios de inclusão; trouxemos a discussão sobre o que é drogas, os tipos e diferenças, e quais as reações e consequências de cada substância no corpo humano de acordo com o que está disponível nos livros e artigos com as referentes questões. Ressaltamos que as atividades realizadas contribuíram para que os jovens trouxessem à tona suas experiências, sobre a temática e assuntos relacionados ao uso e tráfico de drogas. Organizamos a estruturação deste trabalho de forma a dar visibilidade aos discursos, experiências e aprendizados dos jovens com relação ao uso e tráfico de drogas. Neste contexto, apresentamos o diálogo com os discursos dos jovens da seguinte forma: 1) O significado da palavra drogas; 2) As motivações para o uso e a entrada no tráfico de drogas; 3) As experiências e aprendizados; 4) As consequências. Frente ao que foi exposto pelos socioeducandos, por motivação de amigos e/ou por curiosidade, a droga e o tráfico de drogas ilícitas tornam-se a porta de entrada para o jovem que não está incluído em grupo nenhum, que antes era invisível diante de todos, mas que por esses meios passa a pertencer a um grupo e ter dinheiro para consumir tudo o que desejar: roupas de marca, sapatos, dentre outros, adquirindo desta forma, um “status”.

Conclusão

Pode-se afirmar que, para esses jovens as drogas têm um atributo positivo, já que a mesma foi quem possibilitou para grande parte deles alcançassem aquilo que eles não possuíam e agora tem: dinheiro, mulheres, roupa de marca e poder. A droga desempenhou em suas vidas um papel importante e que, apesar de encontrarem-se cumprindo medidas socioeducativas, ela continua tendo significado de algo positivo, indo de encontro, em muitos momentos, aos significados atribuídos para as drogas por parte das orientações e atividades educativas realizadas na instituição. Em função disso, acreditamos ser necessário que a FUNASE CASE/Caruaru, capacitem seus profissionais em geral e trabalhe assuntos que abordem o uso, o tráfico, temas que tratem sobre drogas, como por exemplo: drogas nas escolas, na mídia, dentre outros, a partir da compreensão dos jovens sobre estas questões, para que se tenha uma troca mutua de experiências entre o profissional e o socioeducando, e para que os jovens ele se sintam à vontade e em segurança para contar de fato quais suas motivações, receios, objetivos para além da realidade ao qual eles no presente estão inseridos.

Apoio:

Realização:



Referências

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. IN: FREITAS, Maria Virginia de (Org.). **Juventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais**. Ação Educativa, São Paulo. 2005.

ABRAMO. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/ Fundação Perseu Abramo. 2005, p. 37 – 72.

BRASIL. Governo do Estado de Pernambuco. FUNASE. Fundação de Atendimento Socioeducativo. (s.d.) Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/orgaos/funase-fundacao-de-atendimento-socioeducativo/>>. Acesso em: 24 de outubro, de 2014.

CRUZ NETO, Octávio. **Nem soldados nem inocentes**: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro/ Octávio Cruz Neto, Marcelo Rasga Moreira e Luiz Fernando Mazzei Sucena ; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, 20ª ed. p. 200.

QUEIROZ, Danielle Texeira; VALL, Janaina; SOUZA, Ângela Maria Alves e; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação Participativa na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na Área de Saúde. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>>. Acesso em: 25 de outubro, de 2014.

SINASE. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília (DF), 2009. FNDCA, 2ªed.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e Violência no Brasil contemporâneo. In: **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 130 – 159.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBERDADE ASSISTIDA: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E PRÁTICOS

Fábio Luiz Portela de Siqueira (1); Fernanda Luma G. Barboza (2)
Diogenes José Pereira Barbosa (3)

- (1) *Assistente Social no Centro de Educação Popular Comunidade Viva - Comviva.*
E-mail: fabioassistente@gmail.com
- (2) *Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres.*
E-mail: fernandabarboza@ascres.edu.br
- (3) *Docente da Faculdade Ascres.* E-mail: diogenesbarbosa@ascres.edu.br

Introdução

A Liberdade Assistida (LA) caracteriza-se como uma medida socioeducativa de caráter pedagógico, assim como poderá ser melhor conceituado e destrinchado no decorrer deste trabalho. Por hora, faz-se necessário esclarecer, por exemplo, que o propósito da medida é acolher adolescentes e jovens (até os 21 anos incompletos), possibilitando uma reflexão dos valores sociais, e orientando-os para que não reincidam no cometimento de atos infracionais. Também, para que novas oportunidades sejam oferecidas a eles, que por muitas vezes não tiveram acesso à formação adequada, saúde e bens conceitualmente básicos, que não são disponibilizados, na maioria das vezes, pelo descontrole do Estado e suas respectivas esferas representativas. A reflexão sobre a temática mostra-se importante, na medida em que atualmente também se discutem outras problemáticas sociais em torno do que iremos tratar como novas estruturais sociais (ASSIS, 1999), o que reflete, logicamente, sobre a estrutura familiar. Trata-se de um conceito sociológico, que pode ser aplicado ao campo multidisciplinar⁹, por assim dizer, em que transita a Liberdade Assistida. O presente estudo teve como objetivo o levantamento de aspectos históricos, conceituais e práticos da LA, também considerando os registros bibliográficos sobre algumas das características da execução da medida. Assim, possibilitando uma melhor compreensão dela, bem como a identificação de algumas de suas variáveis (aspectos positivos e negativos, que podem ser questionados ou tomados como exemplos para outras medidas).

Metodologia

Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, que permite levantar conceitos importantes a serem incluídos na discussão sobre a temática, e também uma leitura sistematizada deles (MARTINS, 2004). A seleção das obras considera o prestígio dos autores perante a academia, e sua capacidade discursiva (detalhista e fundamentada), o que influencia diretamente na construção do raciocínio aqui proposto - obras disponíveis em plataformas como a Scielo. Ainda sobre algumas das características metodológicas, observa-se a introdução aos conceitos de adolescência, da proteção social, (des) estruturação familiar e Liberdade Assistida, propriamente dita, permitindo alcançar na

⁹Multidisciplinar: Por recorrer a conhecimentos de diferentes áreas das Ciências Sociais Aplicadas (Serviço Social e Direito) e Ciências Humanas (Psicologia e Pedagogia), por exemplo, assim como são categorizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

análise uma compreensão apropriada sobre o recorte que está sendo feito do contexto, e suas especificidades teórico-conceituais e, claro, analíticas.

Resultados

A proposta das medidas socioeducativas e de que existam práticas pedagógicas e não punitivas. Na prática, o que percebe-se é que houveram avanços em relação ao aparato legal, se compararmos as legislações anteriores com o Código de Mello de Matos e o Código de Menores. No entanto, ao observar a maneira como são operadas estas medidas, percebe-se várias fragilidades, sobretudo em seu caráter socioeducativo e pedagógico, havendo uma disparidade entre a legislação e a maneira que está sendo operada (CARVALHO, 2013). É nitidamente percebido que depara-se com uma medida socioeducativa com práticas consideradas por vezes incoerentes e ineficazes dentro da perspectiva da proteção integral. Devido a aplicação destas medidas não atingirem a totalidade dos requisitos que lhe competem cumprir, tais como a escolarização, a profissionalização e, principalmente, a melhoria na qualidade de vida do adolescente e de sua família, fazendo com que a medida perca o seu verdadeiro sentido. É evidente que a existência somente da lei não é suficiente para a transformação da sociedade ou para a garantia de determinados direitos automaticamente, no caso, das crianças e adolescentes. Carvalho (2013) considera que: “o Sinase por si só não resolve o problema do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas; as normas jurídicas não são suficientes”. Para que haja a efetivação da lei, é necessário que haja articulação com todas as políticas públicas existentes, tanto no âmbito municipal, estadual e federal; que a partir disto se tenha uma efetivação dos objetivos das leis. Além do mais, é necessária a transversalidade e intersetorialidade das políticas. Além de uma rotulação inadequada que é atribuída a estes atores sociais (adolescentes), observa-se também que no Brasil as crianças e adolescentes representam a parcela mais vulnerável às violações de direitos, tanto por parte de sua família, quanto por parte do Estado e da própria sociedade, contradizendo dessa forma, o que define a Constituição Federal de 1988. Neste aspecto, Volpi destaca o seguinte:

Os maus tratos; o abuso e a exploração sexual; a exploração do trabalho infantil; as adoções irregulares, o tráfico internacional e os desaparecimentos; a fome; o extermínio; a tortura e as prisões arbitrárias infelizmente ainda compõem o cenário por onde desfilam nossas crianças e adolescentes (VOLPI, 2002, p.8).

Um cenário que requer, induz o autor, o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento adequado e que garanta a preservação dos direitos deste público.

Conclusões

Percebe-se, a partir da revisão bibliográfica proposta neste trabalho, que, no que diz respeito a Liberdade Assistida, muitos avanços foram registrados no decorrer dos últimos séculos, principalmente das últimas décadas - ainda mais em relação a garantia dos direitos deste público. No entanto, mesmo que esta pesquisa não contemple a esfera empírica, ainda assim é possível observar, a partir dos discursos que são inseridos neste estudo, a constatação científica de que, na prática, ou seja, na execução destas medidas, os avanços ainda são menores do que no aspecto teórico-legal. Sabe-se também, que é dever da família, da comunidade e do Estado

assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, e não único e exclusivamente da família, como muitos pensam. O que ocorre é que é mais fácil colocar a responsabilidade nos outros, do que assumir o seu papel perante a sociedade. Percebe-se que a ausência do Estado de garantir os direitos básicos ou fundamentais (infraestrutura, saúde e educação, por exemplo), também contribui para que haja uma desestruturação social e, conseqüentemente, familiar. Logo, esses adolescentes ficam mais propícios ao cometimento de atos infracionais, seja pela necessidade de se auto afirmar socialmente (SALES; MATOS; e LEAL, 2010), ou porque não tiveram a oportunidade de conhecer outras realidades além daquela na qual estão inseridos. Com isso, estas medidas socioeducativas que deveriam ser preventivas, acabam tornando-se punitivas, fazendo com que haja a revolta dos adolescentes para o cumprimento satisfatório da medida a qual ele está inserido.

Referências

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13/07/1990.

BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, 2006.

CARVALHO, Marcia Helena de. **Medidas socioeducativas: controle social ou ressocialização do adolescente autor de ato infracional?** Belo Horizonte, 2013

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Educação e Pesquisa. **São Paulo**, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

VOLPI. **O adolescente e o ato infracional**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MEDIAÇÃO ESCOLAR COMO GESTÃO DE CONFLITOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A ÓTICA DO PROJETO ESCOLA LEGAL

Jason Pereira da Silva Filho (1); Tayanne Natyara Lopes Campos (2); Rayana Maria Borba Correia e Sá (3).

(1) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/DeVry. E-mail: jason.filho@hotmail.com
(2) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/DeVry. E-mail: tayannenatyara@hotmail.com
(3) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/DeVry. E-mail: rayana-borba@hotmail.com

Introdução

A mediação surgiu com diversas formas, como na atualidade temos a judicial, a arbitrária e outras, sendo a mediação estudada e adaptada a diversos segmentos sociais, surgindo à mediação escolar. Que é o diálogo entre as partes, tendo uma pessoa externa e capacitada mediando à situação, com a intenção de pacificar o conflito por meio de uma decisão harmoniosa e voluntária das partes (MORGADO, OLIVEIRA, 2009). A viabilidade do trabalho está no dever da comunidade acadêmica, em buscar debater políticas de pacificação e promoção da cultura de paz nas escolas. Tendo aqui como objeto de estudo a mediação escolar nas escolas da rede pública. O trabalho busca analisar a mediação escolar como instrumento de gestão de conflitos sob a ótica do Projeto Escola Legal. E tem o intuito de ser apresentado na modalidade de Comunicação Oral.

Metodologia

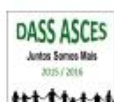
Para a realização trabalho foi utilizado o estudo de campo, por este viabilizar o foco de comunidade de pessoas e a observação direta delas (GIL, 2002). O que ocorre no trabalho quando utiliza o Projeto Escola Legal (projeto de extensão desenvolvido pelos acadêmicos dos cursos: Direito e Psicologia, e professores das áreas, do Centro Universitário Vale do Ipojuca (Unifavip/DeVry), que tem como objetivo a participação no ambiente escolar, da rede Municipal e Estadual, atuando na mediação de conflitos escolares), para o desenvolvimento do trabalho. Além do uso da pesquisa bibliográfica, por utilizar de artigos científicos disponíveis em plataformas *online* (MEDEIROS, 2004).

Resultados e discussão

A mediação escolar proporciona diversos benefícios a toda comunidade escolar, além da resolução dos conflitos também pode ser citada como um dos mais importantes, auxílio na formação de valores como: justiça, tolerância às diversidades e respeito mútuo (LOURENÇO, PAIVA, 2008; CHRISPINO, 2007). Analisando algumas transformações no ambiente escolar a partir da realização de é nítido o resultado do trabalho de mediação no auxílio da resolução pacífica dos conflitos ou na prevenção, viabilizando a troca de informações. O que permite e facilita a apresentação de temas em outros momentos através de palestras, trabalhando alguns aspectos da sociedade, como exemplo, o *bullying*, o respeito mútuo, o uso de drogas na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis. Com a finalidade de apontar algumas transformações, analisam-se alguns aspectos do alunado, antes e depois do contato com o Projeto Escola Legal, aspectos como a capacidade de diálogo, o respeito com o outro, a tolerância as diferenças, assim verificando a eficácia do trabalho dos mediadores, transformando

Apoio:

Realização:



o conflito em oportunidade para transformar um problema que constrange e preocupa, em soluções positivas para todos.

Conclusões

Para dirimir esse conflito é necessário desempenhar um importante papel no movimento da educação para a paz. Ficando evidente que no decorrer das diversas fases do trabalho o mediador não deve resolver o conflito de forma direta, relacionada aquela pessoa, ao problema que acontece, no entanto, o conflito deve ser solucionado de forma indireta, que na fala do mediador abranja a todos, de modo que os argumentos usados vão servir para todos e não apenas para a pessoa ou determinado grupo em conflito. Dessa forma, atuando para que se a construa de um ambiente escolar com um respeito recíproco entre os alunos e possibilitando a não violência na escola, os mediadores assumem a tarefa de buscarem informações, buscarem o envolvimento entre as partes e orientar entre eles para que não haja violência no convívio, seja ela física ou moral, assim assegura-se a garantia dos direitos dos cidadãos. Por fim, aprender a gerir e a resolver conflitos através da mediação ajuda a capacidade de tomar decisões positivas, de mediar e conciliar de forma ética e eficaz, desenvolvendo o pensamento crítico e criativo.

Referências

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: Avaliação Pública Educação**, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a02v1554.pdf>>. Acesso em 05 de ago. de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURENÇO, Abílio Afonso. PAIVA, Maria Olímpia Almeida de. Conflitos na escola – a dinâmica da mediação. **Psicologia, Educação e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 315-336, 2008. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/5267/1/2008_PEC_2.pdf#page=59>. Acesso em 06 ago. 2015.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MORGADO, Catarina. OLIVEIRA, Isabel. Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade. **Exedra**, p. 43-56, 2009. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3398314>>. Acesso em 02 ago. 2015.

MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO: REFLEXÕES DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Pâmella Torres de Deus (1); Josinês Barbosa Rabelo - Orientadora (2)

(1) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Asces. E-mail: pamella_deus@hotmail.com

(2) Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Asces. E-mail: josinesrabelo@asces.edu.br

Introdução

O presente texto é fruto das reflexões que estão sendo empreendidas no processo de elaboração da monografia de conclusão do Curso de Serviço Social intitulada: *Imagem e autoimagem do Serviço Social em equipes multiprofissionais na saúde*. Nessa direção, o presente texto intenta discutir o Serviço Social no período da ditadura militar e sua aproximação com teorias críticas. O Brasil no período da ditadura militar não possuía um quadro político, social e econômico homogêneo. O padrão intervencionista do Estado é intensificado no modelo de desenvolvimento que passa a controlar a relação capital-trabalho, os sindicatos, institui políticas salariais e assume os setores estratégicos da economia (SILVA, 2010). Essa ideologia de desenvolvimento caracteriza uma repressão a sociedade brasileira que estava em um processo de organização dos setores populares, claramente notada com a institucionalização do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), permitindo ao Estado reprimir a oposição por meio da força da polícia-militar. Os setores organizados da sociedade, destacando o proletariado industrial, passam a ser considerados como inimigos do novo regime. Assim foi instaurada a tortura como método para controlar essas organizações populares. Nessa linha de pensamento Netto (2011) destaca o crescimento acelerado conhecido como “milagre brasileiro”, onde desloca o plano de representação de interesses sociais e da expressão política para a eficácia do regime do governo na produção do desenvolvimento econômico. Dando ao Estado o poder de implementar políticas sociais estruturada pela autocracia burguesa por meio da coerção com intuito de obter o consenso do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e de programas, exercendo a sistemática do terrorismo para conter a resistência dos movimentos populares.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo que utilizou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica que implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório (LIMA e MIOTO, 2007, p. 38). Dessa forma, utiliza-se as principais produções teóricas que tratam sobre o tema.

Discussão

A prática do Serviço Social, conforme ressalta Silva e Silva (2011), na década de 60, buscava o avanço técnico da profissão visando assumir uma tendência modernizadora iniciando o Movimento de Reconceituação no Brasil. Os Encontros de Araxá (1967) e Teresópolis (1972), foram muito importantes pois permitiram a discussão no âmbito da categoria a respeito da teoria e prática no Serviço Social. De acordo com Konno (2005) foram construídas condições que possibilitaram a redefinição dos procedimentos profissionais, como também a necessidade de qualificação. A categoria constrói fundamentos para a Reconceituação do Serviço Social com a

Apoio:

Realização:



intenção de romper com o tradicionalismo e o conservadorismo, objetivando construir a crítica da profissão aos seus pressupostos ideológicos, teóricos e metodológicos e a determinadas práticas profissionais. Os segmentos representativos da categoria profissional construíram o *Documento de Araxá* que caracterizava a prática profissional como institucionalizada, ou seja, a atuação do Serviço Social se dava na ação com indivíduos com desajustamentos familiares e sociais, consequências de uma estrutura social inadequada se apresenta como um texto orgânico, expressando sistematicamente o que emergiu de consensual entre formuladores. Já a produção do *Documento de Teresópolis* caberia uma intervenção na autocracia burguesa. No seu texto, o “moderno” sobrepõem completamente ao “tradicional”. A perspectiva modernizadora¹⁰ se afirma não apenas como concepção profissional geral, mais como pauta interventiva (NETTO, 2011). O Serviço Social começa a receber influência marxista em meados da década de 70 influenciando o pensamento crítico dos profissionais¹¹ abordado por Netto (2011, p. 159) como “[...] uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos metodológicos e ideológicos [...]”. Vale salientar que esse foi o período mais rígido do regime militar. A intenção de ruptura com o tradicional teria que ser desenvolvida com o suporte das universidades, pois caberia a esses espaços problematizar a reatualização do conservadorismo desenvolvendo o marxismo acadêmico. O “milagre econômico” começa a esgotar-se concretizando a crise de 1973 que resultou na crise do regime autocrático burguês, por meio da mediação entre a resistência à democracia e a ação dos movimentos populares. O Estado realiza estratégias que objetivavam recompor o bloco sócio-político para garantir a relação econômico-social e políticas à serviço dos monopólios (NETTO, 2011). Após os seminários de Araxá e Teresópolis, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) promoveu o encontro de *Sumaré* (1978) e *Auto da Boa Vista* (1984). Abordando a dimensão ido-política. Ao fazer uma análise desses espaços de reflexão sobre o Serviço Social, Netto (2011) observou que o Seminário de Sumaré deveria enfrentar três temas básicos: a relação do Serviço Social na cientificidade, a fenomenologia e a dialética, principalmente no Auto da Boa Vista, nota-se um movimento de abertura as referências conservadoras. O Movimento de Reconceituação refletiu e mudou os conceitos, as crenças e as bases teóricas do Serviço Social que se desdobrou em várias tendências: funcionalista, fenomenológica, eclética e de inspiração marxista. Para Netto (2011, p. 135), quatro aspectos sinalizam os nós do processo de renovação do Serviço Social:

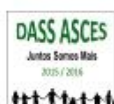
- a) A instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, descolando uma sólida tradição de monolitismo ideal;
- b) A crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas;
- c) A sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea posta por funções meramente executivas;
- d) A constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo, mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa.

¹⁰ Netto (2011) aponta a perspectiva modernizadora através do desenvolvimentismo e a técnica.

¹¹ Silva e Silva (2011) destaca o método BH como a mais significativa proposta crítica do Serviço Social nesse período, influenciando o setor mais crítico da profissão. Esse método foi elaborado pelo núcleo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais.

Apoio:

Realização:



Ao questionar prática institucional e seus objetivos, a profissão aproxima-se dos movimentos sociais iniciando a vertente comprometida com a ruptura do Serviço Social tradicional. Proporcionando assim, diferentes linhas de fundamentação teórico-metodológica do pensamento e da ação profissional. (YAZBEK, 2009).

Considerações finais

O período da ditadura militar se constitui em uma parte da história recente do Brasil marcado pela repressão, violência e medo, mas foi também nesse cenário que os/as profissionais de Serviço Social fizeram uma revisão da profissão chamado de Movimento de Reconceituação. O Movimento de Reconceituação proporcionou ao Serviço Social mudanças em sua fundamentação teórica, possibilitando uma análise crítica da sociedade subsidiando a construção de uma metodologia crítica para sua atuação.

Referências

KONNO, Cristiane Carla. **A formação profissional na consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Paraná, 2005. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS40.pdf> Acesso em 17 mar. 2015.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA e SILVA, M. Ozanira (Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, Maria C. Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

O ASSISTENTE SOCIAL E O PROCESSO DE ADOÇÃO: UMA DISCUSSÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ayanne Sanguineto Carreiro (1); Rafaella Wirgynia Bezerra Silva (2)

(1, 2) Discentes do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: ayannesanguineto.ss@hotmail.com

Introdução

Existe um grande paradigma com relação ao processo de adoção, onde se leva em consideração a importante atuação dos assistentes sociais, nesse processo. Vale salientar suas responsabilidades como profissionais, que elaboram um estudo social para verificar se os pretendentes estão aptos ou não para adotar, usando seu conhecimento para elaborar um estudo social, e dar seu parecer, orientando os pretendentes a adoção sobre o processo, principalmente sobre as crianças disponíveis para adoção. O Assistente Social deve facilitar os processos, gerando provavelmente maior disponibilidade para revelações e reais motivações.

Os profissionais se aproximam da vida pessoal dos adotantes, conhecendo sua realidade, levando em consideração seu histórico de vida desde a infância, até a sua vida social. O assistente social jurídico, como é conhecido nessa área, tem como responsabilidade também trazer a realidade para os adotantes, buscando conhecer suas reais motivações, e esclarecendo a diferença entre a criança desejada e a criança disponível.

Metodologia

Remete-se a uma pesquisa qualitativa que utiliza como procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica a partir de artigos que tratam da temática da atuação do assistente social em processos de adoção.

Adoção e Serviço Social

É imprescindível para o fazer profissional do/a Assistente Social o embasamento teórico-metodológico, que o/a profissional domine um conjunto de habilidades e competências para uma atuação empenhada com o projeto ético-político. Articulando suas ações com políticas e projetos sociais, conscientes de que sua atuação vai além de emitir laudos, realizar visitas, mas passa pela contribuição no espaço judiciário para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por exemplo. Falar de crianças e adolescentes nos remete ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde constam todos os procedimentos para proteger a criança ou adolescente e garantir os seus direitos. Em relação à adoção, uma vez adotados, garante os direitos psicossociais e jurídicos decorrentes da sua posição de filho menor. Tal processo surge para assegurar a criança a possibilidade de construir família e aos adotantes, que se por algum motivo não podem ter filhos, a alegria em tê-los através desse processo e nesse processo, os profissionais envolvidos se deparam com duas realidades: ou a criança é abandonada e carente, ou existem famílias que desejam dar uma oportunidade à criança e a eles próprios (os adotantes)..

O/A Assistente Social tem um papel interventivo no processo de adoção. É esse profissional que transmite as informações que norteiam as decisões do judiciário. O grande impulso da atuação profissional surgiu da lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 e o ECA. O/A Assistente Social atua na equipe intersdisciplinar, assessorando os juizes de direito e ajudando no que se refere às informações econômicas e sócio-culturais, envolvendo a relação do sujeito participante.

É o assistente social que tem papel direcionador do processo a ser trabalhado pela equipe Inter profissional, onde os pontos são analisados de vários ângulos e uma visão conjunta de opiniões para então inclusão do parecer social. E esse parecer que dará direcionamento para decisão do juiz, e é através dele que será analisado em juízo a melhor decisão a ser tomada quanto ao destino da criança ou adolescente. (AMARAL et al, 2011).

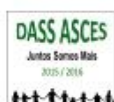
O/A Assistente Social interfere oferecendo suporte à família que pretende adotar uma criança, orientando sobre os tramites de processos, encaminhando os adotantes a grupos de adoção, indicando filmes, livros, que abordem o tema e avaliando se a família está apta a assumir o filho através desse processo. Os interessados na adoção devem se cadastrar no CPA (Cadastro Nacional de Adoção). O juiz responsável determina a avaliação psicossocial que é realizada pelos técnicos (Assistentes Sociais e Psicólogos).

O procedimento de adoção depende de uma verificação previa dos requisitos formais e materiais do pretendente a adoção. Este deve recorrer previamente sua habilitação, na Vara da infância e Juventude competente, seguida de entrevistas com psicólogos e assistentes sociais e visitas domiciliares, os quais emitem um laudo sobre habilidade e perfil do adotando desejado, seguido de um parecer do ministério público. Segue a decisão do Juiz concedendo ou não a habilitação, cuja formalização é a entrega do certificado da habilitação. (SIMÕES, 2009, p. 230).

A avaliação se inicia com o primeiro contato do/a Assistente Social com os interessados, fornecendo esclarecimento e orientações sobre os procedimentos adotados. Observa-se a composição familiar, incluindo os membros que fazem parte dela, como os que compõem essa família se estão todos de acordo com a adoção; quais são seus conceitos e valores. Vale levar em consideração também a condição de moradia, se preenchem os requisitos legais para suprir as necessidades da criança ou adolescente, entre outros. O/A Assistente Social orienta as famílias com relação a criança que pretendem adotar, expondo aos interessados a situação de adoção, como a cor da pele, idade, gênero. Orienta também no que se refere a adoção tardia, considerando o contexto que o menor está inserido. Os pais adotivos deverão saber lidar com o histórico de vida do filho, respeitando a origem, identidade, e se necessário o nome. Ao profissional, durante o estudo social, é importante despertar nos pais o interesse em buscar orientações externas, isso no que se refere a rede de atendimentos, como saúde, educação, habitação. Para elaborar tal estudo, é necessário que o/a Assistente Social, como já citado, aproxime-se da realidade de vida dos pretendentes, realizando visitas, entrevistas, e os instrumentais adequados para finalizar o processo. “Adoção vem do latim, adoptione, escolher, adotar. É um ato jurídico pelo qual o vínculo de filiação é criado artificialmente. Gera sem consanguinidade nem afinidade, o parentesco de primeiro grau em linha reta descendente, [...] adotar é dar a alguém a oportunidade de crescer. É inserir uma criança numa família definitiva e

Apoio:

Realização:



com todos os vínculos próprios de filiação. É uma decisão para a vida. A criança deve ser vista realmente como um filho que decidiu ter. (SOUZA, 1999, p. 17).”

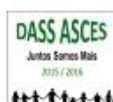
Referência

RAMPAZZO, Carla Cristina Sorrilha, MATIVE, Suelen Nara Matos, **As novas regras para a adoção e o papel do assistente social jurídico**. Disponível em:

<<http://interlemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFAILE/2278/1860>, acesso: 03 de Abril de 2015.

AMARAL et al. **Papel do assistente social frente o processo de adoção**, Ponto Belo, 2011.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



O ENVELHECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: A PRÁTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Ana Carolina Andrade da Silva (1); Waldênia Virgínia da Silva (2)

(1) Discente do Curso de Serviço social da Faculdade Ascres. E-mail: anacarolina2395@hotmail.com

(2) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: valdeniax@hotmail.com

Introdução

O artigo tem o objetivo de refletir sobre a prática profissional do/a Assistente Social no contexto do envelhecimento. O interesse pelo tema advém da nossa compreensão do envelhecimento como uma expressão da questão social e reconhecimento do número crescente de idosos no Brasil. Dessa forma, o presente trabalho é uma tentativa de compreender o envelhecimento no contexto da sociedade contemporânea e identificar o papel do/a Assistente Social nesse contexto. Na sociedade atual, observa-se que existem várias concepções sobre o envelhecimento se constituindo em um dos desafios da atualidade, bem como possibilidade de atuação profissional de várias categorias, em especial, a dos/as Assistentes Sociais.

Metodologia

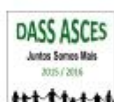
Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, a partir de livros e artigos do banco de dados Cientific Eletronic Library online – SciELO.

Discussão

Para que possamos entender a questão do envelhecimento no Brasil é essencial observar que o envelhecimento é um fenômeno mundial e que na atualidade vem ganhando repercussões importantes nos países que estão em desenvolvimento. Segundo Berzins (2003), a ONU alerta que, cerca de 360 milhões da população mundial idosa (total de 629 milhões ao crescimento anual de 2% reside nos países em desenvolvimento. Conforme a previsão da ONU, por volta do ano 2050, pela primeira vez na história, o número de idosos será maior que o de crianças abaixo de 14 anos, isto é, a população mundial deve saltar de 6 bilhões para 10 bilhões, sendo que o número de pessoas idosas deve triplicar para 2 bilhões, ou seja, quase 25% da população do planeta. Quando se pensa envelhecimento é importante considerar a necessidade de investir nas políticas públicas, políticas essas que possam atender as demandas apresentadas nesse público e que também possam contribuir na qualificação de profissionais. Desse modo, os serviços de assistência ao idoso necessitam de um atendimento interdisciplinar. A partir desse pressuposto é de suma importância investigar as condições que possam vir a interferir no bem-estar e fatores associados à qualidade de vida, com o objetivo de criar alternativas de intervenção e propor ações que possam atender as demandas da população idosa de forma a minimizar os riscos sociais aos quais estão vulneráveis (PEREIRA et al., 2006). Segundo Pereira (2007) o Serviço Social, por ser uma profissão que atua em constante interação com as políticas e os direitos sociais, não pode ficar alheio à tematização do fenômeno do envelhecimento. Para Souza (2003), o Serviço Social na prática com o idoso tem o desafio de conscientizar a população do verdadeiro papel do idoso, garantindo o seu lugar numa sociedade que passa por

Apoio:

Realização:



grandes mudanças que centradas no avanço tecnológico, favorecendo a relação entre mercado e consumo, e nessa lógica, valoriza-se quem produz e consome. Segundo Bieger et al (2013), o desafio do Serviço Social diante da questão do idoso que vive momentos de exclusão social, é estimular o diálogo entre as diferentes faixas etárias, na perspectiva de contribuir na sensibilização da sociedade com o olhar nas pessoas que sofrem discriminação, bem como fazer com que a pessoa idosa se veja como sujeito de direitos, valorizando a sua identidade e importância na sociedade. Ainda para Bierger et al (2013), o Serviço Social tem um papel de atuar como educador resgatando a dignidade e estimular a consciência participativa do idoso, de modo que possibilite a sua integração com as pessoas. Nesse sentido reforçamos o que o artigo 10 do estatuto do idoso que destaca: “É obrigação do Estado assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoal humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis ” O/A Assistente Social se depara com mais um enfrentamento das diversas formas de expressões da questão social, e é necessário que o profissional tenha uma capacitação específica para poder lidar com essa população. É fundamental que o profissional esteja baseado no projeto ético-político da profissão e no Código de Ética. O Estatuto do idoso (2003), no art. 33 destaca que: “A assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes”.

[...] a responsabilidade do sentido da ação do assistente social se destaca, posto que deve se manter atento ao reconhecimento da dinâmica de reconfiguração que intervém, bem como os antagonismos que perpassam sua ação. Democratizando o acesso dos usuários a informações relacionadas as diversas etapas de realização dos projetos e fortalecendo a capacidade de reação da população assistida, via estímulo à efetiva participação popular, o profissional deve assessorar a clientela[1] na criação de condições que permitam os moradores reconhecerem-se no espaço [...] (FERNANDES, 2005, p. 237).

São várias as causas que contribuem na redução da qualidade de vida dos idosos, podendo leva-los ao isolamento e torna-los até depressivo. Diante disso é de extrema importância que a sociedade tenha consciência dos problemas que estão sendo enfrentados por esta parcela e com isso devem encontrar/procurar caminhos que levem a igualdade dentro de serviços que são prestados a pessoas idosa. (FORTES, 2013). Mediante isso, cabe ao Assistente Social conscientizar, integrar, estimular e estabelecer maior vínculo e inserção do idoso frente a seus direitos sociais junto a sociedade, a fim de, salientar seu valor em todos os segmentos e círculos, seja ele familiar ou social.

Considerações finais

O texto teve como objetivo compreender o envelhecimento como expressão da questão social e a atuação do/a Assistente Social. A pesquisa evidenciou que é necessário que haja uma conscientização sobre a importância de entender o envelhecimento como um direito do ser humano, associando relevância da aceitação, dignidade e valorização social da pessoa idosa, em

vez de ser encarado como uma trava ou uma limitação frente ao desenvolvimento. Logo, o assistente social deve sempre buscar meios de executar ações e ferramentas adequadas, medidas concretas que favoreçam a promoção da inclusão, garantir sua dignidade, autonomia e independência da pessoa idosa, oferecendo a esse grupo populacional, caminhos que levem à equidade nos seus direitos sociais, na distribuição dos serviços e facilidades, buscando soluções e adequando às suas necessidades, contribuindo assim, para uma condição de vida mais favorável.

Referências

BIEGER, Jessica et al. **O envelhecimento como expressão da questão social**: algumas considerações pertinentes ao exercício profissional. 2013. Disponível em:

<<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-envelhecimento-como-express%C3%A3o-da-quest%C3%A3o-social.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70326/672768.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 10 abr. 2015

FORTES. Taís Ribeiro et al. **Os riscos sociais enfrentados na terceira idade**. 2013. Disponível em:

<<http://www.ded.ufv.br/workshop/docs/anais/2013/Ta%C3%ADs%20Ribeiro%20Fortes%20-%20Tem%C3%A1tica%20Envelhecimento.pdf%20.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

PAULINO. Luciana Fernandes. **O fenômeno de envelhecimento populacional no Brasil e a participação do Serviço Social**. Disponível em:

<www.maxwell.vrac.puc-rio.br/.../13799.PDFXXvmi=mR9xljROTqhx7dF>. Acesso em: 10 abr. 2015.

O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Andréa Jéssica de Lima Santos (1); Josinês Barbosa Rabelo – Orientadora (2)

(1) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: jessicalima_scr@hotmail.com

(2) Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: josinesrabelo@ascres.edu.br

Introdução

Na atuação profissional do Assistente Social há, muitas vezes, a precarização do trabalho decorrente dos desafios encontrados no cotidiano do profissional no seu campo de atuação, relacionada como o aumento de demandas de usuários e as dificuldades de atendê-las. Nesse contexto, o/a Assistente Social encontra muitos desafios para realizar o seu trabalho com qualidade. Nessa direção, a presente pesquisa pretende discutir a atuação profissional no campo sócio-ocupacional da Assistência Social. O tema da pesquisa é fruto da experiência do Estágio Curricular I realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Bonança, em Caruaru, PE, onde foi possível vivenciar situações complexas da atuação profissional do/a Assistente Social. A pesquisa tem o objetivo de refletir sobre a atuação do Serviço Social na Política de Assistência Social. O trabalho faz parte da pesquisa em desenvolvimento no âmbito do curso de Serviço Social da Faculdade Ascres e se constitui na pesquisa do trabalho de graduação. Trata de um tema não é novo nas pesquisas em Serviço Social, mas há uma demanda da atuação do/ Assistente Social em uma perspectiva de atendimento às necessidades sociais e evidencia o seu papel fundamental na compreensão e análise da realidade no contexto da crise atual.

Metodologia

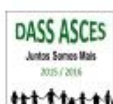
Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa que utilizou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e a observação participante, ou seja, o fenômeno em estudo estava na presença da observadora/pesquisadora. A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2010) responde a questões particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Discussão

Dentre as políticas sociais, campo de atuação do profissional de Serviço Social, cabe ressaltar a política de Assistência Social reconhecida legalmente como direito social e dever estatal pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A política vem sendo regulamentada pelo Governo Federal, sendo aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (2004) e do Sistema Único de Assistência Social (2005). Um dos impasses existentes na Política de Assistência Social brasileira, em relação à atuação dos profissionais da Assistência Social passa pela estruturação, visto que existem poucos funcionários para uma vasta demanda de trabalho, deixando o profissional do Serviço Social demasiadamente sobrecarregado, fazendo com que esse profissional seja obrigado a exercer mais de uma função, principalmente dentro dos CRAS (CFESS, 2011). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promove o acesso à Assistência Social às famílias em situação de vulnerabilidade, como prevê o Sistema

Apoio:

Realização:



Único de Assistência Social (SUAS), tendo sua atuação dividida em dois eixos: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

O SUAS é um sistema público que organiza de forma descentralizada os serviços socioassistenciais. O modelo de gestão participativa da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais e municipais e do Distrito Federal. (BRASIL, 2010). A gestão é realizada pelo MDS e é composta pelo poder público e pela sociedade civil que participam diretamente do processo de gestão compartilhada.

A Proteção Básica é destinada a prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A Proteção Especial é destinada à famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Segundo o CFESS (2007), um dos principais objetivos da PNAS é estabelecer uma relação entre programas, projetos, serviços e benefícios da assistência, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família fortalecendo a relação democrática entre planos, fundos, conselhos e órgão gestor. Merece destaque no contexto da implementação da Política de Assistência social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que é uma unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços da rede de proteção social básica. É através dos CRAS que as políticas sociais chegam às famílias e áreas de vulnerabilidade e risco social. De acordo com o MDS¹², o CRAS é uma unidade descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CRAS destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras). Sendo esse um espaço de atuação dos/as Assistentes Sociais. A intervenção do/a Assistente Social não pode ter como rumo somente os documentos institucionais sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um direcionamento moralizante, visto que:

[...] o esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional [...] e o reconhecimento das atividades de pesquisa e o espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional. (IAMAMOTO, 2001, p.55-56).

Considerações finais

Tendo assumido um compromisso com seu projeto ético-político o/a Assistente Social lida com os impasses no que diz respeito às condições de trabalho na Política de Assistência Social. Dessa forma, o estudo instiga a fazer vários questionamentos: Como o/a Assistente Social se

¹² Ver em: < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>>.

articula com a rede sócioassistencial? Quais são as estratégias de atuação profissional considerando a falta de recursos materiais e humanos para a implementação das políticas sociais? A presente pesquisa evidenciou que essas indagações se fazem presentes no dia-a-dia de trabalho do Assistente Social. Assim, para uma melhor atuação do profissional na implementação das políticas sociais e atender as demandas sociais dos/as usuários/as é necessário mais recursos para dar conta da realidade e valorização da atuação profissional perante os impasses e desafios com os quais se deparam os profissionais da Assistência Social.

Referências

- CFESS. **Cartilha do CFESS**. Brasília. 2007. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2015.
- GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Serviço Social e Relações Sociais no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.
- PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. SALES, Mione Apolinário et al (Org.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004. p.30-31.
- SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos Sócio-históricos**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- SILVA e SILVA, Maria Ozanira. (Coord.) **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2009.

O SERVIÇO SOCIAL NO SUS: DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA GESTÃO PÚBLICO-PRIVADA

Viviane Mousinho de Medeiros (1); Ana Mirceia Siqueira Saldanha (2)

(1) Assistente Social. E-mail: vivianemousinho@outlook.com

(2) Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: anasaldanha@ascres.edu.br

Introdução

O artigo aqui apresentado é resultado do trabalho de conclusão de curso de serviço social. O interesse pelo tema surgiu após a realização do estágio na Unidade de Pronto Atendimento Estadual de Caruaru (UPA Caruaru), pois esta unidade de saúde possui como gestão uma Organização Social (OS) que integra o grupo das instituições que realizam a Parceria Público-Privada na Saúde Pública brasileira. Neste trabalho não foi tratado sobre a UPA Caruaru, mas sim da Saúde Pública brasileira como um todo. Realizamos uma análise sobre os desafios no trabalho dos assistentes sociais no modelo de gestão público-privada no Sistema Único de Saúde brasileiro, tendo como objetivos específicos: compreender as tensões decorrentes da inserção dos assistentes sociais no campo da saúde, tendo como pano de fundo as disputas entre os projetos de Saúde – Privatista e de Reforma Sanitária – existentes no âmbito do Sistema único de Saúde; Analisar o cotidiano profissional de assistentes sociais e a sua atuação na equipe multidisciplinar; e Refletir sobre os impactos das estratégias neoliberais para a saúde e a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Metodologia

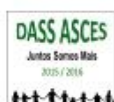
O método utilizado foi o Materialismo Histórico Dialético, este contribui para desvelar a realidade, através do estudo histórico como se materializa a problemática pontuada, traçando um caminho para apreender a totalidade da temática escolhida até retirar as conclusões encontradas no final do trabalho. A pesquisa proposta possui natureza qualitativa que é “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo do objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 1991, p. 79). Utilizamos como técnica a Pesquisa Bibliográfica, pois se pode observar que esta: “possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 40).

Resultado e discussões

Compreender a situação da saúde pública brasileira e a relação pública privada é o ponto de partida para analisar os desafios da prática profissional do serviço social na área da saúde na contemporaneidade. As crises geradas pelo capitalismo fizeram com que os países procurassem outras estratégias ainda não adotadas no mundo para melhor administrar o seu estado. Com isso, surgem novas formas de gestão como a denominada Parceria Público-Privada (PPP), esta nasce na Inglaterra em 1992, sendo este país o pioneiro na implantação de reformas que buscaram a redução e transformação do papel do Estado (CARRERA, 2012). No Brasil, as

Apoio:

Realização:



novas estratégias de governo surgem a partir da Reforma do Estado em que se constitui de âmbito gerencial, sendo iniciada em 1995 e prosseguiu até 1998, realizando modificações de cunho administrativo dentro do país. Esta reforma possuía a função de tornar o Estado mais eficiente, utilizando a mesma quantidade de recursos na realização de serviços de qualidade e com grande extensão. A reforma do estado no Brasil foi realizada a partir do surgimento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado que foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado na década de 1990. Esta nova reorganização estatal fez surgir novos instrumentos de gestão do setor público se constituindo como as OSCIPs e as OSs. As OSs se constituem como um modelo de organização pública não-estatal que está destinado a absorver atividades no âmbito público. Um dos problemas advindos dessa reforma é a desvinculação da força de trabalho, segundo Borges (2012, p. 131), a contratação de profissionais da saúde e de apoio por meio de empresas com fins lucrativos vem sendo a forma mais utilizada para a fragmentação do SUS por meio da desvinculação da força de trabalho. Com o duplo comando pela empresa e pelo SUS, esses trabalhadores têm inserção limitada no sistema por não participarem efetivamente das representações colegiadas, como as conferências de saúde, tomando parte dos serviços numa posição um tanto quanto inferiorizada. O neoliberalismo na relação da gestão do trabalho na saúde acarreta a desvinculação dos trabalhadores de carreira do sistema, aqueles ao qual realizam o estudo crítico do SUS na atualidade brasileira, principalmente por estarem inseridos no sistema. Estes passam a ser fragmentados, através da introdução de normas que retiram a autonomia profissional das especificidades éticas e políticas das categorias, impõe a inserção de interesses privados a fim da realização da privatização dos serviços públicos, controlando os trabalhadores e proporcionando a descontinuidade de ações. Na contramão da reforma promovida pela política neoliberal encontramos, segundo Bravo (2012) movimentos de luta e resistência, entre eles a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS). Esses movimentos lutam por um SUS universal e de qualidade, mais investimentos para a saúde e contra a privatização dos serviços de saúde que priorizam um atendimento individualizado e curativo. Os assistentes sociais como todos os trabalhadores de saúde estão vivenciando essa realidade. Para Montañó (2007), os assistentes sociais são cada vez mais, contratados como “empresas unipessoais”¹³ por serviços prestados. Este fenômeno nos reafirma a concepção de que este profissional é, essencialmente, um trabalhador, dada a co-participação, conjuntamente com todos aqueles que vendem sua força de trabalho, nesta tendência à terceirização. Além dos pontos aqui citados, a profissão também enfrenta um forte conservadorismo técnico imposto pelas empresas OSs que os contrata, indicando que a atuação profissional deve seguir normas contidas em documentos elaborados pela gestão, significando um atraso para uma profissão que luta historicamente contra esse processo.

CONCLUSÃO

A atuação do assistente social se concretiza quando ele intervém na sociedade e essa

¹³As empresas unipessoais se constituem como pessoas jurídicas de direito privado, sendo privadas de autonomia processual, patrimonial e capacidade negocial. São aquelas que exercem profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços, constituindo elemento de empresa (FERREIRA, 2010).

intervenção se faz através da relação de sua atuação com a totalidade social que envolve o seu fazer profissional. Esse exercício remete ao fato de que a intervenção está pautada em direcionamentos e escolhas que o profissional faz e isso estabelece uma relação ética e política da atuação profissional. O serviço social defende um projeto ético-político de profissional e de sociedade o que fundamenta a sua intervenção. Durante a realização do presente estudo foi observado que pouco se produziu a cerca do tema, mesmo tendo-se ampliado as produções voltadas para o campo da saúde, mas não focam na questão da privatização da saúde. Deve-se incentivar os assistentes sociais que atuam em diversos campos sócio-ocupacionais e os estudantes a produzirem sobre a temática, ampliando o conhecimento. Também podemos fortalecer os espaços de discussões como fóruns de debates que possuam o foco na temática aqui explanada, pois os estudos produzidos não devem ficar limitados nos espaços acadêmicos, devem ser socializados empoderando a categoria e a sociedade na luta pela transformação social.

Referências

BORGES, Fabiano Tonaco. **Desafios e Perspectivas do Sistema Único de Saúde (SUS) Diante do Neoliberalismo**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Odontologia de Araçatuba. São Paulo, 2012.

BRASIL. **Organizações Sociais**. Caderno da Reforma do Estado, n. 2. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Brasília, 1998. Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mar_e_caderno02.PDF>. Acessado em: 14/08/2014.

BRAVO, Maria Inês de Souza. As Lutas Pela Saúde: Desafios da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. **Anais...** 64º Reunião Anual da SBPC. São Luís, jul., 2012. Disponível em: < http://www.sbpnet.org.br/livro/64ra/PDFs/arq_1742_234.pdf>. Acessado em: 06/09/2014.

_____, Maria Inês de Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais**. Ed. 4. São Paulo: Cortez, 2011.

CARRERA, Mariana Baleeiro Martins. **Parceria Público-Privada na Saúde no Brasil: Estudo de Caso do Hospital do Subúrbio de Salvador**. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. p. 103. São Paulo, 2012. Disponível em: < http://www.ifhc.org.br/div/Artigo_PPP.pdf>. Acessado em: 03/11/2014.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Rev. Portuguesa de Educação, vol. 16, n. 002, Universidade do Minho - Portugal, 2003. Disponível em: < http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf>. Acessado em: 13/08/2014.

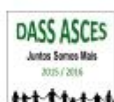
FERREIRA, Fabiana Duarte. **Sociedade Unipessoal de Responsabilidade Limitada**. Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Artigo para obtenção do título de Pós-graduação. Rio de Janeiro. 2010. Disponível: <
http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2010/trabalhos_22010/fabian_aferreira.pdf > Acesso em 18 de setembro de 2014.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a Pesquisa Bibliográfica**. Rev. Katál. v. 10 n. esp. p. 37-45, Florianópolis, 2007. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acessado em: 18 de dezembro de 2013.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O serviço social frente ao neoliberalismo mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional**. Disponível em: <
<http://www.cpihts.com/PDF05/Carlos%20Montano.pdf>> acesso em 18 de setembro de 2014.

Apoio:

Realização:



O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL DE PALMARES – PE: DA TEORIA À PRÁTICA

Walquíria Andreza Rodrigues da Silva Goes

Assistente Social da Autarquia Municipal de Habitação de Palmares. E-mail: w_andreza1903@hotmail.com

Introdução

O desenvolvimento do trabalho do Assistente Social na área habitacional organiza e potencializa a visualização dos sujeitos envolvidos nos programas e projetos sociais, estes, na sua maioria, carentes socialmente. Este artigo tem como principal objetivo de relatar o trabalho técnico social desenvolvido na cidade de Palmares pelo profissional de Serviço Social. Trata-se de uma reflexão da prática desenvolvida no Projeto Quilombo I (Habitacional Engenho Paul) que abriga famílias atingidas pela cheia de 2010. O Trabalho do Assistente Social envolve muitas questões nos mais diversos campos de atuação, onde tem como principal objetivo atuar nas políticas sociais, visando o cumprimento destas e favorecimento dos sujeitos. A atuação do assistente social apresenta-se como instrumento de combate à exclusão social nos diversos espaços de decisões, onde o grande papel deste profissional é desempenhar ações transformadoras de justiça social, igualdade e conquista de direitos nas diversas políticas públicas (OLIVEIRA e CASSAB, 2010). O acesso à moradia é um dos direitos do cidadão previsto pela Constituição Federal de 1988 e o fato de todos necessitarem de moradia faz de cada família um consumidor potencial no mercado da habitação, e com as oportunidades de financiamentos oferecidos pelo governo, o sonho da casa própria tem se tornado algo acessível. Uma das transformações habitacionais mais significativas ocorridas no Brasil nos últimos anos foi à criação do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009. O destaque neste governo é a valorização da classe menos favorecida. Luiz Inácio Lula da Silva construiu um novo rumo para a política habitacional brasileira em 2000, onde voltou seu projeto para a produção de residências dignas, moradia localizada em terra urbanizada, com acesso a todos os serviços públicos essenciais, além de desenvolver programas geradores de trabalho e renda (COSTA, 2006). Para Gonçalves et.al. (2007), a política habitacional é uma estratégia de mediação entre as demandas da sociedade e a intervenção do Estado, onde o determinado contexto social terá suas divergências e contradições presentes em sua formulação e implementação. Nesta perspectiva, a moradia, apesar de ser uma necessidade básica à reprodução da força de trabalho, está vinculada às determinações conjunturais, estruturais e à contradição entre capital e trabalho (CEF, 2013). O programa Minha Casa, Minha Vida representou um novo pilar de recursos para habitação.

Metodologia

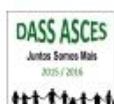
Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou como coleta de dados a observação participante no Projeto Quilombos no período de 2013-2014, bem como artigos que tratam da temática disponíveis em periódicos acadêmicos eletrônicos publicados no período de 2011-2014.

Resultados e Discussão

Palmares é uma das cidades mais tradicionais de Pernambuco. Seu nome recorda a rebelião dos escravos africanos que, de 1630 a 1694 (ou 1697), constituíram um reino ou confederação de quilombos, que recebeu a denominação de Palmares. Segundo dados da Prefeitura de Palmares, e de acordo com dados do IBGE em 2012, Palmares possui cerca 60.091 habitantes. O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) da cidade de Palmares é desenvolvido no empreendimento Quilombo I (Habitacional Engenho Paul) e executado por uma equipe técnica composta por assistente social, educador social, psicólogo, auxiliar administrativo e digitador. Além de ser basear no projeto Minha Casa Minha Vida, este empreendimento baseia-se também no Projeto Operação Reconstrução, onde este último tem como objetivo, de acordo com a Cehab, a assistência emergencial ligada à recuperação de infraestrutura nestes locais. Este projeto está a aproximadamente um ano e meio em execução. No início houve a consolidação das redes como parceiras do PTTS, para auxiliar quando necessário no desenvolvimento das ações, que são desenvolvidas através dos eixos dispostos no cronograma das atividades, tais como: Articulação e Mobilização, Educação Ambiental, Geração de Emprego e Renda. Para a realização das ações com a comunidade, utiliza-se como auxílio o calendário de cada mês e de acordo com algumas datas comemorativas, como por exemplo o dia da consciência negra, e procuramos desenvolver atividades relacionadas à essa temática, levando à população conhecimento necessário para a construção de uma nova sociedade, ao mesmo tempo em que se mantêm tudo registrado para a construção do relatório mensal, o qual é enviado para o supervisor do projeto (CEF, 2013). Inicialmente, foi feito um mapeamento geral do habitacional, para obter conhecimento local da área e das famílias a serem trabalhadas, visto que, o empreendimento é formado por famílias que foram reassentadas por questões emergenciais, decorrentes do desastre ambiental ocorrido na cidade no ano de 2010, vítimas da enchente que destruiu parte da cidade de Palmares. No entanto, a inserção do PTTS ocorreu durante pós-ocupação, o que impossibilitou o desenvolvimento de algumas ações anteriormente planejadas e que seriam executadas antes da entrega das unidades habitacionais, por exemplo, durante o período da construção do empreendimento. Para a realização das ações planejadas, há o auxílio dos seguintes instrumentais: COTS - Caderno de Orientação Técnico Social. Equipamento Social, Ficha de cadastro socioeconômico familiar Ficha de encaminhamentos, Mapa do conjunto habitacional Controle de cadastro e Visita domiciliar. O Projeto Quilombo I permitiu o conhecimento da história de vida daquelas pessoas que tinha suas vidas e suas famílias formadas estruturadas e de repente passam por uma transformação impactante, quando perderam tudo que haviam construído, restando-lhes apenas o bem mais precioso que é a vida, e hoje buscam forças para recomeçar tudo do zero. A nova moradia trouxe para estas famílias a necessidade de adaptação de forma rápida, e por estarem ainda fragilizadas com a situação vivida, elas encontraram dificuldades para estabelecer a harmonia entre todos. Um dos aspectos positivos neste trabalho é enxergar que, famílias que residiam em lixões, áreas ribeirinhas, e até mesmo em situação de aluguel, hoje foram beneficiados pelo governo através do projeto de operação Minha Casa Minha Vida com sua moradia. Conhecendo as necessidades de cada uma dessas famílias e avaliando o dever dos trabalhadores enquanto técnicos, é possível proceder com as intervenções corretas. Dentre estas intervenções destacam-se as palestras de acordo com a demanda, encaminhamentos aos parceiros como:

Apoio:

Realização:



CREA, CREAS, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Bolsa Família, entre outros. A estrutura desses conjuntos habitacionais ainda está inacabada, falta saneamento básico, existe irregularidade no abastecimento de água, iluminação pública, precisa de melhoria na acessibilidade, segurança, e principalmente construção dos equipamentos sociais como, Programa Saúde da Família, escola, creche, entre outros. Esses são alguns dos pontos negativos observados. Em relação ao PTTS, um dos fatores negativos é a escassez de recursos, tanto para compensar os trabalhos dos profissionais como para concretizar a execução das atividades. A falta de disponibilidade de alguns parceiros para que a equipe possa desenvolver ações conjuntas na comunidade também se constitui como um dos fatores emergentes. Dentre as diversas demandas relacionadas às famílias percebidas durante as visitas domiciliares, perceberam-se algumas situações vulneráveis, como a existência de pessoas acamadas, necessitando de acompanhamento médico e sem condições de locomoção, famílias que não possuem fonte de renda para sobreviver e que precisam ser inseridas em programas socioassistenciais, famílias com grande número de integrante que possuem como fonte de renda apenas o benefício Bolsa Família, usuários de drogas que precisam de tratamento, muitos desempregados, entre outras demandas, e isto traz a reflexão do quanto essas famílias estão vulneráveis e fragilizadas com esta nova realidade. Uma das ações desenvolvidas com êxito foi àquela relacionada ao dia das mães, intitulada de “Mãos de Mãe”. Esta foi uma ação de grande porte e teve apoio e participação de muitos parceiros, inclusive de todas as secretarias municipais, instituições privadas, Organizações não governamentais. Na ocasião foram ofertados uma série de serviços, exercendo o pleno direito de cidadania através de emissões de carteiras profissionais de trabalho, carteira do idoso, emissão de RG, emissão e atualização do cartão SUS, treinamento de primeiros socorros, atendimento ambulatorial, inserção no programa bolsa família e várias apresentações artísticas proporcionando um momento de descontração, cultura, lazer e protagonismo social à todos os beneficiários dos conjuntos habitacionais da cidade de Palmares. Além destas ações, o corpo de bombeiros está sempre fazendo vistorias nos locais de risco, e os técnicos do PTTS (assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, pedagogos) estão sempre enfatizando a questão da preservação ambiental, objetivando a prevenção de possíveis desastres ambientais.

Conclusão

Em um meio potencialmente capitalista e individualista em que o mundo se encontra, é imprescindível frisar a relevância da atuação do profissional de Serviço Social para o cumprimento de políticas sociais, e principalmente para o atendimento às classes menos favorecidas. O trabalho de assistência social desenvolvido em projetos habitacionais faz parte de um plano de ação com equipe multidisciplinar, visando o melhor atendimento das demandas daquele local. As ações desenvolvidas na cidade de Palmares não são diferentes, existe o PTTS, existe a equipe e existem demandas, porém, o atendimento à estas famílias ainda não é satisfatório. Analisando a teoria e a prática, ficou claro que a prioridade do trabalho deste profissional é a família atendida neste projeto, no entanto, é necessário que haja um plano de ação conjunto, onde não sejam percebidas tantas necessidades básicas como o que foi observado em Palmares, como por exemplo a implantação de creches, saneamento básico, iluminação, entre outras melhorias. Para fazer valer o fazer deste profissional, é necessário que

eles mesmos se percebiam neste contexto como agentes de mudança e possam pensar em sua prática de maneira diferenciada e completa.

Referências

CAIXA ECONOMICA FEDERAL – CEF. **COTS – Caderno de Orientação Técnico Social**. Brasília: CAIXA, Maio 2013, disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp?subCategoryId=306&CateId=86&subCateLayout=Manuais%20de%20Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnicas&CateLayout=Trabalho%20T%C3%A9cnico%20Social>> Acesso em 21 de abril de 2015.

COSTA, S. S. A trajetória recente da política de habitação social no Brasil. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**. n.3. Agosto, 2014. Brasília. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11773>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

GONÇALVES, M. C. V. et.al. O Trabalho Social e a Política Habitacional. **Sociedade em Debate**. v.13. n.2. Pelotas, 2007. p.175-190. Disponível em: <<http://www.rds.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/download/407/361>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

OLIVEIRA, M. M.; CASSAB, L. A. O Serviço Social na habitação: O trabalho social como instrumento de acesso das mulheres à moradia. I Simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas. **Anais...** Universidade Estadual de Londrina, 2011. p.78-88. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/7.MarceloOliveira.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SANTOS, J. S. **Questão Social**: particularidades no Brasil. Ed. Cortez : São Paulo, 2012. p.232-251.

OS CRAS COMO PORTA DE ENTRADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA É A PORTA DE SAÍDA?¹⁴

Francisca Vanuza Ribeiro Machado

Introdução

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da política de assistência social, fazendo parte da proteção social básica que busca garantir direitos que estão prestes a ser violados, prevenindo os riscos sociais e rompimento dos vínculos familiares. O público alvo daquele centro é formado, pela sua maioria, por pessoas que estão em situação de extrema pobreza, procura-se garantir direitos no âmbito da proteção social básica. Um dos serviços oferecidos dentro dos CRAS são os cursos de geração de emprego e renda voltados para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Aqueles cursos fazem parte de uma política maior voltada para geração de trabalho e renda: a política do trabalho. No entanto, é dentro da Política de Assistência Social que se desenvolvem projetos voltados para tal intento. A assistência social enquanto política pública possui muitas atribuições e o desenrolar dessa política do trabalho no seu campo de atuação só aumenta suas competências. O presente estudo tem como objetivo fomentar a discussão, sem a pretensão de esgotar o assunto, sobre a relação trabalho e assistência social. O artigo surgiu da minha inquietação enquanto assistente social em um CRAS localizado no estado do Ceará.

Metodologia

Para o presente texto foi realizada uma pesquisa bibliográfica, entendendo esta como um momento que é o ponto de partida do estudo e faz parte todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que fornece o embasamento teórico para desenvolver o trabalho. Aquela consistiu no levantamento e seleção de textos relacionados ao tema abordado. Efetuou-se também uma pesquisa documental, tendo como base os documentos institucionais como leis relacionadas à assistência social e guias de trabalho.

Fundamentação teórica e discussões

Historicamente, a assistência social mantém uma relação “intrínseca” com assistencialismo, benesse, ajuda aos pobres. Essa conotação traz um peso para essa política, o que leva ainda hoje, mesmo com todas as legislações, as pessoas caracterizarem-na como ajuda e não como um direito adquirido.

Foi somente com a Carta Magna (a Constituição Federal de 1988) e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 que a assistência social ganha estatutos de política pública, exigindo para isso normas e padrões para operacionalização desta política. O CRAS é a unidade pública municipal, considerada a porta de entrada da política de assistência social que articula

¹⁴ O presente texto é parte de um artigo que foi apresentado na disciplina de estado e direitos sociais no Curso de Especialização em Serviço social políticas públicas e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Ceará.

Apoio:

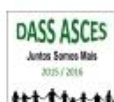
Realização:



os serviços, os programas e os projetos da proteção social básica, tendo a família como centralidade no trabalho. (BRASIL, 1993). Geralmente a localização daqueles é em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais tendo como base de atuação os territórios. Mas como garantir direitos às pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza e não conseguem acessar aos direitos básicos como saúde, alimentação, educação e principalmente trabalho? Entendemos que o usuário desta política é alguém que não teve ou tem acesso ao trabalho formalizado. A assistência social é uma política pública, pretensamente, dos desempregados? É voltada para aqueles que não possuem trabalho? São muitas as dúvidas quanto à atuação dessa política, o fato é que hoje o acesso ao trabalho, ou melhor, o não acesso a ele torna uma pessoa um usuário de tal política. O desemprego aumenta assustadoramente e muitos se encontram marginalizados, no sentido literal do termo. “São os sem trabalho”, são pessoas desqualificadas profissionalmente, que nunca tiveram oportunidades de acesso à educação e, conseqüentemente, não se qualificaram para um mercado que está a cada dia mais acirrado e excludente. É fato que o desemprego de muitos não chega a ser uma condição momentânea, mas sim um estado permanente, pois eles não conseguirão, provavelmente, voltar ao trabalho, já que estavam fora dos padrões do “mercado de trabalho moderno”, podem estar “velhos” e sem qualificação. Behring (2007) fala desse tipo de desemprego que não dá chances para o desempregado voltar ao trabalho, denominando-o de desemprego estrutural e sem retorno, diferente de um desemprego eventual, havendo ainda neste chances de retornar ao mercado de trabalho, intensificando, desse modo, o exército industrial de reserva, a massa dos sem trabalho. Em contrapartida, dentro dos CRAS temos os grupos de inclusão produtiva que são cursos ofertados para usuários do Programa Bolsa Família(PBF), usuários dos serviços CRAS. Os cursos geralmente são de biscoito, manicure, corte e costura, cabeleireiro. Até onde tais cursos incluem alguém em um mercado formal de trabalho? A relação precarizada de trabalho está presente nestas profissões? Será que os cursos não manterão “o ciclo de dependência do usuário” em relação àquela política? Onde se encaixará aquele trabalhador? Torna-se evidente que as relações precárias de trabalho prevalecerão, permanecendo o usuário naquele ciclo de pobreza extrema. Os cursos, segundo a política supramencionada, visa estimular o auto-emprego, entendendo este como uma forma de reduzir a pobreza de um patamar do muito pobre para um menos pobre. É importante frisar que a geração de trabalho e renda é considerada parte de um conjunto maior que se denominou de Política de Trabalho, sendo ações públicas que afetam o mercado de trabalho, aumentando por isso a demanda de trabalho, elevando o nível de ocupação. Acredita-se que ela possa também melhorar a qualidade da oferta, ao permitir que os trabalhadores desenvolvam capacidades laborais durante sua experiência num empreendimento produtivo (BRASIL, 2008). Contudo, os usuários que fazem cursos profissionalizantes nos CRAS não conseguem visualizar a “ponte para algum lugar”, já que em geral os cursos são realizados de modo capenga, sem um suporte de material e técnico adequado, para que ao final dos cursos os usuários participantes possam empreender um auto-emprego. Desse modo, os cursos são esvaziados, não há muito atrativo que estimule os usuários a participar. Pois não há um trabalho profícuo com relação à orientação correta de como manejar tal aprendizado na vida fora CRAS.

Apoio:

Realização:



Considerações finais

Sabe-se que a assistência social, é uma política pública ainda incipiente e possui inúmeras atribuições. Os projetos de inclusão produtiva desenvolvidos nos CRAS ainda deixam muito a desejar e precisam de uma revisão urgente por parte dos gestores, para que se possa alcançar o objetivo precípua da política de geração de trabalho e renda. A inclusão produtiva, do modo como está, é algo difícil de ser implementado. Pois deixar esta a cargo de uma única política pública é não visar, de fato, qualificar/incluir pessoas para um mercado formal, permanecendo relações precarizadas de trabalho. Fica evidente a extrema necessidade de mudanças nesta vertente. Ensinar a fazer crochê, pintar e bordar é algo alienante e excludente, deixando o usuário sempre à margem da sociedade, não oferecendo subsídios que o tirarão de uma pobreza extrema. Já temos a porta de entrada, falta mostrar-nos a porta de saída.

Referências bibliográficas

AMARAL, JOÃO J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://br.geocities.com/abs5famed/bibliografia.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social** In: Política social: fundamentos e história. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BRASIL. **LEI Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, 1993

_____. **Política nacional de assistência social**, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Admirável mundo novo: o novo contexto da política**. Cad. CRH, Salvador, n.21.p. 9-28, jul./dez.1994

Histórico da Política de Assistência Social. Disponível em: http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/11_2094171243852009_1_1_historico_politico_assistencia_social.pdf > Acesso em 13 de março de 2012

LUNDKE, Menga. **Pesquisa em educação abordagens qualitativas**/ Menga Lündke, Marli E.D. A André. São Paulo: EPU, 1986.

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA TERCEIRA IDADE

Jefferson Carvalho Silva Lino

Graduando do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: jeffersoncarvalhosl@gmail.com

Introdução

A Motivação para elaborar este trabalho surgiu a partir da minha participação no projeto de extensão *Cidadania não se aposenta da Faculdade Ascres* quando emergiu o interesse de estudar sobre os desafios dos/as Assistentes Sociais na inclusão social da terceira idade na sociedade contemporânea. Tem o objetivo de compreender os desafios postos ao Serviço Social para a inclusão dos idosos na perspectiva do exercício da cidadania. É uma temática de interesse social e se constitui em uma das expressões da questão social, visto que a estimativa da população brasileira em 2025 será composta de pessoas com mais de 60 anos, representando 14%, 32 milhões de idosos (Estatuto do Idoso), o que contribui para a elaboração de estudos na área. Destarte, é um campo relevante para a prática do Assistente Social, uma vez que esse profissional tem a capacidade e habilidade para elaborar, implementar e avaliar políticas sociais. Ao discutir sobre a inclusão social da população idosa é compreender que é os profissionais, a exemplo dos Assistentes Sociais, que essa parcela da população busca para a efetivação de seus direitos sociais e qualidade de vida. São os Assistentes Sociais através de sua prática educativa e política que atua na direção da ruptura dos preconceitos regidos pela sociedade no que se refere ao envelhecimento.

Metodologia

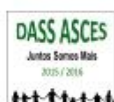
Este artigo trata da pesquisa qualitativa que utiliza a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico na direção de realizar um movimento de apreensão dos objetivos propostos, buscando uma interlocução com o material bibliográfico coletado a partir de trabalhos de conclusão de curso e de artigos científicos publicados em revistas Online.

Discussão: Envelhecimento e Serviço Social

Para iniciar a discussão é importante entender que inclusão social é ampla e diversificada e que é um meio a qual se insere indivíduos que por muitos motivos como: deficiência física, gênero, raça, mercado de trabalho, dificuldade de acesso à escola e idade se tornam vítimas da exclusão social. A temática nos permite abrir um leque mistificado de causas e efeitos da situação do idoso no Brasil. Imaginamos como é difícil chegar à terceira idade relacionando idoso (a) a raça, gênero, oportunidade de emprego, condições socioeconômicas, preconceito, precarização da saúde. Torna-se complicado aceitar o termo “melhor idade” quando ainda é extenso o caminho que deve ser percorrido. O idoso é vítima da exclusão por ser visto como inútil e não mais produtivo para o mercado de trabalho, por suas modificações físicas e aparentes, Mediante essas dificuldades é pertinente pensar sobre políticas públicas, direitos

Apoio:

Realização:



sociais e as atribuições do Serviço Social na resposta às demandas dessa parcela significativa da sociedade. Ao idoso é assegurado por lei os seus direitos. Na Constituição de 1998, dois artigos fazem menção e validação desses direitos:

Art. 229 - Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

Art. 230 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

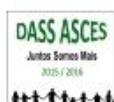
Em Outubro de 2003 foi sancionado pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva o Estatuto do Idoso que tem a finalidade de defender e ampliar os direitos do idoso no Brasil (Estatuto do Idoso, 2003). É abrangente em direitos, assim também trata de crimes cometidos contra a população idosa. Leis que dão embasamento para a diversidade de políticas criadas para proteger e assistir ao idoso, promovendo-lhe uma vida social mais digna. (JEREMIAS et al., 2010). A inclusão social, ainda é um caminho a se trilhar. A atribuição do Assistente Social enquanto profissional implica no cumprimento de fazer valer as políticas, projetos e ações de proteção ao idoso, principalmente por estarmos tratando de algo que assegurando por lei. O Código de Ética do Assistente Social, aprovado no dia 08 de Maio de 1965, já fazia referencia ao trabalho deste profissional na correção de “[...] desníveis sociais.” Art. 9º - O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais. (Código de Ética do Assistente Social). Segundo Jeremias et al (2010), é o assistente social o profissional habilitado para o trabalho com as populações excluídas pela sociedade capitalista. Através de seu trabalho, o profissional de Serviço social redireciona a exclusão para inclusão, promove debates e diálogos em grupo sobre temáticas que apontem para uma melhor convivência social e melhoria na qualidade de vida dos idosos. A criação da lei 8.842 a PNI (Política Nacional do Idoso) promulgada em 1994 tem o objetivo de “Assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. Segundo Stringueta et al (2010), o/a Assistente Social realiza os atendimentos para este público através de suas técnicas aplicando ações que alcancem todas as áreas da vida social do idoso. Investigando e estudando o contexto do usuário, trabalhando com a singularidade do sujeito, analisando os aspectos socioeconômicos, culturais e suas reais necessidades.

Considerações finais

O texto intentou destacar que a inclusão social do idoso é uma das atribuições do Assistente social no que lhe diz respeito a garantia dos direitos que são: direito à vida, liberdade, alimento, saúde, educação, lazer, esporte, cultura, aposentadoria e benefícios, conforme preceitua o Estatuto do Idoso (2003), bem como inserir a população idosa no âmbito social que nem sempre é algo acessível e realizável. Pode-se afirmar que a questão cultural, a falta de informação e despreparo da população para lidar com a terceira idade, torna-se um grande entrave para a construção da inclusão social, participação, efetivação e garantia dos direitos. Os direitos sociais desta população estão correlacionados com a proteção social e o lugar no qual estes ocupam na sociedade, conforme ressaltado por Jeremias et al. (2010). A atribuição do Assistente Social,

Apoio:

Realização:



direcionadas a população idosa é no contexto das políticas sociais e na busca do acesso e cumprimento dos direitos sociais, produzindo mudança na forma como essa população é vista; na direção de inserir a população idosa na vida pública e ampliar a convivência familiar e social dos mesmos. É assistente social o profissional capacitado para realizar uma leitura do contexto social e das políticas públicas.

Referências

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Política nacional do idoso**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Código de ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

PEREIRA, Hugo Jeremias Targino et al. O Assistente Social e o atendimento à pessoa idosa: desafios contemporâneos. **Sete folhas, direito social**. Fundação Universidade do Tocantins, 2010.

TORRES, Mabel Mascarenhas; SÁ, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos. Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer. **Revista Ciências Humanas**. Universidade de Taubaté (UNITAU), Brasil, v. 1, n. 2, 2008.

STRINGUETA, Grazielle et al. O **compromisso ético político do Serviço Social e o idoso**. 2010. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2284/1877><

OS DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Jucélia Costa Silva

Graduanda do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: juceliacosta.social@hotmail.com

Introdução

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, o município de Toritama apresenta um quantitativo de mais de quatro mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Analisando esses dados baseados na proposta do programa, temos no município mais de quatro mil famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Destarte, a escolha do tema surgiu através da minha atuação profissional como integrante da equipe de profissionais que acompanha o Programa Bolsa Família, ligado à Secretaria de Assistência Social da cidade de Toritama. A vivência junto às expressões da questão social no município de Toritama instigou conhecer o Programa Bolsa Família e a prática profissional do Serviço Social na sua gestão. Dessa forma, busca através de estudos realizados a compreensão do papel do Serviço Social.

Metodologia

Para a elaboração deste artigo foi feita a opção da pesquisa qualitativa, visto que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Isto é, a pesquisa qualitativa trabalha com motivos, significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, ultrapassando o observado, indo para além do que está posto (MINAYO, 2001). Como procedimento metodológico foi utilizada a pesquisa bibliográfica na direção de realizar um movimento de apreensão dos objetivos propostos buscando uma interlocução com o material bibliográfico disponível no acervo informatizado do SciELO (Livreria Eletrônica Científica Online) que tratam do Bolsa Família e da prática profissional do Assistente Social na gestão deste programa, bem como a observação participante no Programa Bolsa Família no município de Toritama – PE.

Discussão

De acordo com Ferraz (2008), os programas de renda mínima passaram a ser implementados pelo governo federal nos anos 90. Nos anos 2000 foram formulados os programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, que uma vez unificados pela lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004, institui o Programa Bolsa Família (PBF). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013):

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país. O PBF possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

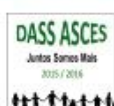
No governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva as políticas públicas criadas foram melhores que as dos governos anteriores. A política de Assistência Social recebeu um tratamento diferenciado. Segundo Castro apud Lopes (2013, p.4), no início do seu governo, Lula reconheceu os inúmeros problemas sociais a serem enfrentados pela sociedade brasileira. Entre os desafios estava o combate à fome e à miséria. É importante destacar que a gestão municipal do PBF da cidade de Toritama cumpre com suas atribuições no que consiste em acessar o sistema de gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF) e identificar as famílias em descumprimento das condicionalidades, conforme pontuado pela Instrução Operacional Conjunta nº 19 do MDS (2013). Um grande desafio enfrentado pela equipe do Programa Bolsa Família na cidade de Toritama está relacionado ao acompanhamento das famílias beneficiárias. Uma vez estando em descumprimento de condicionalidades, essas famílias tem prioridade no atendimento, pois, significa que estas se encontram em situação de alto grau de vulnerabilidade e pode ter seu benefício bloqueado ou cancelado definitivamente. A atuação do Assistente Social no programa concerne em identificar e procurar atender as reais necessidades das famílias beneficiárias do Bolsa Família e para que isso aconteça, “o trabalho social tem que se desenvolver para além da transferência de renda, que promove o alívio imediato da pobreza, é necessário conhecer as vulnerabilidades, fragilidades, riscos sociais, cultura, histórias de vida e relações sociais.” (STECHI, 2013). É necessário que seja viabilizado o acesso às políticas públicas e aos direitos sociais, fatores estes, considerados por Stechi, essenciais para o direcionamento da atuação do Assistente Social. Segundo Mito (2004) apud Stechi (2013), um dos desafios do exercício profissional do assistente social com famílias é que este ainda se desenvolve baseado em processos pautados em padrões de normatividade e estabilidade. “O trabalho permanece na perspectiva da funcionalidade e relacionado aos processos de integração e controle social, o que tira o foco da discussão que coloca a família no contexto de uma sociedade desigual, excludente, fruto da conjuntura atual.” Por estarmos falando de um programa social, cuja finalidade é a superação das vulnerabilidades das famílias pobres e extremamente pobres, é importante destacar que o atendimento ao imediato não é suficiente. É preciso trabalhar uma forma que esses sujeitos não fiquem dependentes unicamente dessa renda, tendo em vista que esses programas de transferência de renda apenas amenizam a situação de pobreza que vive parte da população. É preciso que sejam desenvolvidas ações que possibilitem a emancipação dessas famílias. Emancipação esta, que concerne à independência financeira através do trabalho assalariado (LOPES, 2013, p.5). Diante dessa realidade, onde apenas um profissional é direcionado a acompanhar mais de quatro mil famílias, é crucial que o Assistente Social tenha conhecimento das suas atribuições, da responsabilidade que assume, ou seja, que tenha compromisso com o projeto ético-político da profissão. Disponibilizar uma equipe reduzida e não oferecer condições de trabalho para desenvolver as atividades do amplo programa é comprometer o alcance dos objetivos e deixar de lado a qualidade dos serviços “de forma a garantir, de fato, a proteção social à população atendida, com a superação da situação de vulnerabilidade identificada.” (LOPES, 2013, p.6).

Conclusões

A pesquisa procurou evidenciar a participação do Assistente Social na gestão do Programa Bolsa Família, que só no município de Toritama contempla mais de quatro mil famílias. Famílias estas em situação de pobreza ou extrema pobreza que utilizam o benefício para amenizar a situação em que vivem. Vale ressaltar que o atendimento ao imediato não é suficiente. É preciso

Apoio:

Realização:



rever as condicionalidades indo para além da saúde, assistência social e educação. Faz-se necessário fortalecer os projetos de profissionalização do usuário e sua família, a exemplo do PRONATEC, que os capacite, viabilizando sua independência financeira e garantindo o desligamento voluntário do benefício. É fácil idealizar caminhos diferentes para a superação da situação de vulnerabilidade, porém, quando temos um cenário como o de Toritama, oferecendo apenas um assistente social para acompanhar este quantitativo de famílias, os desafios são enormes, principalmente porque o exercício profissional do assistente social ainda permanece numa perspectiva de funcionalidade, ou seja, de inserção do usuário no programa, fugindo da discussão da problemática que coloca a família num contexto de desigualdade social, excludente e que é fruto da atual conjuntura.

Referências

LOPES, Edilene. 2013. **A prática profissional do Assistente Social no Programa Bolsa Família e seu reatamento na gestão local**. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Pós-graduação em Serviço Social. São Paulo. Monografia de Especialização.

FERRAZ, Flávio Lúcio. 2008. **Programa Bolsa Família – Impactos na distribuição de renda**. Instituto Serzedello Corrêa, Especialização em Orçamento Público. Brasília. Monografia de Especialização.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>

BRASIL. **Programa Bolsa Família**. Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

STECHI, Tatiana de Oliveira. O Programa Bolsa Família a partir do território: o trabalho social com as famílias beneficiárias. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n.1, p. 167-192, jul./dez. 2013 168.

PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE INTEGRADA AO SUS DAS MULHERES NEGRAS DE CARUARU-PE: UMA NECESSIDADE DA REALIDADE SOCIAL

Nelson Felipe de Sales Souza

Discente do Curso de serviço social da Faculdade Maurício de Nassau. E-mail: felipesales_bjj@hotmail.com

Introdução

O presente trabalho propõe uma análise sobre o atendimento das mulheres negras de Caruaru – PE, através da política municipal de saúde pública, integrado com o Sistema Único de Saúde (SUS). Em especial, analisar como são planejados os atendimentos às mulheres negras de Caruaru-PE e se de fato existe uma política específica para atendê-las. Questões como o racismo e estereótipos agregados às mulheres negras estarão na nossa discussão. Analisar também como se acontece o planejamento das políticas de saúde através do SUS às mulheres negras da cidade de caruaru-PE e se existe uma necessidade para uma política de saúde específica.

Metodologia

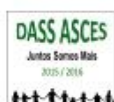
A metodologia adotada para construção do trabalho é a qualitativa e apresenta um suporte teórico através de leituras de livros, artigos; documental tendo em vista a análise de documentos dos programas do governo; de campo e dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru – PE.

Resultados e discussões

No Brasil não existe uma política voltada apenas para as necessidades de saúde da mulher negra. As Políticas Nacionais de Saúde que atendem à mulher negra são as políticas voltadas a população negra, e nas políticas de saúde da mulher que também são consideradas as questões relativas à raça. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra propõe promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS. E através das Políticas Nacionais de Promoção da Saúde da Mulher é necessário que em qualquer planejamento de ações de saúde da mulher, além do enfoque de gênero, sejam incorporadas também as questões relativas à raça/etnia. A execução da política da saúde pública de Caruaru por meio da integração do SUS, é competência da Prefeitura Municipal de Caruaru, através da Secretaria de Saúde, e o planejamento é feito através do Conselho Municipal de Saúde e vale observar que para existir uma atenção voltada à saúde da mulher negra é necessário que no Conselho exista uma cadeira que as represente. Um dos grandes fatores que ainda dificultam o acesso à saúde da mulher negra é o racismo, que gera uma grande demanda e iniquidades no atendimento à população negra. Através do racismo desenvolve-se outros fatores alarmantes como a desigualdade social e a discriminação de raça e gênero, que inferiorizam diariamente a população negra. Na atualidade o racismo e as diferenças étnico-raciais se encaixam com os sistemas que movem nossa sociedade, o político, comercial, cultural, educacional, religioso. O racismo dos brasileiros está na vida cotidiana, nos gestos, ações e até nos mais sutis e aparentemente comentários inofensivos. A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta

Apoio:

Realização:



um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Outros dados importantes, que devem ser levados em consideração, são os do IBGE, que apontam que a população de Caruaru em sua última pesquisa era de 314.912 habitantes e as mulheres representavam 52,64%, ou seja, 165.759 habitantes, e desse número 51,40 % são mulheres negras, que representavam o total de 79.590 habitantes. E esses dados mostram que em Caruaru, a população em sua maioria em uma escala social é de mulheres negras. Na atualidade, a mulher negra sustenta estereótipos construídos desde o período da escravidão, além das atribuições que a sociedade determina e visualiza, apoiado constantemente pela mídia, ela ocupa hoje os espaços, destinados em um passado ainda bem influente, das escravas cativas. E enquanto esses estereótipos forem determinantes na sociedade, mais difícil é a imposição dos discursos de inclusão, e se faz necessário uma quebra desses estereótipos, para romper determinantemente o racismo, ou pelo menos amenizá-lo. Então, pensar na atenção e planejamento de ações que tratem da saúde da mulher negra. É entender que não se está pensando no atendimento das demandas da saúde pública de uma parcela da população, e sim, entender que se está pensando em atender as necessidades de saúde pública da maioria da população caruaruense.

Conclusões

A população negra desde a escravidão sofre com o racismo. Nos dias atuais as ações racistas vêm agregadas a outras esferas sociais, e mantém de certa forma a estrutura social de um passado não tão distante marcado pela escravidão. Apesar das lutas e construções de políticas públicas, voltando aqui às atenções para as políticas de saúde, sabe-se que já houve um grande avanço para o desenvolvimento dessas políticas, mas muito ainda precisa ser feito, precisa haver uma fiscalização populacional que pressione e exija que sejam elaboradas e executadas as propostas para a população negra. Em Caruaru existe um planejamento de saúde, e é nesse planejamento que se faz necessária uma atenção especial em relação à população negra e em especial à mulher negra, pois a maior parte da população de caruaru é composta por mulheres negras, e como foi reforçado no texto acima, pensar nessas propostas nada mais é que atender a maior parcela da população caruaruense.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Mulher Plano de Ação 2004 – 2007**. Brasília. 2004.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da Mulher Princípios e Diretrizes**. Brasília. 2004.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 fev. 2006. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-399.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Perspectiva de Equidade no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal: Atenção à Saúde das Mulheres Negras**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade**. Brasília: Funasa, 2005.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Secretária Municipal de Saúde de Caruaru. **Regimento interno do Conselho Municipal de Saúde**. Disponível em: <http://www.saudecaruaru.pe.gov.br> Acesso em: 25 de julho de 2015.

HASENBALG, C.A. Discursos sobre a raça: pequena crônica de 1988. **Estud. Afro-asiat.**, v.20, p.187-95, 1991.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. p.49-68.

LÓPEZ, Laura C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface - Comunic. Saúde, Educ.**, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012. Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf>.

MARINGONI,, Gilberto. **História: O destino dos negros após a abolição**. IPEA. Ano 8. Edição 70 – São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> Acesso em: 06 de agosto de 2015.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases para epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte. Mazza Edição. 2007.

OLIVEIRA, M.; FIGUEIREDO, N. D. Crítica sobre políticas, ações e programas de saúde implementados no Brasil. In: LOPES, F. (Org.). **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade**. Brasília: Funasa, 2004.

SANTOS, Walkyria C. da Silva. A Mulher Negra Brasileira. **Revista Africa e Africanidades**, ano 2, n. 5, maio, 2009.

SILVA, J. et al. A promoção à igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: JACCOUD, L. (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos**. Brasília: Ipea, 2009.

SILVA, Maria Nilza da. **Mulheres negras: o preço de uma trajetória de sucesso**. PUC/SP, Dissertação Mestrado, 1999.



SILVERIO, V. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Orgs.). **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.39-70.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: REFLEXÕES ACERCA DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL NA PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO NA COMARCA DE RECIFE

Natália Ramos da Silva (1); Sandra Alves da Silva (2); Jedeane Costa Rodrigues (3)

(1) Universidade Federal de Pernambuco e Ministério Público de Pernambuco.

E-mail: nat22ramos@gmail.com.

(2) Ministério Público de Pernambuco. E-mail: julha2005@hotmail.com.

(3) Universidade Federal de Pernambuco e Ministério Público de Pernambuco.

E-mail: jedinha@bol.com.br.

Introdução

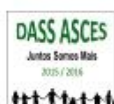
O presente trabalho é resultado da experiência profissional em assessoria prestado pelo Serviço Social às decisões das Promotoras de Justiça da Infância e Juventude da cidade de Recife em matéria de direitos individuais, difusos e coletivos. A função de tais promotorias é garantir os direitos de crianças e adolescentes da respectiva comarca, atuando diante de denúncias de violação de direitos e/ou situações de risco. Dessa forma, a partir de janeiro de 2015 recebemos vários procedimentos de denúncias de crianças e adolescentes que foram localizadas em semáforos na cidade de Recife, mendigando, ou inseridas na exploração de trabalho infantil. Pela complexidade dos casos, as promotoras envolvidas nas ações solicitaram estudo social da equipe técnica, no final das intervenções o serviço social sentiu a necessidade de sistematizar as informações sobre essas famílias, no intuito de fomentar discussões futuras. Para sistematizar tais informações fez-se necessário a construção de um perfil que proporcionasse a compreensão das dinâmicas que envolviam esses sujeitos e como as políticas sociais eram acessadas por esse público, considerando a conjuntura atual de deslegitimação dos direitos sociais. E nesse sentido verificar se a rede de proteção estava atuando na perspectiva de proteger e restabelecer os direitos dessas crianças e adolescentes. Assim nosso objetivo neste trabalho é apresentar os resultados acerca do levantamento do perfil de famílias de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua na cidade do Recife, ressaltando as principais vulnerabilidades e violações percebidas pelo serviço social nestes casos.

Metodologia

A metodologia utilizada para elaboração desse trabalho consistiu na pesquisa documental e na elaboração do perfil das famílias em situação de rua e mendicância atendidas pelo Serviço Social no período de janeiro a julho de 2015. Na pesquisa documental, foram analisados os documentos de domínio público e os relatórios sociais, com esses dados traçamos o perfil das famílias acompanhadas. No momento de sistematização das informações para a realização desse trabalho, analisamos a realidade sob a luz da literatura sobre políticas sociais e direitos sociais, além das legislações pertinentes ao caso. Buscamos direcionar a nossa análise de

Apoio:

Realização:



forma qualitativa, uma vez que nossa pretensão não era apenas quantificar a ocorrência do fenômeno, e sim, compreender os elementos e dinâmicas que o caracterizavam.

Resultados e discussões

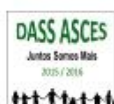
Para intervir sobre situação de rua, partimos da premissa que estas se encontravam em situação de vulnerabilidade social e trabalho infantil. Entendemos vulnerabilidade social de crianças e adolescentes “quando seu desenvolvimento não ocorrer de acordo com o esperado para a sua faixa etária, segundo os parâmetros de sua cultura” (KOLLER; ANTONI; CARPENA, 2012, p.157). Sobre trabalho infantil concordamos que é “toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes, abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho (CUSTÓDIO, 2009, p. 50). Suas consequências foram estudadas por Paganini que destacou que “o trabalho infantil se insere como um meio de reprodução da pobreza, pois reduz as possibilidades de ascensão profissional futura de crianças e adolescentes e geralmente é associado a evasão escolar, representando a efetiva violação dos direitos fundamentais. (PAGANINI, 2011:08). Acompanhamos de janeiro a julho de 2015, 16 crianças e 05 adolescentes, distribuídas entre 09 famílias, que residem nas (Região Político-administrativa) RPAs 01 e 06. Todas foram identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social de Rua (SEAS). A estratégia utilizada foi a intervenção em rede que incluiu a equipe do SEAS, o CRAS¹⁵ e CREAS¹⁶, os Conselhos Tutelares, os equipamentos de saúde (Distrito Sanitário, Estratégia de Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, etc.) e as 32ª e 33ª promotorias, que atuam em casos coletivos e a 2ª promotoria que atua em casos individuais e a equipe técnica destas promotorias. Nas famílias estudadas observamos que estas têm culturalmente levado suas crianças e adolescentes para a mendicância, por outro lado percebemos que as famílias apresentam várias fragilidades socioeconômicas e entendemos que a capacidade da família para desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções é fortemente interligada ao seu acesso aos direitos universais de saúde, educação e demais direitos sociais (BRASIL, 2013, p. 27). Historicamente, nota-se a tendência da família a ser sobrecarregada diante da incapacidade do Estado de prover segurança social às pessoas. Goldani, ao analisar a família como fator de proteção social, mostra a absorção por essa de maiores responsabilidades diante da fragilidade das ações estatais, de políticas públicas insuficientes, jogando sobre estas o peso e a responsabilidade de suprir sozinha com os cuidados a seus filhos (2001). Já nos casos de situação de rua de crianças e adolescentes o que se destaca é o uso de substâncias psicoativas e conflitos os familiares que tem levado continuamente crianças e adolescentes para a rua. Nos encaminhamentos que foram realizados para a rede de proteção foi percebido precarização dos serviços prestados e sobrecarga de trabalho para os profissionais da área. Na educação faltava vagas nas creches para atender todas as crianças que precisávamos encaminhar, já na assistência social, não havia equipe suficiente para dar conta de toda a carga de trabalho e os casos ficavam em uma fila de espera. Ou seja, a garantia de direitos esbarra na debilidade das políticas públicas.

15 Centro de Referência em Assistência Social

16 Centro de Referência Especializado em Assistência Social

Apoio:

Realização:



Conclusões

Com o levantamento do perfil das famílias das crianças e adolescentes em situação de rua e mendicância verificamos que a rede de cuidados que presta assistência a estes é existente e atuante, no entanto, também foi percebido que há certos limites de atuação impostos pela própria estrutura da política pública, seletivista, focalizada e fragmentada, que acaba por fragilizar o êxito das ações. A saída de casa para a rua realizada por crianças e adolescentes é um fenômeno que se vincula ao uso de substâncias psicoativas e a sistemas de relações domésticas conflituosas. Já a mendicância se particularizava pela pobreza e exclusão social, as famílias reproduzem, por várias gerações a busca dos meios para sobreviver utilizando as crianças da família para mendigar, e essa postura se perpetua pela falta de acesso a educação. E dessa forma, apontamos como alternativa para a quebra desse círculo vicioso o incentivo contínuo para a educação, o acesso as políticas sociais, principalmente saúde e educação e o trabalho dos equipamentos de assistência. Os CRAS e CREAS são de suma importância no acompanhamento a essas famílias, se os serviços de base territorializados não funcionam, todas as outras intervenções, mesmo as judicializadas, são menos eficazes. O Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco legal de extrema importância na luta pela garantia de direitos desses sujeitos, no entanto, para concretizar tais direitos, legalmente conquistados, é necessário que as políticas públicas de educação, saúde, habitação, lazer, cultura, esporte, etc. existam e funcionem de forma articulada.

Referências

- BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. CEDCA/PE, 2013.
- CORAL, Marinês; BEZERRA, Angélica L. Silva; SANTOS, Silmara Mendes C. Violência e Criminalização da Pobreza na América Latina. In: TORRES, Maria Adriana (Org). **Trabalho, Direitos e Políticas Sociais na América Latina**. EDUFAL. Maceió, 2013.
- CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças Esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009.
- KOLLER Silvia H.; ANTONI Clarissa de; CARPENA, Maria Elisa Fontana. Famílias de Crianças em Situação de Vulnerabilidade Social. In: BAPTISTA, Makilim; TEODORO, Maycoln L. M. (Org.). **Psicologia de Família: teoria, avaliação e intervenção**. Artmed. Porto Alegre, 2012.
- PAGANINI, Juliana. O trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento. **Amicus Curiae**, v..5, n.5 (2008), 2011.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE NANCY FRASER

Jason Pereira da Silva Filho (1); Aristoteles Veloso da Silva Muniz (2).

(1) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/DeVry. E-mail: jason.filho@hotmail.com
(2) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/DeVry. E-mail: aryveloso77@yahoo.com.br

Introdução

As políticas afirmativas em nosso país têm gerado acirrados debates, no que se refere especificamente as políticas de cotas nas universidades. Nossa proposta é apresentar de forma breve e panorâmica esse debate sobre as cotas raciais nas universidades a partir da reflexão filosófica da norte-americana Nancy Fraser. Nosso objeto de reflexão será a Lei 12.711/2012, que teve sua constitucionalidade confirmada pelo STF, com a improcedência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, impetrada pelo Democratas (DEM). A partir das reflexões de Fraser vamos problematizar as questões de justiça que levam a remédios de reconhecimento que podem gerar processos diferenciadores e de desigual participação. Neste sentido vamos problematizar essa política pública afirmativa que visa remediar problemas causados por séculos de exploração, invisibilidade social e exclusão a que foram acometidos os negros e negras em nossa sociedade, procurando identificar neste processo dilemas em torno das questões de justiça. Mesmo com as decisões de constitucionalidade do STF a respeito das cotas raciais o estudo se faz viável pela não compreensão geral do tema, o que é explicitado nos debates quando argumentos sobre as ações afirmativas se mostram ainda contraditórios entre si.

Metodologia

Para o desenvolvimento do estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica, estudo desenvolvido “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1999, p. 65). Para tanto foi realizado levantamento sobre a produção acadêmica de Fraser no que se refere às teorias do reconhecimento, que são os textos, intitulados: Reconhecimento sem ética?; Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Encontrados através da busca das palavras-chave: identidade, multiculturalismo, paridade, participação, redistribuição, reconhecimento. Visando ser apresentado na modalidade de Comunicação Oral.

Resultados e discussão: políticas afirmativas para Fraser

Para o desenvolvimento da análise das teorias do reconhecimento e da redistribuição vamos primeiro apresentar a noção de justiça de Fraser que para sua compreensão se faz necessárias duas noções de injustiças. Para Fraser (2007) a justiça estaria ligada a noção de paridade de participação, como a demonstrado a seguir:

[...] De acordo com essa norma, a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros (adultos) da sociedade interagir uns com os outros como parceiros. Para que a paridade de participação seja possível, eu afirmo que, pelo menos, duas condições devem ser satisfeitas. Primeiro, a distribuição dos recursos materiais deve dar-se de modo que assegure a independência e voz dos participantes. Essa eu denomino a condição objetiva da *paridade participativa*. [...] a segunda condição requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural expressem igual respeito a todos os participantes e assegurem igual oportunidade para alcançar estima social (FRASER, 2007, p. 118-119).

Essa noção de justiça de Fraser (2007) busca tratar das questões em torno da distribuição e reconhecimento como distintas perspectivas. Neste sentido pessoas sujeitas “à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição” (FRASER, 2006, p. 233). Segundo Fraser (2006) os remédios contra as injustiças por reconhecimento passam pela proposta de multiculturalismo, visando compensar os grupos injustamente desvalorizados. Para isso utiliza remédios afirmativos, que tem como objetivo corrigir os efeitos desiguais de arranjos sociais, porém conservando as estruturas, conservando as identidades e as diferenças dos grupos. Em relação aos remédios afirmativos alerta para a possibilidade de promoverem uma diferenciação de grupos, quando com o planejamento e a aplicação dos remédios, coloca alguns sujeitos como diferentes dos demais. Dentro de uma perspectiva de transformação e não de estabilidade das estruturas, Fraser (2006) ainda na linha de argumentação da teoria do reconhecimento propõe remédios cuja intenção é desestabilizar as estruturas vigentes e aceitas pela sociedade, que possuem o objetivo de corrigir os efeitos das injustiças por meio de uma reforma da estrutura vigente, com isso este remédio estaria ligado à noção de desconstrução:

Eles (remédios) reparariam o desrespeito por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa subjacente. Pela desestabilização das identidades e diferenciações de grupo existentes, esses remédios não iriam apenas elevar a autoestima dos integrantes dos grupos atualmente desrespeitados, mas mudariam a percepção de todos sobre a individualidade (FRASER, 2006, p. 240).

Esta teoria demonstra que as consequências são mais de solidariedade do que de competição e discriminação, como a apresentado seguir:

Reduzem a desigualdade social, porém sem criar classes estigmatizadas de pessoas vulneráveis vistas como beneficiárias de uma generosidade especial. Eles tendem, portanto a promover reciprocidade e solidariedade nas relações de reconhecimento (FRASER, 2006, p. 238).

Apresentando na teoria do reconhecimento uma diferenciação dos grupos, já que os remédios transformativos visam desconstruir a estrutura vigente, enquanto que os remédios afirmativos os conservam e buscam “compensar” seus efeitos. As cotas raciais nas Universidades Federais sofreram um longo processo de implantação no Brasil, que teve como um dos marcos a implantação na Universidade de Brasília (UnB) que implantou em 2004 o sistema. Em 2012, foi publicada a Lei 12.711, que regula cotas nas Instituições de Ensino Médio com Ensino Técnico e nas de Ensino Superior, ambas no âmbito federal, a Lei trás diversos tipos de cotas, como as destinadas à alunos que cursaram o ensino médio em escolas da rede pública, entre elas a cota em estudo, a racial, expressa no artigo 3º:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em

proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE; BRASIL, 2012).

De acordo com as teorias de Fraser, as cotas raciais são remédios afirmativos, apresentados na teoria da redistribuição, por as cotas não buscarem acabar com as estruturas que se tem, mas, querer implantar o multiculturalismo nos ambientes acadêmicos.

Conclusões

As cotas raciais como remédios afirmativos podem gerar, de acordo com Fraser, diferenciação entre os grupos, o que pode ocorrer principalmente nas instituições onde as cotas só foram implantadas após a publicação da Lei, em 2012. Por fim, podem ser apontadas como uma forma de combate à discriminação racial, por proporcionar o surgimento do multiculturalismo nos ambientes acadêmicos, quando proporciona a interação entre as pessoas, por exemplo; não só proporcionando ao negro o acesso ao Ensino Superior, uma melhor capacitação à comunidade afrodescendente, e conseqüentemente, uma melhor inserção no mercado de trabalho, mas também, aos demais grupos o conhecimento da cultura afro-descendente por meio desta interação.

Referências

- BRASIL. Lei 12.771, de 29 de agosto de 2012. **Lei 12.711**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 05 jul. 2015.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.
- _____. Reconhecimento sem ética?. **Lua Nova**, p. 101-138, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Entenda a evolução das cotas na UnB**. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=8620>> Acesso em: 08 jul. 2015.

POLÍTICAS SOCIAIS PARA PESSOAS TRANS: ANALISANDO OS PRIMEIROS RESULTADOS DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA

Emerson Silva Santos (1); Cleyton Feitosa Pereira (2).

(1) *Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Conselheiro Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco. emersonssantos1@gmail.com.*

(2) *Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Conselheiro Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT. cleyton_feitosa@hotmail.com.*

Introdução

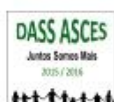
As pessoas trans (travestis e transexuais) enfrentam cotidianamente uma série de dificuldades e violações que têm despertado a atenção de ativistas dos direitos humanos, pesquisadores/as, gestores/as públicos/as e de outros setores da sociedade. Além das inúmeras barreiras vivenciadas como o preconceito, a negação do acesso a serviços públicos e, portanto, a direitos fundamentais, os problemas de saúde decorrente das transformações corporais sem o adequado acompanhamento médico, essas pessoas também tem que se preocupar com sua segurança. Segundo dados de uma pesquisa da ONG internacional Transgender Europe (TGEU)¹⁷, o Brasil lidera a lista de países que mais assassinaram pessoas trans - travestis, mulheres transexuais e homens trans - em todo o mundo. Excluídas/os da educação face à transfobia que lhes atingem fortemente, lhes restam pouquíssimas, limitadas e precárias possibilidades de atuação profissional. Benedetti (2005) constatou que são raras as travestis idosas na cidade de Porto Alegre/RS, pois muitas falecem ainda jovens devido a complicações relacionadas ao HIV/Aids e à violência sofridas no exercício da prostituição. Infelizmente, esta não é uma realidade apenas da cidade de Porto Alegre, mas em grande parte do Brasil. Nesse sentido, Bento (2014) forjou a noção de “cidadania precária”, uma compreensão que aponta a inexistência e precariedade de políticas públicas e legislações que reconheçam as necessidades específicas desse segmento. O combate a esse cenário de constante violação de direitos e de vulnerabilidade social é uma das pautas do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). De acordo com Simões e Facchini (2009), o movimento LGBT tem se utilizado de diversas estratégias que compreendem a reivindicação de direitos no Poder Judiciário; a produção de novos conhecimento e novas epistemologias nas universidades; a organização em setoriais de partidos políticos; a organização de paradas da diversidade e atividades culturais, bem como o exercício do controle social, entre outras intervenções políticas. A partir da atuação do Movimento LGBT, algumas iniciativas em termos de políticas públicas tem surgido no Brasil contemporâneo com o objetivo de superar tais violações e garantir o acesso das pessoas trans aos direitos sociais. Queiroz (2009) reflete que as políticas públicas são os instrumentos pelos quais o Estado concretiza os direitos sociais já estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Para Secchi (2013), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público de relevância social. Compreendendo a situação social das pessoas trans, a Prefeitura de São Paulo lançou no dia 29 de janeiro de 2015¹⁸ o Programa

¹⁷ <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2014/01/29/brasil-lidera-numero-de-mortes-de-travestis-e-transexuais-aponta-ong.htm>. Acesso em: 16.09.2015.

¹⁸ O dia 29 de Janeiro é considerado o dia Nacional da Visibilidade Trans por entidades nacionais do Movimento Trans, como a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), por exemplo.

Apoio:

Realização:



TransCidadania: uma política pública municipal que tem como objetivo promover os direitos humanos e oferecer condições de recuperação e oportunidades a cem (100) travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social daquele município. A Prefeitura de São Paulo foi pioneira no Brasil ao elaborar uma política municipal de gênero e direitos humanos voltada especificamente para essa população. Nesse sentido, este estudo tem por objetivo descrever os objetivos, formas de atuação e fazer uma breve análise dos primeiros resultados do Programa TransCidadania da Prefeitura de São Paulo.

Metodologia

Optamos por utilizar a abordagem qualitativa de pesquisa (GONSALVES, 2003). Este é um estudo descritivo (GIL, 2008). Ainda segundo Gil (2008), utilizamos a pesquisa documental como técnica de coleta de dados. Para isso, foi considerado o Decreto 55.874/2015, normativa de criação do referido programa para a coleta dos dados. Além do decreto de criação, também buscamos notícias relacionadas ao TransCidadania publicadas no site oficial da Prefeitura de São Paulo e em outros veículos da imprensa. Para análise e tratamento dos dados utilizamos a análise de conteúdo (BARDIN, 2001).

Resultado e discussão

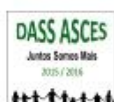
O Decreto de criação do programa institui que seu objetivo é “promover os direitos humanos, o acesso à cidadania, bem como a qualificação e humanização do atendimento prestado a travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social” (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2015). Suas ações estão organizadas em quatro linhas de ação: (i) oferta de autonomia financeira e combate à pobreza por meio da qualificação profissional e da intermediação ao mundo do trabalho; (ii) ações de combate ao preconceito e que promovam o respeito ao uso do nome social; (iii) formação continuada dos servidores públicos para atendimento humanizado as pessoas trans e (iv) oferta de formação cidadã com o objetivo de promover o exercício da cidadania (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2015). Segundo o site da Prefeitura da Cidade de São Paulo¹⁹, o programa atua com base em três princípios: autonomia, oportunidades e cidadania. O princípio da autonomia prevê a inclusão das beneficiárias no CAD Único, Programa Bolsa Família e concessão de uma bolsa mensal no valor de R\$ 840,00. A oferta de oportunidades são estimuladas com a inclusão educacional através do acesso ao Ensino Fundamental e Médio pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), aos cursos do Programa Nacional de Ensino Técnico (Pronatec) e inclusão no mundo do trabalho e estágio. O princípio da cidadania é previsto através do seu exercício por meio da oferta de curso intitulado “Cidadania, Direitos humanos e Democracia”, do respeito ao nome social e do acesso aos serviços públicos como a saúde, educação e assistência social da Prefeitura de São Paulo. Em recente matéria do Estadão²⁰, os primeiros resultados apontam que das 100 participantes do programa, apenas 10% evadiram do curso, um número bem abaixo dos indicadores de evasão escolar no país. A elevação da escolaridade das participantes é uma das prioridades tendo em vista que 61% delas ingressaram no programa sem ter finalizado o ensino fundamental. Além da oferta da EJA, todas as inscritas no TransCidadania devem prestar obrigatoriamente o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como incentivo de ingresso ao ensino superior.

¹⁹ <http://www.capital.sp.gov.br/porta1/noticia/5276#ad-image-0>. Acesso em: 16.09.2015.

²⁰ <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/com-adesao-de-90--prefeitura-estuda-expandir-vagas-no-transcidadania,1727825>. Acesso em: 16.09.2015

Apoio:

Realização:



A elevação da escolaridade possibilita o acesso das pessoas trans a espaços nunca antes ocupado por pessoas trans. Um exemplo disto é a participante Amanda Marfree²¹ que após terminar o Ensino Médio pelo programa em análise, candidatou-se à vaga no Conselho Tutelar de Itaquera, na cidade de São Paulo. Ainda segundo a matéria, em relação às expectativas das participantes, 54% esperam conseguir um emprego, 23% a redução da discriminação e 23% formação continuada. O recurso financeiro oferecido pelo programa corresponde a totalidade da renda das alunas.

Conclusão

O Programa Transcidadania se apresenta como uma importante política pública que atende um segmento em extrema vulnerabilidade social e representa parte da reparação histórica que o Estado tem para com as pessoas trans. Os resultados dessa política social poderão ser mensurados futuramente de outras formas, analisando a transformação social na vida das participantes e a produção de novas subjetividades, subjetividades cidadãs, subjetividades emancipadas.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2001.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita**: O Corpo e o Gênero das Travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, p. 165-182.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3.ed. Campinas, SP: Alínea. 2003.
- SÃO PAULO. Decreto Nº 55.874 de 29 de Janeiro de 2015. **Institui o Programa TransCidadania, destinado à promoção da cidadania de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social; altera disposições dos Decretos nº 44.484, de 10 de março de 2004, e nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001**. Disponível: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=30012015D%20558740000>. Acesso em: 16/09/2015.
- QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e Gestão de Políticas Públicas**. Curitiba: Ibpx, 2009.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

²¹ http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=200929. Acesso em: 16.09.2015.



SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na Trilha do Arco-Íris: Do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PARA ONDE VAI QUEM NÃO TEM PARA ONDE IR?

Adryelle Ramos Bezerra (1); Beatriz Azevedo Rodrigues de Deus (2); Maria Rafaella da Silva (1)

(1, 2, 3) Discentes da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico- Faculdade ASCES

Introdução

A situação precária de vida a qual a população em situação de rua está sujeita, pressupõe um pensar saúde-doença de forma diferenciada, e tendo esse entendimento buscamos contribuir através do presente estudo para uma discussão acerca da relação entre a população em situação de rua e os serviços prestadores de assistência à saúde. Objetivos: apresentar questões de grade relevância política e social referente à população de situação de rua. Atentar aos problemas que são consequentes da situação precária de vida a qual esta população está suscetível.

Metodologia

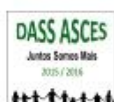
Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, na qual os materiais usados para adquirir os conteúdos foram as bases de dados lilacs, scielo e bibliotecas os critérios de elegibilidade usados foram, artigos científicos, livros e revistas entre os anos de 1970 até 2014 como critérios de inclusão, e como critérios de exclusão artigos de caráter comercial. A coleta de dados se deu no período entre janeiro de 2014 a agosto de 2014 tendo como instrumento de coleta tabela contendo ano de publicação, tipo de material, autores e discursão acerca da temática.

Discussão e resultados

A desigualdade social é tratar o outro como desigual, centralizando o poder na mão de poucos. O que para Karl Marx era um fenômeno causado pela divisão de classes e que por existirem, nessas divisões, classes dominantes, estas se utilizavam da miséria gerada pela desigualdade social como instrumento de manter o domínio estabelecido sobre as classes dominadas, numa espécie de ciclo. A ideia de exclusão social assinala um estado de carência ou privação material, de segregação, de discriminação, de vulnerabilidade em alguma esfera. A exclusão associa-se um processo de desvinculação social. O excluído não escolhe a sua condição; ela se dá numa evolução temporal como resultado das mudanças na sociedade. (Townsend, 1979). A população em situação de rua se encontra a margem da sociedade, que se refere a um fenômeno que designa a exclusão de grupos sociais, fazendo com que estes não pertençam à sociedade vigente. Portanto, ocorrendo uma desigualdade e exclusão social, que traz consigo consequências, como o desemprego, a falta de alimento, de acesso a serviços de saúde, de moradia adequada, de recursos que possibilitem desempenhar um papel social, que é o conjunto dos comportamentos que se espera de um indivíduo no desempenho das suas atividades diante da sociedade. Causalidade da situação de rua: Os principais motivos pelos quais pessoas passaram a viver e morar nas ruas se refere muitas vezes aos problemas de alcoolismo e uso de drogas ilícitas, desemprego, corte significativo de empregos, problemas mentais, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, competição, desigualdade social e exclusão social.(BRASIL, 2006) Fatores esses que levam uma população a ficar à margem da

Apoio:

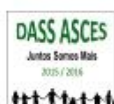
Realização:



sociedade, sendo obrigados a estarem afastados da sociedade vigente, sendo observados de maneira discriminatória, devido uma série de fatores que lhe puseram nesta situação. Snow e Anderson, 1998 afirmam que o mundo social dos moradores de rua constitui-se em uma subcultura, ainda que limitada ou incompleta. Trata-se de um mundo social que não é criado ou escolhido pelas pessoas que vivem nas ruas, pelo menos inicialmente, mas para o qual foram empurradas por circunstâncias alheias ao seu controle. Partilham, contudo, do mesmo destino, o de sobreviver nas ruas e becos das grandes cidades. Visão da sociedade sobre a população em situação de rua: Em sua obra Karl Marx afirma em relação a visão da sociedade vigente sobre a classe menos privilegiada que cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das ideias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos. (MARX E ENGELSM, 1998). Processo saúde-doença entre a população em situação de rua: A situação de vida precária desta população causa muitas adversidades no seu processo saúde-doença, sendo necessário o entendimento desse problema para a formulação de ações através dos serviços de saúde. Sabe-se que o ato de se perceber doente é influenciado pela cultura, pelo trabalho e pela renda. O fenômeno de sentir-se doente ou da percepção do próprio corpo por parte dos vários segmentos sociais revela-se desigual, ao referir-se à "leitura" dos sinais de doença. Para os que dependem de seu trabalho para viver, ou até mesmo para sobreviver, os sinais de doença podem ser abafados. (BERLINGUER, 1988). Embora seja relativo de acordo com os fatores culturais, sociais e econômicos um dos aspectos que muito chama a atenção na abordagem dos moradores de rua é o relativo à saúde. São vários os problemas encontrados, desde os mais estritamente relacionados aos transtornos mentais, ao consumo de drogas e álcool, às deficiências físicas e mentais até aqueles causados por doenças infecto contagiosas e complicações envolvendo causas externas. Entretanto, o de maior índice nas ruas sejam os problemas psiquiátricos. Existem vários determinantes que interferem no processo saúde – doença da população em situação de rua, como por exemplo, o difícil acesso à água potável, a dificuldade na manutenção da higiene pessoal, os cuidados higiênicos como banho, escovação de dentes, raspagem de barba, lavagem de roupas são realizados geralmente de maneira precária, sem regularidade e em locais improvisados como fontes e praias. A má alimentação, muitos se alimentam de restos de comidas algumas vezes encontradas no lixo. Essa população está inserida em um contexto de extrema pobreza e extrema desigualdade, e quanto maior for a desigualdade social de um país, maior será a repercussão na qualidade de vida e, conseqüentemente de saúde. O empobrecimento populacional brasileiro exerce influências significativas na qualidade de saúde dos indivíduos, uma vez que a saúde individual não se limita às suas dimensões biológicas e psicológicas; ao contrário, está diretamente relacionada com as condições de vida dos seres humanos e sofre influência das políticas sociais e econômicas adotadas pelos países. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não a mera ausência de moléstia ou doença, ou seja, de acordo com esse conceito mesmo a parte dessa população que não apresenta sinais e sintomas de algum problema físico, está sendo provavelmente acometido de alguma forma por questões mentais e/ou sociais devido a sua condição de vida precária, o que causa um desequilíbrio no seu processo saúde-doença. Além de todas essas dificuldades encontradas em relação à população em situação de rua, observa-se que os serviços de saúde não estão preparados para o

Apoio:

Realização:



acolhimento dessa população, nem mesmo quando são procurados espontaneamente, ou quando os usuários são encaminhados por outros serviços da rede. Ainda fazem parte da realidade da estrutura do atendimento o preconceito e a discriminação com essa população. Exemplos disso são as exigências de que as pessoas tomem banho para que venham a ser atendidas, a necessidade de que estejam acompanhadas, a necessidade de apresentar algum tipo de documentação para poderem receber atendidos, e até mesmo em Estratégias de Saúde da Família (ESF) onde é exigido uma série de documentos para o cadastro na unidade.

Conclusão

No contexto apresentado, insere-se a população em situação de rua em um grupo populacional composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade vigente. São homens, mulheres, jovens, crianças, famílias inteiras. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço familiar, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia. Essa realidade é característica do processo de exclusão social e desigualdade que existe no Brasil desde o início do milênio. A exclusão social e a desigualdade que passamos a conhecer tem origens econômicas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. Acarreta em consequências na saúde geral das pessoas, em especial a saúde mental, relaciona-se com o mundo do tráfico de drogas, relativiza valores, e acaba colocando um grupo social a margem da sociedade vigente. A rua é vivida como um espaço de instabilidade, um mundo à parte da sociedade formal, onde a presença do Estado como garantidor da ordem, da saúde e da segurança nem sempre está presente neste contexto, e quando está inserida, está de forma distorcida como é o caso das políticas de segurança pública dirigida a essa população, que deveria ser para a sua proteção, mas geralmente está voltada para a criminalização de seus comportamentos e para a “tolerância zero” em relação aos seus atos de transgressão. A população em situação de rua apresenta diversas necessidades, necessidades gritantes por uma política pública que os ajudem a minimizar todos os problemas apresentados, essa população precisa que seja lançado um olhar mais atento à realidade das suas condições de vida, precisam de políticas públicas adequadas a suas realidades, e não que suas condições de vida precárias sejam “maquiadas” pela sociedade que predomina. Políticas públicas as quais também iram auxiliar o Sistema Único de Saúde (SUS) para que seja de fato universal e de acesso a todos, até mesmo para uma população “invisível” que não tem para onde ir.

Referências

BERLINGUER. **Saúde e Serviço social no capitalismo**: fundamentos sócio históricos. 1988.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão**. Social da População em Situação de Rua. Brasília: 2008. Instituída pelo Decreto s/nº de 25 de outubro de 2006.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa**: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

JESUS, C.H. CREVELIM, M.A. A Estratégia Saúde da Família para a Equidade de Acesso Dirigida à População em Situação de Rua em Grandes Centros Urbanos. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.3, p.709-716, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: M. Fontes, 1998.

ROSA, A.S. CAVICCHIOLI, M.G.S. BRETAS A.C.P. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. **Rev Latino-am Enfermagem**, 2005 julho-agosto.

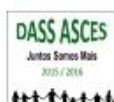
SANTOS, T.G.D. GOMES, T.C.S. **Os invisíveis que eles querem esconder:** A luta por direitos básicos, a violência e os reflexos da Copa do Mundo FIFA 2014. 2013.

SPPE. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social.** 2007.

SNOW, D. ANDERSON, L. **Desafortunados:** um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

Apoio:

Realização:



PSICOLOGIA SOCIAL E RELAÇÕES INTERGRUPAIS: VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NO SUJEITO

Joana Darc de Souza Lopes

Universidade Argentina John Kennedy. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Doutorado em Psicologia Social. Buenos Aires, Argentina. E-mail: egrad@kennedy.edu.ar

Introdução

O presente estudo tem como tema central “A violência intrafamiliar contra criança e adolescente as causas e consequências” o mesmo tem como objetivo identificar o que causa a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, e como específicos demonstrar as consequências nestes sujeitos em desenvolvimento, bem como evidenciar o processo histórico da formação familiar e o surgimento da violência neste contexto e descrever o processo histórico da formação familiar.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica que reúne um bom conteúdo que seja visto de forma diferenciada pela comunidade acadêmica de forma a se pensar mais uma estratégia para trabalhar a prevenção da violência intrafamiliar infanto-juvenil em redes sociais fortalecendo o vínculo familiar. A pesquisa em questão tem como tema central a proteção por meio da legalidade a estes sujeitos, e, apresentando assim grande relevância para a classe profissional uma vez que vai subsidiar a prática devido o conhecimento do novo estudo apresentado. Assim por meio do conhecimento do trabalho realizado pelas políticas sociais a pesquisa será de grande relevância para a sociedade civil, uma vez que a pesquisa contribuindo para a intervenção profissional esse por meio de sua prática contribui para minimizar as expressões da problemática em questão vivenciada pela sociedade. Sabendo que a primeira rede social de um indivíduo é a família onde os pais tornam-se responsáveis pelo primeiro cuidado e desenvolvimento tanto no físico, moral ou emocional tornando-se assim também responsável por sua inserção na sociedade. Outra rede social que a criança e ao adolescente conseqüentemente começam a frequentar é a comunidade, escolas, grupos de amigos entre outras. Nessas redes secundárias esses sujeitos reproduzem as relações aprendidas na primeira rede social. O artigo em seu desenvolvimento além de abordar a violência intrafamiliar aborda a proteção por meio da legalidade, e traz em suas considerações finais a confirmação da realidade vivenciada dentro do seio familiar na atualidade mesmo com a vigilância que existe do das políticas públicas que não é fácil combater essa violência. a) Métodos- Diante do problema proposto, a pesquisa realizada foi um estudo descritivo com características qualitativas, por onde buscou-se apontar e analisar os fatores críticos bem como os de avanço na pesquisa foi realizado o estado da arte por onde foi desenvolvido um levantamento bibliográfico de documentos já publicado sobre a temática estudado a pesquisadora buscou em livros, periódicos científicos brasileiros, revista científica eletrônicas, textos para jornais, reportagens, bibliotecas virtuais, e artigos científicos já publicados. Realizado levando em consideração os objetivos propostos anteriormente. b) Coleta de Dados - A pesquisa foi realizada unicamente por pesquisa bibliográfica, sendo assim estudo apenas dos dados já divulgados por meio de pesquisas anteriores a essa, que faça referência ao tema problematizado. c) Amostra - O estudo foi realizado através de uma pesquisa a periódicos

Apoio:

Realização:



nacionais buscando artigos e livros sobre o tema abordado entre os anos de 2005 a 2014, Esses periódicos foram organizados da seguinte forma: (periódico 1) os arquivos da revista eletrônica da Universidade Federal de Pernambuco, (periódico 2) os arquivos da revista eletrônica da Federal da Paraíba, (periódico 3) artigos da revista eletrônica online SciELO, (periódico 4) artigos relacionados ao tema na revista eletrônica do google acadêmico. A classificação do material pesquisado foi realizada, por meio das abordagens quantitativa e também qualitativa buscando categorizar esses periódicos foram organizados da seguinte forma: (periódico 1) os arquivos da revista eletrônica da Universidade Federal de Pernambuco, (periódico 2) os arquivos da revista eletrônica da Federal da Paraíba, (periódico 3) artigos da revista eletrônica online SciELO, (periódico 4) artigos relacionados ao tema na revista eletrônica do google acadêmico. A classificação do material pesquisado foi realizada, por meio das abordagens quantitativa e também qualitativa buscando categorizar conforme os objetivos específicos. d) Procedimentos - A análise do material foi através de estudo esquematizado da seguinte forma: de acordo com a ideia central dos textos, e da construção de uma reflexão crítica partindo do posicionamento dos pesquisadores estudados, no estado da arte

Discussão

A pesquisa demonstrou por meio dos artigos que foram categorizados que há uma deficiência em realizar pesquisas dentro desse contexto com um olhar para as causas e consequências da violência intrafamiliar principalmente sobre causas, não foi encontrado um delineamento específico em nenhum dos estudos já realizados que de fato justifique essas causas. Deixando aberto para novas pesquisas dentro da temática.

Considerações finais

Mediante a pesquisa realizada sobre a situação problema apresentada foi possível alcançar o objetivo proposto na pesquisa, durante o estudo bibliográfico foi identificado a proteção a crianças e adolescentes da violência intrafamiliar como um sistema de ações sociais que compreende um esforço da sociedade e das instituições para garantir de forma permanente, os direitos de cidadania a todos, principalmente os mais necessitados que está a declive da pobreza e esquecido pelos políticos. Foi realizada uma discussão sobre a situação vivenciada dentro da realidade sócio-familiar, como um lugar que propicia o aparecimento de expressões da questão social como: violência, dependência química, abuso sexual que são expressões que estão inseridas em toda sociedade. Assim quando a família não promove a proteção a seus membros o estado por meio das políticas públicas assume a responsabilidade de efetivar a proteção a esse público que teve sua primeira rede social fragilizada

Referências

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira d Azevedo. **Maria de bater:** a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Editora iglu, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 13 de julho 1990.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 368 p.

BRITO, A.M et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Estudos de um programa de intervenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n.1, 143-149, 2005.

DONATI, P. La società é relazione. In: Id. (Org). Lezioni di sociologia. **Le categorie fondamentali per la comprensione della società**. Padova: Cedam, pp. 1-54. Primo Rapporto CISF sulla Famiglia in Italia: L'emergere della famiglia auto-poietica. Milano: ed. San Paolo, 1998.

GONÇALVES, Hebe Signorini; FERREIRA, Ana Lúcia. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde Health professionals' reporting of family violence against children and adolescents. **Cad. Saúde Pública**, v. 18, n. 1, p. 315-319, 2002.

SQUIZZATTO, Ediléia; PÍCCOLO, Daniela; ROMERA, Valderes. VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, v. 7, n. 7, 2015.

SAFFIOTI, H.I. B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org.). **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

PINHEIRO, P. S. A criança e o adolescente: compromisso social. In: AZEVEDO, A.; GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2 ed. São Paulo: Iglu, 2007.

WEISS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem**. 10. ed. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2004.

GUERRA, Viviane. N de A. Trabalho apresentado dentro do Curso: **Administração para Organizações do Terceiro Setor** – Módulo III – julho/2006 – Fundação Getúlio Vargas – SP

DAY, Vivian P; TELLES, Lisieux E. de B.; ZORATTO, Pedro H.; AZAMBUJA, Maria R.F. de; MACHADO, Denise A.; SILVEIRA, Marisa B.; DEBIAGGI, Moema V; REIS, Maria da G.; CARDOSO, Rogério G.; BLANK, Paulo. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria**. Rio Grande Sul, v.25, supl.1, Porto Alegre, abril 2003. (pp: 09-21).

SOUZA, Jaqueline de. **Violência Sexual na Infância: A dinâmica Familiar**. Itajaí (SC), 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry; COSTA, Marli Marlene Moraes da. **Violência doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente: uma leitura interdisciplinar**. Florianópolis: OAB – SC,

2006.

MARTINS, A **Rede de atendimento as crianças e adolescentes vítima de violência doméstica e suas famílias.** Curso de extensão: violência doméstica contra criança e adolescente. Vale do Itajaí: mod 4, 2008, p. 3-17.

BANDEIRA, João Tancredo Sá. **Conselho tutelar:** espaço público de exercício da democracia participativa e seus paradoxos. Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Pós-Graduação em Educação Brasileira [dissertação]. Fortaleza, 2006.

MINAYO, M.C. (ORG) Pesquisa Social teoria, método e criatividade. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1994. p.70.

CALDAS, Waldenyr. **Cultura.** São Paulo: Global, 2008.

NERY, Maria Clara Ramos. **Cultura brasileira.** Canoas/RS: ULBRA, 2010.

RUTTER, M. resilience: some conceptual considerations. **Jornal of adolescent health.** 14, 626-631.

RACISMO UMA DAS CAUSAS DA DESIGUALDADE SOCIAL UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS BRANCOS E NEGROS NO BRASIL

Joana Darc de Souza Lopes

Universidade Argentina John Kennedy. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Doutorado em Psicologia Social. E-mail: egrad@kennedy.edu.ar

Introdução

Os ideais e aspirações contemporâneos formam, com o passado rico de devoções, uma cadeia indestrutível, que apenas reforça a certeza de que os brasileiros, de todas as convicções, querem e exigem transformações pacíficas, negociadas politicamente, sem que isso signifique desprezar as conquistas fundamentais que formam o nosso patrimônio histórico e cultural e, sobretudo, nossa índole. Partindo do princípio que, a antropologia é a ciência que estuda o homem, através de sua diversidade biológica, social e cultural, será apresentado a importância de compreender o homem com seus estigma, em relação ao outro indivíduo, da mesma espécie. Analisando antropologicamente o racismo no Brasil desde sua origem até os dias atuais sempre levando em considerações a cultura, o convívio social comunitário. Desde o início do século XIX, quando a antropologia surgiu existe uma preocupação em compreender a diversidade humana sempre foi a grande tônica dos estudos antropológicos principalmente no que se refere às diferenças biológicas e étnicas. A pesquisa foi realizada com o objetivo de mostrar a importância dos afrodescendentes para o Brasil desde seu descobrimento até os dias atuais. Descrever um pouco da história dos negros no país trazer assim todo desenvolvimento desta raça e sua luta para um reconhecimento pessoal e social referenciando um pouco as desigualdades existentes entre negros e brancos em todos os aspectos, fato que dificulta a efetivação dos direitos sociais destes indivíduos, o que se observa também uma intolerância de uma raça sobre a outra. Assim, o que de fato ocupa a investigação de caráter antropológico é a busca pela explicação da diversidade humana, ou seja, o que torna o homem diferente entre si. Dentro de uma pesquisa bibliográfica que traz uma linha histórica cultural da raça aqui no país, fundamentando a importância para o crescimento e desenvolvimento da nação brasileira. Fosse essas garantias suficientes para tornar certa a instauração da democracia, não teríamos passado pelas profundas e duradouras crises que há muitos anos permeiam, de forma persistente e desgastante, o tecido político-cultural institucional brasileiro.

Metodologia

Diante do problema proposto, a pesquisa realizada foi um estudo descritivo com características qualitativas, por onde buscou-se apontar e analisar os fatores críticos bem como os de avanço na pesquisa foi realizado o estado da arte por onde foi desenvolvido um levantamento bibliográfico de documentos já publicado sobre a temática estudada a pesquisadora buscou em livros, periódicos científicos brasileiros, revista científica eletrônicas, textos para jornais, reportagens, bibliotecas virtuais, e artigos científicos já publicados. Realizado levando em consideração os objetivos propostos anteriormente. A pesquisa foi realizada unicamente por pesquisa bibliográfica, sendo assim estudo apenas dos dados já divulgados por meio de pesquisas anteriores a essa, que faça referência ao tema problematizado. a) Amostra - O estudo foi

Apoio:

Realização:



realizado através de uma pesquisa a periódicos nacionais buscando artigos e livros sobre o tema abordado entre os anos de 2005 a 2014. Esses periódicos foram organizados da seguinte forma: (periódico 1), artigos relacionados ao tema na revista eletrônica do google acadêmico (periódico 2) artigos da revista eletrônica online SciELO. A classificação do material pesquisado foi realizada, por meio da abordagem qualitativa buscando categorizar esses periódicos os quais foram classificados conforme os objetivos geral e específicos. b) Procedimentos - A análise e estudo do material foi relacionado a situação problema da seguinte forma: de acordo com a ideia central dos textos, e da construção de uma reflexão crítica partindo do posicionamento dos pesquisadores estudados.

Discussão

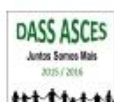
O estudo demonstrou que há uma grande deficiência em realizar pesquisas dentro desse contexto, pois existe uma falsa ideologia que o racismo acabou, e que há uma igualdade entre as raças. Mas, essa não é a realidade o que se percebe que é preciso realizar pesquisas dentro da temática que parece ter acabado devido às desigualdades por outros vários motivos, existindo uma grande lacuna para novas pesquisas dentro da temática.

Considerações Finais

Considerando a pesquisa bibliográfica realizada, pode-se atribuir o fato de grande relevância na sociedade brasileira dos casos de racismo, preconceitos e discriminação racial, a construção de sua identidade nacional como País colonizado e explorado por europeus que teve como mão de obra inicial a mão escrava, e perdurou por muitos anos. E se tornou um fato histórico, desta forma se originou um conceito pré-concebido dos afrodescendentes como pessoas fracas e vulneráveis em decorrência da situação vivenciada por esta população assim que chegaram ao país. Diante das ressalvas realizadas no decorrer do trabalho pode se citar que foi em 1951 que houve maior mobilização contra o racismo no país. Porém, é a carta magna de 1988 que preconiza em seu texto maior proteção às vítimas de racismo através dos direitos fundamentais no seu art. 5º, XLII, que descreve a prática do racismo de maneira a ser um crime inafiançável, imprescritível e sujeito a pena de reclusão. No entanto mesmo a constituição garantindo este direito há uma grande prática de racismo dentro das escolas, ruas, comunidades, em toda parte, de convívio social onde indivíduos sofrem este tipo de violência tanto crianças como adolescente e adultos afrodescendentes, conquanto diante de toda a evolução cultural, ainda são grandes as desigualdades raciais entre brancos e negros, que apresentam as piores condições de vidas do país. Percebe a necessidade que há do racismo ser seriamente combatido uma vez que esta ação irá contribuir para o desenvolvimento da nação. Apesar de toda esta situação conflituosa no país não há leis de segregação para os afrodescendentes, a exemplo de outros países, mas não é fácil desconstruir algo que já vem sendo construído ao longo dos séculos. É uma ação que deve ser conjunta entre população civil, governamental poder público todos lutando juntos para desconstruir tudo que foi alicerçado ao longo de anos. Causando tantas tragédias danos sociais, morais, acontecimentos que ficaram até marcados na história do mundo. Em fim é uma questão a ser sensibilizada, para que tenha uma nova face, onde o principal protagonista é o negro que precisa romper com seus preconceitos e se vê enquanto um sujeito de direitos e valores, pois em muitos casos o próprio indivíduo afrodescendente é racista por não se aceitar dentro da raça negra e por qualquer motivo acreditar que está sendo discriminado, um fato comum que é muito frequente, a exemplo muitos termos verbal que quando referidos a uma pessoa branca, é

Apoio:

Realização:



“normal” quando direcionados a um afrodescendente o mesmo se indigna se vitimando, falando que foi discriminado, sofreu preconceito, e diante destas situações é percebido que o negro já traz esta dor e baixa estima no seu eu. Há muito que ser estudado sobre a desigualdade de raça no país principalmente para aperfeiçoar as políticas de combate ao racismo.

Referências

ALGRANTI, L. M. **O feitor ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

BEATO, Joaquim. **Um novo milênio sem racismo na Igreja e na sociedade**. CENACORA, 1998

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial**. Lei nº 12.288/10

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. SP: contexto, 20.

COMAS, Juan. “Os mitos Raciais”. In: **Raça e Ciência I**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MUNANGA, K. Debate: livros didáticos: análises e propostas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 63, p.103-105, nov. 1987.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC. Secretaria de Ensino Fundamental, 1999.

MOURA, Glória: **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Revisada. Brasília, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do (Org.). **Teatro Experimental do Negro**: testemunhos. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

NOGUEIRA, Oracy. **A propósito de Etnias sergipanas**, de Felte Bezerra. 1950.

PAIXÃO, Marcelo e SANT’ANNA, Wânia. Desenvolvimento humano e população afrodescendente: uma questão de raça. In: **Proposta**, Rio de Janeiro, Fase, Ano 26, nº. 73, jun./ago. 1997.

REDE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CARUARU: AVANÇOS E DESAFIOS

Maria Michelle Silvestre de Pontes (1); Rosineide Maria Gonçalves - Orientadora (2).

(1) *Discente da Associação Caruaruense de Ensino Superior – Faculdade Ascres.*

E-mail: miisilvestre@hotmail.com

(2) *Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres.*

E-mail: rosineidegoncalves@ascres.edu.br

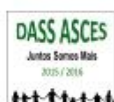
Introdução

Apesar de atualmente ser um crime, a violência contra as mulheres²² segue vitimando as brasileiras e mostrando cada dia mais sua visibilidade, pois de acordo com a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), 77% das mulheres em situação de violência sofrem agressões semanal ou diariamente, conforme revelaram os dados dos atendimentos realizados de janeiro a junho de 2014. Com o alto índice de casos e com agravamento desse fenômeno se faz necessário uma maior implementação nas políticas públicas para as mulheres que vêm se articulando em rede, desenvolvendo estratégias de prevenção e alcançando espaço na sociedade, contudo os avanços ainda são insuficientes frente aos desafios, dos quais o maior deles é a cultura machista e patriarcal visível no nosso cotidiano. O interesse desse estudo surgiu do campo empírico no estágio curricular do curso de Serviço Social no Centro de Referência da Mulher Maria Bonita – CRMMB de Caruaru, pelo fato das mulheres em situação de violência, procurarem o serviço espontaneamente ou serem encaminhadas de outros órgãos de políticas públicas que identificam o problema. Dessa experiência, nasceu então a motivação para entender como funciona esta rede de atendimento em Caruaru. A relevância do estudo justifica-se, também, pela composição de equipes multidisciplinares, das quais o Assistente Social está inserido, no campo das políticas implantadas na rede de atendimento (saúde, justiça, segurança pública e assistência social). Portanto torna-se importante entender a estruturação da rede e quais são os avanços e desafios nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, trazer reflexões sobre a articulação e integração dos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, diante do espaço que vem ocupando as políticas públicas para as mulheres, enfatizando a revitimização que as mulheres sofrem quando essa rede não está de fato bem integrada.

²²A violência contra as mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. (BRASIL, 2011, p. 11).

Apoio:

Realização:



Metodologia

A metodologia utilizada será através de uma pesquisa qualitativa e utilizou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. O modo de analisar as contradições da realidade, o modo de compreender a realidade em permanente transformação está relacionado com a construção e desconstrução de pensamentos para que estes possam ir mais além do que aquilo que está posto. Não se pode interpretar a realidade como um dado pronto, mas como um fenômeno que está em constante movimento de acordo com o processo histórico. Na intenção de produzir reflexões que tenham a dimensão do coletivo dialogando com saberes múltiplos, bem como de realizar uma pesquisa de qualidade faz-se necessário escolher o método de pesquisa qualitativo, pois de acordo com Martinelli (1999, p. 26) “Nenhuma metodologia se aplica por si só, pois ela é sempre relacional e depende de procedimentos”. O objeto de pesquisa aqui apresentado deve ser analisado considerando as dimensões: social, cultura, político e econômico. Muito mais do que identificar o caminho que a mulher em situação de violência percorre quando está a procura do serviço e as possíveis violências sofridas, o empenho foi voltado a refletir como funciona a rede de atendimento a essas mulheres, como se articulam e se integram diante do que prevê as leis nas normas de cada unidade de serviço. Portanto, será necessário compreender as políticas públicas para as mulheres, bem como suas normativas para implementação dos serviços. O universo da pesquisa se dará no âmbito das políticas públicas para as mulheres no município de Caruaru especificamente na rede de atendimento. Inicialmente, numa pesquisa dos documentos que regem as referidas políticas, ou seja, as leis e normativas que regem espaços onde funcionam os serviços de atendimentos as mulheres em situação de violência. Essa pesquisa pode contribuir com o incentivo às reflexões por parte das gestões voltadas as políticas para as mulheres, na identificação de possíveis gargalos para o bom funcionamento da rede e propostas de melhoria das mesmas.

Discussão

Em sua discussão teórica serão estudados temas como gênero e violência, na análise a referida dinâmica de dominação será analisada como um processo que é naturalizado pelo viés de uma sociedade patriarcal, cujas relações sociais estão estruturadas com base no patriarcado e o que dizem os diversos autores e seus conceitos. Serão estudadas as políticas públicas para as mulheres no Brasil: discutindo sobre a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, as conquistas e todo o processo histórico e de lutas que se fortaleceram através de grupos de mulheres organizadas como as feministas, e todos os acordos feitos pelo Estado e avanços relacionados à criação da política e da primeira secretaria de política para as mulheres, norteadas por conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção, a Política traz uma inovação importante quando incentiva à formação de redes compostas por todos os serviços que atendem às mulheres em situação de violência. Por rede atendimento entende-se:

Conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e a integralidade e humanização do atendimento. (BRASIL, 2011, p.14).

Outro assunto que será foco para esta pesquisa são as rotas críticas e violência institucional, pois entendendo que a mulher em situação de violência está vulnerável a percorrer uma rota crítica²³ pelos serviços, fica visível a necessidade de uma rede de bem articulada, o que se espera é uma integração na estruturação dos serviços que compõem o atendimento qualificado e humanizado evitando assim que as vítimas sofram violência institucional.

Violência Institucional – É aquela praticada, por ação e/ou omissão, nas instituições prestadoras de serviços públicos. Mulheres em situação de violência são, por vezes, ‘revitimizadas’ nos serviços quando: são julgadas; não têm sua autonomia respeitada; são forçadas a contar a história de violência inúmeras vezes; são discriminadas em função de questões de raça/etnia, de classe e geracionais. (BRASIL, 2011, p.23).

A pesquisa fará uma reflexão sobre gênero e violência nas políticas públicas para as mulheres e sua respectiva rede de atendimento, buscando identificar como se articulam os serviços de atendimento as mulheres em situação de violência. A questão remete a formação continuada dos profissionais especificamente no olhar de gênero e na condição da mulher em situação de violência em meio a uma sociedade machista enraizada no patriarcalismo. Nesse sentido, reconhece-se que as políticas para as mulheres precisam ser implementadas em todos os espaços da rede de atendimento, visando não só o enfrentamento a violência mais a formação dos profissionais envolvidos nesse processo de desconstrução da cultura machista e na efetivação de um atendimento humanizado para as mulheres.

Referências

Brasil. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria da Mulher. **Das Lutas às Leis - Uma Contribuição das Mulheres à erradicação da violência**, 2011.

BRASIL, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, **Rede de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres**, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>> Acesso em: 24/05/2015.

²³A rota crítica refere-se o caminho que a mulher percorre na tentativa de encontrar uma resposta do Estado e das redes sociais frente à situação de violência. Essa trajetória caracteriza-se por idas e vindas, círculos que fazem com que o mesmo caminho seja repetido sem resultar em soluções, levando ao desgaste emocional e à revitimização. (BRASIL, 2011, p.30).

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres**, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>> Acesso em: 24/05/2015.

Central de Atendimento – Disque 180, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>> Acesso em: 03/12/2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.) **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Varas Editora, 1999, (Série Núcleo de Pesquisa; 1).

Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>> Acesso em: 21/04/2015.

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Luan de Almeida Assunção (1); Ana Mirceia Siqueira Saldanha – Orientadora (2)

(1) *Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres.*

E-mail: Luan.assuncao.einstein@hotmail.com;

(2) *Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: anasaldanha@ascres.edu.br*

Introdução

O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa que foi construído através de uma experiência de estágio curricular, que se deu em 2014, vale ressaltar que o trabalho é desenvolvido em torno da ética e dos fundamentos filosóficos dos Serviço Social. O projeto de pesquisa se encontra em andamento, ainda não contendo análises conclusivas. Desenvolver a perspectiva da Ética na prática profissional requer compreender a historicidade da mesma, relacionando as dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social. A questão da Ética é abordada como um modo de ser e tem seu começo quando se institui o ser social. Conforme Barroco (2009) a fundamentação desse ser social está baseada nas categorias ontológico-sociais. Para além disso, busca observar os desafios enfrentados em relação a ética pelos discentes da Faculdade ASCES, nos seus campos de estágio. Para Barroco (2008), as determinações da ética profissional, localizam-se no pensamento, dado pelo fundamento filosófico incorporado pela profissão. Essa dimensão também é divergente e conflituosa, dado que a formação profissional, mediante a qual se adquire um entendimento filosófico capaz de respaldar as escolhas éticas, não é o único referencial profissional; integram-se a ele as concepções de mundo englobados socialmente pela educação de princípios primários e por outras esferas educativas, assim como os meios de comunicação, as religiões, os partidos políticos, os movimentos sociais etc. A filosofia em consonância com os conhecimentos científicos desenvolvem em parte a dependência entre si, para não perder a totalidade. Portanto, como enfatiza Lukács ambas as ciência e filosofia se completam. Conforme Barroco (2009) filosofia é a gênese para o nascer da ética, posteriormente enfatiza que da lugar ao conhecimento ético ou filosofia moral. De acordo ainda, a filosofia é considerada um ramo da ética, vale ressaltar que esta possui várias denominações cabendo para cada pensador, uma perspectiva.

Metodologia

A compreensão do termo metodologia é o caminho pelo qual se vincula a prática exercida na abordagem da realidade. De acordo com Minayo (2007, p. 14) a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas e a criatividade do pesquisador - sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). Portanto partindo desse propósito a metodologia empregada no nosso trabalho será a pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa bibliográfica que é um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório e será analisado por meio do método dialético crítico. Salientamos ainda, segundo Minayo (2007, p. 24) que a dialética trabalha com a valorização das quantidades e qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e

Apoio:

Realização:



com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos. Para a autora (2007, p. 21) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Isto é, ela trabalha com o universo das crenças, dos valores e atitudes. Já a pesquisa quantitativa segundo a autora, não é uma mera classificação de opiniões de informantes, é muito mais. Para, além disso, é salientada em códigos sociais, falas, símbolos sociais e observações. De fato compreender essa noção à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador. O instrumento de coleta de dados será o questionário aplicado, que é compreendido de acordo (Marconi & Lakatos 1999: 100): “Instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”. O questionário será composto por perguntas abertas, essa categoria de coleta de dados permite que não exista nada preestabelecido. O entrevistado pode responder de forma espontânea.

Discussão

A relação entre a filosofia e a ética se originou no percurso sócio histórico dos filósofos gregos, Sócrates, Platão e Aristóteles, ambos se preocuparam com questões entrelaçadas no cotidiano humano, que posteriormente se instituiu como reflexão crítica. Segundo aponta Sócrates, a ética é constituída como categoria crítico e político. Autores como Barroco (2008), buscam desenvolver uma perspectiva focalizando o ser, sobretudo o homem, desvinculando a ideia de ser instintivo passando agora como um novo ser. Partindo dessa perspectiva o homem passa a ter um compromisso com a ética, ao inverso do animal que age conforme seu instinto seja pela natureza de fome ou raiva. É a partir daí que se inicia a natureza social. A questão da Ética é abordada como um modo de ser e tem seu começo quando se institui o ser social. Conforme Barroco (2009) a fundamentação desse ser social está baseada nas categorias ontológico-sociais. A filosofia em consonância com os conhecimentos científicos desenvolvem em parte a dependência entre si, para não perder a totalidade. Portanto como enfatiza Lukács, ambas as ciência e filosofia se completam. Conforme Barroco (2009), filosofia é a gênese para o nascer da ética, posteriormente enfatiza que dá lugar ao conhecimento ético ou filosofia moral. De acordo ainda com a autora, a filosofia é considerada um ramo da ética, vale ressaltar que esta possui várias denominações cabendo para cada pensador, uma perspectiva. A categoria ética e filosofia traçam um percurso imediato nas suas origens, partindo para um enfoque sobre um prisma histórico, três pensadores são as bases filosóficas para a construção entre “ética e filosofia”, os gregos: Sócrates, Platão e Aristóteles, a partir deles que houve a sistematização da ética.

Considerações finais

Compreendemos que pensar á ética é de fundamental importância, pois, exercer um cotidiano profissional requer particularidades essenciais no agir enquanto profissional de Serviço Social, analisar os desafios em torno da ética é adentrar numa prática ético-política conforme legitima as competências e atribuições do Código de Ética. Pesquisar sobre a ética ainda no momento do estágio é desafiador porque requer um constante processo de conhecimento sobre o tema, enquanto estagiário, e possíveis constrangimentos tanto na observação, quanto no efetuar da prática nos campos de estágio.

Referencias

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos 7. ed .São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2009, - (Biblioteca básica de Serviço Social v. 4)

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COSTA, Andréa. **Técnicas de coletas de dados e instrumentos de pesquisa**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Rio Grande do Norte. Disponível em: <[docente.ifrn.edu.br/andreacosta/desenvolvimento depesquisa/tecnicas-de-coletas-de-dados-e-instrumentos-de-pesquisa/view](http://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/desenvolvimento_depesquisa/tecnicas-de-coletas-de-dados-e-instrumentos-de-pesquisa/view)>.

LIMA, Telma Cristina e MIOTO, Regina C. Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. In: Revista Katalyses. Florianópolis. Ni pp.37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>.

Apoio:

Realização:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: OS DESAFIOS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL

Íris Milena de Souza e Santana(1); Fernanda Luma G. Barboza – Orientadora (2).

(1) *Discente do Curso de Serviço Social da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – Faculdade Ascres. E-mail: iris_milena@hotmail.com*

(2) *Docente do Curso de Serviço Social da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – Faculdade Ascres. E-mail: fernandabarboza@ascres.edu.br*

Introdução

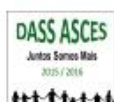
Quando se ouve: ‘meio ambiente’ se pensa logo em florestas, e lugares que tenham plantas ou animais a serem preservados. A expressão meio ambiente pode indicar qualquer espaço em que um ser vive e se desenvolve. Na interação que se estabelece entre ser vivo e meio ambiente há transformação em ambos. Na sociedade, além do espaço físico e biológico, existe também o espaço sociocultural. Desse modo, pode-se considerar o local onde se mora, onde se trabalha e onde se estuda como parte do meio ambiente. Todos os seres vivos se relacionam entre si e com o meio ambiente, mas apenas o homem atua conscientemente sobre ele. O homem tem sido responsável por grandes e rápidas transformações desse meio, principalmente a partir da crescente urbanização ocorrida após a Segunda Guerra Mundial. Essa urbanização foi mais intensa quando a população rural deixou o campo para tentar a vida na cidade e exigiu um aumento no abastecimento de alimentos e bens de consumo. Isso foi possível devido aos avanços tecnológicos proporcionados pela revolução industrial a partir do século XVIII. O interesse pelo tema surgiu a partir de questionamentos em relação ao papel e atuação do/a Assistente Social nessa área, despertados em sala de aula. Será exposta aqui a importância da área ambiental; no campo de trabalho não só para o Serviço Social, terá um breve discurso da atuação do assistente social nessa área; e como o profissional de Serviço Social se insere nesse contexto ambiental. O tema ambiental no Serviço Social não é um tema que se aborda à muito tempo, pode se dizer que a preocupação em tratar desse assunto é atual, visto em conta que a empoderamento do homem em relação ao meio ambiente é relativamente nova, devido aos crescentes atribuições que a sociedade enfrenta, a sociedade percebeu que ao negligenciar as questões ambientais prejudica à todos em grande escala, devido à isso os problemas ambientais devem ser vistos como uma questão social, e por meio dessa pesquisa se buscará compreender como o Serviço Social trata as questões ambientais.

Discussão

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a definição do meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (Artigo 3º, inciso I, da Lei 6.938/81). Segundo a Norma Brasileira de Sistemas da gestão ambiental ABNT NBR ISO 14001- 2004, meio ambiente de define em: circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações. De acordo com o Art. 225 da Constituição Federal todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988 pg. 45). Sabendo disso deve ser feito a articulação entre Serviço Social

Apoio:

Realização:



e meio ambiente, tratando os problemas ambientais como expressões da questão social²⁴, pois esses problemas direta ou indiretamente tem ligação com o meio de produção capitalista, e afetam e modificam as condições de vida e a relação do indivíduo com a sociedade. Segundo Rodrigues e Souza, não se pode ignorar o fato de que, os problemas enfrentados pelo meio ambiente, têm suas raízes ligadas ao sistema capitalista, visto que a questão ambiental tornou-se um dos problemas mais críticos para a humanidade, pois incide sobre as condições de sobrevivência da vida na terra e as relações entre grupos sociais e sociedade.

No capitalismo, a relação da sociedade com a natureza está baseada na separação: indivíduos de um lado e natureza de outro. Onde o homem é proibido de conviver com a natureza, áreas e reservas naturais são isoladas com seu uso restrito e sem a presença do homem, generalizando a condição da propriedade privada, privando a maior parte dos homens do acesso aos recursos naturais. “[...] privar é tornar um bem escasso e, dessa forma, numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso. O princípio da escassez, assim como a propriedade privada que lhe é essencial, é que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação dos recursos naturais” (GONÇALVES, 2004, p.67 apud RODRIGUES e SOUZA, 2009).

Essa ‘separação’ do homem e da natureza e essa privatização de um bem que não deveria ser mercantilizado são fatores que contribuem para o surgimento de problemas ambientais e consequentemente sociais. O processo do trabalho ocorre também na natureza usada como mão de obra, o homem explorando o meio em que vive, e o capital explorando o homem, por isso é um ponto essencial que deve ser discutido: o capitalismo e a temática ambiental. Marx, Netto e Braz explicam que o processo de trabalho envolve um conjunto de elementos chamados de forças produtivas que inclui: os meios de produção, os objetos do trabalho e a força de trabalho; as forças produtivas operam dentro de relações de produção historicamente determinadas pelo regime de propriedade dos meios de produção. A articulação entre forças produtivas e relações de produção constitui o modo de produção. De acordo com Sauer e Ribeiro a questão ambiental é reconhecida atualmente como uma problemática de caráter social e político. É social, tendo em vista que o homem se constrói e se constitui como tal neste espaço, e faz parte do meio ambiente, convivendo com todos os demais seres vivos, construindo e modificando ao longo dos anos, uma vez que nenhuma forma de vida existe à parte do sistema a que pertence; é político, pois depende em muito das decisões e ações que fazem parte do nosso cotidiano, e também da forma como nos relacionamos com a natureza.

Considerações finais

Entende-se que “meio ambiente” não é um espaço exterior ao homem, com o qual não se tem nenhuma relação ou responsabilidade; ao contrário, nós somos o meio ambiente, assim como

²⁴ Segundo Iamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Questão Social é o objeto de estudo do Serviço Social.

Apoio:

Realização:



todas as outras vidas deste planeta. A questão ambiental não deve ser vista como exterior ao homem, como se não fosse uma responsabilidade social; visto que a questão ambiental é um problema social já que o homem vive, constrói e se relaciona nesse espaço e faz parte dele então quando o meio é desestabilizado o social também se desestabiliza.

Referências

ABIVIDRO. **Reciclagem no Brasil** – Infográfico. Disponível em :<<http://www.abividro.org.br/reciclagem-abividro/reciclagem-no-brasil> />. Acesso em : 05 abr. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURCKHARDT, VANDENÉIA. **Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o serviço social**. 2010.

COLITO, M.C.E. PAGANI, A.M.M. **Conversando sobre as questões ambientais e o serviço social**. Sd

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ISO 14001- 2004. **ABNT**.

KRUKEMBERGHE FONSECA. **Problemas Ambientais Brasileiros**. Disponível em : <<http://www.brasilecola.com/biologia/problemas-ambientais-brasileiros.htm/>> Acesso em 08 abr. 2015

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional do meio ambiente**. Lei No. 6.938/81. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/46_10112008050406.pdf> Acesso em : 05 abr. 2015.

ONU. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. **Declaração de Estocolmo**. 1972 Disponível em: <http://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf> Acesso em 05 abr. 2015.

SAUER M. RIBEIRO M. D. **Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional**. Sd.

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE

Mariclécia Maria de Lima Silva

Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: maryclecia_marhyr@hotmail.com

Introdução

O presente texto faz uma breve discussão do tema tratado na monografia de conclusão, em andamento, do Curso de Serviço Social da Faculdade ASCES e se insere no campo sócio-ocupacional da saúde. Tem como objetivo refletir sobre Serviço Social na saúde destacando os desafios da atuação profissional do/a Assistente Social em hospital privado. O Assistente Social ao trabalhar em uma instituição de saúde privada passa por vários desafios no seu fazer profissional. Nesse sentido fazemos o seguinte questionamento: *Quais são os desafios da atuação do profissional Assistente Social em hospitais privados?* O interesse pela temática surgiu a partir da experiência de estágio em uma unidade de saúde privada do município de Caruaru. Observamos a necessidade de compreender as dificuldades e os desafios postos cotidianamente ao Serviço Social. Partimos do pressuposto de que o/a Assistente Social que atua em hospital privado muitas vezes exerce atribuições que não são suas e isso por estar relacionada ao conhecimento das atribuições da profissão por parte da gestão e da equipe de saúde, e, a necessidade do fortalecimento da categoria em relação a suas competências em hospitais privados. É inegável que estamos diante de um momento de sucateamento do SUS em contrapartida e mercantilização da saúde, visto que o campo privado da saúde vem se ampliando cada vez mais no livre mercado. Assim, pode-se dizer que está em andamento um método avassalador de mercantilização e privatização da saúde com intenso apoio estatal. Assim, o presente texto busca fazer uma discussão sobre a inserção do Serviço Social na saúde.

Metodologia

A pesquisa tem como referência os estudos realizados sobre os desafios da atuação do Assistente Social em unidades privadas de saúde. O caminho metodológico traçado pela da pesquisa é o da abordagem qualitativa e utiliza como procedimento a pesquisa bibliográfica.

Discussão

A história da saúde no Brasil é marcada por muitos acontecimentos, que vem desde a descoberta do país até os dias atuais. A saúde pública no Brasil é uma história de combate a surtos epidemiológicos em áreas urbanas e rurais, doenças que afetavam brancos e negros, tais como a malária e a doença de chagas. No período da descoberta do Brasil até a colonização não existia nenhum tipo de atenção básica à saúde por parte dos colonizadores para com a população. O único cuidado de saúde básica que se conhecia era os recursos que a natureza disponibilizava. Com a colonização e posteriormente a família real morando no Brasil foi necessária estruturar as condições sanitárias nem que fosse mínima. Nos anos de 1889 a 1930 por falta de um modelo sanitário eficaz o país ficou à mercê de epidemias. No ano de 1904, Oswaldo Cruz aprovou a Lei Federal nº1261, de 31 de outubro onde torna obrigatório para todo o território nacional a vacinação antivariólica. Foi quando surgiu a Revolta da Vacina. No ano de

1923 foi aprovada a Lei Nacional da Previdência Social, Lei Eloy Chaves²⁵, e através desta lei foi instituída a caixa dos aposentados e pensão. Cujas leis deu direitos aos trabalhadores. Entre os anos de 1930 e 1960 foram criados alguns órgãos no campo da saúde pública, onde se destacam o Ministério da Educação e do departamento de saúde pública. Com a separação do antigo Ministério da Educação e da Saúde foi criado em 1953, o novo Ministério da Saúde. No final do século XIX as maneiras tradicionais de assistência, tornaram-se escassas para o domínio dos problemas sociais. Segundo Bravo (2013), a institucionalização crescente da assistência e o amplo número de visitantes sociais, remuneradas e voluntárias, gerou a necessidade de preparar profissionais para o serviço social.

A profissão de serviço social emergiu como um mecanismo institucional mobilizado pelos representantes do capital para atuar na reprodução da totalidade do processo social, no sentido de contribuir para encobrir, atenuar ou controlar os efeitos das contradições criadas e reforçar os mecanismos de dominação. Surgiu vinculada a entidades religiosas e filantrópicas, que criaram as primeiras instâncias de preparação de profissionais, as escolas e a ampliação do aparelho institucional de execução de serviços sociais. (BRAVO 2013, p. 45).

De acordo com Bravo (2013), no século XX o Serviço Social, na área da saúde preocupava-se com as dificuldades sociais e econômicas que comprometia a recuperação do paciente, sendo valorizados primordialmente os aspectos socioeconômicos. Predominavam as atividades paternalistas, assistenciais, na perspectiva setorializada, focalista. O papel do profissional caracterizava inicialmente como visitantes, era de ajuda à equipe médica. O Serviço Social tinha como prática inicial, um modelo sistemático, que era centralizado apenas em necessidades emergentes da clientela, que apontava solução para os problemas sem precisar de teoria. A única formação principal para os Assistentes Sociais era a formação doutrinária e moral. A profissão de Serviço Social era adotada com uma perspectiva técnica, e só veio a ter significado com a orientação norte-americana e por teorias filosóficas. A prática profissional fundamentou-se primordialmente nos valores humanista, empiristas e iluministas, com algumas influências do racionalismo e do liberalismo clássico. (BRAVO, 1976, p. 41) De acordo com Finkelman e Jacobo (2002), a saúde emergiu como extrema importância para o governo Brasileiro em meados do século XX, com a fundação da economia do café no sul do país. No que se refere às condições básicas sanitárias, era compreendida condicionada ao controle das endemias, se transformou em uma fixa política do estado.

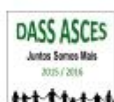
No período 1966-1976 que se consolidou a duplicidade de responsabilidades federais no campo da saúde, divididas entre o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Previdência Social. Isto porque a fusão das instituições de seguro social fortaleceu a previdência social tanto administrativa como, sobretudo, financeira e politicamente, contribuindo para o fracasso das tentativas integracionistas conduzidas na órbita do Ministério da Saúde. (FINKELMAN e JACOBO, 2002, p.237).

O Sistema Único de Saúde (SUS) surgiu pela Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988, que só se regulamentou no ano de 1990 com a lei 8.080 lei orgânica da Saúde, e no que diz Art. 196 da CF, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. O SUS é uma

25A lei Eloy Chaves, publicada em 24 de janeiro de 1923, consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro, com a criação da caixa de aposentadorias e pensões para empregadores das empresas ferroviárias, após a prolongação desta Lei, outras empresas foram beneficiadas e seus empregados também passaram a ser segurados pela Previdência Social.

Apoio:

Realização:



grande conquista de inclusão social da história do Brasil foi conquistado por movimento social que se denomina como a reforma sanitária. Foi criado com o intuito de combater e superar a desigualdade na assistência à saúde. Antes de a Constituição Federal vir a vigor a saúde atendia apenas ao público que contribuía para com a previdência social, logo as pessoas que não tinha como contribuir, com esta, dependia da caridade da santa da casa de misericórdia, para terem acesso a cuidados de saúde. O Ministério da saúde hoje é o grande responsável pela estratégia nacional do SUS, seu planejamento, controle, avaliação e auditoria, bem como pela promoção da sua descentralização.

Considerações finais

De forma preliminar, a pesquisa tem relevado a necessidade de uma formação profissional que esteja articulada com as novas demandas profissionais fundamentada no Projeto Ético-político-Profissional, com reatamento na formação profissional e no fazer profissional no contexto institucional. Isso implica em buscar atender as demandas apresentadas pelos usuários do Serviço Social e pela instituição através das estratégias mediadoras de intervenção. Assim, é necessário que o profissional tenha embasamento teórico na sua área de intervenção, a fim de atuar de forma crítica norteado pelos princípios ético-políticos do Serviço Social, na perspectiva da garantia dos direitos sociais.

Referências

OLIVEIRA, A. C.; GUEDES, C. **Serviço Social e desafios da ética em pesquisa: uma pesquisa ampliada.**(s.d.)

BRAVO, M. I. S **Saúde e Serviço Social no Capitalismo: fundamento sócio histórico.** São Paulo: Cortez, 2013.

BRAVO, M. I. S. **Modelos de atuação do Serviço Social no campo da saúde.** Rio de Janeiro, 1977.

FINKELMAN, J. **Caminhos da saúde pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php> acesso em 25 de março de 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2009). **SUS: A saúde do Brasil.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf acesso em 04 de Abril de 2015

PEREIRA, L. T. F Iniciativa privada e saúde. **Estudos avançados.** 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100011 acesso em 04 de Abril de 2015.

POLIGNANO, M. V. **História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão.** (s.d.). Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/ces/arquivo/2165/livros> acesso em: 03 de abr. 2015.



SANT'HELENA, Maora Maonteiro et al. **Da reforma sanitária às privatizações**: discutindo a saúde pública. p. 1-10. <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Da-Reforma-Sanit%C3%A1ria-%C3%A0s-Privatiza%C3%A7%C3%B5es-discutindo-a-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica-brasileira.pdf> Acesso em: 05 abr. 2015.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



TRATAMENTO OU CUIDADO? UM DILEMA VIVENCIADO POR PSICÓLOGOS QUE ATUAM NOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA REDE SUAS

Gislane Silva de Oliveira Amorim

Especialização em Saúde Mental e Coletiva na UNIFAVIP DeVry Brasil; Graduada em Psicologia pela UNIFAVIP DeVry Brasil. E-mail: gislanepsi@gmail.com

Introdução

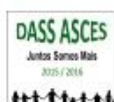
Desde o advento da comprovação da psicologia como profissão no Brasil, os profissionais da área vêm galgando novos espaços de atuação, pois por muito tempo se sustentou o paradigma de que a clínica tradicional hegemônica era o único campo de intervenção e atuação do psicólogo. Observa-se que comumente é feita uma relação entre o fazer psicológico e o tratamento de doenças, ou seja, a prática do psicólogo está intimamente ligada ao fator doença do indivíduo, o que é um equívoco. Este ponto de vista surge a partir do modelo biomédico e hospitalocêntrico, que por muito tempo tornou-se o único campo de atuação do psicólogo, e que produziu o estereótipo de que a função do psicólogo se restringia ao auxílio no “tratamento das doenças mentais”. Tal concepção tornou a profissão alvo de duras críticas, pois entendia-se que a clínica tradicional não contribuía nem se preocupava com os problemas sociais (DIMENSTEIN & MACEDO, 2012). A partir desse questionamento a categoria se inclui progressivamente nas políticas sociais, mas apesar dos avanços alcançados, percebe-se que ainda nos dias atuais há uma dificuldade em compreender qual o papel do psicólogo nos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que certamente não deveria ser o tratamento de doenças. O Programa ATITUDE- Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares é uma estratégia do governo do estado de Pernambuco para o cuidado dos usuários de álcool e outras drogas que estão em situação de vulnerabilidade associada ao consumo dessas substâncias. Composto por serviços que pela tipificação do SUAS estão incluídos na modalidade Acolhimento e Casa de Passagem. Diante disso propomos o seguinte questionamento: como se dá a prática do psicólogo num Programa que materializa a política de acolhimento estabelecida pelo SUAS?

Metodologia

O trabalho desenvolvido se deu a partir de um estudo exploratório, através de pesquisa bibliográfica. Foram utilizados os seguintes materiais para a realização da pesquisa: publicações em livros, pesquisa eletrônica, periódicos, documentos e artigos científicos sobre a temática, acessados nas bases de dados do Google Acadêmico e SciELO Brasil – (Scientific Eletronic Library Online), publicados nos últimos 12 anos (2002 a 2014), pois a inserção do psicólogo nos serviços da rede SUAS teve início a partir do ano de 2004. Foram utilizados 15 artigos nacionais disponíveis online, com os seguintes descritores: psicologia, assistência social, drogadição, cuidado na rede SUAS, acolhimento institucional no SUAS. Foi utilizado 1 livro técnico que aborda a temática drogas em idioma português, disponível na biblioteca da UFSC, publicado em 2014. Além da pesquisa nas bases de dados, foram utilizados documentos de políticas públicas relacionadas ao campo das drogas e da assistência social que corroborassem com a pesquisa.

Apoio:

Realização:



Discussão: SUAS no cuidado aos usuários de álcool e outras drogas

A Assistência Social, ao longo da história vem atendendo usuários que fazem uso problemático de drogas, em sua maioria são pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social. O fenômeno do abuso de substâncias psicoativas está para além da questão de saúde, pois causam choque no âmbito individual, familiar e social do sujeito. Quando a vulnerabilidade e o risco social estão associados ao uso de drogas, pode ocorrer maior comprometimento na saúde do indivíduo, e consequentemente a potencialização das vulnerabilidades e riscos sociais. Por isso é indicado que o usuário seja atendido sob a lógica da Integralidade: considerando o fator saúde, e para, além disso, o fortalecimento das demais áreas de sua vida social; segundo Albuquerque

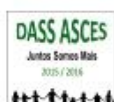
Os serviços da rede de Assistência Social, de Proteção Básica e Especial, tornam-se dispositivos estratégicos nas ações de prevenção, acolhimento e atenção aos usuários de crack e outras drogas e seus familiares, uma vez que o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários se configura como importante objetivo a ser perseguido pelos serviços de proteção básica, mas também em virtude da função protetiva do Estado, no sentido de que possa dar apoio aos familiares no enfrentamento da questão (ALBUQUERQUE, p 9, 2012).

Resultados: o papel do psicólogo na proteção social às pessoas que usam drogas: o caso do centro de acolhimento e apoio- programa atitude - Pernambuco

Segundo Melo (1975) apud Yamamoto (2012), a psicologia tem autenticidade científica, e sua prática não se presta a resolver questões particulares de uma classe distinta, pois as melhorias e resoluções que apresenta, as técnicas que fomenta, devem ser difundidas ao máximo de pessoas. Destiná-las a um pequeno grupo privilegiado, como tem acontecido, é malsinar sua importância como meio de transformação social, a psicologia pode e deve ser mais do que uma ocupação para elites. A subjetividade é um dos objetos de estudo que a ciência psicológica investiga e, assim sendo, o psicólogo dispõe de elementos técnicos para compreender o campo subjetivo dos fenômenos sociais, bem como competência para encabeçar questões relacionadas às vulnerabilidades sociais. O comprometimento social da profissão do psicólogo no Brasil se deu de fato no final do século XX, quando se debruça sobre as políticas públicas, denominando-se como psicologia para todos. Apesar de ter sido regulamentada em 1962, em meados dos anos 1980 a psicologia no Brasil ainda carregava o estigma de ciência que estava para promover a ordem moral, da qual o domínio do comportamento era o maior benefício ofertado. As transformações na atuação dos psicólogos iniciam quando a classe passa a fomentar uma prática focada na saúde do sujeito e no bem-estar coletivo, oportunizando a minimização das incúrias, desigualdades, violações e violência. A partir disso os psicólogos encarregam-se da responsabilidade social que demanda a ciência psicológica e, baseados na responsabilidade social é que se tornou possível a atuação destes profissionais na PNAS (CFP, 2011). O papel do psicólogo na PNAS é incitar a busca de novas possibilidades no contexto que se trabalha, proporcionando a construção de novos significantes, saberes, crenças e valores para que haja o resgate dos vínculos familiares e comunitários, e se efetive as transformações sociais na vida dos sujeitos (CFP, 2011). É a partir deste viés que os serviços de acolhimento institucional devem funcionar. Pensando nisso, o governo de Pernambuco, criou um programa que está de acordo com as diretrizes apontadas na PNAS no que concerne ao acolhimento a usuários de drogas do estado. O Programa ATITUDE oferta acolhimento aos usuários de crack, álcool e

Apoio:

Realização:



outras drogas, contemplando também a atenção aos seus familiares. Os serviços funcionam 24 horas e são disponibilizados cuidados de higiene, alimentação, descanso, atendimento psicossocial, grupos operativos, grupos de família, bem como, realização de encaminhamentos para a rede SUS, SUAS e demais políticas setoriais; viabilizando a possibilidade do fortalecimento do vínculo familiar e a retificação subjetiva dos usuários.

Conclusão

A discussão dos resultados permite concluir que: apesar da recente inserção dos profissionais da psicologia nos serviços do SUAS, é possível perceber que a prática de psicoterapias não deve ser realizada nestes espaços, pois o enfoque do atendimento é psicossocial. O termo tratamento não se adequa as intervenções executadas nos serviços ofertados pela rede SUAS, uma vez que tem como proposta o cuidado sócio-assistencial. Os serviços ofertados pela rede SUS é que devem ofertar tratamento aos usuários. O psicólogo que atua no Programa ATITUDE tem como princípio norteador para sua prática profissional a PNAS, pois é um serviço que materializa as diretrizes apontadas por tal política. É fundamental, então, que haja uma priorização na escuta e acolhimento dos usuários, assim como o encaminhamento destes para acesso as demais políticas setoriais. A família e a comunidade são coadjuvantes no processo de cuidado do usuário de drogas, as intervenções

Referências

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart. **A Proteção Socioassistencial para Usuários de Crack e suas Famílias:** os desafios da intersectorialidade. Acesso em 23 de fev. 2015. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/A%20PROTE%C3%87%C3%83O%20Socioassistencial%20Usuarios%20Crack.pdf>>

ATITUDE. Programa. **Projeto Técnico do Programa Atitude** – Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Recife: Governo de Pernambuco, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Relatório de Gestão 2003-2006:** Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento mudança do modelo de atenção. Brasília, ed. Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS, 2004.

BRASIL. **Prevenção dos Problemas Relacionados ao uso de drogas:** capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. 6. ed. Brasília: SENAD, 2014.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social** – SUAS: perspectivas para o trabalho integrado com a questão do crack e outras drogas. Acesso em 20 de fev. de 2015. Disponível em: <<www.mds.gov.br/assistenciasocial/texto-mds-drogas-final.pdf>>



CONSELHO FEDERAL E PSICOLOGIA. V **Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas** – Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas/ Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011.

DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo. **Formação em Psicologia**: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. Rio Grande do Norte: UFRN, 2012.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – **PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União - DOU do dia 28 de outubro de 2004.

YAMAMOTO. Oswaldo H. **50 Anos de Profissão**: Responsabilidade Social Ou Projeto Ético-Político? Rio Grande do Norte: UFRN, 2012.

UM DIÁLOGO SOBRE REVISTA CORPORAL VEXATÓRIA A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS

Jason Pereira da Silva Filho

Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/DeVry – jason.filho@hotmail.com

Introdução

A revista corporal vexatória é o procedimento realizado por agentes do Estado com o objetivo de prevenir a entrada de objetos proibidos nas unidades prisionais, submetendo os visitantes a retirada da roupa e a execução de movimentos, como agachamentos. A revista estudada tem respaldo legal na resolução 09/06, do CNPCP (Conselho Nacional de Política Carcerária e Penitenciária), não possuindo forma a ser seguida, apenas possuindo a necessidade de fundada suspeita subjetiva, dos agentes com os visitantes, para justificar a realização da revista corporal. O estudo tem sua viabilidade pela revista, ainda que proibida por Lei em alguns estados, continuarem sendo realizadas, de forma indiscriminada, aplicada a todos os visitantes. E tem como objetivo analisar as práticas envolvidas na realização da revista corporal vexatória, a partir de uma perspectiva dos direitos humanos. Pretendendo ser apresentado na modalidade de Comunicação Oral.

Metodologia

O método de pesquisa utilizado no estudo é a pesquisa bibliográfica, por serem utilizados artigos científicos, disponibilizados em plataformas *online*, e por estes já terem passado por tratamento analítico e possibilitarem a transferência do conhecimento técnico, como explicado a seguir: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), e utilizar também monografia da área de Direito (MEDEIROS, 2004).

Resultados e discussão

Esta realização indiscriminada, porém, direcionada à um determinado grupo traz à tona a discussão sobre a criminalização da pobreza no Brasil e nos Estados Unidos da América. Que quando comparados, percebesse a semelhança dos aspectos seletivos desta criminalização, quando os sujeitos criminalizados em sua grande maioria são negros e/ou pobres, sendo a revista corporal vexatória utilizada como um instrumento de violação dos Direitos Humanos (ALVES, 2014). Em seguida voltasse a atenção para uma possível violação da dignidade da pessoa humana, que é princípio da Constituição Federal de 1988, da resolução que regula a execução da revista vexatória, a 09/06, do CNPCP, sendo essa tratada como inconstitucional, porém antes da edição de leis estaduais específicas, para a proibição da revista corporal vexatória, e ainda nos estados onde estas leis ainda não existem, a resolução regula a revista vexatória, bem como justifica a sua utilização, utilizando a fundada suspeita como elemento primordial para sua execução (NASCIMENTO, LATORRE, 2014). A utilização da revista corporal vexatória através da resolução apresentada anteriormente se torna ainda mais contraditória aos princípios constitucionais quando o elemento da fundada suspeita subjetiva é apenas apresentado no papel, mas não na prática, quando a revista é realizada com todo o público visitante dos estabelecimentos prisionais. Levando em consideração a revista estudada, com a execução apresentada anteriormente, e após pesquisa na literatura utilizada, constata a

Apoio:

Realização:



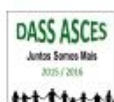
possibilidade da revista violar de algumas formas os direitos humanos, como nas situações elencadas a seguir:

- Quando o visitante é constrangido, com a realização da revista para que possa ter acesso ao interior do estabelecimento prisional, podendo ser colocada como uma extensão da pena aos visitantes, ferindo o princípio da individualização da pena, consagrado a Constituição Federal de 1988, onde os efeitos da pena não devem ultrapassar a pessoa do apenado.
- Quando a violência, em obrigar que o visitante tire a roupa na revista é praticada pelo Estado, tornando uma violência institucionalizada.
- Quando a execução da revista atinge em quantidade muito grande de mulheres e crianças, sem oferecer um lugar adequado, executando a revista que envolve nudez, sem o mínimo de privacidade.
- Quando envolve as pessoas negras, que também, na maioria dos casos, são pobres, assim observando além da institucionalização da violência, uma possível institucionalização da discriminação.
- Quando os visitantes são obrigados a se despirem e se agacharem na presença de todos os envolvidos na revista, ferindo a dignidade da pessoa humana, consagrado na Constituição Federal de 1988.
- Quando em caso de porte de objeto que tenha a entrada proibida, a retirada não ocorre de forma adequada, por profissional capacitado para a prática do ato, e nem ocorre com a devida higiene, podendo causar danos à saúde da pessoa envolvida.

Conclusões

Apesar de proibida em alguns estados brasileiros por legislações específicas, a revista corporal vexatória ainda é realizada em grande parte dos estabelecimentos prisionais do país. Os defensores da execução de tal revista defendem o argumento que ela é necessária para a manutenção da ordem dos estabelecimentos, uma vez que evita a entrada de objetos proibidos. Enquanto que os favoráveis a proibição, afirmam que o real objetivo da revista é constranger o visitante, prolongando a pena, já em fase de cumprimento, aos visitantes, e por ter sua eficácia questionada diante do número de apreensões, que é muito baixo. Contudo, a revista vexatória se mostra um instrumento rudimentar em sua execução, principalmente no tocante a sua humanização, ao seu respeito as necessidades humanas, que é mínimo, devendo ser debatida e apresentada aos órgãos competentes medidas alternativas para a realização desta revista, como a utilização de aparelhos de raio-x, buscando tornar a revista não mais vexatória.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



Referências

ALVES, Pedro Austin. **Revista vexatória no Brasil**: contribuições pautadas nos Direitos Humanos. 2014. 67 f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais. Centro Universitário de Brasília, Brasília.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NASCIMENTO, Lucas Del Mora do; LATORRE, Marcelo Liberato. O fenecimento da revista vexatória e sua inconstitucionalidade em face dos direitos humanos. **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**, v. 10, n. 10, 2014.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



UM PANORAMA DA SAÚDE BUCAL ANTES E APÓS A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL: BRASIL SORRIDENTE

Raquel Lúcia de Araújo Souza (1), José Kayque Nevez (2), Itala Kiev de Moura Muniz (3), Mayara Maria Santiago Kater Rêgo (4), José Eudes de Lorena Sobrinho (5)

(1) *Graduanda em Odontologia pela Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES.*

E-mail: raquel94@hotmail.com

(2) *Graduando em Odontologia pela Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES.*

E-mail: kayqueneves.kn@gmail.com

(3) *Graduanda em Odontologia pela Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES.*

E-mail: italakiev@hotmail.com

(4) *Graduanda em Odontologia pela Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES.*

E-mail: jpa.mms@gmail.com

(5) *Professor Assistente III da Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES. Doutor em Saúde Pública. E-mail: eudeslorena@hotmail.com*

Introdução

Por muito tempo, a Odontologia esteve à no limiar das políticas públicas de saúde. O acesso dos brasileiros à saúde bucal era bastante difícil e limitado, fazendo com que as pessoas se acostumassem a só procurar atendimento odontológico em casos de dor. Essa demora na procura ao atendimento junto a poucos serviços odontológicos oferecidos fazia com que o principal tratamento oferecido pela rede pública fosse a extração dentária, perpetuando a visão da odontologia mutiladora e do cirurgião-dentista com atuação apenas clínica (BRASIL, 2013). Diante disso, o governo brasileiro, como resposta aos resultados epidemiológicos de saúde bucal em âmbito nacional em 2003, onde aproximadamente 85% da população adulta e quase 99% dos idosos brasileiros utilizam ou necessitam de algum tipo de prótese dentária, ou como consequência do amadurecimento do processo de gestão em saúde pública no Brasil, os brasileiros foram apresentados a uma Política Nacional de Saúde Bucal, denominada “Brasil Sorridente” (BRASIL, 2004; BRASIL, 2006). Tendo como base uma política centrada na vigilância em saúde, foco na família e por linhas de cuidado e expansão dos procedimentos clínicos e especializados, o Brasil Sorridente tem como essência o acesso aos serviços odontológicos numa concepção jamais planejada por nenhuma política. Todo planejamento considerou os princípios do SUS e foi complementado pela gestão participativa, com ênfase na ética, acolhimento, humanização do atendimento e vínculo entre as equipes e usuários (BRASIL, 2004a). Diante do exposto, esse trabalho tem como objetivo discutir a situação da saúde bucal no Brasil antes e após a implantação da Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente.

Metodologia

O estudo teve como enfoque o histórico das políticas de saúde pública, destacando a situação da saúde bucal dos brasileiros antes e após a introdução do Brasil Sorridente. As estratégias metodológicas utilizadas foram: Análise de documentos e portarias institucionalizadas pelo Ministério da Saúde; Busca de artigos de periódicos em bases de dados públicas, tais como Scielo, Bireme e Lilacs.

Resultados

No ano 2000, o Ministério da Saúde iniciou a discussão sobre a realização de um amplo projeto de levantamento epidemiológico que analisasse os principais agravos em diferentes grupos etários e que incluísse tanto a população urbana como rural. Este projeto, hoje identificado como “SB Brasil: Condições de Saúde Bucal na População Brasileira”, teve início em 1999 com a criação do Subcomitê responsável pela elaboração e execução do Projeto. Em 2001, foi realizado um estudo-piloto, em duas cidades de diferentes portes populacionais – Canela-RS e Diadema-SP. Após a validação da metodologia e dos instrumentos desenhados para o estudo, foram efetivados o sorteio dos municípios amostrais e definido o início das oficinas de sensibilização nas diferentes regiões (RONCALLI *et al.*, 2000). De acordo com os resultados do projeto SB Brasil em 2003, na à população infantil, tanto na dentição decídua quanto na permanente são notáveis as diferenças na distribuição de cárie, onde a média aos 5 anos era de 2,8 dentes afetados e CPO-D aos 12 anos 2,78, sendo as crianças do Norte e Nordeste do País com os maiores números de dentes cariados não obturados. Já na população adulta/idosa, o ataque de cárie e o número de dentes perdidos apresentam números bastante elevados, tendo CPO igual a 27,8. Além disso, cerca de 10% dos adultos brasileiros possuíam bolsa periodontal em uma ou mais regiões da boca, e praticamente a mesma proporção de adultos apresentou pelo menos um sextante da boca excluído, sendo que esse problema atingia mais da metade dos idosos. A perda dentária precoce também era grave, pois a necessidade de algum tipo de prótese começava a surgir a partir da faixa etária de 15 a 19 anos de idade (BRASIL, 2004). Sete anos após o lançamento do Brasil Sorridente, o Ministério da Saúde, concluiu, em 2011, o quarto levantamento epidemiológico de âmbito nacional na área da Saúde Bucal, intitulado SB Brasil 2010 – Pesquisa Nacional de Saúde Bucal. Os resultados apresentaram o ataque de cárie em crianças de 5 anos foi, em média, de 2,43 dentes, e que o CPO-D aos 12 anos ficou em 2,07, tendo redução de 26,2%. Entretanto, no que diz respeito aos adultos e idosos, em geral a redução no ataque de cárie é menos significativa, com CPO de 27,5. Em relação a cárie dentária por regiões, na Região Nordeste, a proporção de dentes restaurados em relação ao CPO total é menor do que na Região Sudeste, indicando que o maior ataque da doença combina-se com o menor acesso aos serviços odontológicos. A presença de cálculo e sangramento é mais comum aos 12 anos e entre os adolescentes. As formas mais graves da doença periodontal aparecem de modo mais significativo nos adultos (de 35 a 44 anos), em que se observa uma prevalência de 19,4%. Nos idosos, os problemas gengivais têm pequena expressão em termos populacionais, em decorrência do reduzido número de dentes presentes. Entre os adolescentes, 13,7% necessitam de próteses parciais em um maxilar (10,3%) ou nos dois maxilares (3,4%), para os adultos, a necessidade de algum tipo de prótese ocorre em 68,8% dos casos e em idosos, 23,9% necessitam de prótese total em pelo menos um maxilar e 15,4% necessitam de prótese total dupla (BRASIL, 2012).

Discussão

Um modelo até então puramente assistencial e a falta de uma política de saúde bucal inclusiva, só poderia resultar em dados apresentados pelas PNADs - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2005) e SB Brasil 2003, caracterizando a exclusão e mutilação produzidas pela prática odontológica, demonstrando que o modelo biomédico assistencial vigente ainda se constitui o saber hegemônico que se desdobra. Buscando atender estas necessidades, em março de 2004, o governo implementou o

Programa Nacional de Saúde Bucal, o Brasil Sorridente, que tem nas Equipes de Saúde Bucal, da Estratégia de Saúde da Família e a expectativa de um modelo de atenção primária o foco nos conceitos de vigilância a saúde, priorizando ações de controle epidemiológico da doença, uso de tecnologias preventivas modernas, mudança da “cura” para “controle” e ênfase no autocontrole em ações de caráter preventivo e de promoção a saúde (RIBEIRO, 2007). A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente engloba várias ações do Ministério da Saúde na saúde bucal voltada para cidadãos de todas as idades buscando melhorar as condições de saúde bucal da população brasileira. Amplia o elenco de procedimentos da assistência odontológica à população através de ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros (ZORZIN, 2012). Após a implementação dessa política, a redução do CPO aos 12 anos foi significativa. Comparando-se o Brasil com países de mesmo grau de desenvolvimento na Europa e na América, a média brasileira se situa em um valor intermediário. Dentro da América do Sul, apenas a Venezuela apresenta média de CPO aos 12 anos semelhante à brasileira Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (2,1). Os demais países possuem médias mais altas, como a Argentina (3,4), a Colômbia (2,3), o Paraguai (2,8), a Bolívia (4,7) e o Peru (3,7). Os resultados do Projeto SB Brasil 2010 indicam que, segundo a classificação adotada pela OMS, o Brasil saiu de uma condição de média prevalência de cárie em 2003 (CPO entre 2,7 e 4,4) para uma condição de baixa prevalência em 2010 (CPO entre 1,2 e 2,6) (BRASIL, 2012). O futuro da saúde bucal no SUS dependerá da forma como for ponderado, nos próximos anos, o desafio fundamental de fortalecer a sociedade civil, respeitar os movimentos sociais populares e consolidar a democracia. Manter a saúde bucal na agenda da gestão das políticas públicas exigirá impulsos tão ou mais consistentes quanto os realizados nos primeiros 20 anos do SUS. Nesse processo será fundamental o papel do Estado, tanto na garantia do aprofundamento da democracia e dos princípios republicanos na vida nacional, quanto na execução de soluções adequadas para regular as divergências geradas pelo exercício de direitos coletivos e a preservação das liberdades individuais (NARVAI, 2011).

Conclusão

A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente está transformando o modelo tradicional de atenção à saúde em um modelo integral, promovendo promoção, prevenção de saúde, recuperação e reabilitação oral, melhorando as condições de saúde bucal dos brasileiros. Diante disso, houve a melhora dos índices utilizados internacionalmente na Odontologia, como o índice para dentes cariados, perdidos e obturados (CPO-D) como demonstram os resultados publicados na Pesquisa Nacional de Saúde Bucal de 2010 em relação a levantamentos epidemiológicos anteriores. Seria importante realizar pesquisas e entrevistas com os usuários do sistema, e obter a opinião deles para verificar se os dois lados possuem as mesmas opiniões ou se há falhas no sistema. Assim, contribui para o desenvolvimento da investigação epidemiológica a partir da construção e consolidação de um referencial teórico-metodológico.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Projeto SB Brasil 2003:** Condições de saúde bucal da população brasileira 2002-2003. Brasília, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_sb2004. Acesso em: 03/09/2015.

_____. Ministério da Saúde. **Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília, 2004a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_sorridente.pdf. Acesso em: 03/09/2015.

_____. Ministério da Saúde. Brasil Sorridente: **A Saúde Bucal Levada à Sério**. Janeiro 2006. Disponível em: http://www.saude.am.gov.br/docs/programas/bucal/ceo/implantacao/manual_faxada_CEO_br_4.pdf. Acesso em: 03/09/2015.

_____. Ministério da Saúde. **SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: Resultados Principais**. Brasília, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_nacional_saude_bucal.pdf. Acesso em: 03/09/2015.

_____. Ministério da Saúde. **Passo a Passo das ações do Brasil Sorridente**. Brasília, 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/passo_a_passo_ceo.pdf. Acesso em: 03/09/2015.

NARVAI, P. C. Avanços e Desafios da Política Nacional de Saúde Bucal no Brasil. **Actas de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 3, p. 21-34, 2011. Disponível em: <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1039>. Acesso em: 03/09/2015.

RIBEIRO, P. C. A. O Brasil Sorridente. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 261-393, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/cmbio/article/viewFile/4511/3372>. Acesso em: 03/09/2015.

RONCALLI, A. G. *et al.* **Projeto SB 2000: uma perspectiva para a consolidação da epidemiologia em saúde bucal coletiva**. Revista Brasileira de Odontologia em Saúde Coletiva, v. 1, n. 2, p. 9-25, 2000. Disponível em: http://www.academia.edu/13078188/Projeto_SB2000_uma_perspectiva_para_a_consolida%C3%A7%C3%A3o_da_epidemiologia_em_sa%C3%BAde_bucal_coletiva. Acesso em: 03/09/2015.

ZORZIN, D. **A Assistência Odontológica Através da Política Nacional de Saúde Bucal Brasil Sorridente em 2011**. 2012. 80f. Tese (Especialização em gestão da Saúde) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67665>. Acesso em: 03/09/2015.

ENVELHECIMENTO PARTICIPATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS: O PAPEL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA INCLUSÃO DOS IDOSOS NA SOCIEDADE

Maria Joelma da Cruz (1); Keila Cristina Teixeira dos Santos (2); Edineusa Josefa da Silva (3)

(1, 2, 3) Discentes do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: joelminhacruz@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios postos pela nova ordem social em integrar o Idoso de forma participativa e atuante, na construção e consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária. A temática instiga nossa curiosidade pois faz com que pensemos o quanto somos descartáveis a sociedade do capital, a qual é fundamentada na acumulação de riquezas e quando já não é possível participar desse processo contraditório e desigual passamos a ser parte “morta”, sem valor não interessante ao capital. Outro aspecto importante são os dados estatísticos que apontam para uma população futura com um contingente bem maior de idosos, visto isso refletimos sobre como serão as políticas voltadas a esses usuários, se estaremos preparados a receber e garantir direitos a esse grupo.

Metodologia

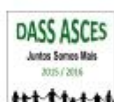
Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e realizada através da pesquisa bibliográfica. Como resultado principal desta pesquisa, pretende-se contribuir nas discussões sobre o envelhecimento participativo e as políticas sociais, observando o papel do assistente social na inclusão dos idosos na sociedade.

Discussão: envelhecimento participativo e políticas sociais: o papel do/a assistente social na inclusão dos idosos na sociedade

Nas últimas décadas temos ouvido falar nas mudanças que ocorreram no mundo com relação a longevidade, muitos são os estudos e dados estatísticos que apontam uma população com expectativa de vida bem maior que nos dias de hoje. No Brasil não é diferente, nos últimos anos deixamos de ser um país de “jovens”. Alguns estudos estimam que no ano de 2025 cerca de 14% da população brasileira terá mais de 60 anos, em números cerca de 32 milhões de idosos, segundo consta no Estatuto do Idoso. Isso representa uma mudança enorme em todos os pilares que sustentam a sociedade. Diante disso faz-se necessário que repensemos como esse envelhecimento populacional será recebido. Isso requer de todos, um olhar diferenciado, visto que não é um futuro distante de nós o que tratamos há pouco. Para muitos o envelhecimento é a porta de entrada para o fim da vida, pensamento esse que formou e ainda forma pessoas com enorme dificuldades em lidar com a velhice, ressaltam a fragilidade dessa fase, isso na maioria das vezes pelo aspecto fisiológico, o corpo é “velho”, “incapaz” e “improdutivo”, esses e outros adjetivos, se mostram de caráter preconceituoso e discriminatório, ainda mais quando essas características se fazem presente no modelo de sociedade regida pela produção capitalista que vivenciamos. Assim como qualquer outra pessoa, segundo o Estatuto do Idoso no seu Art. 2º. que ressalta que o idoso é acobertado por todos os direitos inerentes a pessoa humana, a lei o assegura todas as oportunidades para prevenção de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em plena condição de liberdade e

Apoio:

Realização:



dignidade. De fato, tais garantias e direitos, são muitas vezes negligenciados a esse grupo. Os casos de negligência estão presentes em as camadas das classes sociais, ricos e pobres, brancos e negros, enfim sem distinções. A família, espaço onde o idoso poderia encontrar amor, carinho e respeito por muitas vezes acaba se mostrando de maneira contrária a isso, o que vai de contra ao Art.3º. do mesmo estatuto, o qual enfatiza a responsabilidade e obrigação da família no que diz respeito a convivência familiar e comunitária. Nesse mesmo artigo podemos analisar também o papel do poder público e a sociedade, os quais não se ausentam dessa responsabilidade. Evidentemente esse movimento que promove o envelhecimento participativo é oriundo dos dados estatísticos que apontam o crescimento da população idosa no país. Ainda segundo o Estatuto do Idoso em seu capítulo VIII, cabe a Assistência Social, referente ao Art. 33. Manter-se articulada com a LOAS e a Política Nacional do Idoso no SUS, a fim de promover melhorias a esse grupo. Já no Art. 34, do mesmo estatuto, trata dos benefícios econômicos que os idosos são assegurados, nos termos do LOAS/1993, ainda trata da responsabilidade da família na prestação de serviços da pessoa idosa e a proteção do Benefício de Prestação Continuada- BPC. Como podemos perceber o Estatuto do Idoso é formulado com o intuito de ampliar os direitos e integrar a pessoa idosa na vida social. E é por meio desses novos princípios que veremos como se dá a atuação do Assistente Social. Observando os importantes dilemas desse grupo social (idosos). Numa sociedade extremamente vinculada a produção do capital, o envelhecimento é tido como algo maléfico a esse princípio, isso porque a partir do momento que o corpo já não oferece condições perfeitas de funcionamento para a produção, esse indivíduo perde espaço no mercado de trabalho, muitas vezes não podendo contribuir com a renda familiar, a não ser com o BPC. Isso de certa forma atinge o convívio familiar como um todo, aquela pessoa que por muito tempo contribuiu na geração de renda da família, passa a ser um “peso”, uma realidade triste e presente na vida de muitos idosos que não trabalham por consequência do processo de envelhecimento e as limitações que essa fase traz consigo. É a partir daí que podemos constatar os crimes de violação a integridade física e psicológica desses indivíduos, o que de fato gera enormes tipos de violência, seja ela física ou psicológica. É triste pensar que tais tipos de negligência em grande parte acontecem no lar, lugar onde segundo a lei, os familiares devem promover a garantia de condições e direitos básicos de uma vida digna. Vários são os problemas que eclodem na sociedade diante dessa temática, mesmo com os avanços no que se diz respeito a criação de leis, há grandes problemas a serem enfrentados, principalmente no cumprimento das mesmas pela família e sociedade. É nessa lógica de contradições, preconceito, desvalorização do ser social diante de suas limitações e constante busca por igualdade social que o Assistente Social deverá atuar, de forma que possa promover o debate consciente e esclarecedor acerca do envelhecimento, participando assim de um projeto que favoreça a todos sem distinção alguma.

Considerações finais

A partir da produção desse texto discutimos sobre a questão do envelhecimento e a participação do idoso na sociedade como um todo. Orientados pelo Estatuto do Idoso, buscamos refletir sobre os direitos que devem ser assegurados a pessoa idosa, mas que muitas vezes são negligenciados pela família e pelo Estado. Em virtude das mudanças previstas no que se refere a questão da longevidade no Brasil e no mundo, procuramos entender quais as problemáticas deste perfil para o papel do assistente social e formulação de políticas públicas que os assegurem envelhecer participando ativamente na sociedade.

Referências

ALMEIDA, Vera Lúcia V.; GONÇALVES, M.P. & LIMA, T.G. **Direitos Humanos e Pessoa Idosa**. Publicação de apoio ao Curso de Capacitação para a Cidadania: Atenção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005

BRASIL. **Estatuto do idoso**. Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____. Ministério da Justiça. **Política Nacional do Idoso**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1998.

.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Eliene Ferreira Nunes (1); Rosineide Gonçalves – Orientadora (2)

(1) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: elikatia.2013@hotmail.com;

(2) Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres.

E-mail: rosineidegoncalves@ascres.edu.br

Introdução

O presente texto está inserido nas reflexões acumuladas para o desenvolvimento da pesquisa para fins de Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres, e visa compreender o conceito de juventude no contexto da política pública no Brasil e, especialmente, em Pernambuco. O tema emergiu a partir da participação no projeto de iniciação científica (INICIA) da Faculdade Ascres. Tem o objetivo de refletir sobre a relação juventude e políticas públicas. A política pública pode ser entendida numa perspectiva mais ampla, devido o avanço dos processos democráticos no mundo e a gama de arranjos institucionais de governos que a utiliza para fazer a governabilidade. Ou seja, as condições necessárias para que os governos se mantenham estáveis e são que caracterizam as políticas públicas. (OLIVEIRA, 2010). Discutir a relação das políticas públicas e juventude no Brasil, é bastante oportuno considerando a atual conjuntura de crise política e econômica, visto que o jovem compõe a maior parcela da população.

Metodologia

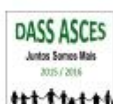
A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e utiliza como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica realizada com base nos documentos da política pública de juventude em Pernambuco, a saber Lei nº 13.608, de 31 de outubro de 2008, que regulamenta a construção do Plano Estadual de Juventude, bem como, da Lei nº 14.577, de 28 de dezembro de 2011, que trata sobre a implantação da Casa de juventudes. Serão objeto de análise, também, artigos e teses relacionados ao tema juventude e políticas públicas.

Juventude e Políticas Públicas

A perspectiva criada sobre o jovem é construída em cada época e em cada sociedade. Enquanto o adulto vive num mundo sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõem, o jovem vive em um mundo novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir. No que concerne ao objeto em estudo, as políticas públicas, durante um bom tempo no Brasil os jovens foram atendidos por políticas sociais destinadas a todas faixas etárias, ou seja, não havia iniciativas de políticas específicas para esse público, nem por parte do Estado nas suas três esferas, nem da sociedade civil. A decisão de pensar e implementação políticas de juventude são responder do Estado parte dos conflitos em torno do destino dos recursos e de bens públicos limitados para atender a população. A questão da juventude ganha visibilidade a partir do engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitários, na luta

Apoio:

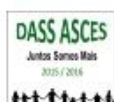
Realização:



contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e na adesão aos partidos de esquerda, como também, pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamentos. (SPÓSITO e CARRANO, 2007). De acordo com a autora, no Brasil nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens. Observa-se que no país a preocupação de formulação de políticas governamentais com os jovens surgiu recentemente e de forma lenta, sendo formulada por algumas prefeituras e governos estaduais, envolvendo programas de formação profissional e serviços especiais de saúde, cultura e lazer. Para a autora a questão da juventude ganha visibilidade a partir do engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitários, na luta contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e na adesão aos partidos de esquerda, como também, pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamentos. (SPÓSITO e CARRANO, 2007). As ações desenvolvidas por meio das políticas públicas voltadas a juventude sobrepõem dois aspectos, a ideia de que qualquer ação destinada aos jovens exprime parte das representações normativas sobre ideia e os atores jovens que uma determinada sociedade constrói, sendo assim, uma ideia relevante para a compreensão das políticas públicas destinadas aos jovens brasileiros. No Brasil ocorre ainda ausência de estudos que reorganizem os modos como foram fecundadas as ações públicas destinadas aos jovens no século XX. Os jovens ora são vistos como problema ou como setores que precisam ser objeto de atenção. Historicamente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma instabilidade associada a determinados “problemas sociais”. No campo de disputas nas políticas de juventude decorre das formas como são concebidas as relações entre Estado e sociedade civil na conformação da esfera pública. As formulações diferenciais que pressupõem formas de interação com os jovens não são construídas apenas como base em que se pensa a juventude na sociedade, mas de uma concepção de modos de prática a ação política, do exercício do governo e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública. As políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas agir ativamente, na produção de novas representações. O estudo e a análise das políticas públicas no âmbito do Serviço Social são compreendidos numa relação sujeito e objeto e são historicamente situadas e em relação, considerando a particularidade das relações sociais como objeto, de forma que não há nenhuma perspectiva de neutralidade e a condição para uma aproximação mais profunda em relação ao movimento essencial do objeto é exatamente o reconhecimento dessa determinação das visões sociais de mundo que impregnam sujeito e objeto. (BEHRING E BOSCHETTI 2008). A juventude neste contexto se faz sujeito-objeto da sociedade quanto à visão capitalista, no sistema de produção e reprodução da força de trabalho, pois historicamente eles representam a força de trabalho, no desenvolvimento econômico do país. Quando as políticas públicas são voltadas para o desenvolvimento do país, investindo na juventude o processo educacional de formação técnica, visando o futuro prospero da economia brasileira e mundial. As expressões da questão social, segundo as autoras, são intimamente relacionadas às políticas sociais, pois seu surgimento foi necessário para suprir uma à outra, sendo que as políticas sociais foram criadas a partir a existência das expressões da questão social. Portanto, a dimensão juventude neste contexto, seja pertinente, pois suas necessidades são diversas no cotidiano das expressões da questão social, certamente algumas políticas públicas foram criadas a fim de proporcionar melhores condições neste aspecto de enfrentamento. É sabido que algumas políticas públicas foram criadas para amenizar os fatores “jovens problema”, estigma historicamente criado pela sociedade, colocando o jovem em

Apoio:

Realização:



condição de marginalização, fator imprescindível na construção das políticas públicas para juventude, esta constatação não leva a acreditar que se o jovem foi e ainda seja considerado problema na sociedade, por que então investir em seu potencial, força de trabalho. Certamente, este sujeito jovem, seja apenas fator de produção para gerar o capital, não sujeito de direito, portanto, estas políticas foram criadas a fim de conduzir esta população como investimento econômico para o país. (NOVAES, 2006). De fato, a Política Nacional de Juventude (NOVAES, 2006), aponta o reconhecimento dos direitos dos jovens e o campo das políticas públicas de juventude, mobiliza o interesse e a participação de um amplo conjunto de atores sociais exigindo diálogos e negociações e pactos intergeracionais. Na família, em seus diferentes arranjos no sistema escolar, nos espaços de lazer no mundo do trabalho, no sistema de medidas socioeducativas e prisional, nas mobilizações sociais e políticas, encontram-se cidadãos e cidadãs de diferentes gerações. Os dilemas vividos pelos jovens e as questões por eles colocadas assumem importância vital para a sociedade brasileira, e seu enfrentamento não pode ficar restrito à luta solitária apenas da geração juvenil. (NOVAES, 2006). Também vale a pena destacar o diálogo, o enfrentamento de polêmicas, a negociação e os pactos entre jovens e organizações que agrupam segmentos diferenciados da juventude brasileira. Certamente, outros passos precisam ser dados para tornar ainda mais produtiva a convivência entre grupos e setores que antes não se encontravam e/ou realimentava preconceitos mútuos, ou que sequer ocupavam espaços comuns onde pudessem explicitar suas divergências.

Considerações finais

O estudo da temática tem possibilitado pensar a perspectiva da política pública para juventude no Brasil, e em especial, em Pernambuco, onde a proposta do Estado é perceber o jovem como protagonista da dimensão política. Logo, como sujeito de sua própria história. No entanto, tem-se uma sociedade pouco interessada em defender os jovens, a exemplo do que se assiste na atualidade com a proposta da maioria penal. Assim, apresentar o viés da construção de possibilidades de forma inclusiva e participativa dos jovens em termo de Plano Estadual de juventude na perspectiva de desenvolver políticas públicas, deve ser prioridade do poder público. Assim, deve ser assegurada pelo Estado a dimensão da liderança e participação direta nas conferências e nas manifestações de direitos das juventudes em todas as diversidades, de raça, gênero e crença.

Referências

- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. - (Biblioteca básica de Serviço Social; v 2).
- CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./dez. 2003, p.16-39, 2003.
- NOVAES, Regina Célia Reyes et al. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas** (Orgs.). São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Disponível em: < <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em 17 set. 2015.

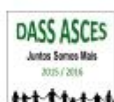
PERNAMBUCO. **Lei nº 13.608, de 31 de outubro de 2008.**

_____. **Lei nº 14.577, de 28 de dezembro de 2011.**

SPÓSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto da Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.129-148.

Apoio:

Realização:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Lutas Sociais

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



MOVIMENTO FEMINISTA E SERVIÇO SOCIAL

Clayane Jessica A. da Silva (1); José Almir de S. S. Pereira (2);
Paula Gabriela A. de Oliveira (3)

- (1) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: klayanne@hotmail.com
(2) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: almiir_10@hotmail.com
(3) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: bia_oli@hotmail.com

Introdução

No início do século XXI novos espaços políticos começaram a ser criados e junto com eles, um novo projeto de sociedade civil e novas formas de atuação política, como os novos movimentos sociais e a afirmação do poder popular através das mobilizações remanescentes das ligas camponesas do Nordeste, os movimentos culturais, feministas, anti-racistas, ambientalistas, entre outros. Esses movimentos estimularam uma nova compreensão sobre as relações políticas, visto que representaram tipos de ações coletivas e de diversas demandas por direitos. Assim, estimulados/as pela disciplina Movimentos Sociais, Curso de Serviço Social, o presente texto intenta refletir sobre os movimentos feministas e sua relação com o Serviço Social.

Metodologia

Trata de uma pesquisa bibliográfica que nos possibilitou conhecer o tema em tela e utiliza como recurso obras de autores especializados no assunto, além daquelas utilizadas na disciplina de Movimentos Sociais.

Discussões

De acordo com Gohn (1997), até o início do século XX, movimentos sociais eram compreendidos apenas como a organização e ação dos trabalhadores em sindicatos. O seu conceito remetia as ações sociopolíticas construídas por sujeitos coletivos de classes sociais diferentes em numa dada conjuntura de relações de força na sociedade civil. Nos anos de 1960, os novos movimentos sociais surgem na Europa no momento em que a abordagem marxista estava em processo de crítica e revisão. As principais críticas do marxismo estavam relacionadas à prioridade que os marxistas davam a análise da categoria luta de classe numa visão que não contemplava as experiências históricas diferenciadas. Pode-se citar como críticos da análise marxista; Touraine (1994) e Castells cujas reflexões resultaram na teoria dos novos movimentos sociais, os quais entendiam que os novos movimentos surgiram como organizações de massa de trabalhadores que são entendidos como movimentos tradicionais. Os novos movimentos sociais são os culturais, feministas, pela livre orientação sexual, anti-racistas, ambientalistas, entre outros (SANTOS, 2011). Em 1989, com a queda do muro de Berlim e a derrota do socialismo da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e dos regimes do Leste Europeu, avançava as ideias neoliberais de sociedade civil e o crescimento de criação de ONGs (Organizações Não-Governamentais). Surgem também movimentos contra o

neoliberalismo e a globalização. A sociedade civil se organizou e instalou o Fórum Mundial Social (espaço de debate de ideias de forma democrática com o objetivo de formular propostas e troca de experiências, bem como de articulação dos movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil). Esses movimentos criticam o modelo de desenvolvimento, o capitalismo e as formas de opressão e exploração, os problemas de gênero, entre outros. O feminismo tem sua origem no século XIX, quando as mulheres passaram a entender e sentir que eram oprimidas numa sociedade centrada no homem. As primeiras manifestações feministas desafiaram a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – o direito ao voto, os direitos de cidadania, com propostas como a igualdade política e a emancipação feminina, pautando-se na relação de dominação masculina sobre a feminina (SANTOS, 2011).

[...] o feminismo tem como pressuposto ético-político denunciar um conjunto de suposições que a sociedade definiu como “natural” (por exemplo, a heterossexualidade, a maternidade) engendram práticas opressivas e discriminatórias, causando sofrimento para as pessoas que fogem do padrão de “normalidade” estabelecido. Os estudos feministas propõem, ainda, desconstruir os papéis impostos a homens e mulheres pela sociedade, com base na tese de que a diferença sexual é o principal fundamento da subordinação feminina. (LISBOA, 2010, p. 69).

Inicialmente, a articulação do movimento feminista girou em torno de experiências da mulher e com uma crítica à desigualdade social entre os sexos e a bandeira era a promoção dos direitos das mulheres. De acordo com Santos (2011, p. 84), na atualidade o feminismo está enraizado na sociedade e extrapola as fronteiras de classe e isso implica dizer que “[...] o movimento feminista tem se aproximado das especificidades culturais e procurando questionar os tópicos relativos à posição da mulher na sociedade em questão”. Já tivemos muitos avanços com a Constituição Federal de 1988, mas a ideologia patriarcal ainda existe em nossa sociedade. As mulheres conquistaram alguns avanços no mercado de trabalho, na política, mas a base material do patriarcado não foi destruída, visto que esses avanços se dão de forma precarizada e subordinada ao homem (SAFFIOTI, 2004). Nesse sentido, é fundamental a intervenção do Serviço Social nas ações políticas do movimento feminista que com seu projeto ético-político profissional pode contribuir nos processos de reivindicação, planejamento e execução de políticas públicas que visem a igualdade entre homens e mulheres e o combate a qualquer tipo de opressão e violência contra a mulher.

Conclusão

O trabalho procurou trazer uma breve discussão sobre o movimento feminista e o Serviço Social. A pesquisa evidenciou que o processo de articulação foi inicialmente em torno das questões da mulher e depois amplia para a luta pela igualdade entre homens e mulheres, pelo direito de cidadania. A atuação do Serviço Social nesse contexto cumpre com o seu compromisso ético-político, como preconiza o Projeto Ético-político com a emancipação humana e contra todas as formas de opressão, discriminação e violência. São muitos os desafios postos aos/as profissionais de Serviço Social, pois trata de uma luta que está além das lutas contra a lógica patriarcal de gênero, pois, “[...] demanda uma articulação em prol da superação da sociabilidade capitalista, pois, à medida que essa sociedade se perpetua, se intensificam a pobreza, a miséria, a exploração da força de trabalho e a opressão das mulheres”. (QUEIROZ e DINIZ, 2014).

Referências

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e serviço social : encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálisis**. Florianópolis. V. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.

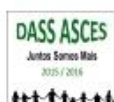
QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ilidiana. Serviço Social, lutas feministas e violência contra a mulher. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 95-112, jul./dez. 2014.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 9, p. 81-91, fev. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994

Apoio:



Realização:



MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTROLE SOCIAL: O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARUARU-PERNAMBUCO

Elba Ravane Alves Amorim (1); Emerson Silva Santos (2).

- (1) *Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do curso de Serviço Social da Faculdade Maurício de Nassau – Unidade Caruaru.*
- (2) *Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Conselheiro Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco. E-mail: emersonssantos1@gmail.com.*

Introdução

A experiência política que vêm se acumulando desde redemocratização do país no final dos anos de 1980 impôs ao Estado brasileiro uma nova postura política diante da sociedade civil, pautada no diálogo e na construção coletiva das prioridades instrumentalizadoras das políticas públicas. A redemocratização do Estado brasileiro e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 possibilitou um novo campo de atuação para os movimentos sociais que passaram a ocupar espaços institucionais de controle social nos conselhos de políticas públicas. Segundo Scherer-Warren (1989, p. 20), os movimentos sociais podem ser entendidos como sendo,

Uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Bravo e Correia (2012), afirmam que no Brasil a expressão Controle Social diz respeito a atuação da sociedade civil e dos movimentos sociais fiscalizando, participando, interferindo e acompanhando as ações do Estado. Para isso, a sociedade civil utiliza-se de diversas estratégias como a ocupação de espaços instituídos pelo Estado. Um desses espaços são os conselhos de políticas públicas. De acordo Siraque (2009) os conselhos de políticas públicas são órgãos criados pelo Estado, geralmente com composição paritária, objetivando a promoção da participação da sociedade civil para o exercício do controle social. Com o surgimento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) criado em 1993 por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, foi desencadeado um processo de criação de diversos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social para fins de realização do Controle Social das políticas de Assistência Social. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar uma breve análise descritiva das características do Conselho Municipal de Assistência Social de Caruaru-Pernambuco (CMAS) e dos movimentos sociais que estiveram presentes na composição do referido Conselho no biênio 2012-2014.

Metodologia

A metodologia que mais se adequou para realização deste trabalho foi a abordagem qualitativa (MINAYO et al, 2008). Este é um estudo descritivo (GIL, 2008). Como técnica de coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental (GIL, 2008), onde os documentos analisados foram o

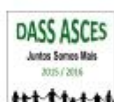
regimento interno e a portaria de nomeação dos/as conselheiros/as membros do CMAS. Para análise e sistematização dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2001).

Resultados e discussão

O Artigo 1º do Regimento Interno do CMAS, afirma que o mesmo é o órgão superior de deliberação colegiada, com caráter permanente, sendo uma instância do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, com composição paritária entre poder público e sociedade civil, vinculado ao órgão gestor da Política de Assistência Social de Caruaru-Pernambuco (CARUARU, 2008). Conforme refletido por Siraque (2009), os Conselhos devem ter a finalidade de proporcionar o exercício do controle social da sociedade civil sobre os atos do poder público. Os Conselhos devem ser instrumentos de participação popular, gestão democrática e partilha de poder do Estado com os cidadãos. As competências do conselho são estabelecidas no art. 2º do seu regimento interno. Para Teixeira (2005), os objetivos de um conselho refletem a sua função, podem existir conselhos com a finalidade de apenas formular políticas públicas e fiscalizar, outros tem por objetivo também o orçamento e acompanhar tais políticas. No caso do CMAS de Caruaru-Pernambuco, seus objetivos são variados, vão desde a elaboração e aprovação da Política Municipal de Assistência Social, passando por deliberar o orçamento e fiscalizar sua execução. O art. 3º do regimento interno estabelece que a composição do conselho é paritária sendo 50% de representantes do poder público e 50% de representantes da sociedade civil. Os/as representantes do poder público deverão ser indicados/as dos seguintes órgãos: Secretária de Ação Social, Saúde, Educação, Administração e Assuntos Jurídicos, Obras, Finanças, Infância e Juventude, Segurança Comunitária e um de entidade da administração indireta, totalizando nove (9) representantes. Já a representação da sociedade civil deve ser composta por três (3) representantes de organizações de usuários de âmbito municipal, três (3) representantes de entidades prestadoras de serviços e de organizações da assistência social de âmbito municipal e três (3) representantes de entidades representativas dos trabalhadores da assistência social, totalizando nove (9) representantes. Teixeira, Souza e Lima (2012), concluíram que em geral a participação dos cidadãos nos conselhos de políticas públicas se dá por meio de uma indicação realizada por uma entidade eleita para compor o referido conselho. Tomando como base os conceitos de movimento sociais estabelecidos por Scherer-Warren (1989) e por Gohn (2003), e analisando a Portaria 570/2012 que designa os/as representantes para a composição do CMAS no biênio 2012-2014, identificamos os seguintes movimentos sociais na composição do CMAS: Associação Caruaruense de Cegos – ACACE, Associação dos Portadores de Deficiência de Caruaru – APODEC, Centro de Educação Popular Comunidade Viva – COMVIVA, Centro de Educação Popular Assunção – CEPA, Cáritas Diocesana de Caruaru, Grupo Especializado de Reabilitação de Pernambuco – GERPE, Centro de Recuperação Rosa de Sarom, totalizando sete (7) representantes. As outras duas (2) vagas da sociedade civil no CMAS são ocupadas por duas organizações de caráter filantrópico, são elas: Unidade Especializada de Pernambuco – UNEPE e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA. Ao analisar a Portaria de nomeação da composição do Conselho no biênio 2012-2014, verificamos que, a Portaria 570/2012 apresenta a diversidade de sujeitos que são público alvo da política de assistência social. Também constata-se e a forte presença de grupos ligadas a igreja católica, podendo isso

Apoio:

Realização:



interferir nas diretrizes e políticas proposta pelo CMAS, produzindo deliberações pautadas nos dogmas cristãos e assim violando a laicidade do Estado.

Considerações finais

Assim, foi possível através da breve pesquisa focada no Conselho Municipal de Assistência Social de Caruaru, verificar a importância desses mecanismos de controle social, para o exercício da cidadania por sujeitos sociais historicamente subjugados de incapazes pelo Estado, tais como, pessoas com deficiências física e população em situação de pobreza. Destaca-se ainda a presença de entidades ligadas a infância e juventude, no entanto, esses/as atores e atrizes sociais são representados/as por adultos e não por jovens. Registra-se a lamentável ausência de representantes da população que vive na rua, LGBT's, pessoas que cumprem pena privativa de liberdade, negros/negras, pessoas idosas, sem-terra e sem-tetos, por exemplo. A partir de um outro formato de investigação, pesquisas futuras poderão verificar outras questões relevantes sobre o Conselho Municipal de Assistência Social de Caruaru, tais como a participação dos/as conselheiros/as, funcionamento do Conselho e efetividade das deliberações do CMAS.

Referências

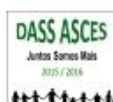
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2001.
- BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios do Controle Social na Atualidade**. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000100008>>. Acesso em 28/08/2015.
- CARUARU, Conselho Municipal de Assistência Social. **Regimento Interno**. 2008.
- CARUARU, Gabinete do Prefeito. **Portaria GP Nº 570, de 01 de Novembro de 2012**. Nomeia e designa representantes para a composição do Conselho Municipal de Assistência Social. 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 27ª ed.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.
- SIRAQUE, Vanderlei. **Controle Social da Função Administrativa do Estado**: Possibilidades e Limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2009.



TEXEIRA, Ana Claudia Chaves. Formação de Conselhos no Brasil. In: FARIA, Hamilton, (Org.); MOREIRA, Altair; (Org.); VERSOLATO, Fernanda, (Org.) **Você quer um bom conselho?** Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de; LIMA, Paula Pompeu Fiuza. Arquitetura da participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais. In: SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (Orgs.). **Novas lentes sobre a participação:** utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Elisangela de L. Silva (1); Pedro Vieira A. Neto (2); Thays Malena M. Pedrosa (3)

(1) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Asces. E-mail: elisangelaluc2@gmail.com

(2) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Asces. E-mail: neto.yuri@hotmail.com

(3) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Asces. E-mail: thaysmalena@hotmail.com

Introdução

A motivação para a realização desse trabalho é fruto das reflexões empreendidas na disciplina Movimentos Sociais no Curso de Serviço Social. A disciplina tem evidenciado a importância do tema para a formação profissional do/a Assistente Social, uma vez que há a necessidade de entender as múltiplas determinações da sociedade burguesa. É importante destacar que a disciplina está respaldada no Projeto Ético-político do Serviço Social. Dessa forma, o presente texto tem o objetivo de refletir sobre a relação movimentos sociais e Serviço Social. O início dos movimentos sociais na realidade brasileira começou, de fato, a partir da década de 1970, quando se deu foco as lutas contra o modelo de desenvolvimento econômico vigente, o capitalismo. Muitos autores defendem a emergência dos movimentos sociais quando o seu principal foco foi a defesa dos direitos, bens de consumo coletivo e direitos políticos. Os movimentos sociais tiveram impactos no redimensionamento crítico da profissão nos anos 70 e 80, tratada inicialmente de forma teoricamente imprecisa, sem considerar as condições objetivas que determinam a prática profissional. Nas décadas seguintes foi adquirindo maturidade teórico-política e se colocou como uma possibilidade de redimensionamento ético-político, teórico-metodológico da prática profissional. Assim, pode-se questionar: *qual é a relação existente entre o Serviço Social e os movimentos sociais?*

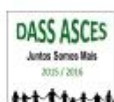
Metodologia

O presente trabalho é uma pesquisa exploratória desenvolvido através de revisão bibliográfica que nos permitiu aprofundar e conhecer o tema escolhido, utilizando principais autores que trabalham com o tema em foco.

Resultados e discussão

Originalmente, os movimentos sociais foram alinhados com as organizações de trabalhadores. Assim, as lutas giravam em torno dos sindicatos, as lutas dos trabalhadores por salários e condições de trabalho mais decentes. Essa forma de organização vai até o início do século XX. A partir dos anos 1960, começa a se pensar sobre os movimentos sociais de uma forma diferente e se tornam objeto de estudo para pesquisadores de ciências sociais, nas mais diversas abordagens teórico-metodológicas. Scherer-Warren (2002, p. 248), conceitua movimentos sociais como: “[...] um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores e práticas sociais que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias e societárias, no local, no nacional, no planetário”. De acordo com Melucci (1997), pode-se entender movimentos sociais como expressões de organizações de pessoas e grupos sociais que se articulam em torno de um objetivo comum na direção de assegurar direitos ou mudanças que alterem uma dada realidade e quando atingem

Apoio:



Realização:



os objetivos retornam ao cotidiano pela inserção na luta social e vão se organizar em outros espaços como partidos políticos, sindicatos, associações, entre outras. Assim, os movimentos sociais são vistos como a organização de um grupo que luta por um objetivo em comum. Pode-se citar como exemplo, a luta pelos direitos das mulheres, homossexuais, movimento negro, o MST entre outros. Gohn (1997, p. 171) entende movimentos sociais como:

[...] ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas.

As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Fundamentado na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética do Profissional, os/as Assistentes Sociais têm sua prática profissional relacionada aos problemas questionados por esses movimentos, visto que seu fazer profissional é na direção de que os direitos sociais sejam garantidos. Visando contribuir na fundamentação das ações da categoria de Serviço Social junto aos movimentos sociais, a ABEPSS criou em 2012 sete grupos de trabalho e pesquisa: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho; Movimentos Sociais e Serviço Social Profissional; Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Classe Social: Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social; Ética: Direitos e Serviço Social. A relação do Serviço Social com os movimentos Sociais tem a possibilidade de resultar “[...]na eficiência das lutas dos trabalhadores e de todas as outras classes, visando à efetiva mudança social baseada na igualdade entre os atores da sociedade”. (ROZA e MOURA, 2015).

Conclusão

Os movimentos sociais expressam as questões do cotidiano, principalmente aquelas que se sobressaem dos padrões socioculturais. É importante também destacar que os movimentos sociais têm um ponto de vista teórico incentivado pela luta contra a política vigente, ou seja, a população insatisfeita com as transformações ocorridas tanto no campo econômico quanto no social reivindicam mudanças que sejam favoráveis para uma convivência pacífica. É dado destaque a diferença dos movimentos sociais em relação aos projetos políticos, comunicação interna, articulação entre base e liderança, relações entre política e religião, partidos e agentes do Estado. Diante os movimentos sociais o que se pode observar em relação aos impactos sociopolíticos causados por eles são a contribuição para a crítica às formas tradicionais de reivindicações. Especialmente os movimentos sociais expressão as questões do cotidiano, principalmente aquelas que se sobressaem dos padrões socioculturais. É importante também destacar que os movimentos sociais têm um ponto de vista teórico incentivado pela luta contra a política vigente, ou seja, a população insatisfeita com as transformações ocorridas tanto no campo econômico quanto no social reivindicam mudanças que sejam favoráveis para uma convivência pacífica. A atuação profissional do/a Assistente Social se dá através da educação popular e assessoria com análises de propostas interventivas, mas também com o objetivo de viabilização dos direitos garantidos em Constituição.

Referências

GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, Ong's e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

MELUCCI, Alberto. Movimentos Sociais, Renovação Cultural e o Papel do Conhecimento". In: **Lua Nova**. São Paulo Cedec, n. 17, jun/87. pp. 49-66. 1994.

ROZA, Erick Anjos; MOURA, Livia Marinho de. Serviço Social e movimentos sociais: relação e complementação das frentes. **Revista Conexão Eletrônica**. Três Lagoas, MS, v. 12, n. 1, ano 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. (Orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



MOVIMENTO SOCIAIS URBANOS E SERVIÇO SOCIAL

Alex Waldeblan Gama Monteiro (1); Isabel Arilla Gonçalves de Souza (2); Marcelo Ferreira de Araújo (3)

- (1) *Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: alex.waldeblan@hotmail.com*
 (2) *Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: isabel.arilla23@gmail.com*
 (3) *Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Ascres. E-mail: bia_oli@hotmail.com*

Introdução

Este artigo tem o objetivo de discutir o papel do/a Assistente Social nos movimentos sociais urbanos na perspectiva na garantia do direito à cidadania. Assim, aborda a atuação do Assistente Social nos processos de mobilização e organização popular. Trata de pensar um desenvolvimento urbano destacando a questão social e urbana como expressão de desigualdade nos grandes centros urbanos. O trabalho foi motivado pela disciplina de Movimentos Sociais ministrado no âmbito do Curso de Serviço Social.

Metodologia

A pesquisa foi realizada tomando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. É importante destacar que se toma como referência a bibliografia utilizada na disciplina de Movimentos Sociais.

Discussões

Para iniciar a discussão tomamos como referência as reflexões de Gohn (1997), que destaca como marco temporal para o surgimento dos movimentos sociais o início do século XX. Nesse período, os movimentos sociais eram entendidos como a organização e ação dos trabalhadores em sindicatos. A discussão sobre movimentos sociais urbanos foi um tema profícuo de pesquisa na década de 1970 com debates de interpretação polêmicos e contraditórios, no contexto do regime autoritário, no Brasil e na América Latina. Os movimentos sociais sintetizam, de acordo com Jacobi (1987), a convergência de dois aspectos: a dinâmica estatal e os fatores que produzem a ação coletiva desses movimentos. Pensando nos dias atuais, pode-se indagar: será que a temática movimentos sociais está esgotada? Considerando toda a produção teórica extensa e diversificada já produzida, ou será que os movimentos estão em crise no sentido de retração de grupos sociais organizados? Podemos dizer que o fluxo e influxo é um fenômeno natural, visto que se considerarmos as conquistas de espaços de participação e de conquistas dos movimentos sociais, isso pode justificar o momento de influxo que os movimentos sociais urbanos vivenciaram. Por outro lado, nos últimos cinco anos, temos assistido não só no Brasil, mas no mundo, a organização da população em torno de demandas urbanas. Podemos citar como exemplo no Brasil, as “Jornadas de Junho”, no final do primeiro semestre de 2013, uma mobilização social como não se via há cerca de 20 anos (HARVEY, 2013). Foi inicialmente uma manifestação de jovens, na cidade de São Paulo que tinha como questão central o aumento das tarifas do transporte público e envolveu a população de 22 capitais e uma greve com a

Apoio:

Realização:



participação de milhares de trabalhadores. Esse movimento chamou a atenção para as demandas sociais da população brasileira. Confrontou o Brasil real e o Brasil da ficção – a da nova classe média, a do novo desenvolvimentismo que realizou a copa do mundo. É importante destacar que essas lutas não são restritas ao âmbito urbano, mas também no rural. Algumas dessas lutas estão expressas pelos movimentos do Sem Terra, Sem Teto, Luta por Moradia, dos Trabalhadores Rurais, das Mulheres, dos Negros, dos Homoafetivos, dentre outros. Nesse contexto, quais as demandas postas ao Serviço Social? A Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional (ambos de 1993) firmaram o objetivo dos/as Assistentes Sociais de atuarem na defesa dos direitos humanos e no compromisso com os movimentos sociais, em consonância com os interesses da classe trabalhadora e suas organizações sociais. Assim, o Serviço Social tem o papel de fortalecer os movimentos sociais urbanos e a defesa intransigente dos direitos de cidadania na direção da emancipação humana e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária que assegure os direitos sociais de toda a população.

Conclusão

O trabalho buscou, de forma breve, articular os movimentos sociais urbanos à prática profissional do/a Assistente Social. O Serviço social tem um compromisso histórico com os movimentos sociais e objetiva contribuir para que os grupos sociais que lutam por uma condição apropriada de vida articulem forças políticas e construam estratégias para enfrentar as opressões econômicas, de classe, gênero, entre outras na perspectiva da ampliação e consolidação da cidadania.

Referências

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23 pp. 18-34, 1987.

Participação e controle social

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DOS CONSELHOS DE SAÚDE

Ítala Kiev de Moura Muniz(1); José Kayque Neves (2); Raquel Lúcia de Araújo Souza (3); José Eudes de Lorena Sobrinho - Orientador(4)

(1, 2,3) Graduanda (o) em Odontologia pela Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico.

E-mail: italakiev@hotmail.com

(4) Professor Assistente III do curso de Odontologia da Faculdade ASCES; Mestre em Saúde Coletiva pela UFPE; Doutor em Saúde Pública pela FIOCRUZ/PE. E-mail: eudeslorena@hotmail.com

Introdução

O controle social é caracterizado como uma participação da população na gestão da saúde. (Brasil, 1993). É compreendido também pela participação do usuário na avaliação e controle das políticas e ações de saúde. (WENDHAUSEN; CAPONI; 2002). Na definição do sistema e dos serviços de saúde, os conselhos de saúde (CS) são considerados os principais órgãos de controle social. (WENDHAUSEN; CAPONI; 2002). A representatividade dos diferentes segmentos da sociedade civil nas conferências e conselhos de saúde é garantido pela Lei no 8.142/90, nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal (Brasil, 1990). Os conselhos de saúde são um importante componente para a participação da população na tomada de decisão, sendo um mecanismo estratégico que garantia democratização do poder decisório, ao lado da universalidade e da equidade no SUS. (COTTA *et al*, 2011). O CS é organizado de forma paritária por representantes do governo, profissionais prestadores de serviço da saúde e usuários, atuando na elaboração de estratégias e no controle da realização da política de saúde, cujas decisões são sancionadas pelo chefe do Poder Executivo legalmente constituído em cada esfera do governo (LABRA, FIGUEIREDO, 2002; BRASIL, 2003). O objetivo desse estudo foi o de analisar a participação social nos conselhos de saúde através da literatura existente.

Metodologia

Foi realizada um levantamento de artigos científicos utilizando os descritores 'conselhos de planejamento em saúde', 'participação social' e 'controle social' na base de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) com filtro para idioma português e inglês e texto completo. Fora encontrados 81 artigos dos quais 29 atendiam aos critérios de inclusão previamente colocados; destes, após leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 07 de importância para esta pesquisa.

Resultados e Discussão

A maneira de ingresso é um item importante a ser aprimorado nos CS, pois o baixo número de conselheiros que ingressam por meio de eleição prejudica a efetiva participação da população e a renovação dos membros do conselho. No estudo de Saliba *et al* (2009), 19% dos conselheiros ingressaram através de votação direta. Entretanto, Correia (2000) demonstrou em seu estudo que 48% dos conselheiros ingressaram por meio de eleição direta. Abers (2000) observa que a meta mais difícil de ser alcançada em quase todos os CS do país é o controle social dos representantes dos usuários sobre as contas do gestor. No estudo de Saliba *et al* (2009) foi demonstrada a insuficiência quanto a participação dos conselheiros em discussões sobre orçamento.

Apoio:

Realização:

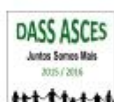


Tabela 1 – Respostas dos conselheiros municipais de saúde dos cinco municípios estudados às questões efetivadas antes da capacitação. – Araçatuba, SP - 2007.

Questão	Sim		Não		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Sente falta de informações que auxiliem nas tarefas como conselheiro*	17	50,0	15	45,2	34	100
Recebeu material para leitura	16	46,3	18	53,7	34	100
Sente dificuldade de analisar documentos	10	29,3	24	70,7	34	100
Participou de discussão sobre orçamento	15	45,2	19	54,8	34	100
Repassa informações	15	45,2	19	54,8	34	100

* Dois conselheiros não souberam informar.

Fonte: SALIBA, N.A et al; 2009

No estudo de Cotta et al (2011) no município de Teixeira, município de pequeno porte de Minas Gerais, é observado também uma dissonância em relação à exigência legal, uma vez que 37,5% (n=12) são representantes da população, 9,4% (n=3), dos trabalhadores e 53,1%, (n=17) do governo, sendo que, entre estes, 11,8% são ligados a câmara dos vereadores (2 vereadores municipais). Fato este que também está em desacordo com o que designa a legislação, dado que representantes dos poderes legislativo e judiciário não devem constituir os CS. (BRASIL, 2003). No estudo de Saliba et al (2009) em que analisaram a composição dos conselhos municipais de saúde (CMS) de cinco municípios de pequeno porte do estado de São Paulo, dois desses CMS não atendiam as exigências de acordo com a Lei no 8.142/90, na qual os CS, em cada esfera do governo, são compostos por representantes de usuários (50%), trabalhadores da saúde (25%) e gestores (25%).

Tabela 2 – Distribuição percentual da composição dos conselheiros municipais de saúde. Araçatuba, SP - 2007

Município	Gestor		Trabalhador		Usuário		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Piçacatu	2	20,0	2	20,0	6	60,0	10	100
Gabriel Monteiro	2	16,6	4	33,3	6	50,0	12	100
Santópolis do Aguapeí	4	33,3	2	16,6	6	50,0	12	100
Bilac	3	25,0	3	25,0	6	50,0	12	100
Clementina	3	30,0	3	30,0	4	40,0	10	100

Fonte: SALIBA, N.A et al; 2009

Em relação à execução de suas funções, 22,2% dos conselheiros relataram que os membros do seu conselho não entendem ou não são conscientes de suas atribuições. (SALIBA et al, 2009). No estudo de Cotta et al (2011), quando os conselheiros era perguntados quanto a existência concreta da participação popular no CMS, 59,4% (n=19) destes mencionaram que isso não ocorria no município, sendo as justificativas para tal resposta :o desinteresse e a desinformação da população (10,5%, n=3) e a inexistência da possibilidade do exercício da participação popular no conselho local (89,5%, n=17).

Alguns estudos como os de ABRASCO (1993), Dallari et al (1996), Cortes (1998) mostram que participantes dos CMS identificaram dificuldades ou possuíam dificuldades para efetivação da participação nos conselhos.

Conclusão

A parietariedade representativa dos segmentos da sociedade não está sendo seguida em alguns dos CS estudados na literatura já existente. É essencial que haja uma desmistificação aos usuários do Sistema Único de Saúde a fim de que os mesmos tenham o acesso a informações a respeito do ingresso e atribuições dos conselheiros. É importante que os próprios membros dos CS estimulem o usuário a conhecer mais sobre as temáticas da saúde. É necessário que haja o estímulo para que os CS divulguem mais as informações quanto às discussões realizadas nas reuniões do CS a sociedade.

Referências

ABERS, R. N. **Inventing local democracy: grass roots politics in Brazil**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2000.

ABRASCO - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. **Incentivo à Participação Popular e Controle Social em Saúde**. Relatório Final. Rio de Janeiro. 1993.

BRASIL. **Lei no 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial. Brasília, DF, p. 25.694, 31 dez. 1990.

_____. Ministério da Saúde. **Descentralização das ações e serviços de saúde: a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei**. Brasília, 1993. (Anexo: norma operacional 001/93).

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nacional, n. 333, 2003**.
CORREIA, M. V. **Que controle social?** Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2000.

CORTES, S. M. V., Conselhos Municipais de Saúde: Possibilidades dos usuários participarem e os determinantes da participação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.3, p. 5-17; 1998.

COTTA, R.M. M.; *et al.* O controle social em cena: refletindo sobre a participação popular no contexto dos Conselhos de Saúde. **Physis**. v.21, n.3, p. 1121-1138; 2011.

DALLARI, S. G et al. O direito à saúde na visão de um conselho municipal de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**. v.12, n.1, p.531-540; 1996.

LABRA, M. E.; FIGUEIREDO, J. S. A. Associativismo, participação e cultura cívica. O potencial dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 537-547, 2002.



SALIBA, N.A. et al. Conselhos de saúde: conhecimento sobre as ações de saúde. **Revista de administração Pública**. v.43, n.6, p. 1369-1378; 2009.

WENDHAUSEN, A; CAPONI, S. O diálogo e a participação em um conselho de saúde em Santa Catarina, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. V. 18, n.6, p. 1621-1628; 2002.



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT DE PERNAMBUCO: OPORTUNIDADE E DESAFIOS

Emerson Silva Santos (1); Filipe Antônio Ferreira da Silva (2).

(1) Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Conselheiro Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco. Emersonssantos1@gmail.com

(2) Graduando de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco, Campus Acadêmico do Agreste – Núcleo de Formação Docente. Atualmente é bolsista do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina. E-mail: filipe.antonio20@hotmail.com

Introdução

O movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), desde o seu surgimento no final da década de 1970, tem atuado no enfrentamento à homofobia (SIMÕES e FACCHINI, 2009) e na busca por dignidade, direitos e cidadania. Para isso, o movimento tem se utilizado de diversas estratégias e ferramentas de intervenção social com vistas a construção de uma sociedade menos hostil e que respeite os direitos humanos da população LGBT. Uma dessas estratégias têm sido a pressão sobre o Estado, a partir do exercício da participação e do controle social. No Brasil, a expressão Controle Social passou a ser utilizada como sinônimo da atuação e controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, principalmente no campo das políticas sociais, a partir do período da redemocratização e abertura política do país nos anos de 1980. Esta expressão ganhou espaço na conjuntura de luta política da sociedade civil pela democratização de um Estado autoritário que vivia sob a égide de um regime militar (BRAVO; CORREIA, 2012). A participação e o controle social exercidos pela sociedade civil podem ser realizados através de diversos mecanismos instituídos pelo Estado, tais como ouvidorias, conferências, audiências públicas, conselhos de políticas públicas, entre outros. O presente trabalho, tem como objetivo apresentar uma breve análise das oportunidades e desafios do Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais de Pernambuco. Para Siraque (2009) os conselhos de políticas públicas são órgãos criados pelo Estado, composto por integrantes do poder público e da sociedade civil, sua finalidade principal é servir como um instrumento de participação popular, controle social e gestão democráticas das políticas, serviços e recursos públicos. Gohn (2011), acredita que os conselhos possibilitam a existência de um sistema de vigilância e de cobrança por parte da sociedade civil sobre o poder público, para que este preste contas de suas ações.

Metodologia

Para este trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa (CRESWELL, 2007; GONSALVES, 2003), por essa ser a mais adequada para estudos com esse formato. Em relação ao seu objetivo, essa pesquisa é do tipo exploratória (GIL, 2008). Ainda na proposta metodológica de Gil (2008), para coleta de dados foram utilizadas a pesquisa documental, nos documentos do conselho (Decreto de criação, edital de eleição, ofícios) e o método observacional a partir da observação dos autores nas reuniões do Conselho.

Resultados e discussão

O Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco foi instituído pelo Decreto N° 40.189 de 10 de dezembro de 2013, o qual instituiu seu formato, composição e

Apoio:

Realização:



competências. Siraque (2009) reflete que os conselhos de políticas públicas são órgãos criados pelo Estado, por meio de uma legislação (lei ou decreto), determinando seus objetivos. Inicialmente, a criação de um Conselho por decreto e não por lei já demonstra uma fragilidade, tendo em vista a possibilidade de revogação do decreto a qualquer momento pelo chefe do poder executivo. Para Teixeira (2005), os objetivos de um conselho refletem a sua função, podem existir conselhos com a finalidade de apenas formular políticas públicas e fiscalizar, outros tem por objetivo também o orçamento e acompanhar tais políticas. No caso do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco, o seu decreto de criação estabeleceu seu caráter consultivo, propositivo e deliberativo. Além disso, instituiu entre suas atribuições o acompanhamento, recomendação e proposição de políticas públicas e ações intersectoriais a serem desenvolvidas pelas Secretarias do Governo de Pernambuco; a análise de convênios e parcerias; o fomento a laços de cooperação com instituições acadêmicas, autárquicas, organizações profissionais, empresariais, sociais, culturais e outras relacionadas às suas atividades; a proposição e a realização de cursos de formação na sua área de atuação. As possibilidades de atuação do conselho revelam oportunidades para a população LGBT de Pernambuco, na medida que a partir da participação nessa instância de controle social, é possível a proposição de políticas, ações, celebrações de convênios e fortalecimento de laços com outras instituições, com vistas a garantia de direitos para esta população. Em relação a sua composição, o Decreto nº 40189/2013 determinou a participação de vinte representantes titulares com seus respectivos suplentes, com composição paritária entre representantes do poder público, indicados pelo Governo de Pernambuco, e da sociedade civil, indicados por organizações com atuação relacionada ao movimento LGBT. A composição paritária entre poder público e sociedade civil é fundamental para realização do controle social, Siraque (2009) aponta que a existência dos conselhos só faz sentido se eles forem instrumentos de partilha de poder entre Estado e sociedade civil. Conforme refletido por Teixeira, Souza e Lima (2012), em geral a participação dos cidadãos nos conselhos de políticas públicas se dá por meio de uma indicação realizada por uma entidade ou movimento social. Quem pode falar e votar nas reuniões do conselho são os representantes das entidades eleitas. Apesar de ter sido criado em dezembro de 2013, o edital de convocação das eleições para os representantes da sociedade civil no conselho só foi publicado em abril de 2014, convocando as eleições para o dia 23 do mesmo mês. Ocorrida a eleição dos membros da sociedade civil, naturalmente os passos seguintes eram a posse e a instalação do funcionamento do conselho, entretanto o Governo de Pernambuco publicou a nomeação dos/as conselheiros/as eleitos somente em outubro de 2014. A posse do conselho foi realizada em junho de 2015, quase dois anos de passaram da publicação do decreto de criação do conselho até a sua posse. Isto revela a negligência do poder público na efetividade das instâncias de controle social.

Conclusão

Até a conclusão do presente estudo, apenas uma reunião do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco foi realizada e contou com a coordenação do Governo de Pernambuco. A precarização do seu funcionamento foi notada com a ausência de material de escritório e de servidores para prestar apoio administrativo na reunião. Para Siraque (2009), o poder público deve fornecer estrutura física e de pessoal para a manutenção das atividades dos conselhos de políticas públicas. São muitos os desafios de uma instância de controle social que nasce nesse formato precário. Conseguir a efetivação do que consta no Decreto nº 40190/2013,

garantir o seu funcionamento, ser reconhecido enquanto instância de controle social e atuar na efetivação das suas atribuições estão entre os primeiros desafios do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco. Entretanto, apesar das dificuldades, a criação desse espaço revela uma oportunidade para a população LGBT no sentido de acompanhar, fiscalizar e propor políticas públicas, sua competência paritária também é um aspecto positivo, além disso, a competência deliberativa do conselho potencializa a possibilidade do exercício do conselho social pela sociedade civil.

Referências

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios do Controle Social na Atualidade**. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000100008>>. Acesso em 28/08/2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3.ed. Campinas, SP: Alínea. 2003.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na Trilha do Arco-Íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIRAQUE, Vanderlei. **Controle Social da Função Administrativa do Estado: Possibilidades e Limites na Constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TEXEIRA, Ana Claudia Chaves. Formação de Conselhos no Brasil. In: FARIA, Hamilton, (Org.); MOREIRA, Altair; (Org.); VERSOLATO, Fernanda, (Org.) **Você quer um bom conselho?** Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de; LIMA, Paula Pompeu Fiuza. Arquitetura da participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais. In: SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. (Orgs.). **Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

CONTROLE SOCIAL: UM IMPORTANTE INSTRUMENTO PARA REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS

Jéfitha kaliny dos Santos Silva

Universidade Estadual da Paraíba; email: jeh_fitha@hotmail.com

Introdução

O controle social é um direito adquirido pela Constituição Federal de 1988, que permite que os cidadãos não só façam parte da formulação dos programas e políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos. Com isso, os cidadãos não só têm o direito de escolher seus representantes, mas também de acompanhar de perto, durante toda a sua gestão, como esse poder delegado está sendo exercido, supervisionado e avaliado em relação à tomada das decisões administrativas. No contexto atual de crise estrutural do capital, o controle social torna-se um importante instrumento de reivindicação de direitos, pois em meio aos embates dos projetos de cunho privatistas neoliberais, que propagam a incapacidade gerencial do setor público e defendem o “Estado Mínimo”, como indica VASCOCELOS; SIVEIRA e SILVA(2005), o controle social exercido pela participação popular configura-se com uma exigência atual na luta pela defesa de direitos outorgados constitucionalmente.

Metodologia

Diante disso esse artigo, que fruto de um estudo bibliográfico e de reflexões e análise realizadas a partir da observação participante durante o estágio curricular na Unidade Básica de Saúde da Família Cidades I, no município de Campina Grande-PB, propõe-se a elucidar o potencial reivindicativo do controle social através do resgate histórico desse mecanismo de participação popular na política de saúde.

Discussão: Apontamentos sobre a trajetória da participação popular no controle social da saúde

O controle social na perspectiva da participação popular a partir do declínio do regime civil-militar e ascensão do processo de (re) democratização brasileira, tem sido alvo de grandes discussões entre os segmentos organizados do país.

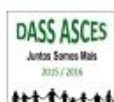
A perspectiva do controle social sobre as ações do Estado, tomou vulto no Brasil a partir do processo de democratização na década de 1980 e, principalmente com a institucionalização dos mecanismos de participação nas políticas públicas na Constituição de 1988 e nas leis orgânicas posteriores. (SILVA, 2001)

Neste sentido, o controle social, de acordo com Cristo (2012), refere-se a capacidade que a sociedade organizada tem de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação para o municípios, estados e governo federal.

O setor de saúde foi pioneiro nesse processo, motivado pelo Movimento da Reforma Sanitária, que reuniu movimentos sociais, intelectuais e partidos políticos de esquerda na luta contra a ditadura militar, e com vistas à mudança do modelo ‘medico- assistencial privatista’ dominante no país.(CRISTO, 2012 apud PAZ,2002)

Apoio:

Realização:



O Movimento de Reforma Sanitária (MRS), de acordo com Silva(2011) e Cristo (2012), foi um sujeito político reivindicatório importante para legalidade e legitimidade do controle social nas ações de saúde, visto que, no processo de construção da Constituição Federal de 1988, este movimento reivindicou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem a participação da popular como uma de suas diretrizes, de acordo com a Lei Orgânica da Saúde. Sobre esse cenário se faz necessário pontuar os processos políticos que ocorreram para que o controle social nas ações de saúde se configurassem com um direito adquirido perante a legislação nacional. Iniciaremos pontuando que em 1988 o Estado brasileiro teve que reconhecer a saúde, mesmo que minimamente, como um direito fundamental do ser humano, tendo ele que promover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, por meio de políticas econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos, e o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário as ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva. Com essa procedência jurídica legal, foi possível sancionar a Lei Orgânica da Saúde (LOS), através da lei 8080/90, que dá origem ao SUS. Porém, as diretrizes do SUS referentes à participação popular são vedadas pelo presidente Collor de Melo, fazendo-se necessária a criação da lei 8.142/90, para preencher as lacunas deixadas na lei 8.080/90, visto que ela não foi sancionada em acordo com que estava previsto na Constituição Federal de 1988. Sobre essa questão Soares (2011) pontua que mediante as novas determinações colocadas para o Estado brasileiro pelo capital privado, o setor de saúde, como todas as outras políticas sociais, passou a não constituir-se mais como um dever do Estado e direito do cidadão, passando a ser um dever do cidadão, mais-valia para o capital e menos trabalho para o Estado à medida que as políticas sociais saem do campo do direito constitucional para campo da mercantilização. Essa conjuntura ocasionou o aprofundamento dos agravos sociais, políticos, ideológicos e culturais existentes no país, rebatendo diretamente na consciência de classe necessária para lutar pela legitimidade do controle social nas ações de saúde, visto que para se exercer o controle social numa conjuntura como esta, se faz necessário uma visão crítica sobre os agentes que a confrontam. Na entrada dos anos 2000, algumas particularidades surgiram na conjuntura brasileira com o início do governo petista, à medida que as políticas sociais a partir desse governo percorreram por um caminho um pouco diferente do que tinha percorrido desde a entrada dos anos 1990. Segundo Bravo e Menezes(2013) isso ocorre porque as propostas e reformas que vem sendo defendidas pelo governos petista ao mesmo tempo que tenta enfrentar as problemáticas sociais, elas dão sequência ao projeto neoliberal instaurado na sociedade brasileira nos anos de 1990, por meio do encolhimento dos espaços públicos e a ampliação dos espaços privados através das parcerias público-privado.

Considerações Aproximativas

Com o exposto observa-se que

As transformações societárias em curso tem fomentado a descrença em projeto coletivos, afetando sobremaneira das organizações populares e movimentos sociais, refletindo na debilidade da participação, na desmobilização e no enfraquecimento de suas lutas. (VASCONCELOS; SILVEIRA e SILVA, 2005).

Diante disso, pontuamos que a existência de sujeitos políticos dotados de autonomia e representatividade, com o intuito de garantir visibilidade e transparência aos assuntos coletivos, na gestão dos recursos financeiros, na qualidade dos serviços prestados e na sua efetividade,

torna-se uma exigência atual para controle social, e conseqüentemente para luta pela garantia de direitos sociais outorgados constitucionalmente.

Referências

BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo. A política de saúde na atual conjuntura: Algumas Reflexões sobre os governos Lula e Dilma. In: SILVA, Letícia Batista.; RAMOS, Adriana (Orgs). **Serviço social, saúde e questões contemporâneas**: reflexões críticas sobre a prática profissional. Campinas-SP: Papel Social, 2013.

CRISTO, Solange Conceição Albuquerque de. **Controle social**: um caso do Pará. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº109, 2012.

SILVA, Alessandra Ximenes. Reforma Sanitária, Hegemonia e a Efetividade do Controle Social. In: DAVI, Jordeana et al (Orgs.). **Seguridade Social e Saúde**: Tendências e Desafios. Campina Grande/PB, EDUEPB, 2011.

SOARES, R.C.. **Contrarreforma na Política de Saúde e o SUS hoje**: impactos e demandas para o serviço social. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social. Recife/PE. 2011.

VASCONCELOS, Kathleen Leal Vasconcelos; SIVEIRA, Sandra Amélia Sampaio; SILVA, Maria José Mel. **Conselhos Comunitários de Saúde**: Espaços de ampliação da democracia participativa. Trabalho apresentado com o título “Health & Commonalty Councils: Democracy Partnership Enlargement Room?” no 14 International Symposium of The Inter-University Consortium for International Social Development – IUCISD, realizado no período de 25-29 de julho, em Recife/PE, 2005.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CARUARU-PE - QUAL A EFICÁCIA OBTIDA?

Erika Patrícia Ferreira dos Santos (1); Isabel Cristina Souza Queiroz (2); Marco Aurélio da Silva Freire (3).

(1,2) *Discentes do Curso Direito da Associação Caruaruense de Ensino Superior.*

E-mail: erikap.direito@hotmail.com

(3) *Docente do Curso Direito da Associação Caruaruense de Ensino Superior.*

E-mail: marcofreire@ascres.edu.br

Introdução

O tema participação e controle social tem uma forte ligação com a democracia, à luz da sociologia, mas especificamente da concepção do contratualista Jean-Jacques Rousseau que afirmava que a soberania deve ser exercida pelo povo, assim, deve-se haver uma participação popular nas decisões de que envolvem a vida em sociedade, como forma de democracia. Essa participação é necessária, pois a partir das ideias de Hobbes o soberano seria o Estado que teria total poder para comandar as decisões. Por ora é preciso entender que essa interferência popular é uma maneira de controlar o estado, não permitindo que as vontades da população sejam reprimidas. O presente trabalho tem por objetivo a análise da participação da sociedade civil nos conselhos municipais da cidade de Caruaru-PE, tornando-se instrumento de controle social e influenciando no processo político de tomada de decisões.

Metodologia

Para a construção desse resumo, que tem por preferência a apresentação em pôster, observou-se a formação dos conselhos municipais de educação e sua relação direta com a democracia, estabelecida por meio da participação popular, levantando a questão da eficácia social gerada por esse vínculo estatal-social. Por meio da análise de conteúdo e pesquisa documental e bibliográfica, buscamos entender se há uma eficácia advinda dessa participação. Teremos uma participação ativa e efetiva quando os conselheiros estiverem cumprindo com os seus deveres, estiverem presentes nas reuniões e realizarem citações que contribuam com a discussão. Os conselhos não devem servir apenas de consulta da vontade popular, mas devem ser um órgão intermediador entre o povo e o poder público, para que assim as metas estabelecidas com essa união sejam alcançadas.

Discussão

Os conselhos municipais são órgãos públicos voltados para garantir um direito constitucional da cidadania, possuem uma estrutura mista, que conta com a presença da sociedade civil, vinculada ao Estado. Nesses conselhos os setores populares conseguem exercer a democracia participativa no momento em que representam seus interesses referentes às questões levantadas pelo município. A constituição de conselhos tem sido percebida como uma porta aberta pelo poder público para a entrada da sociedade civil, aumentando o processo de democratização da sociedade. A democracia participativa possibilita a intervenção direta da população nas decisões políticas, é uma abertura para que a sociedade controle o poder

Apoio:

Realização:



político, pois o cidadão pode através de critérios, orientar a ação pública. Alguns exemplos dessa democracia são: referendun, plebiscito e iniciativa popular. O controle social é exatamente essa participação do cidadão na gestão pública, seja por meio dos conselhos ou dos exemplos citados anteriormente. Para que haja eficácia nesse processo, é preciso que os conselheiros participem da criação e decisão de metas e objetivos, combatendo a total soberania do Estado relatada nos ideais Hobessianos. Agindo dessa maneira ele não será mais um alienado do poder político dominante, pois ele contribuirá para a formação democrática da sociedade. Como explica Bobbio (1986, p.54), trata-se da ocupação, pelas formas da democracia representativa, de espaços até agora dominados por organizações hierárquicas e burocráticas, nas quais estão presentes a “exigência e o exercício efetivo de uma sempre nova participação.” Concluimos que, a eficácia é fruto do controle social, se os objetivos de exercer a cidadania e democracia estiverem sendo garantidos, consequentemente a eficácia será obtida.

Resultados

A análise de resultado deste trabalho está sendo construída de maneira gradativa, pois é uma pesquisa em andamento. Através do problema levantado encontramos uma hipótese: a eficácia existirá quando os conselheiros estiverem de fato envolvidos no projeto, se estiverem dentro dos critérios estabelecidos para se ter uma participação ativa e efetiva e se desenvolverem sua decisão a partir da observação das necessidades da sociedade. Entretanto se os conselheiros estiverem apenas teoricamente dentro desse projeto, nenhum efeito social será adquirido. Por ora podemos afirmar que os conselhos de educação da cidade de Caruaru são importantes para trazer efeitos sociais, entretanto a participação da sociedade civil é ainda mais valiosa, tendo em vista que não há um bom funcionamento desse órgão se não houver a intervenção popular por meio dos conselheiros.

Conclusão

Conclui-se que os conselhos são uma das mais avançadas formas de democracia atual, unindo duas realidades distintas existentes, o poder público que responde pelas vontades da classe dominante e os representantes da sociedade que defendem os interesses da maioria desfavorecida. É preciso expandir esse projeto, apresentando-o a população que ainda o desconhece, para que só assim a sociedade consiga colocar as rédeas no Estado, controlando-o e conduzindo-o a decidir pelo povo e para o povo.

Referências

WEFFORT, Francisco. **Os Clássicos da Política**. Editora Ática. São Paulo, 2000. v.1.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia**: Os caminhos da democracia participativa. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 1.



TATAGIBA, Luciana. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 25, nov. 2005.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves de. Participação e Controle da Sociedade sobre Políticas Sociais no Cone Sul. In. DAGNINO, Evelina e TATAGIBA, Luciana (Orgs.). **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007, pp. 205-258.



PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO SUS

Mariane Barbosa da Silva (1); Luana Nogueira (2)

Discentes da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico-ASCES.
E-mail: mary1992barbosa@hotmail.com

Introdução

O processo de criação do SUS teve início a partir das definições legais estabelecidas pela nova Constituição Federal do Brasil de 1988, sendo consolidado e regulamentado com as Leis Orgânicas da Saúde (LOA), nº 8080/90 e nº 8.142/90, sendo estabelecidas nestas as diretrizes e normas que direcionam o novo sistema de saúde, bem como aspectos relacionados à sua organização e funcionamento, critérios de repasses para os estados e municípios além de disciplinar o controle social no SUS em conformidade com as representações dos critérios estaduais e municipais de saúde (FINKELMAN, 2002; FARIA 2003; SOUZA, 2003). É de suma importância o reconhecimento e toda a relevância destinada à saúde, voltadas para descentralização das ações do SUS, no controle do cumprimento de seus princípios e na promoção da participação da população na sua gestão. Em seu processo de consolidação no âmbito das políticas públicas, os Conselhos de Saúde, como instâncias colegiadas e deliberativas à estrutura do SUS, representam espaços participativos nos quais emerge uma nova cultura política, configurando-se como uma prática na qual se faz presente o diálogo, a contestação e a negociação a favor da democracia e da cidadania. Onde a participação social é de grande relevância para o desenvolvimento estratégico da assistência igualitária e integral a saúde. Essas relações que têm como contexto a representatividade, a qualificação e a capacidade de formulação de seus membros, a visibilidade de suas propostas, a transparência de sua atuação, a permeabilidade e a comunicação com a sociedade vão definir em cada Conselho de Saúde a qualidade de sua ação. O controle social no SUS compreende com a garantia dos direitos sociais, com o fortalecimento e envolvimento social. Tem como Objetivos: i) descrever a importância do controle social no SUS; ii) fortalecer a atuação dos conselheiros de saúde e sujeitos sociais como articuladores da participação da sociedade dentro do SUS e; iii) mostrar a importância da participação social para a melhoria da assistência à saúde no SUS.

Metodologia

Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se pesquisa bibliográfica, com estudo descritivo que analisou teses, dissertações e artigos científicos sobre o tema, produzidos no Brasil durante o período de 2003 a 2010. Considerando o objeto do estudo, inicialmente os artigos referentes à temática abordada foram pesquisados no banco de dados das bibliotecas eletrônicas SciELO, LILACS e Medline. Descritores: participação popular, controle social em saúde, participação comunitária no SUS. Os critérios de inclusão foram: artigos cujo tema central era controle social e participação popular. Foram identificadas 104 publicações que foram incluídas de acordo com os critérios adotados neste estudo. Após a leitura dos resultados, verificou-se que somente 36 artigos eram de interesse do objeto de estudo proposto. Os critérios de exclusão foram artigos de caráter comercial.

Resultados e Discussão

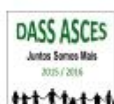
O processo de criação do SUS teve início a partir das definições legais estabelecidas pela nova Constituição Federal do Brasil de 1988, sendo consolidado e regulamentado com as Leis Orgânicas da Saúde (LOA), nº 8080/90 e nº 8.142/90, sendo estabelecidas nestas as diretrizes e normas que direcionam o novo sistema de saúde, bem como aspectos relacionados a sua organização e funcionamento, critérios de repasses para os estados e municípios além de disciplinar o controle social no SUS em conformidade com as representações dos critérios estaduais e municipais de saúde (FINKELMAN, 2002; FARIA, 2003; SOUZA, 2003). O SUS nos trouxe a ampliação da assistência à saúde para a coletividade, possibilitando, com isso, um novo olhar às ações, serviços e práticas assistenciais. Sendo estas norteadas pelos princípios e diretrizes: Universalidade de acesso aos serviços de saúde; Integralidade da assistência; Equidade; Descentralização Político-administrativa; Participação da comunidade; regionalização e hierarquização (REIS, 2003). A participação popular e o controle social em saúde, dentre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), destacam-se como de grande relevância social e política, pois se constituem na garantia de que a população participará do processo de formulação e controle das políticas públicas de saúde. No Brasil, o controle social se refere à participação da comunidade no processo decisório sobre políticas públicas e ao controle sobre a ação do Estado (ARANTES et al., 2007). A participação contínua da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos. Embora o termo controle social seja o mais utilizado, consideramos que se trata de um reducionismo, uma vez que este não traduz a amplitude do direito assegurado pela nova Constituição Federal de 1988, que permite não só o controle e a fiscalização permanente da aplicação de recursos públicos.

Este também se manifesta através da ação, onde cidadãos e políticos têm um papel social a desempenhar através da execução de suas funções, ou ainda através da proposição, onde cidadãos participam da formulação de políticas, intervindo em decisões e orientando a Administração Pública quanto às melhores medidas a serem adotadas com objetivo de atender aos legítimos interesses públicos (NOGUEIRA, 2004; BRASIL, 2011; MENEZES, 2010).

Processos de educação permanente para o controle social no SUS devem ter como nível de abrangência a sociedade, na qual o cidadão tem o direito de conhecer, propor, fiscalizar e contribuir para o fortalecimento do controle social no SUS e o aperfeiçoamento dos Conselhos de Saúde, como instâncias deliberativas da política de saúde, promovendo, assim, a superação dos limites de sua atuação enquanto meros legitimadores de propostas aparentemente complexas, de domínio dos técnicos e políticos mais experientes. É, pois, de fundamental importância uma política voltada para o controle social, de iniciativa de cada Conselho de Saúde, e que garanta a atualização de demandas de informações sobre questões apresentadas como temas da agenda política do SUS. Essas relações que têm como contexto a representatividade, a qualificação e a capacidade de formulação de seus membros, a visibilidade de suas propostas, a transparência de sua atuação, a permeabilidade e a comunicação com a sociedade vão definir em cada Conselho de Saúde a qualidade de sua ação. Na organização dos serviços, a tarefa que se apresenta é a construção da integralidade, promovendo a equidade e a atenção humanizada à saúde. A gestão participativa constitui-se estratégia transversal, presente nos processos cotidianos da gestão do SUS. Formular e deliberar juntos significa mais do que realizar o controle social – e este é o efetivo desafio apresentado. Os fundamentos legais

Apoio:

Realização:



instituem os Conselhos e Conferências de Saúde, que vêm mobilizando trabalhadores de saúde, gestores e usuários no controle social do SUS. No entanto, a democracia participativa ainda precisa de maior fortalecimento e, no tocante ao controle social no SUS, precisamos de uma maior ampliação de espaços públicos de construção e pactuação da política de saúde, fortalecendo seus espaços e mobilizando a população em torno do direito à saúde. Este processo, além de promover a equidade, também conduzirá a um espaço de inclusão e diálogo com grupos populacionais socialmente excluídos.

Conclusão

Pode-se assim concluir que é preciso que o controle social aconteça na prática, para que não fique apenas em lei e que a sociedade civil ocupe de modo pleno e efetivo esses diversos espaços de participação social. A sociedade no acompanhamento/fiscalização/ participação da gestão pública em saúde se faz de forma importantíssima, pois pela primeira vez na história reuniram-se experiências exitosas na área do controle social. Vieram a públicas iniciativas relevantes que antes estavam isoladas, desenvolvidas por diversos atores: associações, movimentos, profissionais, fóruns, setor público, conselhos etc. por fim é necessário instituir e proporcionar condições para que a democracia participativa se efetive na prática e que a sociedade civil se torne protagonista nesse processo de controle social em políticas públicas de saúde, pleiteando constituir um Brasil, como referência mundial, em boas práticas na área de fiscalização e controle social em saúde.

Referências

ARANTES, C. I. S et al. O Controle Social no Sistema Único de Saúde: concepções e ações de enfermeiras da atenção básica. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 470-478, jul./set. 2007.

BRASIL. **Lei n.º 8.142 de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, fev. 2003.

FINKELMAN, J. (org.). **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. 328

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a Sociedade Civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004

REIS, E. P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, fev. 2003.



SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS CHAMADAS ONGs NA FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Paulo Ricardo de Paiva e Souza

Docente da Faculdade ASCES. Programa de Pós-graduação em Sociologia – UFPE. Instituto Rodolfo. E-mail: ricardodepaiva@ascres.edu.br

Introdução

Este trabalho propõe refletir sobre como podemos analisar a participação das chamadas Organizações Não Governamentais – ONGs - na proposição, elaboração e monitoramento da implementação de políticas sociais no Brasil, partindo da ideia de um tipo de organização multifacetada, mas que pode apresentar características marcantes de sua personalidade institucional. Esta reflexão se justifica, principalmente, pelo o fato de se ver as ONGs como atores sociais de relevância no Brasil nas últimas quatro décadas, e no mundo, desde o final dos anos de 1940, quando da criação da Organização das Nações Unidas e quando a designação Organização Não Governamental foi usada pela primeira vez, tendo sido, desde então, protagonistas em aspectos provocadores de mudanças sociais e reformulação política. Como metodologia, fiz-me valer de meios eletrônicos, notadamente a teia mundial da internet, para levantar informações básicas que sustentassem a hipótese das ONGs serem atores primariamente políticos, dedicados à incidência com vistas a influenciar políticas e modelos de gestão pública, sem eliminar sua vocação à atenção social. Nesse sentido, visitei alguns sites de ONGs para verificar seus objetivos institucionais, e encontrei no site da Associação Brasileira de ONGs – ABONG – pistas que corroboram com a afirmação apresentada acerca do caráter fundamentalmente política das ONGs.

Discussão: Organização não governamental: tecendo um conceito

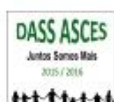
O primeiro passo desse trabalho é apresentar as razões para insistir no uso da designação ONG para um certo tipo de organização da sociedade civil. As Organizações Não Governamentais - ou pelo menos o termo - começaram a ser reconhecidas de forma mais ampla no início da década de 1990, embora, já fossem atuantes no país, sob essa designação, desde meados da década de 1970. Ao longo dessas décadas, essas organizações ganharam espaço político, influenciaram a sociedade, tornaram-se tema de controvérsias e consolidaram seu *status* social. Especificamente no Brasil, essas organizações ganham força com a volta ao país dos exilados políticos e vêm atreladas aos embates ideológicos da década de 1970. A antropóloga Leilah Landim afirma que:

As atuais ONGs, portanto, e como tem sido estudado, começam a existir em anos de regime militar. Acompanham um padrão característico da sociedade brasileira, onde o período autoritário convive com a modernização e a diversidade social do país e com a gestão de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e autonomia em relação ao Estado, num contexto em que sociedade civil tende a se confundir, por si só, com oposição política. (1998, pp. 29-30).

Assim, designadas ONGs apresentam-se com um caráter político definido e, desde o início, demonstrando uma clara vocação de ação e incidência direcionadas aos assuntos públicos. Com as mudanças no cenário político brasileiro – volta das eleições diretas, poder público

Apoio:

Realização:



assumido por forças mais abertas ao diálogo; estabilização econômica -, a designação ONG foi se tornando mais ampla. O foco nas questões políticas de base ideológica deu lugar a uma visão de formação e qualificação social. As ações apresentadas como alternativas passaram a ser olhadas como 'alterativas', que buscam se inserir no contexto oficial como forma de ganho qualitativo dos serviços públicos, seja através de incidências para influenciar na construção de políticas públicas, seja no desenvolvimento de novas metodologias de ação junto a diversos setores sociais. Opto, aqui, em manter a ideia do termo ONG porque creio em uma personalidade específica, que ficaria pouco representada se tratada de maneira genérica como, por exemplo, organização da sociedade civil – OSC ou terceiro Setor. A condição de Organização Não Governamental, a meu ver, independe de qualquer outra designação jurídica que a instituição possa ter. Está sim, do ponto de vista defendido para este trabalho, atrelada ao seu caráter sem fins lucrativos, à sua postura político-social e ao comprometimento de seus participantes em relação aos propósitos de sua atuação. A situação do Não Governamental, mais do que uma negação, é vista por mim como uma afirmação, que busca manter sua capacidade de posicionamento político independente.

Considerações finais: Uma vocação política

O universo dessas organizações, as ONGs extrapolam o quadro de associados da ABONG, mas foi esse coletivo de instituições que escolhi para dar o recorte dessa análise, que considero ainda superficial, mas que já nos mostra uma clara tendência. Com base no que foi possível apurar em seu website, vimos que existem atualmente 258 organizações afiliadas àquela associação. A ABONG apresenta também as áreas de atuação de seus afiliados (23 específicas, além da possibilidade "outras") e pode-se perceber que essas áreas são prioritariamente de ações consideradas sócio-políticas. Foram eleitas sete dessas áreas. O critério de seleção foi o de caráter de vinculação direta à gestão pública:²⁶ Justiça e promoção de direitos; Organização popular/Participação Popular; Orçamento Público; Questões Indígenas; Questões agrárias; Questões urbanas; e Segurança pública. 114 organizações (44,19% dos associados) se declaram dedicadas a um ou mais desses temas. Mais de 50% das organizações atuantes no NE (54,1%) e no S (68,2%) dedicam-se a esses temas de incidência política. Essa tendência vem ao encontro dos novos modelos propostos para a gestão pública. Em documento produzido pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública, editado por Jocelyne Bourgon (2010), podemos encontrar propostas de modelos que se espelham no mercado – com foco nos resultados - e que consideram a ação em rede – baseada na participação. Propostas semelhantes podem ser encontradas nos escritos de José Matias Pereira (2012). Desta forma, abrem-se espaços para ações de incidência política e controle social por parte das ONGs já que a tendência é mesclar esses modelos, construindo indicadores de gestão – o que permite o monitoramento, logo, o controle social – e ampliando os espaços de consulta/escuta – conselhos, orçamento participativo; audiências públicas – favorecendo a participação das ONGs, principais representantes da sociedade nesses espaços.

²⁶ Todas as áreas conectam-se de alguma maneira à gestão pública. As áreas escolhidas, contudo, dificilmente sofreriam mudanças que não passassem pelas instâncias dos poderes oficiais.

Apoio:

Realização:



Referências

ABONG. **Estatuto Social**. Disponível em http://www.abong.org.br/quem_somos.php?id=3. Acesso em 05/09/2012.

_____. **Website**. Disponível em <http://www.abong.org.br>. Acesso em 05/09/2012.

BOURGON, Jocelyne (Ed.). Em busca de uma nova síntese para a administração pública: textos para discussão. **Caderno NS6**. Brasília: ENAP, 2010.

LAMDIM, Leilah. Defining the nonprofit sector: Brazil. **Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, n.9**. Solomon, Lester M. and Anheier, Helmut K. (ed.). The Johns Hopkins Institute for Policy Studies: Baltimore, 1993.

_____. Experiência militante: História das assim chamadas ONGs. In Landim, Leilah (Org.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.**. ISER/Editora NAU: Rio de Janeiro, 1998.

PEREIRA, J. M. **Modelos de administração pública: compreensão e fundamentos**. Brasília: ENAP, 2012. Disponível em [http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1057/Aula%20%20-%20Jos%C3%A9%20Matias-Pereira%20\(D3.1%20%E2%80%93%20Debate%20Contempor%C3%A2neo%20da%20Gest%C3%A3o%20P%C3%BAblica\).pdf?sequence=3](http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1057/Aula%20%20-%20Jos%C3%A9%20Matias-Pereira%20(D3.1%20%E2%80%93%20Debate%20Contempor%C3%A2neo%20da%20Gest%C3%A3o%20P%C3%BAblica).pdf?sequence=3). Acesso em 10 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Charter of the United Nations**. ONU: São Francisco, EUA, 1945. (disponível em: <http://www.un.org/en/documents/charter/>). Acesso em 27/09/2014).

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



Relatos de experiências

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES DA EXPERIÊNCIA DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS DA FACULDADE ASCES

Jessica Fernandes Sales da Silva

Assistente social do Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

E-mail: jessica-sales@hotmail.com

Introdução

O trabalho tem como objeto o ensino, pesquisa e extensão. Trata-se do registro da experiência que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso e tem como questão central: *Como se efetiva o tripé ensino, pesquisa e extensão na formação em Serviço Social em uma instituição de ensino superior privada?* A aproximação com o tema ocorreu durante o Estágio Curricular I e II, no período 2013.2 e 2014.1, no Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais (LEPPS) o que permitiu observar e refletir sobre questões a respeito da formação profissional e a articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão. Foi nesse contexto que emergiu o interesse de realizar a presente pesquisa que tem como objetivo central compreender as possibilidades e limites para a consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão na formação em Serviço Social em uma Instituição de Ensino Superior privada, tendo como lócus da pesquisa empírica o LEPPS. É importante ressaltar que com a expansão do ensino superior e a oferta de cursos pelas instituições privadas de ensino, a exigência do tripé ensino, pesquisa e extensão se mantém pelas normativas do MEC e pela ABEPSS. No entanto, observa-se que essa exigência não é uma realidade na maioria das IES privadas. Dessa forma, pode-se dizer que a experiência do LEPPS é pioneira. LEPPS se propõe atuar como espaço de articulação deste tripé como campo de estágio e formação permanente para Assistentes Sociais da Região Agreste, tornando-se uma experiência profícua para pesquisas.

Metodologia

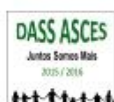
Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou como procedimentos metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, além da observação participante. Os documentos analisados foram: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) e Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Os documentos foram àqueles produzidos pelo LEPPS, a saber: Projeto LEPPS e os Relatórios de 2013 e 2014. Para analisar os dados recorreu-se à Análise Crítica do Discurso de acordo com Fairclough (2008) com ênfase no significado das Palavras.

Resultados e Discussões

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito. Sua inserção no texto constitucional foi resultado de um processo de luta não apenas pela defesa dos direitos, mas, especialmente, pela redemocratização do país, que desde 1964 vivenciava uma Ditadura Militar. Fazendo uma linha histórica com relação a educação nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, pode-se afirmar que: i) o governo *Fernando Henrique Cardoso* ampliou a competitividade entre as instituições de ensino superior; e o enfraqueceu as universidades que associavam ensino, pesquisa e extensão; aumentou a lógica de privatização; reduziu verbas públicas para o financiamento da educação superior; criou programas de financiamento estudantil (FIES); elaborou o Plano Nacional de Educação (2001);

Apoio:

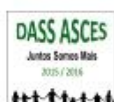
Realização:



possibilitou a abertura para a Educação à Distância. ii) O governo *Luiz Inácio Lula da Silva* colocou a Educação como agente estratégico de desenvolvimento econômico e social; criou programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e o aperfeiçoamento do FIES; democratizou o acesso à educação através da reestruturação da rede de ensino, políticas de cotas; criou bolsas inteiras e parciais; Interiorizou o ensino superior; fortaleceu a Educação à Distância e o Decreto que a normatizou, nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. lii) Já no governo de *Dilma Rousseff* a educação também será um agente estratégico de desenvolvimento econômico e social, criou programas de capacitação de mão de obra e a elevação da empregabilidade da população; expandiu as universidades no interior dos estados; criou programas como Ciência Sem Fronteiras; ampliou o PROUNI e FIES; elaborou Plano Nacional de Educação (2014). Para contextualizar a reflexão do LEPPS, faz-se aqui, de forma breve, um histórico da profissão do/a Assistente Social. O surgimento do Serviço Social no Brasil ocorreu em meados da década de 1930 com o caráter caritativo e assistencialista. Esse caráter permaneceu até os meados dos anos de 1960, posteriormente ocorreu o amadurecimento da profissão e a sua inserção no âmbito acadêmico e sua aproximação com os movimentos sociais e a sua ação a favor da classe trabalhadora. Na década de 1970 ocorre a inserção do Serviço Social nas universidades públicas e privadas. Na década seguinte com o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986, no qual o Serviço Social ganhou visibilidade e credibilidade. No processo de fortalecimento do Serviço Social em meados dos anos 1990, destaca-se a construção do Projeto Ético-Político e a Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993 que regulamenta a profissão, o Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996. A Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, trata sobre a profissão de Assistente Social e estabelece as atribuições privativas de Assistentes Sociais. Em meados de 1996 é aprovada as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social pela Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996). O Serviço Social nos anos de 1990 obteve um nível alto de qualidade e adquire visibilidade através do Código de Ética do Assistente Social e as diversas normatizações. Com a entrada do novo milênio, nos anos 2000, ocorreu o aumento dos cursos de Serviço Social em todo o Brasil e a privatização e mercantilização do ensino superior. O governo *Luiz Inácio da Silva*, no que diz respeito ao ensino superior trata a educação como estratégia para a democratização do acesso aos programas de financiamento do ensino, dessa forma há o aumento do número de matrículas em faculdades, universidades, centros universitários e entre outros, concomitantemente na modalidade de Educação à Distância que tem dificuldade de articular ensino, pesquisa e extensão. No tocante à Faculdade Asces, o tripé ensino, pesquisa e extensão no LEPPS, de acordo com o que foi encontrado nos documentos do Laboratório (relatórios 2013 e 2014), o processo de efetivação do referido tripé é mencionado em diversos trechos dos documentos com relação a efetivação do ensino, pesquisa e extensão. Na implementação do item ensino, o LEPPS desenvolve projetos que se articulam às disciplinas ofertadas pelo curso de Serviço Social existentes na grade curricular. A proposta de pesquisa aparece mencionada nos objetivos dos projetos de extensões e nos Trabalhos de Conclusão de Curso. Já relacionada extensão, existe dois projetos com esse caráter o Cine Cidadania e o Cidadania não se Aposenta, os demais projetos de extensão realizam intervenções sociais.

Apoio:

Realização:



Conclusões

De acordo com os achados da pesquisa mencionados acima, pode-se dizer que contribuíram para a compreensão sobre os limites e as possibilidades para consolidação do tripé na formação em Serviço Social. Observou-se que a pesquisa ainda limitada aos TCCs, visto que há ausência de um Grupo de Pesquisa; informações insuficientes nos relatórios dos projetos, bem como a uma ênfase maior do LEPPS sobre a efetivação do tripé. No que diz respeito às possibilidades, a Faculdade Asces desenvolver projetos de pesquisa e extensão, embora não seja obrigatório; a efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão estar pautada como um dos objetivos do LEPPS; a integração das temáticas dos projetos com as disciplinas do curso; o Lepps como campo de estágio curricular; a produção de conhecimento sobre o LEPPS e temáticas vinculadas pelos/as discentes. Diante do exposto foi apresentada algumas propostas para o LEPPS de forma a contribuir com a visibilidade e sistematização dos processos de implementação do tripé ensino pesquisa e extensão, tais como: 1. Os relatórios dos projetos e do LEPPS apresentem avaliação de como as ações contribuíram para o fortalecimento do tripé, bem como quais atividades se relacionam às dimensões do ensino, pesquisa e extensão; 2. Informações sobre a experiência de estágio realizada no âmbito do LEPPS; 3. A ampliação de pesquisas aos discentes; 4. As pesquisas realizadas no âmbito do LEPPS como, projetos ou TCCs devem ser inseridas informações nos relatórios.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em <http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf> acesso em 17 de setembro de 2014.

ALBUQUERQUE, Juliene Tenório de. **A Racionalidade de um Discurso: jovem como agente estratégico de desenvolvimento**. 2014. 192 folhas. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Doutorado em Serviço Social. Recife – PE, 2014.

ANDES-SN. Grupo de Trabalho de Política Educacional. **A contra-reforma da educação superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do Governo Lula da Silva**. Brasília, ago./2004.

ASCES. **Curso de Serviço Social: Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais**, Faculdade ASCES: Caruaru, 2012.

_____. **Serviço Social**. Faculdade ASCES: Caruaru, sd. Disponível em <http://www.asc.es.edu.br/?p=ensino_curso&idcurso=6> acesso em 9 de novembro de 2014

_____. Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais – LEPPS - **Relatório Parcial de Atividades – 2013.1**. Caruaru, 2013.1.

_____. Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais – LEPPS - **Relatório de Atividades – 2013.2.** Caruaru, 2013.1.

_____. Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais – LEPPS - **Relatório Semestral – 2014.1.** Caruaru, Junho, 2014.1.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social-CFESS. **Regulamentação da Profissão Lei Nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Brasília, 1993. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf> acesso em 18 de setembro de 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Senado Federal-Secretaria Especial de Informática. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> acesso em 21 de novembro de 2013.

_____. Ministério da Educação. **Reforma da Educação Superior – reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior.** Documento II. Brasília: MEC, ago./2004.

FERREIRA, Suely. **Reformas na Educação Superior:** de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). Linhas críticas, Brasília, DF, n36, p. 455-472, maio/ago. 2012. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-04312012000200013&script=sci_arttext> acesso em 13 de junho de 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior:** de FHC a Lula. São Paulo, Ed Xamã, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.) **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social:** do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.



YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.



ACOLHIMENTO HUMANIZADO ÀS GESTANTES DE UMA MATERNIDADE DE REFERÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE

Cristianne Dayse de Oliveira Lima Mergulhão (1); Bruna Nascimento de Melo (2)

(1) Assistente Social do Hospital Jesus Nazareno. E-mail: limamergulhao@gmail.com

(2) Discente do Curso de Serviço social da faculdade Ascres. E-mail: brunanascimento.melo@hotmail.com

Introdução

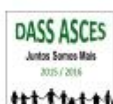
O relato da experiência apresenta uma mudança no processo de trabalho da equipe da maternidade de referência em gestação de Alto Risco em Caruaru – PE, em busca de uma melhora no acolhimento e a assistência à gestante antes, durante e depois do parto e ao seu bebê. A espécie humana, que se caracteriza, entre outros atributos, pela inteligência, pela capacidade de comunicação e pela possibilidade de transformação do meio em que vive, modificou profundamente, ao longo do século passado à maneira como o parto e o nascimento se dão pela incorporação de tecnologia (DIAS, 2006). Historicamente o acompanhamento do trabalho de parto ocorria no ambiente domiciliar, onde a gestante era assistida por outra mulher, geralmente uma parteira de sua confiança, e apoiada pelos seus familiares (BRUGGEMANN et al., 2005). Com a hospitalização, este acontecimento de forte conteúdo social e cultural, deixou de acontecer no seio da família e passou a ser tratado dentro de um hospital, num modelo de cuidado onde a preocupação maior está no domínio dos processos fisiológicos do que com as necessidades da mãe e do seu filho (DIAS, 2006). Na realidade brasileira situações de desrespeito para com a mulher durante a assistência ao parto ainda são vivenciadas e este fato justificou a necessidade de repensar formas de melhor acolher e tratar as gestantes, fazendo valer direitos já garantidos em lei. A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que o bem-estar da futura mãe deve ser assegurado por meio do livre acesso de um membro da família, escolhido por ela, durante o nascimento e em todo o período pós-natal e no Brasil o Ministério da Saúde recomenda que todos os esforços devam ser realizados para garantir que toda parturiente tenha uma pessoa de sua escolha para encorajá-la e dar-lhe conforto durante o processo de nascimento do seu filho, fato garantido através da sanção da Lei nº 11.108, em abril de 2005. No entanto, no Hospital Jesus Nazareno este acesso de acompanhante no pré-parto só aconteceu após esforço do Serviço Social em janeiro de 2015 ao implantar uma série de ações simples que demandaram baixo custo operacional e que contribuíram com a melhoria da qualidade dos serviços.

Metodologia

A experiência foi desenvolvida no Hospital Jesus Nazareno-HJN, maternidade de referência para gestação de Alto Risco, localizado em Caruaru-PE, em duas etapas. Na primeira procuramos reorganizar o processo de trabalho e na segunda reorganizar a atenção. Para isto foram realizadas reuniões por plantão para apresentar as propostas de inclusão da acompanhante no Pré-parto e colocar os profissionais do Serviço Social à disposição da equipe em caso de

Apoio:

Realização:



dificuldade para lidar com esta acompanhante na sala de expectativa. Também foi necessário adequar a área física do Pré-parto para possibilitar a presença de um acompanhante, fazendo cumprir o disposto na Lei nº 11.108 e estabelecer um espaço de escuta para as acompanhantes e/ou pacientes falar sobre a experiência vivenciada durante o período de internamento, ficando o Assistente Social do plantão responsável por esta atividade.

Resultados

Com a implantação das ações propostas os profissionais de saúde superaram a prática tradicional, centrada na exclusividade da dimensão biológica, ampliando assim a escuta e transformando o processo de trabalho na unidade de saúde e estas modificações contribuíram para que o Hospital Jesus Nazareno se consolidasse como referência para a gestação de Alto Risco. Além disto, conseguimos reduzir o grau de insatisfação das pacientes atendidas nesta unidade de saúde e melhoramos a qualidade dos serviços prestados às gestantes, não só de Caruaru, mas de toda uma região.

Considerações finais

Observar diariamente a realidade vivenciada pelos profissionais de saúde do HJN, possibilitou-nos a identificação de possíveis reestruturações nas ações já implementadas ou a efetivação de outras ainda não realizadas. Vimos o quanto é importante a equipe de saúde estar preparada para acolher a grávida, seu companheiro e família, respeitando todos os significados desse momento; pois, só esta forma de abordagem facilitará a criação de um vínculo mais profundo com a gestante, transmitindo-lhe confiança e tranquilidade. Além do que, a vivência desta mulher será mais ou menos prazerosa, mais ou menos positiva, mais ou menos traumática, a depender do estabelecimento deste vínculo.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>> Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério: atenção humanizada à mulher**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf> Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético-estético no fazer em saúde**/Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/.../humanizasus_documento_gestores_trabalhadores.pdf> Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.108.** Brasília, 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt2418_02_12_2005.html> Acesso em: 16 set. 2015

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS.** Documento Base para Gestores e Trabalhadores do SUS. Brasília, 2006.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10^a. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 16 set. 2015.

BRUGGEMANN, O. M; PARPINELLI, M.A; OSIS, M. J. D. Evidências sobre o suporte durante o trabalho de parto/parto: uma revisão da literatura. **Cad. Saúde Pública**, v.21, n.5, Rio de Janeiro, p.1316-1327, 2005.

CEFSS. **Parâmetros Para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.** BRASÍLIA, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf> Acesso em: 16 set. 2015.

DIAS, M. A. B., 2006. **Humanização da Assistência ao Parto:** Conceitos, Lógicas e Práticas no Cotidiano de uma Maternidade Pública. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ

EBRAHIM, G. J; SULLIVAN, K. R. **Métodos de Pesquisa em Saúde Materno Infantil.** Edições Bagaço Ltda. Instituto Materno Infantil de Pernambuco, Recife, 1996.

AS CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA NA ESCOLA: UM RELATO A PARTIR DO PROJETO ESCOLA LEGAL

Jason Pereira da Silva da Filho (1); Rayana Maria Borba Correia e Sá (2); Julliany Valério da Silva Santos (3)

(1) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/Devry. E-mail: jason.filho@hotmail.com

(2) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/Devry. E-mail: rayana-borba@hotmail.com

(3) Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/Devry. E-mail: jsantos41@unifavip.edu.br

Introdução

Uma das primeiras instituições sociais que o indivíduo tem contato em sua vida é a família, possuindo papel fundamental na construção da personalidade, auxiliando nas diversas fases do desenvolvimento humano. Porém por diversos fatores, ao passar dos anos a desconstituição familiar vem sendo cada vez mais constante, seja por mortes, separação dos cônjuges ou companheiros, separação entre os outros componentes da família, ou pela falta de atenção afetiva de uns com os outros. Acarretando diversas consequências para os integrantes, em especial, para o indivíduo em formação, a criança e/ou adolescente. Tendo este trabalho o objetivo de analisar de que forma a família participativa contribui com a escola. Pelo fato das instituições sociais, família e escola, estarem presentes no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, e desempenharem papéis de destaque, são viáveis os estudos sobre elas, que busquem contribuir com a produção de conhecimento científico para debates sobre o tema.

Metodologia

Para o desenvolvimento do estudo foi utilizado o relato de experiência, a partir das vivências do Projeto Escola Legal, onde os acadêmicos de Direito e Psicologia desenvolvem atividades uma vez por semana nas escolas, atuando nas escolas da rede de Ensino Público, em âmbito Municipal e Estadual, do município de Caruaru/PE, que é desenvolvido pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca (Unifavip/Devry), como Projeto de Extensão, com o objetivo de pacificar o ambiente escolar, através de oficinas, palestras, dinâmicas, rodas de diálogos e atividades interativas com os alunos, professores e coordenadores pedagógicos a fim de prevenir e minimizar os conflitos existentes na escola. O estudo tem o intuito de ser apresentado na modalidade de Comunicação Oral.

Resultados e Discussões

A escola é uma instituição social que participa efetivamente no processo de formação intelectual fazendo parte da vida das crianças e dos adolescentes, que ali são alunos, e que em alguns momentos tem sua família ausente deste processo, enfrentando dificuldades em conciliar esta fase nas duas instituições (DESSEN, POLONIA, 2007).

Passando a refletir na escola, através de comportamentos, como os agressivos, a não participação da família, sendo nesta o seu primeiro contato com um grupo, a qual ele será constituído e obterá o seu desenvolvimento pessoal e social (CAMARGO, 2007). Em relação aos

Apoio:

Realização:



ambientes de desenvolvimento, em estudo, chamasse a atenção para o aspecto temporal do familiar, por ser o grupo onde ocorrem os primeiros contatos, na maioria dos casos, e o aspecto de liberdade do escolar, pelo espaço que o aluno tem para externar grande parte das influências recebidas na família (PETRONI, SOUZA, 2010). Nesse reflexo da ausência familiar o aluno muitas vezes tem problemas com a disciplina escolar, onde não obedecem as regras impostas pelos atores da escola, como os professores (SOARES, 2014). No âmbito familiar, a criança e o adolescente cresce e desenvolve os seus afetos e emoções e a partir disso amplia as suas configurações afetivas ao longo de sua vida. Na família, independente do seu arranjo, a criança e o adolescente aprende aquilo que lhe é passado e consequentemente, cresce com aquele ensinamento, podendo ser utilizado ou não (LEITE, GOMES, 2013). Um dos principais fatores para a união, entre a família e a escola, é a busca pelo aprimoramento do processo de desenvolvimento dos sujeitos, sejam eles crianças ou adolescentes, sendo este um objetivo comum a parceria pode ser realizada de forma mais harmoniosa e consequentemente render mais frutos (POLONIA, DESSEN, 2005). Na vivência do Projeto Escola Legal são perceptíveis os conflitos escolares, entre os alunos, e destes com os professores, podendo ser apontados alguns fatores como origem para os conflitos, entre eles destacasse o fato do comportamento agressivo ser originado muitas vezes pela ausência familiar na participação no processo de construção intelectual do aluno, onde os componentes da família não estão presentes na escola e nem mantém contato, visando trocar informações a respeito do aluno.

Considerações Finais

Nessa perspectiva, é necessário na prática acadêmica ter um olhar e uma atuação direcionada para esse sujeito, a partir da sua realidade social, intervindo com atividades interativas para que eles possam ser tocados de alguma forma e podendo expressar aquilo que esteja latente. Dessa forma, o Projeto Escola Legal atua com o intuito de a partir das atividades desenvolvidas cooperar com a mudança na forma de percepção afetiva, cognitiva e social, com os diferentes grupos que os sujeitos fazem parte, como a escola, a família, entre outros. Com uma relação estreita, os alunos irão ter uma relação sociocultural para o seu desenvolvimento psicossocioemocional e com isso servir para o seu crescimento intelectual. Ressaltando que a ausência desse aporte emocional, pode acarretar algumas implicações para o crescimento da criança, pois sem o apoio e o acolhimento, a criança fica a mercê das influências do meio social onde estar inseri para o seu desenvolvimento.

Referências

CAMARGO, Liseane Silveira. **O desenvolvimento moral das crianças na escola: a percepção da comunidade.** 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br:8080/dspace/handle/10923/2811>>. Acesso em: 10 de abr. 2015.

DESSSEN, Maria Auxiliadora. POLONIA, Ana da Costa. A família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia.** v. 17, n. 36. Brasília, 2007, p. 21-32. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2015.

LEITE, Eliane Gonçalves, GOMES, Haydê Morgana Gonzaga. O Papel da Família e da Escola na Aprendizagem Escolar. **Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade SENAC**. Limoeiro-PE(2013). Disponível em:

<http://www.pe.senac.br/ascom/faculdade/edital/IIEncontro/cd/O_PAPEL_DA_FAMILIA.pdf> Acesso em 17 de julho. 2015.

PETRONI, Ana Paula, SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. As relações na escola e a construção de autonomia: um estudo da perspectiva da psicologia. **Psicologia & Sociedade**. 2010, p. 355-364. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/16.pdf>>. Acesso em 11 de abr. 2015.

POLONIA, Ana da Costa. DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 9. n. 2. Brasília, 2005, p. 303-312. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2015.

SOARES, Kelly Cristiane da Cruz. Família e Escola base estrutura e apoio caminhando juntos para construir um futuro melhor. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, 2014, p. 01-12. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_familia_e_escolar.pdf> Acesso em: 10 jul. 2015.

Apoio:



Secretaria Especial
de Mulher e de
Direitos Humanos



Realização:



EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR: AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL EM EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS

Pâmella Torres de Deus (1); Veronica Laís Barbosa (2)

- (1) Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Asces. E-mail: pamella_deus@hotmail.com
(2) Assistente Social do Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais do Curso de serviço social da Faculdade Asces. E-mail: veronicasilva@asces.edu.br

Introdução

O presente texto é fruto da experiência de estágio curricular realizado no Laboratório de Estudos Políticas e Práticas Sociais (LEPPS) da Faculdade ASCES. As atividades foram desenvolvidas no período de 15/08/2014 à 03/06/2015 no Núcleo Sociojurídico (NUSJU) e nas Clínicas de Saúde, supervisionado pela Assistente Social do Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais. O estágio abordou três campos sócio-ocupacionais: a educação, saúde e o sociojurídico proporcionando a reflexão da atuação de Assistentes Sociais em diferentes campos sócio-ocupacionais. Aqui será tratado sobre a experiência no campo da saúde. Nessa direção, o estudo intenta descrever as estratégias da atuação do Serviço Social nas equipes multiprofissionais da saúde, bem como analisar as contribuições do projeto de intervenção aplicado no referido período. O Serviço Social possui um campo de atuação bastante amplo sempre direcionado à garantia de direitos para o fortalecimento social, político e cultural dos sujeitos. No campo da saúde o/a profissional tem como norte teórico os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. As ações que predominam no atendimento direto aos usuários são as ações socioassistenciais, de articulação interdisciplinar e as ações socioeducativas. Essas não ocorrem de forma isolada, mas integram o processo coletivo do trabalho em saúde sendo complementares e indissociáveis (CFESS, 2010). O projeto de intervenção foi desenvolvido com os usuários da Clínica de Odontologia e da Clínica de Fisioterapia da Faculdade ASCES. Esses usuários são encaminhados para o atendimento através da Secretaria de Saúde dos municípios circunvizinhos que não possuem o atendimento especializado em seu território, bem como os usuários do município de Caruaru que foram encaminhados pela rede pública de saúde ou por demanda espontânea. O Projeto de Intervenção teve como objetivo desenvolver ações de empoderamento dos usuários através de informações e da participação ativa na defesa do direito à saúde e das políticas sociais. Dentro desta perspectiva cabe ao profissional de Serviço Social potencializar e orientar à ampliação do acesso dos sujeitos aos direitos sociais. Essas ações foram desenvolvidas por meio de orientações individuais e/ou coletivas, de acordo com a realidade de cada usuário, orientando sobre as políticas e benefícios sociais.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo que utilizou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica que implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório (LIMA e MIOTO, 2007, p. 38). Utilizou também a observação participante que consiste em um 'ato intelectual de observar o

fenômeno estudado, que se concebe uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados' (QUEIROZ et al, 2007, p. 277).

Discussão: O trabalho do/a assistente social em equipe multiprofissional

O trabalho em equipes multiprofissionais no âmbito da saúde consiste em um dos pontos centrais da reorganização da atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), sustentada por projetos assistenciais mais integrais que promovem mudanças nos processos de trabalho e nas formas de atuar sobre o processo saúde-doença através da interação entre os profissionais e suas ações (CARDOSO, 2011). A Resolução do CFESS nº 557/2009 destaca que o/a

Assistente Social vem trabalhando em equipe multiprofissional e, Desenvolve sua atuação, conjuntamente com outros profissionais, buscando compreender o indivíduo na sua dimensão de totalidade e, assim, contribuindo para o enfrentamento das diferentes expressões da questão social, abrangendo os direitos humanos em sua integralidade, não só a partir da ótica meramente orgânica, mas a partir de todas as necessidades que estão relacionadas à sua qualidade de vida.

Conforme a referida resolução, a inserção do/a Assistente Social em espaços sócio-ocupacionais que exige a atuação com outros profissionais requer uma intervenção com competência técnica, teórico-metodológica e ético-política. O conceito de equipes multiprofissionais tem sido amplamente discutido, Veloso (2005) destaca que a equipe multiprofissional é necessária em todos os espaços onde se praticam ações que visam melhorar a qualidade de saúde e de vida das populações. O autor também destaca que no trabalho em equipe deve-se abordar três fatores: capacitação profissional, a interface do trabalho e a autonomia dos profissionais. As ações desenvolvidas no projeto de intervenção foram discutidas inicialmente com as equipes multiprofissionais das clínicas e, posteriormente, aos usuários e familiares. Através dos contatos iniciais e discussão do Projeto de Intervenção foi possível identificar as principais dúvidas dos/as usuários/as e seus familiares. Após a definição dos temas foram realizadas atividades dentro de uma perspectiva de sala de espera, que de acordo com Rosa (2011), a sala de espera se constitui como um espaço de diálogos e de debates que contribuem na relação entre o usuário e o serviço de saúde, como também é um importante alicerce na direção da melhoria da qualidade do atendimento, dentro de um contexto de humanização. Outro instrumento utilizado para fortalecer e ampliar a compreensão dos temas abordados foi a construção de folders. Esses instrumentos traziam de forma clara e compreensível uma abordagem lúdica sobre a discussão realizada. A prática nas clínicas reforçou a compreensão de que a promoção da saúde e educação em saúde são práticas indissociáveis, ao passo que ambas andam juntas no processo de trabalho dos profissionais. Logo, devem envolver os sujeitos no processo de cuidar da saúde (ROSA, 2011). O trabalho desenvolvido foi articulado com a equipe das clínicas e com a preocupação de avaliação sistemática. A equipe das clínicas considerou a intervenção do Serviço social como um ganho para as clínicas e, especialmente, para os usuários.

Considerações finais

O desenvolvimento do projeto proporcionou a interação com a equipe multiprofissional, evidenciando a autonomia profissional, dando visibilidade a atuação do Serviço Social nas clínicas de saúde da instituição, fortalecendo a perspectiva da capacitação profissional com uma

troca de saberes potencializando o usuário como sujeito detentor de direitos e, consequentemente, estratégias de atuação que contribuam em sua qualidade de vida.

Referências

BORGIANI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.

CARDOSO, Cíntia Garcia; HENNINGTON, Élide Azevedo. Trabalho em Equipe e Reuniões Multiprofissionais de Saúde: uma construção à espera pelos sujeitos da mudança. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 85-112, 2011.

CFESS, **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília, 2010.

_____. **Resolução CFESS Nº 557/2009** de 15 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf> Acesso em: 30 jun. 2015.

CHUAIRI, Sílvia Helena. Assistência jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 67, p. 124-144, set. 2001.

LIMA, Telama Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>> Acesso em: 02 dez. 2014.

ROSA, J. BARTH, P. O.; GERMANI, A. R. M.; A sala de espera no agir em saúde: espaço de educação e promoção à saúde. **Perspectiva**, Erechim. v.35, n.129, p. 121-130, mar. 2011. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/129_160.pdf> Acesso em 17/06/15.

QUEIROZ, Daniella; VALL, Janaina Et. al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem**, UERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, abr./jun; p. 276-83, 2007.

VELLOSO, Cid. **Equipe multiprofissional de saúde**. Minas Gerais, 2005. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2005/N17_SETEMBRO/09_EQUIPE_MULTIPROFISSIONAL_DE_SAUDE.PDF> Acesso em: 20 mai. 2015.

GRUPO DE ORIENTAÇÃO À DROGADIÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NO CENIP CARUARU

Glauciene Farias Rocha (1); Ângela São Marcos de Queiroz Barbosa (2); Aliny Fernanda Garcia Jonas (3); Lidiane Carolina Vanderlei de Moura (4); Márcia Renata Vasconcelos Santos (5)

- (1) *Analista em Gestão Socioeducativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) – CENIP, formada em Serviço Social (UFPE) e pós-graduanda em Famílias e intervenções psicossociais (ESUDA)*
- (2) *Analista em Gestão Socioeducativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) – CENIP, formada em psicologia (FAFIRE) e pós-graduanda em Famílias e intervenções psicossociais (ESUDA);*
- (3) *Analista em Gestão socioeducativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) – CENIP, formada em licenciatura plena em pedagogia (UNESP), pós-graduanda em Gestão Escolar (UNINTER)*
- (4) *Analista em Gestão Socioeducativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) – CENIP, formada em Serviço Social (UFPE)*
- (5) *Coordenadora técnica – CENIP/Caruaru, licenciatura plena em história (FAFICA), Bacharel em Direito (FAVIP), pós-graduanda em direito civil (UNIDERP) e pós graduanda em perícia criminal (UNIASSELVI).*
E-mail: cenip.caruaru@funase.pe.gov.br

Introdução

O presente resumo é um estudo de caso sobre o desenvolvimento do Grupo de Orientação à Drogadição (GOD) no Centro de Internação Provisória²⁷ (CENIP) - Caruaru. Essa proposta está ancorada em um direcionamento da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) que objetiva que em todas as modalidades de atendimento socioeducativo (Internação Provisória, Semiliberdade e Internação) seja implantado um GOD com o objetivo de tratar de temáticas referentes às drogas. De acordo com estudo realizado em 2012 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de cada dez adolescentes que cumprem medida socioeducativa sete se declararam usuários de drogas ilícitas. Segundo o mesmo estudo a droga predominante é a maconha, seguida da cocaína e do crack. Verifica-se que a realidade do CENIP/Caruaru acompanha essa tendência, visto que a maioria dos adolescentes internos provisoriamente tem envolvimento com o uso de drogas. Assim, diante desses dados e em consonância com as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, implantou-se o Grupo de Orientação à Drogadição – GOD, a fim de proporcionar aos adolescentes um espaço de acolhimento de suas demandas, informações, reflexões e o entendimento da representação das drogas em seu contexto social. Desde o ano de 2013 houve a implantação do GOD neste Centro de Internação Provisória, que é considerada uma atividade de extrema relevância para esta Unidade. Assim, este trabalho tem como objetivos:

- Promover junto aos adolescentes a discussão e reflexão sobre seu cotidiano antes da apreensão;
- Identificar as demandas de saúde mental e socioassistencial dos adolescentes;
- Realizar os encaminhamentos necessários;
- Avaliar os possíveis ganhos e as perdas com o uso de drogas;
- Auxiliar no desenvolvimento de suas potencialidades;
- Identificar junto com o adolescente referências positivas em sua trajetória de vida;
- Ampliar o repertório de atividades prazerosas.

²⁷ Unidade masculina que atua com adolescentes em conflito com a lei com capacidade máxima de atendimento para sessenta adolescentes.

Neste sentido, se faz imprescindível o comprometimento da equipe na busca no aprimoramento do trabalho desenvolvido, percebendo a singularidade de cada adolescente. Conforme Almeida (2010, p.93) “[...] grandes desafios estão postos para as equipes que trabalham no tratamento do usuário do crack. Torna-se fundamental uma reflexão contínua sobre essa prática, para que ela não se torne automatizada e massificante”.

Metodologia

A princípio o GOD foi planejado em cinco encontros com temas diversos, entre eles: conceito de drogas, efeitos das substâncias psicoativas, motivação para o uso, prejuízos do uso e possibilidades de tratamento. Porém, constatou-se que esse método não era adequado visto o curto período que o adolescente permanece na Unidade bem como pelo enfoque voltado principalmente para a substância psicoativa. É importante destacar que a participação desta equipe interdisciplinar em fóruns sobre o cuidado com as pessoas usuárias de drogas, promovidos pela saúde mental junto ao comitê gestor de enfrentamento ao crack, realizados neste município de Caruaru, favoreceu uma reflexão mais aprofundada sobre a práxis profissional, culminando com a mudança de paradigma acerca da temática. Após essa reflexão a equipe interdisciplinar reformulou a abordagem junto aos adolescentes e atualmente o grupo acontece semanalmente às sextas-feiras, no período da tarde, e é formado pelos adolescentes recém-chegados na Unidade, além da equipe técnica composta por assistentes sociais, psicóloga e pedagoga. A atividade dura em média 90 minutos. É esclarecido aos adolescentes que a atividade não é obrigatória, ficando a critério do mesmo participar. A partir de então, é feito um contrato de convivência entre os integrantes do grupo. A metodologia adotada nesse trabalho é de uma abordagem interdisciplinar com pequenos grupos compostos por adolescentes usuários ou não de drogas. Tal abordagem consiste em rodas de conversa, dinâmicas, jogos, exibição de filmes/vídeos e discussão dos conteúdos apresentados. Durante os encontros são discutidos com os adolescentes o seu cotidiano, sua rotina diária e hábitos levando-os a refletir acerca de sua trajetória de vida, interação familiar e comunitária, identificando situações semelhantes e comuns entre si.

Resultados e discussão

A realização dos grupos semanais realizados pela equipe interdisciplinar junto aos adolescentes recém-chegados à Unidade favoreceu a identificação de demandas de saúde mental principalmente no que se refere à abstinência do uso de drogas bem como as demandas socioassistenciais e seus consequentes encaminhamentos. É possível identificar com o adolescente suas potencialidades, necessidades, dificuldades que vão além do uso de drogas, mas se tratam de situações de exclusão social. Assim, amplia-se o olhar desse sujeito compreendendo que sua situação não está ligada só a droga e sim ao contexto social em que está inserido.

Conclusões

A temática sobre o uso de drogas é complexa e tem sido alvo de inúmeras discussões no meio acadêmico, profissional, na mídia e na sociedade como um todo. Apesar do uso de drogas ser uma prática secular, percebe-se ainda muito preconceito estigmatizando o usuário. E desconsiderando sua situação peculiar como sujeito inserido num contexto social, além de suas potencialidades, habilidades e afetividade. Desta forma, se faz necessário a mudança do foco

nas intervenções que, em sua maioria, ainda apresentam um olhar permeado de conteúdos morais acerca da temática, confundindo o uso de drogas com “vadiagem”, “fraqueza” e “safadeza”. Assim, destaca-se a importância do fortalecimento das políticas públicas existentes, bem como a garantia da efetividade dessas políticas a fim de proporcionar maiores oportunidades aos adolescentes e suas famílias, uma vez que estes se encontram em processo de exclusão social.

Referências

ALMEIDA, Renata Barreto Fernandes de. **O caminho das pedras:** conhecendo melhor os usuários de crack do município de Recife-PE. 153f. Dissertação (Mestrado em psicologia clínica). UNICAP, Recife, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Lei nº12. 594 de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, DF: Senado Federal.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Panorama Nacional:** a execução das medidas socioeducativas de internação. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-ao-jovem/panorama_nacional_justica_ao_jovem.pdf>. Acesso em: 02 set. 2015.

INTERVENÇÕES INTERDISCIPLINARES COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES INTERNOS NO CENIP CARUARU

Glauciene Farias Rocha (1); Ângela São Marcos de Queiroz Barbosa (2); Aliny Fernanda Garcia Jonas (3); Lidiane Carolina Vanderlei de Moura (4); Márcia Renata Vasconcelos Santos (5)

- (1) *Analista em Gestão Socioeducativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) – CENIP, formada em Serviço Social (UFPE) e pós-graduanda em Famílias e intervenções psicossociais (ESUDA)*
- (2) *Analista em Gestão Socioeducativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) – CENIP, formada em psicologia (FAFIRE) e pós-graduanda em Famílias e intervenções psicossociais (ESUDA);*
- (3) *Analista em Gestão socioeducativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) – CENIP, formada em licenciatura plena em pedagogia (UNESP), pós-graduanda em Gestão Escolar (UNINTER)*
- (4) *Analista em Gestão Socioeducativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) – CENIP, formada em Serviço Social (UFPE)*
- (5) *Coordenadora técnica – CENIP/Caruaru, licenciatura plena em história (FAFICA), Bacharel em Direito (FAVIP), pós-graduanda em direito civil (UNIDERP) e pós graduanda em perícia criminal (UNIASSELVI).
E-mail: cenip.caruaru@funase.pe.gov.br*

Introdução

O presente resumo é um relato de experiência que trata sobre as intervenções interdisciplinares desenvolvidas com as famílias dos adolescentes internos provisoriamente, no Centro de Internação Provisória²⁸ (CENIP)- Caruaru. Acredita-se que tal intervenção poderá possibilitar o fortalecimento dos vínculos familiares, e assim, incluir a família no processo de ressocialização dos adolescentes. Além de estar ancorado em um dos eixos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006) denominado abordagem familiar e comunitária. Segundo o referido documento é comum a todas as entidades e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas, dentre outras estratégias:

[...] garantir o atendimento às famílias dos adolescentes estruturado em conceitos e métodos que assegurem a qualificação das relações afetivas, das condições de sobrevivência e do acesso às políticas públicas dos integrantes do núcleo familiar, visando seu fortalecimento; ampliar o conceito de família para aquele grupo ou pessoa com as quais os adolescentes possuam vínculos afetivos, respeitando os diferentes arranjos familiares [...] (SINASE, 2006, p.63).

Na atualidade a família tem sido alvo de diversas políticas públicas, e também de inúmeras discussões acerca de suas configurações. Sabe-se que o conceito de família é secular, porém dinâmico, pois acompanha os movimentos sociais e as transformações societárias. Assim, para a autora (BRUSCHINI, 2000, p.77) família é considerada:

Um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflitivas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de

²⁸ Unidade masculina que atua com adolescentes em conflito com a lei com capacidade máxima de atendimento para sessenta adolescentes.

dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo.

Assim, este trabalho tem como objetivos:

- Promover o fortalecimento dos vínculos familiares, a partir de um conceito ampliado de família e suas funções de proteção e sobrevivência.
- Discutir o conceito de família e suas atuais configurações;
- Orientar as famílias quanto à importância do acompanhamento sistemático ao adolescente durante o período de internação provisória;
- Esclarecer sobre as políticas públicas e os equipamentos sociais existentes nos municípios, objetivando a consolidação dos direitos sociais;
- Favorecer o desenvolvimento dos processos de comunicação intrafamiliar, com vistas ao aprimoramento do diálogo e melhoria do convívio;
- Alertar aos pais a importância de suas atitudes como fator de proteção ao uso de drogas;
- Fortalecer o papel de pais e responsáveis no cuidado, educação, na imposição amorosa de limites e na expressão do afeto com os adolescentes;

Metodologia

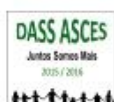
A metodologia adotada neste trabalho será voltada à abordagem interdisciplinar, tendo em vista que a equipe de trabalho é formada por profissionais da área de Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e Direito. Além da abordagem interdisciplinar, o trabalho desenvolvido com as famílias utiliza-se da ótica sistêmica para a compreensão da dinâmica familiar. Pois, sabe-se que a teoria sistêmica prioriza a totalidade dos fatos e componentes em detrimento de uma visão cartesiana voltada para a causa e o efeito. Assim, nessa perspectiva o adolescente em conflito com a lei é visto como parte de um sistema que compreende a família, a sociedade e Estado e não como o único responsável pela sua trajetória. O trabalho realizado com as famílias consiste em encontros semanais, com duração de uma hora, e uma média de 20 participantes, nesses momentos a equipe técnica se utiliza de dinâmicas de grupo, instrumentos audiovisuais, dramatizações, debates e palestras com instituições parceiras. Eventualmente, os adolescentes se fazem presentes nas reuniões junto com as famílias, a fim de buscar fortalecer os vínculos entre estes. Além da realização de visitas domiciliares com o objetivo de conhecer e compreender a realidade socioeconômica e afetiva das famílias, realizando os encaminhamentos necessários aos órgãos e programas públicos.

Resultados e discussão

Diante das intervenções realizadas com as famílias dos adolescentes é possível constatar que dentre o perfil dos mesmos, destaca-se: a maior parte é residente em municípios circunvizinhos ao município de Caruaru, vivência marital, com escolaridade de ensino fundamental incompleto, predominância do vínculo de trabalho informal na área de costura e famílias numerosas, em geral, com mais de três filhos. Nota-se ainda, que a maioria das famílias são beneficiárias de programa de transferência de renda, no nosso caso o Bolsa Família. Além de ser alvo de alguma forma de intervenções dos equipamentos sociais do município, tais como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e Conselho Tutelar. Constata-se também a situação de vulnerabilidade social da

Apoio:

Realização:



maioria das famílias, situação está que de alguma forma contribui para a exclusão social dos seus membros, além da exposição a situações de risco.

Conclusões

Não há dúvidas de que a família exerce importante papel na vida das pessoas e que sua dinâmica interfere diretamente na vida dos adolescentes internos provisoriamente. Sabe-se ainda que episódios de violência, pouco controle e uso de substâncias psicoativas são fatores que podem expor seus membros a situações de risco, além de corroborar para a prática infracional. No entanto, é preciso refletir que é papel da família, do Estado e da sociedade zelar pelos direitos de crianças e adolescentes. Logo, não se pode responsabilizar unicamente a família pelo “sucesso” ou “fracasso” de seus membros, mas se faz necessário políticas públicas eficazes para proteger e cuidar da família, além do compromisso da sociedade em fiscalizar as ações governamentais.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10.ed. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 9394. **Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 17.julh.2015.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Lei nº12. 594 de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia (Org.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELLOS, José Esteves de; **Terapia familiar sistêmica**: bases cibernéticas. São Paulo: Editorial Psy,1995

O ESPAÇO OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - GRE AGRESTE CENTRO-NORTE

Kamylla Tatyanny Muniz da Silva Ferreira (1); Fábيا Roseana Souza Oliveira (2)

(1) Acadêmica de Bacharelado em Serviço Social da *Faculdade Maurício de Nassau – Caruaru/PE*.
E-mail: kamyllamsf@gmail.com

(2) Acadêmica de Bacharelado em Serviço Social da *Faculdade Maurício de Nassau – Caruaru/PE*.
E-mail: fabia.roseana@gmail.com

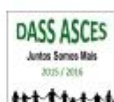
Introdução

O presente trabalho vem mostrar uma pesquisa sobre o exercício profissional do/a Assistente Social na Gerência Regional de Educação- GRE Agreste Centro-Norte (Caruaru), especificamente, dentro do Núcleo de Atenção ao Servidor (NAS) – serviço criado com a finalidade de prestar assistência e desenvolver ações de prevenção e promoção relativas às questões de saúde e segurança do trabalhador e funciona na GRE – abordando os instrumentos técnicos- operativos utilizados para a sistematização da prática do profissional e as dificuldades enfrentadas no seu exercício profissional neste espaço ocupacional. Inseridos neste espaço, os/as Assistentes Sociais têm como público alvo os servidores efetivos da educação, principalmente, os/as professores/as. O NAS (Núcleo de Atenção ao Servidor) é um serviço criado para prestar assistência e desenvolver ações de prevenção e promoção às questões de saúde e relações de trabalho do/a docente. A pesquisa qualitativa foi usada como metodologia, por meio de um questionário aplicado, o qual permitiu a identificação de aspectos relevantes a cerca da prática do/a Assistente Social neste espaço ocupacional, como as dificuldades enfrentadas para operacionalização de sua prática dentro da política de Educação que é proveniente do sistema capitalista que não valoriza esta política e consequentemente os servidores da educação. O trabalho realizado na Gerência Regional da Educação (GRE) tem por objetivo analisar os aspectos relacionados a prática profissional do/a Assistente social dentro da política de educação, como, os instrumentos técnicos- operativos utilizados e as dificuldades de operacionalização do exercício profissional neste espaço ocupacional para o Serviço Social. As mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas no modo de produção capitalista foram decisivas para um conjunto diversificado de requisições do/a Assistente Social ao campo educacional. Os profissionais da educação, inclusive o/a Assistente Social, se vêem cada vez mais incumbidos das atribuições que lhe são impostas, sem nenhuma valorização por parte do governo nacional sobre a política de educação, o que aumenta as dificuldades dos servidores da educação para por em prática suas ações e elaboração de programas e projeto que subsidiem essa política.

Dentro da GRE Agreste Centro- Norte, os Assistentes Sociais são requisitados para atuar no Núcleo de Atenção ao Servidor (NAS), onde vão operacionalizar sua prática numa perspectiva de efetivação dos direitos dos servidores da educação. Na medida em que os profissionais, a partir das condições existentes, criam e estabelecem os meios e/os instrumentos operativos para o seu exercício, esta ação é portadora de instrumentalidade. No trabalho realizado junto ao NAS/ GRE Agreste Centro Norte, identificamos isso, visto que a definição dos instrumentos técnico-operativos foi feita a partir dos objetivos profissionais estabelecidos pela equipe

Apoio:

Realização:



profissional do NAS. Dentro da GRE Agreste Centro Norte os Assistentes Sociais transformam os meios e as condições do seu trabalho para alcançarem suas finalidades dando respostas às demandas que chegam até esse espaço sócio-ocupacional, neste momento, o exercício profissional se expressa por sua ação interventiva, formativa e investigativa, constituindo uma totalidade formada pelas três dimensões do exercício profissional: teórico- metodológica, ético-política e técnico- operativa. No entanto, articular essas três dimensões coloca um desafio fundamental para os profissionais.

Metodologia

Para compor este trabalho, foi realizada uma visita de campo e uma entrevista junto com o profissionais de serviço social do NAS, através de um questionário com perguntas estruturadas. A abordagem metodológica utilizou-se o método qualitativo, pois, é fundamentalmente interpretativo e exige do pesquisador uma atenção aprofundada. Também foram utilizadas, para subsidiar este trabalho, pesquisa bibliográfica sobre a atuação do Serviço Social na política de Educação e sobre a instrumentalidade da profissão, a qual possibilitou uma fundamentação teórica a pesquisa realizada.

Discussão

Pode-se compreender que a atuação do/a Assistente Social, em qualquer espaço ocupacional, deve ser articulada de forma crítica e propositiva para alcançar a totalidade, defendendo os direitos dos usuários e apresentando respostas que venham a viabilizar o acesso da população aos serviços. Na medida em que este/a profissional atua diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos, ele/a tem a real possibilidade de produzir um conhecimento sobre a realidade dos sujeitos, a partir do momento que ele traça os objetivos a serem alcançados definem-se os instrumentos e técnicas que serão utilizados para dar conta das demandas. Como Guerra define:

Se é correto que o valor do trabalho do Assistente Social reside na sua utilidade social, que é medida em termos de respostas concretas que venham produzir uma alteração imediata na realidade empírica (...), o seu resultado final, o produto do seu trabalho passa a ser o fator determinante da forma de realizá-lo. (2002; p.157)

É a partir desta reflexão que se faz possível compreender a instrumentalidade desenvolvida pelos/as Assistentes Sociais da GRE Agreste Centro-Norte, pois os instrumentos usados para a sistematização de sua prática têm o objetivo de operacionalizar os serviços prestados, afim de que o resultado final do exercício profissional seja determinante para produzir uma transformação social da realidade dos sujeitos. Para tal, o/a Assistente Social deve ter conhecimento dos seus princípios éticos e toda prerrogativa da profissão que estão estabelecidos no conjunto normativo da profissão (Código Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e Resoluções do CFESS), sendo, também, conhecedor da realidade social sobre a qual está atuando. As demandas institucionais da GRE são demandas objetivas, imediatas, que são respondidas com o desenvolvimento e a utilização de instrumentos (meios) para atingir seus objetivos. Os principais instrumentais técnicos- operativos utilizados pelo/a Assistente Social no cotidiano de sua prática são: cadastros, questionários, entrevistas, diálogos, articulações encontros, reuniões, estudos e levantamento das necessidades das unidades de ensino. Como afirma Almeida (2006; p.4), quanto a sistematização da atividade

Apoio:

Realização:



profissional, trata-se de “um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional”, por tanto, os instrumentos utilizados pelos/as Assistentes Sociais para sistematizar a sua prática, no espaço ocupacional aqui já citado, é de fundamental importância para alcançar os objetivos profissionais. É sabido que a linguagem é extremamente fundamental a execução do exercício profissional como salienta Iamamoto; *“o Serviço Social, como uma das formas institucionalizadas de atuação nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, tem como recurso básico de trabalho a linguagem”* (IAMAMOTO: 1995; p.101). E é a partir da comunicação com os usuários, principalmente com os servidores efetivos da educação, que os profissionais que atuam no NAS estabelecido na GRE Agreste Centro- Norte constrói técnicas e instrumentos para o seu fazer profissional.

Considerações finais

Salientamos que a reflexão sobre a atuação do Assistente Social, os instrumentos utilizados para a sistematização de sua prática e as dificuldades enfrentadas no cotidiano, reflexão impulsionada pela entrevista com o/a Assistente Social, se tornou um instrumento para nós, pois foi através desta pesquisa que observamos do ponto de vista: ético, político, institucional e social, o arcabouço necessário para a efetivação do exercício profissional na Política de Educação. Desde modo, faz-se fundamental, a partir desta pesquisa, afirmar que “não existe prática sem teoria”, o trabalho desenvolvido pelo/a profissional nesta área, necessita de um conhecimento teórico sobre o objetivo da ação e não meramente respostas pontuais, imediatas e compensatórias às demandas que chegam ao serviço social, neste sentido, não é meramente utilizar-se dos instrumentos, mas quando inseridos em uma instituição que tenha por objetivo a luta pela conquista de direitos dos usuários, exemplo o NAS, o/a profissional deve ser capaz de reconhecer as mediações utilizando de todo arcabouço, conhecimento sócio-histórico da realidade, em que a demanda está inserida e das dimensões do exercício profissional para não propor uma ação fatalista e messiânica.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. 2003. (Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área da Educação, Belo Horizonte, mar. 2003.)

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris. 2010. P. 15- 51.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social**: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, 8(1): 119-132 Ponta Grossa: UEPG, 2008

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ABUSO E EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: VIVENCIANDO AS AÇÕES DO PROJETO PARA MUDAR, É PRECISO AGIR

Thamires Lívia Lima da Silva (1); Jessica Fernandes Sales da Silva (2); Vanessa Cardoso da Silva (3)

(1) Advogada do Centro de Referência Especializado da Assistência Social. E-mail: thamires.livia@gmail.com

(2) Assistente Social do Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

E-mail: jessica-sales@hotmail.com

(3) Pedagoga do Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

E-mail: vanessacardoso_73@hotmail.com

Introdução

O trabalho tem como objeto o registro de experiência no Projeto: Ressignificando Vidas/Para mudar é preciso agir, no qual atuamos na prevenção e enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Um tema de suma importância para a sociedade que está sendo trabalhado na esfera educacional, de saúde e da Assistência. Tendo como objetivo central, potencializar as ações desenvolvidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e do Serviço Especializado em Abordagem Social, associados à Rede de Atenção Integral em que a educação e saúde são parceiros importantes para a prevenção e enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente. Assim, o Projeto se propõe a preparar o alunado, bem como, os profissionais que atuam nas áreas da saúde e educação no que tange a atuação destes, diante de uma situação de violação de direito.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica, documental e a observação participante. Os documentos analisados foram o Projeto “Para mudar, é preciso agir” e a legislação pertinente. A Pesquisa bibliográfica encontra-se fundamentada na pesquisa em bibliotecas digitais, tais como o portal de periódicos da Capes, Scientific Electronic Library Online (SciELO), revistas digitais na área de educação, direito e serviço social, como também em livros. Em relação à observação participante, destacamos a prática vivenciada pela equipe.

Resultados e Discussões

A violência, em sentido amplo, é um fenômeno que acompanha a humanidade em todas as suas fases históricas, sendo esta uma das maiores ameaças para a sociedade. Desde as antigas civilizações, que a violência se mostra presente na sociedade dia após dia. (SILVA, 2014). Dentre as inúmeras violências, destacaremos a violência sexual, considerada um problema de saúde pública, devido sua alta incidência na infância e adolescência. Trata-se de um fenômeno que abrange aspectos sociais, jurídicos, médicos, educacionais, psicológicos e compreende a violação da dignidade sexual de crianças e adolescentes. De acordo com Silva, 2014:

É uma conduta extremamente perversa, que atinge as vítimas de forma avassaladora, retirando delas, sua liberdade de escolha, ferindo sua dignidade, reprimindo seu grau de defesa e resultando em uma modificação muito grave de sua vida social, psicológica e moral.

Diante do exposto, verifica-se a relevância do tema e considerando os altos índices de violência sexual notificados pelo Município de Caruaru-PE houve-se a necessidade de desenvolver ações de caráter preventivo no que tange o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Pensado nessa urgência, o COMDICA (Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente) elaborou um projeto matricial denominado Ressignificando Vidas, e a partir deste, a Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais de Caruaru (SCAPS) propôs-se a desenvolver um projeto que estivesse embasado nos objetivos do Projeto Matricial do COMDICA. O Projeto “Para mudar, é preciso agir” da Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais, é composto pelos seguintes profissionais: Advogada, Assistente Social, Pedagoga e Psicólogo. Suas atividades terão duração de um ano, sendo estas iniciadas em abril de 2015. Partindo por base da experiência profissional, apresentaremos as atividades até então desenvolvidas bem como realizaremos uma análise sobre cada uma delas, uma vez que, como bem colocamos, o Projeto vem potencializar as atividades desenvolvidas pelo CREAS, vem colaborar, aprimorar, agregar valor. Uma das atividades proposta consiste em realizar palestras lúdicas para estudantes na faixa etária entre 10 a 15 anos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Educação, no qual, já ultrapassamos a meta de 100 palestras realizadas. Apenas nesta atividade, são mais de 3 mil alunos contemplados diretamente sobre a diferença entre abuso e exploração sexual, bem como as diversas implicações e os procedimentos de denúncia. É muito importante destacar também que, além de levar a informação, nós também funcionamos como um canal de denúncia, haja vista que, durante a realização das palestras recebemos várias notificações que foram repassadas para o órgão público competente- o CREAS, ou seja, à medida que mais pessoas estão sendo informadas, mas casos deixam de ser silenciados e mais pessoas passarão a pedir ajuda. Também foram solicitadas a nossa participação em eventos escolares, tais como reuniões pedagógicas/Formação de Professores, reuniões de pais e mestres e grupos operativos nas escolas com a comunidade. Também já realizamos caminhadas de caráter informativo e esclarecedor pelos principais bairros da cidade em parceria com os equipamentos sociais (escolas, CRAS, ONGs) no intuito de mobilizar a comunidade em geral para ser parceria nesta luta. Realizamos estudos de caso que envolva a temática do abuso e exploração sexual junto às técnicas de referência do CREAS, acompanhamento psicossocial, jurídico e pedagógico, Grupos operativos com crianças, adolescentes e suas respectivas famílias que são acompanhadas pelo equipamento social anteriormente mencionado. Outra atividade que merece destaque é a capacitação dos profissionais da saúde e da educação por meio dos seminários temáticos. Ao todo o Projeto prevê 12 seminários, sendo que 04 são destinados ao público da Saúde e 08 para o da Educação. No qual os profissionais veem se mostrando engajados e comprometidos, uma vez que, durante todos os eventos tivemos recorde de público e debates bastante consistentes. Outro dado bastante satisfatório é em relação a participação dos profissionais em formação.

Conclusões

Podemos perceber com a experiência que estamos vivenciado na Assistência Social, através do Projeto “Para mudar, é preciso agir” a importância de um trabalho desse porte, trata-se de um projeto rico e completo, no qual tem por objetivo maior informar, esclarecer, conscientizar toda a

população sobre a necessidade de discutir um assunto tão cruel que é a violência sexual de crianças e adolescentes. Além disso, nos deparamos com uma realidade que ainda precisa progredir, perder o medo de denunciar e acima de tudo, perceber-se enquanto parte integrante dessa luta uma vez que precisamos trabalhar de maneira articulada junto aos demais equipamentos da sociedade, pois, a assistência Social sozinha não dá conta de toda a demanda e nesse trajeto, saúde e educação, principalmente, são parceiros fundamentais.

Referências

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma operacional básica – NOB/SUAS 2004**.

SILVA, Lilian Ponchio *et al.* **Pedofilia e abuso sexual de crianças e adolescentes**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, Thamires Lívia Lima da. **Estupro de vulnerável no âmbito familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Ascres, 2014.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque (Org.). **Crianças e adolescentes vítimas de violência: Prevenção, avaliação e intervenção**. Curitiba: Juruá, 2014.

VIGILÂNCIA SOCIASSISTENCIAL ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CARUARU

Alberto César Damacena da Silva Farias (1); Sandra Emíla de Macedo (2).

(1, 2) *Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais.*
E-mail: vigilanciasocioassistencialcaruaru@hotmail.com

Introdução

O departamento de Vigilância Socioassistencial foi implementado seguindo as orientações das Normas Operacionais Básica 2012 (NOB), sucedendo em julho de 2013 em Caruaru vinculado a Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais. Com intuito de desenvolver atividades de organização e sistematização de informações na forma de indicadores e estudos técnicos para acompanhamento gerencial e analítico das políticas. Respalhando seus objetivos no artº 87 (NOB SUAS 2012); §2º A Vigilância Socioassistencial deverá cumprir seus objetivos, fornecendo informações estruturadas que: I - contribuam para que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem sua própria atuação; II - ampliem o conhecimento das equipes dos serviços socioassistenciais sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes; III - proporcionem o planejamento e a execução das ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea. Na perspectiva de auxiliar as unidades na construção de dados e indicadores para elaboração de diagnósticos atualizados, das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede Socioassistencial. O espectro de vigilância não se trata daquela aludida por Michel Foucault (2011) em sua obra intitulada “Vigiar e Punir”, com a regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo é lei da construção da operação com esse caráter de poder disciplinar, contudo a nossa atuação está pautada na contribuição pedagógica as nossas unidades ofertantes de serviços socioassistencias públicas e privadas com auxílio técnico e contributivo, ressaltando a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com 10 (dez) anos de história, delinear seu aperfeiçoamento continuamente, para isso a vigilância socioassistencial contribuiu a disseminar o discurso da Política de Assistência Social, em nossos territórios respeitando suas especificidades essa visão é fundamental para a definição de responsabilidades e para o planejamento das ações, integrando necessidades e ofertas. No atual patamar de desenvolvimento do SUAS tornam-se cada vez mais visíveis e prescindíveis os desafios referentes ao fortalecimento da gestão e qualificação dos serviços, desafios estes cujo enfrentamento pressupõe a organização efetiva da Vigilância Socioassistencial, contudo deverá ser capaz de ampliar a capacidade de Proteção e Defesa de Direitos inerentes à concepção do SUAS, daí acontece sua força como função da Política de Assistência Social e seu reconhecimento e valorização na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na PNAS e na Normas Operacionais Básica (NOB). De fato a desafios são constantes e certamente seremos capazes de compreender a importância dessa tarefa para o fortalecimento e consolidação do SUAS, e uma vez mais dar respostas concretas aos desafios postos no momento presente, para que em futuro breve outros desafios possam ser enfrentados.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho fundar-se em um constante processo de construção, diante do número de unidades referenciadas a Secretaria de Políticas Sociais: Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, 10 (dez); Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS 02 (dois); Unidades de Acolhimento Institucional 06 (seis); Entidades Privadas 05 (cinco).

Discussão

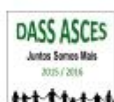
A equipe de Vigilância Socioassistencial desenvolve as suas atividades a partir da construção de um planejamento semanal para definição das unidades a serem visitadas/ monitoradas, garantido assim ao menos uma visita mensal ou a depender da indigência mais de uma vez em suporte técnico. O método de observação é um dos primeiros a ser aplicados quando comparecemos aos Centros, ele nos revela sem a utilização de palavras a dinâmica dos serviços prestados, mas também a relação unidade e comunidade/usuários, em seguida transcorrem um momento de aplicação de um questionário ao que diz respeito à concepção técnica do serviço desde o que está estabelecido pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais princípio organizador dos níveis de Proteção Social Básica e Especial (média e alta complexidade) a sua relação com a rede, e solicitada a presença de coordenação e equipe técnica (Assistente Social e Psicólogo /a). Aprontado este momento a equipe da Vigilância volta-se para a construção de devolutivas construtivas, apontado possíveis falhas e êxitos em um procedimento pedagógico, entretanto não significa a finalidade, pois tendemos outros meios de monitorar ressaltando sempre o in loco, assinala vivenciar o cotidiano do serviço e através dele compreender as barreiras a serem rompidas para a consolidação dos serviços prestados as famílias/usuários. Outros instrumentais preenchidos mensalmente nos despontam o acompanhamento das unidades que recebem trimestralmente uma análise através dos indicadores preenchidos em Relatório Mensal de Atendimento, trata-se esse de uma ferramenta elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combata à Fome que solicita informações ao que condizem com volume de atendimentos individualizados, coletivos, visitas domiciliares, entre outros, respondido manuscrito pela coordenação e lançado ao sistema on-line pela equipe.

Conclusão

Conforme referido anteriormente o setor tem uma dinâmica de construção com as equipes de referência dos serviços das Proteções Social Básica e Especial, bem como, junto às entidades conveniadas com a Secretaria da Criança, do Adolescente e Políticas Sociais - SCAPS, ao objetivo de orientação e aprimoramento técnico com vistas a consolidação da Política de Assistência Social dentro do município de Caruaru a partir da construção de um diálogo comum no processo de operacionalização de serviços, não tratando de um processo para fim concluso, mas sempre em construção, avaliação e reconstrução com vistas a garantir a qualidade do atendimento/acompanhamento as famílias/usuários. Entretanto elencar a constituição do diálogo através da Proteção Social Básica em suas reuniões sistemáticas com as coordenações, mas também a participação da equipe de Vigilância Socioassistencial no processo de construção da Formação em Serviço mensalmente, discutindo sempre temas relevantes (Família na Contemporaneidade, Pobreza, Humanização em Serviço) na prática vivenciada pelas as equipes de referência contribuindo de forma bucólica para constituição futura do setor de Núcleo

Apoio:

Realização:



Permanente de Educação. Os temas da formação em serviço são escolhidos a partir da relação da discussão sobre a prática e os seus desafios cotidianos no atendimento e acompanhamento as famílias/usuários nos Serviços, e ainda, a partir da avaliação dos resultados alcançados ou não pelas equipes dos Serviços apontados pela análise da equipe da Vigilância Socioassistenciais. Avanços são percebidos na própria postura das equipes ao que se referem em âmbito técnico, elas apresentam resultados satisfatórios. Quando iniciamos as atividades do setor de Vigilância Socioassistencial havia uma série de interpretações e equívocos quanto ao preenchimento de instrumentais elaborados pelo órgão municipal e federal, a partir das visitas, reuniões técnicas e da formação em serviço podemos dizer que hoje as equipes trabalham de forma consensuada quanto à concepção adequando a operacionalização dos Serviços ao território e a necessidade das famílias/usuários, bem como, tendo os manuais e orientações técnicas como referência para os desenvolvimentos das atividades das equipes, respeitando é claro o território de abrangência das unidades referenciadas. Contudo a nossa intenção de apresentação será na modalidade oral.

Referências

BRASIL. **Tipificação de Nacional de Serviços Socioassistenciais**, Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Assistência Social nº 33**, de 12 de dezembro de 2012.

BRASIL. **Caderno de orientações técnicas da vigilância socioassistencial**.
Foucault, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 39.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.